

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS

WEDER DAVID DE FREITAS

**Geografia, militância e marxismo**  
**A trajetória de Horieste Gomes e sua participação no**  
**Movimento de Renovação da Geografia Brasileira**

GOIÂNIA

2014

WEDER DAVID DE FREITAS

**Geografia, militância e marxismo**  
**A trajetória de Horieste Gomes e sua participação no**  
**Movimento de Renovação da Geografia Brasileira**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

GOIÂNIA

2014

WEDER DAVID DE FREITAS

## **Geografia, militância e marxismo:**

A trajetória de Horieste Gomes e sua participação no Movimento de Renovação da Geografia Brasileira

Tese defendida e aprovada no dia 29 de Setembro de 2014, no curso de pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

### **Banca Examinadora**

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro – IESA/UFG (Orientador)

Prof. Dr. Ruy Moreira – UFF

Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho – UFG/Regional Jataí

Profa. Dra. Lana de Souza Cavalcanti – IESA/UFG

Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais – IESA/UFG

### **Suplentes**

Prof. Dr. José Henrique Stacciarini – UFG/Regional Catalão

Profa. Dra. Celene Cunha Monteiro A. Barreira

*Para meus amores.*

*Raissa e Miguel.*

## **AGRADECIMENTOS**

Um especial agradecimento ao professor Horieste Gomes, sempre disposto a dialogar sobre qualquer que fosse o tema, mesmo que fosse sobre assuntos do seu horizonte particular. Seu carisma, postura ética, sensibilidade e coerência são contagiantes.

Ao prof. João Alves de Castro que também contribuiu, com nossas conversas, para a realização desse trabalho.

Ao meu orientador e amigo Eguimar. Amigo de todas as horas e amável nas orientações com alguns puxões de orelhas.

A minha esposa Raissa que me aguentou nesses longos anos de pesquisa e produção. Pela paciência e dedicação.

A meu filho Miguel, uma inesgotável fonte de inspiração. Mesmo tão pequeno entendeu a falta de tempo do pai.

A minha família, minha mãe Geracina, meus irmãos, Wesley e Shisley que contribuíram, de alguma forma, para que esse trabalho se materializasse.

A minha nova família, cunhados, Thamirys, Wanderson e Lorena e aos sogros, Sirlei e Pereira.

Aos amigos de velha-data, Pedro Granja, Fernando e Ézio. Não esquecendo de suas respectivas esposas.

Aos meus colegas do Instituto Federal de Goiás, Ricardo, Dirceu, Ligia, Oneida, Frederico, Ana Júlia, Reinaldo.

Aos amigos da AGB-Goiânia, Júlio, Ricardo, Bira, Paulinho e tantos outros que não vou me lembrar nesse momento.

A todos os membros do grupo Dona Alzira que acompanham de perto a confecção dessa tese.

Aos servidores técnicos-administrativos da pós-graduação do IESA, sempre dispostos a resolverem todos os problemas.

Aos professores que se dispuseram a participar desse trabalho ao nos conceder entrevistas, Ariovaldo, Ruy Moreira e Chico Mendonça.

Aos membros da banca de qualificação, Lana e Tadeu, que muito nos auxiliou em uma releitura do nosso tema.

Aos Membros da Banca, Tadeu, Lana, Ruy Moreira e Dimas e os suplentes, José Henrique e Celene.

Aos animais Uelinton, Alexsander, Denis e Lucas, quase todos casados e domesticados.

Apenas quando somos instruídos pela realidade  
é que podemos mudá-la.  
*Bertolt Brecht*

## Resumo

Esse trabalho tem como objetivo entender a participação do professor Horieste Gomes no Movimento de Renovação da Geografia Brasileira. Para tanto, lançamos mão do método da *abordagem contextual* proposto por Berdoulay ([1981] 2003) para subsidiar nossa pesquisa. Ao se pautar nessa perspectiva metodológica, investigamos o desenvolvimento da Geografia, em especial, a chamada Geografia Crítica e a participação de Horieste Gomes no Movimento de Renovação. Entendemos que a ciência se desenvolve a partir de dois fatores importantes: o primeiro é o contexto social, em que está presente e o segundo são as bases teórico-metodológicas que vão alicerçar o pensamento científico. Na Geografia brasileira, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, houve o encontro entre esses dois fatores, propiciando um momento de ruptura epistemológica e a formação de uma nova concepção de ciência geográfica. Este encontro possibilitou uma releitura da Geografia e de sua função social, tanto no contexto social, notadamente pelas ações da ditadura militar, como no cenário político-acadêmico, com a possibilidade de uma leitura marxista na fonte – sem intermediações. Todavia, somente ir aos originais do marxismo dentro de um quadro político revelador, não foi o suficiente. Havia a necessidade de realizar uma difícil tarefa: casar a teoria marxista com a ciência geográfica. De que modo isso poderia ocorrer, já que tradicionalmente a Geografia lidou melhor com os aspectos físicos do que com os humanos? Como incorporar o marxismo numa ciência que, por vários anos, tinha como método apenas a descrição? Essas questões, apesar de secundárias nesta pesquisa, dão o tom da difícil missão dos autores, que são protagonistas do Movimento de Renovação da Geografia, como é o caso de Horieste Gomes. Ele, com uma concepção claramente leninista, consegue resolver, de seu modo, todos esses problemas. Primeiro pelo entendimento de que a neutralidade científica não deve existir para essa corrente do pensamento geográfico, isto é, o pesquisador deve tomar partido pela classe trabalhadora, realizar sua pesquisa com enfoque nessa concepção. Com esse argumento, critica veementemente as correntes anteriores, a Geografia Tradicional e a Quantitativa. Também entende que o geógrafo pode contribuir para a formação de uma consciência transformadora da sociedade, por isso, a adoção do materialismo histórico e dialético é o que melhor contribui para tal processo. Pois, este é o único método capaz de produzir uma análise totalizante e emancipadora. A partir deste ponto de vista, faz suas considerações acerca do conhecimento geográfico sem que haja a dicotomia entre a Geografia Física e a Humana. Compreende que há uma relação entre o homem e a natureza mediada pelo trabalho e que ao entender esta, a partir do materialismo histórico e dialético, percebe que a natureza é historicizada e o homem é naturalizado, conforme ela se estreita. Por fim, esclarece que somente o modo de produção socialista é capaz de harmonizar a relação entre homem e natureza, visto que nessa perspectiva, a natureza não seria vista apenas como recurso e a socialização de sua contemplação poderia gerar uma consciência socioambiental.

Palavras-chaves: Horieste Gomes, Movimento de Renovação da Geografia, Geografia Crítica, Geografia e Marxismo.

## **Abstract**

This study aims to understand the participation of teacher Horieste Gomes in the Brazilian Geography Renewal Movement. So, we used the contextual approach method proposed by Berdoulay ([1981] 2003) to help our research. Based on this methodological perspective, we investigated geography development specifically, the so-called Critical Geography and Horieste Gomes participation in the Renewal Movement. We understand that science develops from two important factors: the first is the social context in which it is and the second is the theoretical and methodological bases that will support scientific thinking. In Brazilian Geography, in the 1960s, 1970s and 1980s, there was a meeting between these two factors, providing a moment of epistemological rupture and the formation of a new geographical science conception. This meeting enabled a reinterpretation of Geography and its social function, both in the social context, particularly the military dictatorship actions, and the political-academic setting, with the possibility of a pure Marxist reading, with no interference. However, to go only to the original Marxism in a political framework developer was not enough. There was a difficult task to be done: join Marxist theory to geographical science. How could that be, since Geography traditionally dealt better with physical aspects than with humans? How to include Marxism in a science that for several years, had only as a method the description? These issues, although secondary in this research, are a difficult mission to the authors, who are the protagonists of Geography Renewal Movement, as Horieste Gomes, with a clearly Leninist conception, he can solve in their own way, all of these problems. First by understanding that the scientific neutrality should not exist for this geographical thinking, which means that the researcher must adhere the worker group, carry out a research focusing on this concept. With this argument, he strongly criticizes the previous currents, Traditional and Quantitative Geography. It is also possible to understand that the geographer can contribute to the formation of a society with transformative consciousness, so, to adopt a dialectical and historical materialism is what best contributes to this process. So, this method is the only one that is able to provide a totalizing and emancipatory analysis. From this point of view, he makes his considerations about geographical knowledge with no dichotomy between Physical and Human Geography. To understand that there is a relationship between human and that it is mediated through work and to understand this, from the historical and dialectical materialism, it is possible to realize that nature is historicized and that man is naturalize, as this relationships gets narrow. Finally, he clarifies that only the socialist mode of production is able to harmonize the relationship between human and nature, since this perspective, nature would not be seen only as a resource and the socialization of contemplation could generate a environmental consciousness.

**Keywords:** Horieste Gomes, Geography Renewal Movement, Critical Geography, Geography and Marxism.

## **Lista**

### **Figuras**

Figura 1 – Carta de Armém Marmigonian para Diana Maria em 03/10/1979

Figura 2 – Carta de Eliana Franco a Diana Maria em 13/02/1979

Figura 3 – Carta de Eliana Franco a Diana Maria em 21/02/1979

Figura 4 – Carta de Gina a Diana Maria em 13/02/1979

Figura 5 – Carta de Aldo Paviani a Diana Maria em 01/06/1979

Figura 6 – Carta aos sócios da AGB-Goiânia em 19/11/1980

Figura 7 – Cartaz do curso oferecido pela AGB-Goiânia com a participação do professor Carlos Walter Porto-Gonçalvez

Figura 8 – Cartaz do curso oferecido pela AGB-Goiânia com a participação do professor Ruy Moreira em 1983

Figura 9 – Convocação feita pela CUT à AGB-Goiânia para discutir o dia do trabalhador unificado em 1983

Figura 10 – Moção de apoio da AGB-Goiânia ao movimento grevista de professores e funcionários nas universidades em 1982

Figura 11 – Editorial do jornal *Espaço*, publicação da AGB-Goiânia, n. 1, 1980

Figura 12 - Editorial do jornal *Espaço*, publicação da AGB-Goiânia, n. 3, 1980

Figura 13 - Editorial do jornal *Espaço*, publicação da AGB-Goiânia, n. 8, 1980

Figura 14 – Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, I trimestre

Figura 15 – Sistema de conhecimento, segundo Horieste Gomes

## **Quadros**

Quadro 1 – Governadores de Goiás (1929 - 1937)

Quadro 2 – 3 geógrafos participantes do Partido Comunista Francês

Quadro 3 – Referências teóricas dos geógrafos críticos/marxistas na coletânea *Geografia: Teoria e Crítica*

Quadro 4 - Referências teóricas dos geógrafos críticos/marxistas na coletânea *Novos Rumos da Geografia Brasileira*

Quadro 5 – Artigos de Horieste Gomes publicados no Boletim Goiano de Geografia

Quadro 6 – Sumário do Boletim Goiano de Geografia, v. 1, n.1, 1981,

## **Abreviações e siglas**

ACURSS – Academia de Ciência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

AI – Ato institucional

BGG – Boletim Goiano de Geografia

BN – Biblioteca Nacional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB – Centro de Estudos Brasileiros

CEFEG – Centro de Estudos Econômico e Filosófico do Estado de Goiás

CEPAIGO – Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPRM – Companhia de Pesquisa e Recursos Naturais

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESA – Instituto de Estudos Socioambientais

INPUR – Instituto de Pesquisa Urbana e Regional de Goiás

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPLAN – Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JK – Juscelino Kubitschek

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCF – Partido Comunista Francês

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PPS – Partido Popular Socialista

RBG – Revista Brasileira de Geografia

RCT – Revolução Científica e Tecnológica

RGC – Reunião de Gestão Coletiva

SEPLAN – Secretária de Planejamento de Goiás

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDN – União Democrática Nacional

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFPR – Universidade Federal de Goiás

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UGI – União Geográfica Internacional

ULTAG – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

### **PARTE I**

Resumo, 06

Abstract, 07

Listas, 08

**Introdução, 15**

### **Capítulo 1 – Contexto formador: Institucionalização de um saber e suas transformações a partir do contexto histórico, 37**

- 1.1 Antecedentes: formação da Geografia e os conflitos que povoam a formação das primeiras gerações, 39
- 1.2 Década de 1930: revolução, insurreição, institucionalização e colonização, 55
  - 1.2.1 A Geografia Brasileira no contexto periférico, 61
  - 1.2.2 Uma militância que não transpõe para a ciência, 67
- 1.3 Militância e protagonismo com ares franceses, 71
- 1.4 Depoimento: como o contexto apresentado influenciou o imaginário de Horieste Gomes, 79

### **Capítulo 2 – O auge do Movimento e agora o “problema” do marxismo, 84**

- 2.1 Ainda hoje um debate inacabado, 86
- 2.2 Um peculiar momento na história do Brasil, 96
- 2.3 Um movimento plural, 106
- 2.4 A incorporação do marxismo a Geografia, 129

### **Capítulo 3 – Vida, militância e consolidação de um pensamento, 151**

3.1 Formação política: o cotidiano, a militância no PCB e a concepção de método, 153

3.1.2 O PCB e o marxismo-leninismo, 168

3.2 AGB: de entidade cultural profissional ao posicionamento político, 174

3.3 A participação na AGB Goiânia: o protagonismo, 187

### **Capítulo 4 – Contexto acadêmico: uma Geografia crítica/marxista de Horieste Gomes, 219**

4.1 A Geografia produzida em Goiás, 221

4.2 O Boletim Goiano de Geografia: expressão de uma posição político/acadêmica, 242

4.3 Uma síntese: a Geografia marxista de Horieste Gomes, 261

### **Conclusão, 284**

### **Referências Bibliográficas, 290**

## **PARTE II**

### **Entrevistas, 299**

5.1 Ruy Moreira, 300

5.2 Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 318

5.3 Francisco Mendonça, 331

## INTRODUÇÃO

### **Algumas explicações**

A natureza do trabalho que será apresentado não é comum no pensamento geográfico brasileiro. Somente raras pesquisas da Geografia se preocupam em discutir seus principais expoentes. Diferente de outros campos do conhecimento, como a sociologia, a história, etc., a Geografia pouco se interessa em debater e aprofundar uma obra de um importante geógrafo. A razão disso pode ser o seu tradicional pouco apetite em discorrer e debater sobre teoria, também, pode ser o fato dela ser, ainda, uma ciência que se preocupa mais com o contemporâneo do que com o passado. Todavia, esta pesquisa se insere no rol de escassos trabalhos que tentam entender um pensamento em um determinado contexto. Sempre procurando contribuir para o entendimento da história do pensamento geográfico, seja na escala local, regional ou nacional.

Mais raro do que trabalhos relacionados a autores da Geografia é de que o “personagem” escolhido: - Horieste Gomes -, que ainda encontra-se em plena atividade intelectual. Pesquisas deste tipo normalmente nomeiam autores que tiveram contribuições marcadas temporalmente. Isto é, estudiosos que deixaram sua marca intelectual, mas que não produzem mais pesquisas. Horieste Gomes, apesar de não ser tão moço – ele nasceu na década de 1930 – está intelectual e fisicamente em plena forma.

Diante disso, corre-se nesse estudo um grande risco, a saber: desta tese ser lida pelo autor e, ele rechaçar boa parte das considerações feitas. No entanto, há um fato positivo: estando Horieste Gomes em pleno vigor, pudemos ter contato pessoalmente com ele a todo momento e, com isso tirar as dúvidas que pensamos ser relevantes. Assim, se por um lado existe o perigo de não sermos plenamente fieis ao pensamento do autor e realizar uma rotulação de sua obra, por outro, temos a possibilidade de evitar que isso ocorra, já que o contato com ele foi constante.

Cabe, nesse texto, mais um esclarecimento: além do constante contato com Horieste Gomes, principalmente por meio das entrevistas realizadas, o autor possui várias publicações em que expõe um pouco de sua trajetória pessoal, como também trata de importantes teses sobre vários temas da Geografia, dentre os quais, o debate acerca do Movimento de Renovação da Geografia. Por isso, já alertamos o leitor para o grande número de citações de forma direta de Horieste Gomes presentes neste trabalho, seja na forma de entrevistas ou de textos. Não foi possível reduzir tais citações de maneira indireta, já que o preponderante é dar voz ao autor.

Como última explicação, salientamos que a obra de Horieste Gomes é imensa, vários são os trabalhos produzidos por ele e, boa parte deles ainda não foi publicada. Por isso, focamos em um assunto específico de sua obra: textos que versam sobre a temática do pensamento geográfico e precisamente o Movimento de Renovação. Daí a justificativa do título *Geografia, militância e marxismo*. Tal designação parece um tanto pretenciosa, mas entendemos que é ela é a que melhor sintetiza o conteúdo que estamos apresentando.

### **As nossas escolhas**

Como aluno de graduação, nos idos de 2002, nem sempre estava atento aos debates relevantes aos mais diversos temas. No entanto, chamava-me atenção as discussões acerca da Geografia enquanto ciência<sup>1</sup>. Recém-egresso do Ensino Médio de uma escola pública, na qual dividia o tempo com o trabalho de auxiliar administrativo, não tinha muita noção do que poderia ser uma ciência, o método científico ou as correntes de pensamentos dentro dela, bem como não imaginava o que seria a Geografia. Apesar disso, a tentativa de entender a Geografia e a sua cientificidade me era instigador.

---

<sup>1</sup>Nessa parte do trabalho irei escrever em primeira pessoa, pois minha história pessoal tem a ver com a problemática da pesquisa.

Já na Universidade, ficava maravilhado com os debates filosóficos, tendo como referência as diferentes concepções de ciência. Refiro-me a Descartes, Comte, Marx<sup>2</sup>, entre outros. Claro que havia uma ideia do que me era mais coerente e, que eu sempre buscava estudar e compreender um pouco mais do que as outras. Como havia me originado de uma classe baixa da sociedade, ligado cotidianamente ao trabalho, as tendências transformadoras ou revolucionárias sempre se destacavam. Busquei, então, entender aquilo que me era novo – a Geografia – de uma forma que conseguisse abarcar a totalidade das relações entre os espaços físicos e humanos na tentativa de transformá-los. Assim, a Geografia foi, para mim, um caminho que me possibilitaria um entendimento da realidade e uma intervenção nela, tendo como princípio buscar identificar as contradições existentes na sociedade, principalmente as sociais encontradas no modo de produção capitalista. Por isso, entender a Geografia e a sua cientificidade foi extremamente importante para mim.

Certa vez, em uma aula da disciplina Teoria e Método em Geografia<sup>3</sup>, no meu primeiro ano de graduação, fiz a seguinte indagação ao meu professor: se a Geografia estuda a relação entre o homem e o meio (essa era a definição de Geografia até então entendida), qual era definitivamente o objeto de estudo dela, e mais, quais os instrumentos utilizados para que esse objeto de estudo fosse entendido? Para que a questão tivesse um pouco mais de drama, enfoquei que estava frustrado com o que havia encontrado até então sobre aquela disciplina e, pensava seriamente em abandonar o curso para poder realmente fazer ciência. Também exemplifiquei, dizendo que a Geografia não passava de uma ciência de síntese, na qual se tentava realizar estudos de objetos de outras ciências já estabelecidas, visto que ela estuda Astronomia, no

---

<sup>2</sup>Faço menção as publicações que norteiam debates epistemológicos, tais como: *O discurso de o método* de René Descartes; o *Curso de Filosofia Positiva* de Auguste Comte e; *O Capital* de Karl Marx.

<sup>3</sup>Essa disciplina era da grade curricular do primeiro ano da graduação da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Pires do Rio, onde iniciei meu curso de graduação. Logo nos anos seguintes, transfere-me para a Universidade Federal de Goiás, onde terminei os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Geografia.

entanto, o espaço sideral, as galáxias, as estrelas são objetos dos astrônomos; pesquisa Geologia, entretanto, o entendimento da crosta terrestre e sua dinâmica é cargo do geólogo; a Geografia estuda a sociedade, porém as relações sociais que se dão na sociedade são objeto do sociólogo. Resumindo, qual o objeto de estudo dessa ciência<sup>4</sup>? O debate então foi aberto. Penso que o professor ficou feliz com essas questões que provocaram algumas polêmicas.

Toda angústia expressa naquela pergunta não era somente minha, mas também de um grande número de colegas, que, às vezes, podem, ainda hoje, não ter sido respondida. A discussão foi proveitosa e suscitou certa polêmica entre os discentes.

O professor fez algumas considerações de que me lembro bem. Ele disse algo, como: “A Geografia é a ciência totalizante, de conhecimento universal, uma ciência em que não há divisão, etc.” O interessante, no meu ponto de vista, foi o debate aberto e as proposições realizadas pelos estudantes daquela sala de aula. Os alunos me olharam assustados e começaram a dar as opiniões que possuíam. Claro que não se poderia esperar uma discussão filosófica aprofundada, afinal, muitos, assim como eu, tinham saído de escolas públicas, e o contato com a Geografia não estava em uma esfera transformadora.

Dentre as falas realizadas naquela noite, a que mais chamou minha atenção foi o apontamento de um colega fazendo uma comparação entre a Geografia e a Medicina – aliás, uma comparação que serviu para elevar o ego das pessoas, já que médico é a profissão mais respeitada por excelência, tanto é que o graduado já possui *status* de doutor. Nessa comparação, o aluno enfocou que o geógrafo, assim como o médico, tem uma formação geral, ou seja, o médico possui uma concepção abrangente

---

<sup>4</sup> Vale ressaltar, que existe uma rica discussão acerca da Geografia e sua cientificidade. Nesse sentido, alguns autores vão colocar que a discussão do objeto, além de ter um viés positivista, não consegue abarcar toda a complexidade de definições necessárias. Entretanto, entendo que na estrutura científica cartesiana que se encontra o conhecimento é bastante razoável a compreensão da ciência pelo seu objeto de análise. Naquele período, essa definição, para mim, era ainda mais relevante.

do corpo humano, em razão das disciplinas que ele cursa na sua graduação. Entretanto, para exercer profissionalmente a medicina, o profissional opta por realizar um estágio de residência médica em uma especialidade, seja ela cardiologia, neurologia, ginecologia, urologia, pediatria, etc. Na tentativa de resumir sua fala, seria assim: um profissional da área da medicina estuda aproximadamente seis anos para obter o certificado de conclusão de seu curso; no entanto, especializa-se e trabalha em uma única área, havendo na sua formação uma concepção mais abrangente do corpo humano. Comparando com a Geografia, posso dizer que o geógrafo possui uma formação também ampla, já que possui uma visão geral das áreas humanas e naturais. Por conseguinte, é necessário que o geógrafo se especialize em alguma área com a qual mais se identifique. Dessa forma, o mercado de trabalho será mais promissor. Essa opinião do colega foi a mais marcante naquele debate e ainda hoje me faz lembrar o meu primeiro ano de graduação.

Essa comparação – entre o médico e o geógrafo – não me foi muito satisfatória, mesmo sendo uma mensagem para o ego. A grande questão que ficava no ar era a seguinte: se a Geografia é uma ciência abrangente, necessitando de uma especialização no final da graduação, não seria mais interessante que, ao invés de cursar graduação em Geografia, eu fosse direto para um curso que me desse já uma visão especializada dos fenômenos? Se fosse para me especializar em Geologia, teria feito graduação em Geologia, da mesma maneira, se fosse me especializar em Astronomia, Sociologia, Biologia, etc. Mas, “eu não quero ser geólogo, astrônomo, sociólogo ou biólogo. Quero ser geógrafo. Será que isso não será possível?”, pensei.

Esse fato que ocorreu no início de minha graduação tem um pano de fundo bastante complexo. Está apresentada a discussão acerca de qual o lugar da Geografia no campo científico, debate já apresentado por Richard Hartshorne, na década de 1930<sup>5</sup> e, por autores anteriores a ele.

---

<sup>5</sup>Refiro-me ao livro publicado pela Associação de Geógrafos Americanos, de Richard Hartshorne, intitulado *The Nature of Geography*, de 1939, em que muitas das questões

Também posso relacionar esse fato à sempre discutível inserção do campo do geógrafo no mundo do trabalho. Ou seja, como a ciência geográfica pode formar um profissional que dê conta das demandas apresentadas na sociedade atual, de modo que possa de alguma forma ser atraente à sua carreira? São todas situações que passam pela cabeça de diversas pessoas, principalmente daquelas que estão buscando, a partir da universidade, não só conhecimento, mas uma carreira profissional. Para tanto, esse debate não ocorreu apenas nos primeiros anos da graduação, com os alunos recém-saídos do ensino médio, muito deles de escolas públicas, com um ensino ainda aquém da real necessidade. Esse debate perpassa a história do pensamento geográfico.

Ademais, posso enumerar os pontos debatidos naquele dia e verificar que a discussão apresentada é tema de falas, palestras, livros, artigos, aulas de muito tempo, e que aquelas preocupações são também, em grande parte, de um grande número de geógrafos, principalmente daqueles ligados ao campo da epistemologia. Foram estes os pontos destacados:

1. a Geografia é uma ciência de síntese;
2. é uma ciência generalista;
3. é um saber não científico;
4. não consegue interpretar a realidade sem sair do senso comum;
5. não atende ao mercado de trabalho;
6. não possui objeto definido;

---

apresentadas nesta tese são discutidas. Esse livro não foi traduzido para a língua portuguesa. Mais tarde, Hartshorne publica outro livro que irá sintetizar os debates ocorridos a propósito do *The Nature of Geography*, com o título no original *Perspectives on the nature of Geography*, no ano de 1966. Esse sim, teve larga difusão no Brasil, com duas traduções; uma supervisionada por Fábio Guimarães, traduzida como *Questões sobre a natureza da Geografia*, de 1969, e outra supervisionada por Armando Correa da Silva, que recebeu o título de *Propósitos e natureza da Geografia*, de 1978.

7. utiliza de métodos de outras ciências para realizar suas investigações;

8. pode ser, em possibilidade, um saber transformador.

Além dessas temáticas estarem presentes na história, elas também foram pauta de debates acerca da grade curricular e políticas educacionais do ensino fundamental e médio.

Na França, a polêmica sobre a validade e a necessidade dessa disciplina foi presente nos debates políticos. Na obra *Geografia e modernidade*, Paulo Cesar da Costa Gomes (2003) descreve episódio que ocorreu no início dos anos 1990. Na época, a nova grade curricular dos cursos das escolas secundárias francesas estava sendo revista. Várias pessoas e intelectuais de renomado saber foram nomeados para a reformulação do currículo das escolas secundárias francesas, dentre eles, o sociólogo Pierre Bourdieu. Entre as suas propostas, estava aquela que defendia a redução da carga horária da disciplina de Geografia. O argumento de Bourdieu, bem como de um número considerável de intelectuais, baseava-se em uma antiga discussão, conforme demonstra Gomes (2003, p.09):

Argumentos bastante conhecidos vieram novamente à tona: a geografia nunca teria produzido resultados suficientes para fazê-la figurar ao lado das disciplinas “verdadeiramente” científicas; ela pretende integrar quase todos os ramos do saber, mas, na verdade, não ultrapassa o patamar das relações banais entre natureza e cultura; jamais teria se libertado dos estreitos limites de uma tautologia empirista; e se satisfaz com análises simplistas de relações superficiais, sem se elevar ao nível de abstração requerido pela ciência moderna; enfim, ela seria uma ciência “abortada”, segundo os julgamentos críticos mais severos.

Assim, o assunto trazido à tona por Bourdieu (*apud* Gomes, 2003) e outros intelectuais não é novo para os que estudam a Geografia. Aliás, era novo para os graduandos do primeiro ano do curso de 2002, mas, no geral, é um debate já calejado. Vale ressaltar, que as correntes do pensamento geográfico conseguem, de alguma forma, dar respostas a essas questões. No entanto, não há uma universalização aceita em

relação a tais definições. Além das motivações pessoais, existem também as acadêmicas. Espera-se que pesquisas deste tipo possam contribuir com o debate epistemológico e colocar em pauta os conflitos presentes em uma boa parcela dos geógrafos.

### **Justificativas, metodologia e método**

A Geografia, nas diferentes correntes de pensamento, sofreu transformações ao longo do processo histórico possibilitando que houvesse uma mudança, ou ruptura com pensamentos anteriores. Isso ocorreu dentro da própria ciência e está ligado às mutações transcorridas ao longo da história da própria sociedade e, por conseguinte, de como essa sociedade lida com o saber, seja ele científico ou não. A passagem da “Geografia Tradicional”<sup>6</sup> ou Clássica para uma Geografia Quantitativa, dessa para um Movimento de Renovação e agora, supostamente, para o pluralismo está ligada ao contexto social e político de cada época.

Essas transformações ocorridas ao longo do processo de formação e constituição do pensamento geográfico são protagonizadas por instituições, livros, artigos, congressos, etc., mas, sobretudo, por pessoas, indivíduos, que carregam em sua história, além das características de um tempo, trazem consigo, também, a esperança de mudança. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo: realizar uma trajetória do pensamento do geógrafo goiano<sup>7</sup> Horieste Gomes, balizando-se principalmente na sua participação no Movimento de Renovação da Geografia. Por isso, a questão a ser considerada é: quais ideias desse autor contribuíram para a consolidação da Corrente Crítica/Marxista dentro da Geografia brasileira?

---

<sup>6</sup> Esclarecemos que o termo “Tradicional”, hoje amplamente debatido, não pode ser tratado, como muito já o foi, de uma forma caricatural. Embora se reconheça que um número elevado de trabalhos e autores do passado não conseguiam sair do velho e criticado método descritivo, temos, também, que entender que inúmeros outros autores avançaram consideravelmente no pensar e fazer geográfico.

<sup>7</sup> Apesar de ter nascido no estado de São Paulo, no ano de 1933, mudou-se para Goiânia, já em 1939, por isso o consideramos goiano, como ele próprio se considera.

Denominamos de corrente Crítica/Marxista, por entender que o Movimento de Renovação da Geografia, designado por muitos como Geografia Crítica, vai além da incorporação da teoria marxista a Geografia, caracterizando-se por um movimento mais plural do que hegemônico. No decorrer do trabalho esse debate será melhor apresentado.

Na tentativa de buscar resolver o problema das terminologias, estabelecemos que Geografia Crítica foi o processo de abertura a novas abordagens, tendo como principal característica o questionamento do saber produzido até então. Desse modo, para diferenciar a corrente que incorpora o marxismo das demais, iremos denominá-la de Crítica/Marxista. Isso possibilita distingui-la das correntes do pensamento geográfico que também fizeram parte do Movimento Renovação da Geografia, portanto entendemos que essa corrente foi quase homogênea nesse movimento, no entanto, não foi única. Um dos autores que produziu publicações e contribuiu para a consolidação da Geografia Crítica/Marxista foi Horieste Gomes.

Para Moreira (2010), Horieste Gomes se junta a outros intelectuais que buscaram realizar uma teoria geral da Geografia, dentre eles: Josué de Castro, com *A Geografia da fome* (1946); Aziz Ab'Sáber, com *Os domínios de natureza no Brasil* (2003); Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e *A Teoria e o clima urbano* (1976); Bertha Becker e *A Geopolítica da Amazônia* (1982); Milton Santos, com *A Natureza do Espaço* (1996); Armando Correa da Silva, com *A Geografia e o lugar social* (1989) e; Horieste Gomes, com *Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia* (1991).

Somente por figurar no rol de renomados intelectuais da ciência no Brasil já seria uma justificativa para a realização de tal pesquisa. No entanto, o que nos move vai além dessa perspectiva: é o reconhecimento de que o pensamento de Horieste Gomes se soma a uma série de outros argumentos para a consolidação do pensar Crítico/Marxista na

Geografia. Ele está entre os pensadores que se incumbiram de realizar uma difícil tarefa: casar a teoria marxista, especialmente os conceitos, com a ciência geográfica. Além de ser emblemático nas suas concepções, na ideologia, no comprometimento político, na busca pela totalidade, na relação homem/natureza, em sua *práxis*, no pensar o espaço, etc.

Portanto, partimos de dois temas que se aglutinam em um mesmo assunto: primeiro, entender o Movimento de Renovação da Geografia nas suas diferentes escalas; segundo, compreender como a obra do autor se insere no contexto histórico para alimentar os argumentos de uma ruptura<sup>8</sup> do pensamento clássico e teórico.

Para subsidiar tal pretensão, será útil teorias e métodos que conseguem apreender o pensamento científico além de uma abordagem puramente restritiva ao interior de cada ciência. Machado, Lia (2000) destaca que há duas visões quanto aos estudos sobre a história do pensamento geográfico. A primeira chamada de internalista, em que a história é analisada, tendo como foco apenas a evolução da Geografia “[...] tudo acontece como se fosse resultado de uma evolução interna à geografia.” (MACHADO, LIA p. 2). Ou seja, ela seria autossuficiente. A outra visão é de que existem outros fatores que contribuem para que haja mudança na perspectiva geográfica ao longo de sua história, sendo denominada de externalista. Nessa visão, o contexto de inserção da ciência é influenciado pelo contexto histórico de cada momento. “A evolução da geografia é explicada pela influência do ambiente histórico sobre ela.” (MACHADO 2000, LIA p. 03).

Apesar de entendermos, bem como Capel (2007), de que não há separação entre os elementos ou visões internas e externas, há críticas que se possa fazer, em especial, ao considerarmos o cenário socioeconômico como determinante para que essas transformações nas ciências ocorram. É o que defende Berdoulay ([1981] 2003), ao

---

<sup>8</sup> Utilizamos aqui o termo ruptura por entender que esse processo foi marcante. No entanto, sabemos que não há uma ruptura total e nem um abandono completo de tudo que até aquele momento foi produzido.

argumentar que esse tipo de abordagem se torna bastante simplista, no sentido de procurar na evolução do pensamento apenas os fatores sociais e econômicos para justificar tais mudanças.

Para tanto, Berdoulay ([1981] 2003) propõe um método para realizar pesquisas que tenham como objetivos compreender a história do pensamento geográfico. Esse método é denominado de *abordagem contextual*<sup>9</sup> e, consiste, resumidamente, nas seguintes concepções:

1 – os pressupostos: o primeiro afirma diz que existem sistemas de pensamentos em mudança e continuidade de certas ideias; o segundo estabelece que “[...] não há dicotomia radical entre fatores internos e externos da mudança científica.” (BERDOULAY [1981] 2003 p.51);

2 – não se pode desconsiderar nenhuma tendência da Geografia, mesmo aquelas que já desapareceram, bem como não se deve hierarquizar as tendências apresentadas;

3 – realizar estudos aprofundados das principais questões que envolvem uma sociedade, mesmo que, à primeira vista, determinados fatos possam não ter influência na Geografia;

4 – não adotar nenhum conceito de “comunidade científica”, mas ampliá-lo para entender um “círculo de afinidades”. “Essa é a única forma de analisar as ideias de geógrafos que permanecem isoladas, mas cujo círculo de afinidades é muito revelador.” (BERDOULAY [1981] 2003 p.52);

5 – verificar mais as razões de uma ideia do que necessariamente a própria ideia. “O contexto, então, explica melhor a originalidade da síntese de uma série particular de ideias sustentadas por um indivíduo ou um grupo [...]” (BERDOULAY [1981] 2003 p.52).

Em síntese, Berdoulay ([1981] 2003) estabelece que

---

<sup>9</sup> O método escolhido está próximo da Análise do Discurso. No entanto, se dará mais atenção aos aspectos do contexto de vida do momento histórico que aos aspectos linguísticos. Isso não implica abandonar as ferramentas da Análise do Discurso, como a realização de entrevistas. A construção de uma pesquisa baseada nesse método pode ser observada em GRIMM (2011)

A abordagem contextual, quase sem formalização como se encontra, serve como uma moldura abrangente para analisar a conjunção da lógica interna e do conteúdo da ciência com o contexto no qual o cientista está situado. Destacando os elos que unem a mudança no pensamento geográfico ao seu contexto, estaremos na melhor posição para avaliar, e aprender com as contribuições criativas de indivíduos notáveis (BERDOULAY, [1981] 2003, p. 52 - 53).

Traçamos, assim, nosso caminho a ser seguido para a execução de tal trabalho. Contudo, reconhecemos autores que separam fatores internos e externos na construção do pensamento geográfico. Dessa forma, concordamos com Capel (2007) e com Berdoulay ([1981] 2003), quando alegam não haver separação entre essas duas visões. A respeito da abordagem contextual, duas concepções nos parecem bastante interessantes para a construção desta pesquisa: realizar estudos que envolvam uma sociedade e verificar as razões de uma ideia dentro de um contexto histórico. Desse modo, não abandonamos a interpretação mais processual de entendimento da sociedade, como a que engloba: modo de produção capitalista, divisão internacional do trabalho, imperialismo, etc., da mesma forma não deixaremos de pesquisar alguns meandros mais íntimos da vida de Horieste Gomes. É preciso reconhecer os contextos de vivência do sujeito pesquisado para indicar que cada um desses contextos pode, de alguma forma, influenciar no sistema de pensamento. Para isso, é necessário identificar os lugares onde viveu, onde lecionou, as instituições políticas das quais participou, como associações, partidos, etc.

Concordamos, desta maneira, com Geiger (1988, p. 60) quando expõe que:

Uma abordagem histórica do desenvolvimento da Geografia no Brasil deve contemplar aspectos macro e micro, integrados numa estrutura única. Os aspectos macro referem-se:

- ao processo histórico geral do país e do mundo e às ideologias a ela vinculadas; e
- ao movimento específico das ideias geográficas no mundo e à forma pela qual são absorvidas no país as ideias provenientes do exterior.

Quanto aos aspectos micro, referem-se:

- ao perfil sociológico e intelectual dos sujeitos pensantes da Geografia. (p. 60)

Nesse sentido, considera-se Horieste Gomes como um nome de referência em Goiás, quando nos referimos à Geografia. Uma vez que ele produziu inúmeros artigos e livros, foi professor universitário no período de difusão dos pensamentos radicais, exilado durante o governo militar, só retornando ao Brasil com a Lei da Anistia, além disso, participou ativamente de um partido político de esquerda, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entendemos que tanto os aspectos macros, quanto os micros devem ser mencionados numa interpretação do seu pensamento.

Horieste Gomes se pautou ao longo de sua vida pela coerência. Isto é, levou para sua existência aquilo que pregava no seu discurso, seja como professor ou dirigente partidário. De tal maneira, que sempre se ouvia relatos informais que comprovavam tal coerência. Seus alunos sempre diziam que ele criticava o consumismo, tanto nos textos como nas aulas e, seguia isso também em sua vida. Um relato que não foi formalizado em uma entrevista, mas sim em uma conversa livre, dá um pouco o tom do que estamos afirmando. Em uma prosa com Horieste Gomes, ele descreve que tinha tudo para comprar uma casa em um bairro de Goiânia, preço combinado, forma de pagamento etc. Quando estava para fechar o negócio descobre que o dono do imóvel tinha sido um delegado de polícia e um agente da ditadura. Desfez de imediato o acertado, mesmo que isso tenha lhe rendido algumas palavras de baixo calão por conta do ex-delegado. Ou seja, pessoas com a história dele não podem fazer negócios com gente daquele tipo. Isso é um grande sinal de coerência.

Horieste Gomes é, neste texto, entendido não só como autor, intelectual, marxista, político-partidário, etc., mas também como ser humano, que sofreu com perseguições, foi exilado, professor e é torcedor do Atlético Goianiense. Portanto, iremos além do acadêmico, das análises de suas obras, pensando também em uma possibilidade para todo o imbróglio exposto.

Diante de uma obra e uma pessoa de um pensamento complexo, o recorte temático escolhido é o Movimento de Renovação da Geografia. Desse modo, o recorte temporal será primordialmente as décadas de 1970 e 1980. Foi nesse período que houve uma maior produção e circulação das ideias ligadas ao Movimento de Renovação da Geografia. É nesse momento, principalmente na década de 1980, que Horieste Gomes produz grande parte de sua obra, tendo como perspectiva uma abordagem crítica. A fase escolhida nos possibilitará entender o debate do surgimento do Movimento, bem como do processo de sua consolidação, sendo fundamental para nós compreendermos o papel do autor escolhido nesse processo.

O recorte temporal, no entanto, não será rígido. Isto é, não podemos ignorar os acontecimentos que estão fora desse período. Por isso, compreender o contexto histórico da formação humana e intelectual de Horieste deve nos remeter a alguns episódios marcantes dos anos de 1920 em diante. Tais eventos foram, de certo modo, a gênese do pensar crítico desse autor.

Não é intenção realizar uma bibliografia de Horieste Gomes. Este trabalho se foca na sua participação em uma determinada corrente do pensamento geográfico: a Geografia Crítica. Por isso, os rumos da investigação perpassam pelo histórico de vida do autor: sua formação enquanto militante político; a sua formação enquanto acadêmico e; as suas publicações, considerando o contexto social e histórico de sua vivência.

Considera-se, portanto que houve um movimento político e, posteriormente, acadêmico no mundo e também no Brasil, iniciado nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Tal movimento teve grande influência nas transformações ocorridas no país. Podemos ponderar que isso só se deu pela participação de militantes políticos engajados em movimentos sociais e partidos políticos que possuíam uma criticidade, fomentada justamente pelo momento histórico posto. Entre esses intelectuais

militantes está a figura de Horieste Gomes – um dos geógrafos goianos que mais investiu, por meio de livros e artigos, na formação e consolidação de uma Geografia Crítica/Marxista.

Isso, a nosso ver, só foi possível por uma série de elementos que se juntam em um contexto único. Primeiro, a militância política, tanto nos movimentos estudantis quando era do Partido Político. Depois, pela profissão, ou seja, como professor na Universidade Católica de Goiás (UCG), hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e Universidade Federal de Goiás (UFG) e, também, na constante e intensa participação na Associação dos Geógrafos Brasileiros, tanto em nível nacional, quanto local. Por último, a incorporação da Teoria Marxista na Geografia, tentando alimentar em nível acadêmico universitário aquilo que se passava nas ruas. Ou seja, a formação militante contribuiu sobremaneira para que o autor se tornasse um geógrafo crítico/marxista.

Portanto, ponderamos que o pensamento de Horieste Gomes se junta a de outros geógrafos que possuíam um engajamento político para construir uma Geografia de concepção transformadora. Apesar de a obra do referido autor ser diversificada em relação à temática, ele se mostra um leitor ligado ao marxismo-leninismo e, tenta, a partir de suas concepções, consolidar um pensar crítico/marxista na Geografia.

Partimos do seguinte pressuposto: a Geografia produzida em Goiás e no Brasil, atualmente, compreende um conflito baseado em duas grandes tendências: uma ala que, de alguma maneira, embora fazendo autocrítica dos arroubos do movimento de renovação crítica dos anos 1980, conserva os seus princípios, especialmente ao constituir pesquisas críticas ao modelo das espacialidades capitalistas e; outra, esmerada no patrocínio e no afã de seguir os mandamentos do mercado. Defendemos que esse conflito não se espelha nos temas e nos campos da Geografia apenas, mas no modo de definir teórico e metodologicamente a pesquisa e nos sentidos pelos quais a produção se motiva.

Para a elaboração da pesquisa, pautamo-nos em resolver a problemática anteriormente exposta, qual seja: como se deu a participação de Horieste Gomes e qual a sua contribuição para o Movimento de Renovação da Geografia?

Tal questionamento implica abordarmos temas e assuntos relacionados ao Movimento de Renovação da Geografia e da Teoria Marxista. Salientamos que o embasamento teórico/prático da *abordagem contextual*, já mencionada, possibilitar-nos-á alcançar o resultado esperado. Para tanto, obedecemos aos seguintes procedimentos:

1. levantamento bibliográfico acerca da temática apresentada. Ou seja, uma revisão aprofundada da literatura acerca da constituição e consolidação do Movimento de Renovação da Geografia e da Teoria Marxista. Isso tornou possível entender como esse processo se desencadeou no período apresentado e como a Geografia absorveu essas mudanças. Percebendo, desse modo, uma pluralidade desse movimento;

2. levantamento bibliográfico da obra de Horieste Gomes. Assim, traçamos uma “evolução” do seu pensamento por meio dos trabalhos publicados. A ênfase maior foi dada àquelas produções que, de alguma forma, intensificam o debate acerca da Geografia, por exemplo, como em algumas publicações no Boletim Goiano de Geografia e em livros, como *Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia*;

3. coleta de documentos, principalmente na Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção Goiânia, para entendermos como se deu a participação de Horieste Gomes na formação e constituição da entidade em nível nacional e local, enfatizando que a AGB foi um marco no processo de fomentação de uma Geografia Crítica;

4. realização de entrevistas com autores que participaram efetivamente desse processo de ruptura e/ou foram pessoas próximas a Horieste Gomes. O principal depoimento é o do próprio autor, personagem de uma época singular dentro da Geografia brasileira. Também coletamos informações junto ao professor João Alves de Castro,

que viveu profundamente essa época, assim como o professor Ruy Moreira, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira e o professor Francisco Mendonça.

Todos esses procedimentos metodológicos estão relacionados entre si e, seria inviável realizar esta pesquisa sem a conclusão dessas etapas. Desse modo, estruturamos o trabalho em quatro capítulos, que apesar de estarem separados por temáticas distintas, conversam entre si para que não seja perdido o fio condutor da pesquisa.

No capítulo primeiro, *Contexto formador: a institucionalização de um saber e as suas transformações a partir de um momento histórico*, realizamos uma discussão focalizando o contexto histórico e social do período em que Horieste Gomes se forma enquanto cidadão, militante político e inicia uma vida acadêmica. Identificamos, a partir daí, que os fatos históricos conhecidos academicamente, a saber, a conjuntura política, os movimentos de esquerda, os movimentos nacionalistas etc., foram importantes para formar um sujeito crítico. Para tanto, eventos importantes, como a formação do Partido Comunista Brasileiro, a Coluna Prestes, a formação e consolidação do Estado Novo são identificados como importantes acontecimentos que povoaram o imaginário de inúmeros brasileiros, entre eles, Horieste Gomes.

É, também, nesse contexto que surge no Brasil a Geografia acadêmica. Analisada, nesta tese, a partir de sua inserção num determinado contexto político. Ressalta-se, portanto, que essa ciência nascente serve como instrumento de Governo para conhecimento e administração do seu território, daí o surgimento de cursos em várias localidades e de instituições que lidam com esse saber: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). É apresentado, a partir do exposto, que a Geografia, nesse período, se alia claramente aos projetos governamentais e ignora os debates políticos, principalmente aqueles que caminhavam mais em direção da esquerda.

Para finalizar essa parte do trabalho, é realizada uma discussão acerca da influência francesa na Geografia brasileira. Entende-se que tal influência foi fundamental para a formação e consolidação do Movimento de Renovação da Geografia. Destacamos que os trabalhos originários da França chegavam na segunda metade do século XX com certas perspectivas de mudanças e, que os autores que publicavam esses trabalhos eram militantes do Partido Comunista Francês. Para concluir, enfatizamos que o debate, até então apresentado, foi importante para a formação de Horieste Gomes mediante depoimentos colhidos durante o período da pesquisa.

No capítulo segundo, *O auge do Movimento e agora o “problema” do marxismo*, é realizado debate mais detalhado do que se tornou o Movimento de Renovação da Geografia. Gestada no pós-guerra, a transformação dessa disciplina estava ligada ao contexto do momento, destacando aí a Guerra Fria e a consolidação do movimento comunista no mundo e seus respectivos partidos nos diferentes países. Temos aí um importante pressuposto para esse momento, qual seja: o Movimento de Renovação da Geografia – apesar de ser um movimento ligado à crítica à Geografia tradicional e quantitativa – foi arquitetado fora do ambiente universitário. Ou seja, as grandes demandas políticas daquela época interferiram para que os militantes políticos obtivessem outra visão social e levassem para a academia suas convicções. Indivíduos esses que vivenciaram épocas posteriores a acontecimentos importantes da história, mas que os influenciaram, sobremaneira, na tomada de decisões políticas. Daí o entendimento de que esse período caracteriza um cenário de grandes transformações ocorridas no mundo e no Brasil.

Ao considerarmos o contexto histórico como sendo basilar para o entendimento do pensamento de Horieste Gomes, elencamos alguns importantes episódios do cenário mundial e nacional que julgamos terem influenciado o curso do saber geográfico. É nesse cenário que o pensamento marxista adentra no discurso da ciência geográfica. Tarefa difícil de ser cumprida, pois, como iremos expor, o marxismo chega ao

Brasil somente na segunda metade do século XX. Outro problema a ser ressaltado é a dificuldade que se tinha de incorporar os conceitos marxistas e o materialismo histórico e dialético, eminentemente um método das ciências humanas, a uma ciência que sempre se caracterizou pela dicotomia homem/natureza e pelo conhecimento empírico descritivo.

Para ilustrar a tamanha dificuldade de realizar essa tarefa, trazemos o debate atual sobre a Geografia Crítica e o discurso de crise dessa corrente. É nesse momento que apresentamos alguns aspectos conceituais sobre o Movimento de Renovação da Geografia e o caracterizamos como um movimento plural, com uma hegemonia do marxismo.

No terceiro capítulo, *Vida, militância e consolidação de um pensamento*, realizamos uma abordagem acerca de como Horieste Gomes leva para a Geografia suas concepções de sociedade, influenciadas pelo Partido Comunista Brasileiro. Também, nesse capítulo, focalizamos sua participação na AGB - seção Goiânia, entendendo que essa associação foi fundamental para a difusão do pensamento crítico no Brasil. Ou seja, enfocamos desde sua militância política à sua prática acadêmica. Desse modo, compreendemos que essa trajetória, pautada pelo contexto que vivenciou, teve significativa importância para que pudesse enveredar para o Movimento de Renovação da Geografia, não apenas como participante, mas como protagonista. Nesse momento, é importante pensar na figura de Horieste Gomes em diferentes aspectos: professor, escritor, intelectual, marxista, político-partidário, etc., como já mencionado.

Já no capítulo quarto, *Contexto acadêmico: uma Geografia Crítica/Marxista em Goiás*, objetivamos apresentar as contribuições do ponto de vista acadêmico, isto é, do pensamento do autor para o Movimento de Renovação da Geografia. Nesse período, ele se junta a outros autores que tiveram a preocupação de aproximar a Teoria

Marxista à Geografia. Nessa parte do trabalho, interessa-nos entender como se deu essa aproximação: houve uma tentativa de encontrar elementos geográficos na obra de Marx ou incorporar conceitos marxistas para ciência geográfica? Mais importante que responder a tal questão é compreender como se dá esse processo, ou seja, como a leitura do marxismo pode ajudar no desenvolvimento de um conhecimento visto por muitos como apenas descritivo e enfadonho?

Na segunda parte do trabalho, apresentaremos o levantamento feito por meio de entrevistas na tentativa de compreender o processo de formação, consolidação e dissipação do marxismo na Geografia e da participação de Horieste Gomes nesse processo. Para isso, foram realizadas entrevistas pessoalmente com importantes geógrafos que vivenciaram e foram protagonistas nesse período ou tiveram íntima ligação com Horieste. Os entrevistados foram: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ruy Moreira e Francisco Mendonça.

Essas escolhas não foram aleatórias. O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira foi o coordenador da coleção *Repensado a Geografia*, da editora Contexto. Coleção em que Horieste publicou o livro *A produção do espaço no capitalismo* – um livro de circulação nacional. O professor Ruy Moreira sempre esteve muito próximo de Horieste Gomes e teve uma participação relevante na formação de uma Geografia Crítica em Goiás, estando periodicamente em Goiânia ministrando palestras, conferências, cursos, etc. Já o professor Francisco Mendonça foi aluno de Horieste Gomes, quando cursou a graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás (UFG), sempre estando muito próximo dele, inclusive do ponto de vista político. Além de ter sido professor de Teoria e Método em Geografia do autor desse trabalho, quando cursou o mestrado na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Apesar dessas entrevistas estarem, pontualmente, em várias partes deste trabalho, optamos por divulgá-las na íntegra pela a riqueza que possuem.

Como tema transversal, iremos traçar a participação da Geografia em determinados projetos e momentos políticos, especialmente, àqueles relacionados ao período e/ou Movimento de Renovação dessa ciência. Dessa forma, entraremos na discussão de até que ponto existia um projeto político que influenciava a Geografia Crítica/Marxista e, também, como esse projeto foi desenvolvido dentro dessa ciência.<sup>10</sup> É o que Diniz Filho (2011) relata quando afirma que há uma contradição nesse processo, ou seja, a Geografia Crítica/Marxista utiliza conceitos marxistas para explicar fenômenos e produzir teorias anticapitalistas. No entanto, não se conseguem produzir teorias do espaço que faça uma crítica ao modo de produção capitalista, sem incorrer em um fetichismo do espaço. Segundo o autor,

O mais importante, porém, não é discutir se haveria ou não caminhos possíveis para resolver essa contradição. Ressaltar sua existência é relevante para demonstrar que a assimilação do marxismo pela geografia é muito mais problemática do que parece à primeira vista, mas carrega em si o perigo de concentrar os debates numa questão epistemológica interna à disciplina, quando na verdade **a crise da geocrítica é apenas um reflexo da crise mais ampla da teoria social crítica**. E essa crise é reflexo não só da ausência de um projeto socialista definido, mas também, e principalmente, da incapacidade desse corpo teórico explicar os avanços do capitalismo em termos de capacidade de combinar crescimento econômico, democracia e bem-estar social. (DINIZ FILHO, 2011, s/p. destaque no original)

Pensar, então, na ligação da ciência com projetos políticos, sejam eles revolucionários, reformistas ou conservadores. A necessidade desse tema aparece, visto que a Geografia já esteve ligada a grandes projetos políticos desde sua institucionalização, quais sejam: a unificação alemã, através da difusão do nacionalismo patriótico e a utilização do conceito de Espaço Vital cunhado por Friedrich Ratzel; a expansão colonial europeia, principalmente no continente africano, tendo como argumento a noção de gênero de vida de Vidal de La Blache (GOMES, 2003;

---

<sup>10</sup> Aqui estamos nos referindo a autores que defendem certos projetos políticos e, muitas vezes, estão ligados a partidos políticos. Não se pode tratar a Geografia como uma pessoa física que escolhe caminhos políticos em certos momentos históricos. São as pessoas (atores) que realizam e pensam politicamente.

MORAES, 1986; MOREIRA, 1994). Todos esses projetos, tanto o alemão quanto o francês, estavam ligados estritamente aos interesses dos Estados-Nações a que se filiavam.

Tem-se, assim, o quadro geral que iremos discutir neste trabalho. Para tanto, partiremos do método da abordagem contextual e, tentaremos entender de que modo o pensamento de Horieste Gomes se encaixa e contribui para que o Movimento de Renovação da Geografia a partir de uma análise Crítica/Marxista se consolide nos anos de 1970 e 1980.

Pela opção metodológica e, por nossa postura acadêmica, não iremos transformar Horieste Gomes em um herói. Há sim que reconhecer o seu grande valor para a construção, difusão e consolidação de um outro modo de fazer Geografia. Isso não o exime das críticas, claro que não são críticas pejorativas. Até porque, para que o conhecimento avance de um ponto de vista dialético é preciso que algo já feito seja revisto.

**Capítulo 01**  
**Contexto formador: institucionalização de um saber e suas**  
**transformações a partir do contexto histórico**

O principal objetivo deste capítulo é compreender como o contexto a ser apresentado nas próximas páginas influenciou os caminhos que foram seguidos por Horieste Gomes. Caminhos esses que não se encontram apenas no campo acadêmico, mas também no pessoal e político. Para realizar tal missão, entendemos ser necessário um passeio histórico por alguns acontecimentos que marcaram a vida dos brasileiros e protagonizaram transformações sociais, econômicas, espaciais, etc., que foram importantes para a história do Brasil e da Geografia.

Como marco temporal, iremos partir da década de 1930. É, nesse período, que se forma a Geografia como ciência universitária, participando ativamente de um momento ímpar na política nacional: o governo nacionalista de Getúlio Vargas. É nessa mesma década que nasce Horieste Gomes.

As ideologias propagadas nessa época, tanto em nível mundial, como na escala nacional, são bem parecidas. Identificamos três principais: uma reformista, encabeçada por Vargas; outra ultraconservadora, liderada por Plínio Salgado e; uma terceira, revolucionária, que tem como grande referência Luís Carlos Prestes. A Geografia desse período e de tempos posteriores serão nutridas por essas ideias.

### **1.1 Antecedentes: formação da Geografia e os conflitos que povoam a formação das primeiras gerações**

Sob a perspectiva da análise adotada, não podemos desconsiderar o contexto de formação territorial do Brasil, visto que isso irá implicar na construção política, econômica, social e acadêmica da sociedade que se forma nesse território. Concordamos, portanto, com Moraes (2005), quando discute a formação do território brasileiro, tendo como foco a formação no contexto de periferia. Ele defende a ideia de que o território deve ser entendido como um resultado histórico e, por isso, devem ser captados os processos sociais das intervenções humanas em determinado lugar.

Sendo assim, o Brasil deve ser compreendido a partir da sua história colonial e, conseqüentemente, periférica. A colônia é vista como uma extensão territorial da metrópole, que pode ser um problema para a gestão, quando esses espaços não conseguem gerar lucros. A colônia é um território da metrópole que está juridicamente ligado a ela, entretanto a relação é definida pela exploração e dominação, pois a dependência da colônia para com a metrópole é total.

Isso acaba gerando uma ligação de dependência muito grande desse espaço colonial com a metrópole e com os lugares centrais. Situação essa que cria nesse ambiente colonizado estruturas para atender ou ser exclusivamente o centro. Desse modo, mesmo a colônia se tornando independente, a estrutura formada ainda não atende às demandas internas. Por isso, esse processo colonial deixa marcas profundas em espaços explorados. A herança da organização social, como a escravidão, é um bom exemplo do que foi deixado nesses lugares.

Para sintetizar, Moraes (2005) esclarece que apenas romper com os laços coloniais não torna esses espaços explorados independentes, pois as heranças desse processo, tais como: o sistema de produção, a estrutura política e a mentalidade, ainda vão estar presentes no cotidiano das pessoas que o habitam. Portanto, uma colônia, que chega ao status

de Estado-Nação, nessas condições, ainda é periférica. Para romper com esse passado tenebroso, é necessário ter um projeto nacional, inclusive vislumbrando a ocupação e consolidação do território, visto que é a partir desses projetos que há uma legitimação da ação do Estado, uma defesa e ocupação de fundos territoriais (áreas pouco povoadas). Nesse sentido, o Brasil seria um território a se ocupar e, um Estado a se construir.

Não se pode desconsiderar a característica da formação do território e Estado brasileiro, uma vez que elas vão influenciar demasiadamente a construção de inúmeras posturas de variados temas, entre eles, a ciência e, porventura, a Geografia. Isso também é importante ao se ponderar sobre o desenvolvimento brasileiro se dá de forma bastante heterogênea, ou seja, as áreas litorâneas sempre tiveram maior número de habitantes e, conseqüentemente, tiveram uma maior dinâmica econômica, política, social e acadêmica.

O desenvolvimento da Geografia, enquanto ciência institucionalizada, se insere nessa perspectiva. Isto é, os primeiros cursos de graduação surgem nas regiões mais dinâmicas do país: primeiro, em São Paulo e, posteriormente, no Rio de Janeiro. Somente anos mais tarde é que os cursos de Geografia se espalham pelo o restante do Brasil, incluindo Goiás. Por isso, ao se levar em conta que há uma diferença regional no país, provocada, em certa medida, pelo modelo de política internacional adotada por Portugal, entendemos que o centro do debate acadêmico também é concentrado. Somente algumas raras exceções, personagens de outras localidades se inseriram no debate acadêmico, Horieste Gomes é uma delas, pois contribui de maneira significativa para a construção e consolidação do Movimento de Renovação da Geografia.

Não há dúvida de que podemos considerar a década de 1970 e a década de 1980 como o período mais importante do Movimento de Renovação da Geografia. As publicações que marcam essa consolidação, bem como os eventos, as transformações acadêmicas e políticas se configuram nesse momento histórico. O livro de Yves Lacoste, *Geografia*,

*isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*, tem sua primeira edição no ano de 1976; *Por uma Geografia Nova*, de Milton Santos, é de 1978; *Antípoda* – revista de Geografia Radical, é de 1969 e; o periódico *Herodote* tem seu primeiro número no ano de 1976. Nessas duas décadas, inúmeros artigos foram divulgados, tendo como perspectiva rupturas metodológicas.

É nesse momento que ocorrem grandes questionamentos de parte da comunidade geográfica, tendo como foco a hierarquização do quadro social da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), culminando com o Encontro de Fortaleza, em 1978<sup>11</sup> e, a mudança estatutária, de 1979. Vale ressaltar, que a AGB sempre foi uma entidade relevante no cenário acadêmico brasileiro e, conseguir tais mudanças foram marcos muitos significativos<sup>12</sup>. Também deve se destacar o início da criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em referência à Universidade de São Paulo (USP). Apesar de já ter titulado doutores em Geografia a partir de 1944, é em 1969 que há a consolidação da pós-graduação nessa universidade com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), promovendo a criação dos cursos de pós-graduação em todo o país. Havia, portanto, uma movimentação da Geografia brasileira, nesse momento, bem como a consolidação das pesquisas atreladas aos programas de mestrado e doutorado recém-surgidos.

Todo esse processo que ocorre no terceiro quartel do século XX foi gestado anteriormente. Já na primeira metade do século passado, havia uma conjuntura internacional e nacional de debates políticos que, pouco a pouco, adentravam a Geografia. Nesse momento, identificam-se sinais de rupturas em décadas anteriores àquelas consideradas o ponto auge do movimento. Ou seja, apesar de o clímax estar especialmente na década de 1970, a gênese desse movimento é bem anterior a isso. Um

---

<sup>11</sup> Esse encontro ficou marcado pela ampla participação, principalmente de estudantes que exigiam uma democratização da entidade.

<sup>12</sup> Referimo-nos a mudança de estatuto que ocorre em assembleia, em 1979, em que se dissipa a hierarquização dos sócios da entidade. Para ver mais sobre esse processo, consultar Antunes (2008).

exemplo é o livro *Geografia Ativa*, composto de artigos de Pierre George, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e Yves Lacoste, que precede esse período e já possuía críticas a uma Geografia nos moldes tradicionais. Também o livro *Geografia do Subdesenvolvimento*, de Yves Lacoste, encaixa-se nessa perspectiva. Essas duas obras têm suas publicações no Brasil, já na década de 1960. No entanto, no original, elas são anteriores a esse período.

O fato que se pode notar ainda é outro: além do movimento ser gestado antes da metade do século passado, ele não pertence à universidade. Não é o meio acadêmico que propõe a ruptura teórica e metodológica. Ela surge primordialmente na militância política, contextualizada com os acontecimentos protagonizados naquele momento. Isso pode ser percebido nas diferentes escalas: mundial, nacional e local. No Brasil encontramos autores que viveram toda essa trajetória: contexto histórico, militância política e ruptura acadêmica. Horieste Gomes, passa por esse processo.

Compreendemos que a partir do momento social e histórico, podemos estabelecer relações com mudanças ocorridas dentro do pensamento científico, para assim, contextualizar períodos importantes para a história da Geografia. Iniciaremos com a década de 1930, como foco principal, por considerarmos que essa época marcou dois eventos importantes, principalmente no Brasil: a tomada de poder de Getúlio Vargas, instituindo sua política desenvolvimentista e; o surgimento da Geografia acadêmica, em 1934. Não poderão ser negligenciados fatos ocorridos em períodos anteriores e em outras partes do mundo. Também nos será importante verificar como, a partir desse período, forma-se no Brasil algumas ideologias que estavam atreladas às ideias difundidas em nível global.

Geiger (1988) constata três tipos de ideologias presentes no mundo na década de 1930: o socialismo vinculado a URSS; a política do *New Deal* do governo dos Estados Unidos e; o nazi-fascismo europeu.

No Brasil, as três posturas ideológico-políticas permeiam o processo nacional de desenvolvimento das forças urbanização e industrialização que, interagindo com setores agrários, levam ao fortalecimento da centralização do poder e a ascensão do Estado a nível federal. Este Estado será incumbido de comandar o desenvolvimento; em meados dos anos [19]30, o Estado brasileiro toma forma autoritária, ditadura Vargas, apoia-se no chamado populismo, instalando o Estado Novo. (GEIGER, 1988, p. 60)

Ser-nos-á útil a argumentação minuciosa de que o Movimento de Renovação da Geografia, mais precisamente aquela de influência marxista, tem sua configuração através da mediante a militância política. Assim, não poderemos deixar de analisar a conjuntura política do momento de gestação, desenvolvimento e consolidação desse movimento na Geografia. Pelo mesmo motivo, encaramos o contexto histórico enraizado na formação humana, política e acadêmica de Horieste Gomes. Os eventos, nacionais ou internacionais, ocorridos na primeira metade do século XX, contribuíram para o despertar crítico desse autor.

No mundo, ou melhor, na Europa e Estados Unidos, a década de 1930 tinha características muito especiais. Na economia, havia ainda os resquícios da crise planetária que ocorrera no ano de 1929. Acontecimento que influenciou economicamente vários países ao redor do mundo. Na política, encontrava-se esse período entre dois eventos bélicos, únicos na história da humanidade: a Primeira Guerra (1914 – 1918) – um passado tão próximo para boa parte dos Estados europeus, ainda com feridas abertas que o pouco tempo não foi capaz de cicatrizar e; a eminência de outro combate entre os poderosos países do planeta. Um outro conflito era quase certo devido aos episódios ocorridos durante os anos de 1930, como demonstra Howbsbawn (1995, p. 44).

[...] a instabilidade da paz pós-1918 e a probabilidade de seu colapso, é inegável que o que causou concretamente a Segunda Guerra Mundial foi a agressão pelas três potências descontentes, ligadas por vários tratados desde meados da década de 1930. Os marcos miliários na estrada para a guerra foram a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931; a invasão da Etiópia pelos italianos em 1935; a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola de 1938; o estropiamento

posterior da Tchecoslováquia pela Alemanha no mesmo ano; ocupação alemã do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939 (seguida pela ocupação italiana da Albânia); e as exigências alemãs à Polônia que levaram de fato ao início da guerra.

Além do delicado cenário político da Europa ocidental, havia reviravoltas no mundo soviético. A Revolução Russa de 1917 ainda assombrava várias partes do mundo. A expansão do socialismo poderia se consolidar em outros lugares que não fosse estritamente o Leste Europeu. No debate interno ocorria, logo após a tomada de poder pelos bolcheviques, uma disputa para a sucessão do líder soviético Vladimir Lênin – morto em 1924 – entre Trotsky e Stalin. Com a vitória do segundo, houve incontestáveis consequências para, o posteriormente chamado, “Segundo Mundo”.

Os países centrais estavam, nesse período, passando por mudanças significativas atreladas a ideologias que eram contraditórias. Mais adiante, essa visão de mundo particular, especialmente de dois lados – comunistas e capitalistas –, também irá exercer importantes modificações no campo científico.

Os anos [19]30 revelam diversas formas da ascensão do Estado como instrumento de intervenção da vida social. Representam, também, uma fase na qual as grandes ideologias se traduzem de forma explícita em ideologias de Estado, se popularizam e se enfrentam em nível universal. Na URSS, desenvolve-se, isolado, o primeiro Estado socialista, na forma hoje designada, de modo mais simplificado como stalinismo. Nos Estados Unidos, o *New Deal* de Roosevelt abre o caminho para o Estado assistencial e previdenciário no seio do capitalismo keynesiano. Na Europa, o fascismo nacional italiano segue-se a implantação nazista, nacional, mas com um projeto universal. (GEIGER, 1988, p. 60)

Os centros do mundo, que mais adiante também seriam centros de difusão do conhecimento geográfico, passavam por alterações profundas nesse momento. Segundo Claval (2006), a Grã-Bretanha enfrentou o problema do desemprego obrigando o governo a lançar política de ordenamento do território; nos Estados Unidos, graves problemas ambientais estavam ocorrendo por conta de uma exploração não controlada dos recursos naturais; na Alemanha, havia a política de

integração territorial por meio da modernização da infraestrutura de transporte; na União Soviética, iniciou-se a planificação centralizada do território, logo, da economia. Enfim, o mundo estava em processo de mudança significativa. Por isso, a ciência também devia acompanhar essas transformações. Afinal, é preciso ter ferramentas que possam contribuir para uma efetiva ação no espaço e não ficar apenas nas descrições e interpretações clássicas da Geografia regional.

Era necessário, portanto, que o sistema de pensamento seguisse as transformações ocorridas naquele período. Pode-se perceber que a Geografia já não tinha uma fidedignidade completa com relação às suas interpretações, já que havia profundas alterações no espaço mundial, o que vai permeando, de algum modo, o pensamento científico nas mais distintas visões. Claval (2006) aponta que o mundo pós-guerra se modifica, bem como o entendimento sobre esse mundo, principalmente os procedimentos adotados pelas Ciências Sociais, que também mudariam. Outra modificação foi na hegemonia científica, já que ela não se concentrava mais no continente europeu, outros centros “quebraram” essa supremacia, como os Estados Unidos e a União Soviética. “Assim, de uma posição de virtual monopólio, a Europa teria de enfrentar a concorrência, em alguns casos em situação desvantajosa, de países que disputavam a liderança no Mundo”. (ROSA, 2012, p. 15)

Esse processo de perda de hegemonia científica por parte do mundo europeu não ocorre simultaneamente com a Geografia. Apesar de todas as transformações processadas na política e na econômica mundial, além da mudança significativa do pensamento científico europeu para outros centros, a Geografia, ao menos a que o Brasil conhece, ainda continuou sendo um conhecimento pautado nas escolas europeias – salvo algumas exceções, caso de Hartshorne e Sauer dos Estados Unidos.

Apesar da Geografia internacional, prioritariamente a francesa, possuir certo prestígio, ela se defasou com o tempo, por não mais

conseguir interpretar e dar respostas aos problemas socioespaciais da época. Esse não acompanhamento das alterações ocorridas no campo científico pela Geografia irá instituir uma ciência em território brasileiro que, segundo Moreira, nasce defasada.

A geografia brasileira nasce e se desenvolve nesse quadro de evolução da geografia mundial, dela incorpora seu referencial teórico, mas passando ao largo dos seus problemas. A década de 1950, justo quando a geografia clássica atinge seu auge e inicia sua crise, é quando a geografia brasileira atinge o seu momento de efetiva constituição. (MOREIRA, 2009, p. 30)

Essa Geografia que nos chega está inserida no contexto social que ora se apresenta na configuração de um Estado periférico, mas, com o seu desenvolvimento, caminhará com suas próprias pernas, tendo como característica o contexto histórico interno.

O Brasil, do ponto de vista econômico, estava próximo do fim de um ciclo: o café. Essa cultura esteve fortemente presente nas lavouras brasileiras, bem como no mercado internacional. Boa parte da economia brasileira era dependente desse produto que, por muito tempo, deu bastante lucro para os produtores.

Entretanto, esse desempenho não continuou animador por muito tempo. Já em 1906, o governo federal começou a comprar o excedente da produção e, dessa maneira, pautava os preços no mercado. Porém, o verdadeiro colapso dessa fase econômica foi a crise de 1929.

A histórica dependência brasileira de um único produto agroexportador gerou profundas consequências. Uma delas foi a profunda depressão sentida na economia do país com a queda da bolsa de Nova Iorque. Esse fato demonstrou duas coisas importantes: uma, que o Brasil estava muito dependente da conjuntura econômica internacional, confirmando a ideia de que mesmo sendo independente politicamente ainda estava à mercê dos países centrais, ou seja, o espaço brasileiro viveu sempre no contexto periférico; a outra, é que o café proporcionou o desenvolvimento da região sudeste brasileira, sendo que ela protagonizou importantes debates no período pós-crise.

O Brasil não está imune aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais que ocorrem em outras partes do mundo. Pelo contrário, mesmo em épocas de pouca difusão de notícias, já havia informações, acessíveis a algumas pessoas, de eventos ocorridos em várias partes do mundo. Um exemplo foi a Revolução Russa e sua influência nos movimentos sociais de esquerda brasileiros.

Notadamente, do ponto de vista político, as notícias dos acontecimentos ocorridos na União Soviética, como uma onda vermelha se espalhou por várias partes do mundo. No Brasil, também chegaram influências dos comunistas revolucionários de Moscou. Um nome importante a ser considerado nessa tentativa de incorporação do comunismo de padrões soviéticos em terras brasileiras é o de Luiz Carlos Prestes. Antes mesmo de se filiar ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1932, Prestes tinha uma trajetória de contestação social. Em anos anteriores à sua entrada nessa agremiação, já era famosa a marcha, que ele junto aos seus “cavaleiros” realizou pelo interior do país, a chamada Coluna Prestes.

A Coluna Prestes, na verdade, era liderada por Miguel Costa. Prestes era o chefe do Estado-Maior, mas, pelo carisma que tinha com os combatentes e com a população em geral, esse movimento levou o seu nome<sup>13</sup>. Não podemos considerar, inicialmente, esse movimento de caráter revolucionário. Aliás, boa parte dos integrantes era ligada ao tenentismo – grupo que não era ligado a nenhuma agremiação da esquerda radical<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Para mais informações sobre a Coluna Prestes, consultar dois trabalhos que tratam especificamente sobre o assunto: PRESTES, Anita Leocádia. **Uma epopeia brasileira** – A coluna Prestes. São Paulo: Expressão Popular, 2009. SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

<sup>14</sup> A Coluna também passa por terras goianas, como bem apresenta José Mendonça Teles, em seu livro *A Coluna Prestes em Goiás*. O itinerário principal foram as cidades de Mineiros e Torres do Rio Bonito – atual Caiapônia, Palmeiras, Inhumas, Anápolis, Posse, Arraias e Porto Nacional (essas duas últimas fazem parte do Estado do Tocantins) - essas foram as principais cidades apontadas pelo autor.

A Coluna era mais uma forma de demonstrar insatisfação com a política nacional naquele período do que uma ideologia revolucionária. Não há uma ligação direta entre esse movimento e expansão do comunismo no mundo. Somente, anos depois, com a adesão de Prestes ao PCB é que há uma aparente ligação da coluna com uma maior radicalidade social.

De fato, havia uma grande ebulição social no mundo e, também, no Brasil, já no início do século XX. Essa efervescência proporcionou o surgimento de movimentos políticos, os mais variados possíveis. Dois deles – literalmente opostos – podem ser identificados no Brasil, sendo: o integralismo e o comunismo. O primeiro é uma postura política ligada à ideologia nazifascista, que pregava o fim dos partidos políticos e, pautava-se no nacionalismo como sua única bandeira. A máxima: - “meu partido é o Brasil” -, para esse grupo, era verdadeira. Em completa oposição de ideias ao integralismo surgiu o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que encabeçava um sentimento de mudança radical, possuindo em sua gênese a luta contra o capitalismo e a instalação do modo de produção comunista no país.

O PCB é fundado em 25 de março de 1922, na cidade de Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, em reunião de inúmeros intelectuais, anarquistas e comunistas brasileiros. Havia nessa configuração partidária alguns propósitos para a política brasileira, isto é, da transformação dessa política. Esse partido era uma seção da Internacional Comunista, sendo designado nominalmente de Partido Comunista do Brasil – seção brasileira da Internacional Comunista<sup>15</sup>. Ele tinha ligações diretas com outros partidos de mesma ideologia em todo o mundo, inclusive abrigava militantes de outros países. Evidente que o mais importante desses partidos era o soviético, por questões óbvias. Isso gerou uma questão fundamental: sendo a União Soviética o exemplo a

---

<sup>15</sup> Essa nomenclatura irá gerar vários problemas para o partido ao longo de sua existência. O maior deles será a sua extinção pelo órgão eleitoral brasileiro, em 1946, alegando que não poderia haver no Brasil um partido que defendesse interesses estrangeiros.

ser seguido pelos outros países no mundo, a sua concepção de ideias também devia ser seguida, logo o que se propagou pelo resto do mundo por meio dos partidos comunistas foi um marxismo de visão leninista<sup>16</sup>. De acordo com Carnoy (1994):

[...] com o sucesso da Revolução Russa, foi a teoria leninista do Estado e da revolução que acabou por dominar o pensamento marxista, e as interpretações leninista da teoria política de Marx (exceto pela notável exceção de Antonio Gramsci) permaneceram amplamente inquestionadas ou, quando questionadas, reprimidas, até o início dos anos [19]60. [...] [Ainda] é importante reforçar que o caráter único da revolução (a primeira vitória comunista) conferiu um lugar de destaque a Lênin e a Stalin, no pensamento marxista, a ponto de excluir o trabalho teórico (e prático) que o desvio da linha russa. [...] Como consequência, muitas das questões políticas mais sérias de um ponto de vista marxista, não foram discutidas até as décadas de 60 e 70. (CARNOY, 1994, p. 64)

Essa incorporação do leninismo pelo PCB terá profundas consequências no desenvolvimento das teorias que serão expostas neste trabalho. Eram negligenciadas outras interpretações do marxismo – isso era uma prática em quase toda parte do mundo – e não existia espaço para outras posturas políticas. Essa era apenas uma posição política dentro de uma série de outras que havia ou estavam germinando nesse contexto.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) representou, naquela época, uma postura ultraconservadora da política nacional. Denominados de “camisas-verdes”, os participantes desse movimento tinham como objetivo instalar em território brasileiro uma ideologia pautada no tripé: Deus, Pátria e Família. Há, atualmente, um debate acerca da origem ideológica do movimento integralista. Alguns autores vão concordar com a ideia de que esse movimento é uma cópia do fascismo europeu, outros

---

<sup>16</sup> Isso fica bem elucidado com o quase que eterno debate com relação ao modo de produção predominante na história recente brasileira: feudalismo, escravismo ou capitalismo. A posição do PCB era clara: havia no Brasil um sistema de produção muito semelhante ao feudalismo, portanto, parecido com a URSS, o que ia ao encontro das teses defendidas pelos Congressos da Internacional Comunista. Posteriormente, confirmamos o erro dessa posição, principalmente pelas contribuições de Jacob Gorender (1985) em seu trabalho “Escravidão Colonial”.

vão defender que não há ligação nenhuma entre os dois, sendo o integralismo autóctone ao Brasil<sup>17</sup>.

Aparentemente o fio condutor das críticas de Chasin está expresso no segundo parágrafo da sua introdução, quando afirma que há uma oposição entre Plínio Salgado, que defendia que sua ideologia era autóctone, baseada em uma raiz brasileira e não europeia (e distinta do fascismo) enquanto os críticos ao integralismo, esquecendo ou renegando o que afirmava o líder integralista, defendem o contrário, que o discurso de Salgado em vez de original é o resultado de meras dissimulações táticas. As críticas feitas por tais autores (no caso o autor cita Trindade e Edgar Carone) procuram explicar o integralismo à luz do mimetismo, ou seja, defendem a influência externa, principalmente da matriz fascista europeia. O autor refuta tais ideias ao fazer uma análise da tese de doutoramento de Héliog Trindade. Defende, de forma veemente, o integralismo como resultado da atuação e das experiências políticas de Plínio Salgado e a desvinculação do pensamento integralista do fascismo europeu. (OLIVEIRA 2010, p. 124)

Mesmo os próprios integrantes da AIB defendiam que seus ideais eram predominantemente originários de sua brasilidade. Evidencia-se isso com a participação do líder integralista Plínio Salgado na Semana de Arte Moderna de São Paulo, como participante do movimento nacionalista denominado de “verde-amarelo”. Ou seja, os membros da AIB não eram influenciados por ideologias externas. Todavia, isso não fica claro nas práticas realizadas e defendidas pelos seus integrantes, entre elas estão: a não aceitação dos Partidos Políticos com o argumento de que eles dividem a nação em fragmentos antagônicos contrários ao que defendem a Ação, ou seja, a União; ressaltam o caráter de rigidez que a sociedade deve ter, sendo que “Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem. Um governo que saia da livre vontade de

---

<sup>17</sup> Rodrigo Santos de Oliveira, em artigo publicado na revista Estudos Ibero-Americanos da PUCRS, intitulado *A evolução dos estudos sobre o integralismo*, faz uma boa descrição desse debate. Para tanto, baseia-se em três estudos: TRINDADE, Héliog. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1974; VASCONCELOS, Gilberto. **Ideologia Curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979; CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

todas as classes é representativo da Pátria: como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado e prestigiado.” (SALGADO, 1932, s/p)

O fato é que os “camisas-verdes” que tinham como figura máxima Plínio Salgado e, eles poderiam tentar realizar um movimento político que não tinha como espelho as ideologias da ultradireita europeia. Contudo, estavam representando, mesmo que implicitamente, as diretrizes nazifascistas. Com o tempo e com as políticas estatais adotadas, principalmente por Getúlio Vargas, os integralistas foram perdendo força e, suas influências na sociedade brasileira diminuía consideravelmente. Mas, é importante deixar registrada a marca que eles deixaram no debate político brasileiro. Apesar disso, não foram os únicos a deixarem no imaginário popular alternativas de organização social.

Outro movimento presente nesse enfrentamento político foi a total oposição aos integralistas: o comunismo. Diferentemente dos ultraconservadores, os comunistas tinham clareza de que suas posições tinham fortes influências externas, tanto é que as estratégias para combater os grupos de direita eram debatidas em congressos da Internacional Comunista. Por isso, a referência soviética era tão importante. Importância essa que perpassava por vários segmentos: político, econômico, intelectual, etc.

Essa ala política era liderada pelo PCB. Esse partido tinha ligações íntimas com as outras agremiações do mundo que possuíam a mesma ideologia, como já foi relatado. Havia no cenário mundial também questões importantes para um fortalecimento dessa corrente esquerdista. Todavia, o PCB isolado nas suas posturas não era suficiente para proporcionar mudanças no cenário social e político do país. Formase, então, no início de 1935, a Aliança Nacional Libertadora, bloco que tinha como objetivos: 1. lutar contra o avanço do integralismo; 2. lutar contra o fascismo no cenário internacional; 3. lutar contra a dominação imperialista; 4. lutar contra o latifúndio (PRESTES, 2005).

Essa Aliança se inseria, com esses objetivos, nas lutas internacionais. Conforme aponta Prestes (2005, p. 106), “A formação da ANL insere-se no panorama mundial de resistência ao avanço do fascismo e de criação de frentes populares, não só em vários países europeus como também latino-americanos [...]”.

Apesar de haver uma estreita ligação com o Partido Comunista, a Aliança Nacional Libertadora não era apenas uma extensão do partido. Em seu quadro, havia inúmeras pessoas que não se ajustavam nesse perfil, mas lutavam, sobretudo, contra o governo de Getúlio Vargas. Somente Roberto Henrique Sisson, secretário da ANL, pertencia aos filiados do partido. Para Luís Carlos Prestes, que não estava no Brasil no momento de criação dessa aliança – devido ao exílio que cumpriu na União Soviética –, foi reservada a presidência de honra. Essa agregação possuía certo prestígio diante dos trabalhadores e conseguiu reunir um grande número de filiados que se espalhou por várias partes do país mediante seus núcleos.

A ANL foi fundamental no levante armado que ocorreu em novembro de 1935. Em julho desse mesmo ano, Prestes, líder dos aliancistas, difundiu um manifesto em que propõe um “Governo Popular Nacional Revolucionário”., lançando nesse documento inúmeras propostas semelhantes àquelas contidas no programa da então Rússia revolucionária, inclusive o slogan “Pão, Terra e Paz” foi substituído por “Pão, Terra e Liberdade”. Ficava evidente a presença soviética no movimento comunista brasileiro, era escancarada a linha marxista-leninista. Diferente do que ocorreu na URSS, pela espontaneidade da participação popular na luta, Luiz Carlos Prestes e seus aliados fomentaram uma insurreição acreditando que havia chegado o momento revolucionário, assim como já havia acontecido na União Soviética.

[...] a ala revolucionária do Partido Comunista, que havia rejeitado a tática de frente popular, pedindo, em seu lugar, um levante armado, funcionava com tal perfeição nas mãos de Vargas, que muitos participantes mais tarde, concluíram que esses acontecimentos eram planejados por agentes do governo, infiltrados tanto na Aliança Nacional Libertadora quanto no

próprio Partido Comunista. Em fins de novembro de 1935, os militares revolucionários das guarnições nordestinas de Natal e Recife promoveram uma quartelada, assassinando oficiais superiores, mas os rebeldes no nordeste tinham falhado em coordenar o seu golpe com os conspiradores do sul. Quando os militares comunistas se movimentaram para o Rio de Janeiro, os comandos locais tinham sido completamente alertados, e a revolta foi facilmente esmagada pelas forças do governo. Vargas possuía agora a justificativa ideal para a repressão da esquerda: provas indiscutíveis do perigo da traição armada. (SKIKMORE, 1982, p. 43)

Foi o fim da legalidade da ANL. Vargas extinguiu a Aliança, tendo como instrumento a rígida Lei de Segurança Nacional, instituída por ele próprio, também alguns adeptos saíram da ANL, por não concordarem com essa postura. O fato é que o movimento foi para a ilegalidade e o sonho de transformar o país em um reduto comunista também se esvaía.

Em resumo, a Aliança Nacional Libertadora, apesar de ter uma vida curta, teve uma grande participação na política daquela época. Uma vez que,

Num período de intensa polarização política no cenário mundial, diante do avanço do fascismo em nível internacional e do integralismo em âmbito nacional, a ANL desempenhou um papel decisivo na mobilização de amplos segmentos da sociedade e da opinião pública brasileira em defesa das liberdades públicas, gravemente ameaçadas pelos adeptos da Ação Integralista Brasileira, liderados por Plínio Salgado. A ANL promoveu grandes atos e manifestações contra o integralismo, contribuindo tanto para o desmascaramento do seu caráter antinacional e antidemocrático como para o seu crescente isolamento (PRESTES, S/D, p. 17).

Na cena política do período, o principal protagonista era Getúlio Vargas. Ele não pertencia nem a ultradireita, nem a extrema-esquerda. Pertencia, na verdade, a um grupo também ligado à elite política brasileira, que estava descontente com a situação daquele momento. Se necessário for atribuí-lo a alguma ideologia, encaixar-se-ia melhor no reformismo. Nas concepções mais íntimas, estava mais perto do fascismo do que do comunismo, logo, mais próximo dos integralistas que dos integrantes do Partido Comunista Brasileiro.

Vargas irá ser importante para a consolidação de políticas nacionalistas e desenvolvimentistas. Para essas políticas, será necessário um profundo conhecimento do território. Isso desembocará, posteriormente, em questões de ocupação e colonização específicas, como a “Marcha para o Oeste”, as colônias agrícolas, etc., também será preciso um conhecimento que pautasse essas escolhas. A Geografia poderia cumprir esse papel. Mais adiante, estaremos discutindo melhor essas questões, quando formos analisar a institucionalização desse saber no período de governo de Vargas, bem como as características desse governo.

O relevante para nutrir os argumentos deste trabalho é entender que havia, naquele período, fortes ideologias que estavam na pauta da movimentação política e, que elas contribuíram para fomentar um debate bem acalorado. Por isso, pensamos ser indispensável retratar, mesmo de forma breve, como se dá a formação e consolidação do saber geográfico nesse cenário.

## **1.2 Década de 1930: revolução, insurreição, institucionalização e colonização**

Apesar de existir uma forte movimentação naquele período para uma possível ruptura política liderada pelos comunistas brasileiros, o atual processo em que se encontrava o PCB não conseguiu evitar a vitória de Getúlio Vargas. Nesse momento, consolidava-se a Era Vargas, com características muito peculiares, dentre as quais, criação de instituições que irão concretizar a ideia expansionista desse governo, que ora se constituía. A questão territorial no Governo Vargas seria central, de acordo com Moraes (2005, p. 97), “Entre os elementos a se destacar nas ideologias geográficas do Estado Novo, salienta-se a mitologia da hinterlândia e a emergência da temática regional como central na interpretação do Brasil.” O país, naquele momento, era visto como um território único. Isto é, era preciso incorporar as áreas mais distantes ao dinamismo modernista das outras regiões. “A proposta da “Marcha para o Oeste” induziu a ideia de uma segunda conquista do território pátrio, animando uma nova onda expansionista agora impulsionada pelo ideal da modernização.” (MORAES, 2005, p. 97)

Essa política de colonização, que tem como referência no Estado Novo (1937 - 1945), trouxe mudanças significativas para todo o território nacional, não só o interior, pois existia um forte imaginário de modernização no país. Apesar de o marco referencial ser o momento da tomada de poder por parte de Getúlio, um princípio modernacionista já estava presente na política getulista desde os primeiros anos da década de 1930. A sua caminhada ao poder é vista como um momento de ruptura na história política brasileira.

Vargas tomou posse como presidente da nação em novembro de 1930 e, instalou o que a historiografia brasileira denomina de Era Vargas. Essa nova época foi marcada por intensas disputas de poder dentro da política nacional. Esses confrontos vão desde a substituição do presidente por deposição, até o levante comunista, passando pelo

conservadorismo do movimento integracionista. Assim, a tomada de poder por Getúlio estabeleceu um novo modo de organizar a política interna do país.

A conhecida “Revolução de 30”, liderada por Getúlio Vargas, não foi apenas a tomada de poder de escala nacional. Ela também foi marcada pela aliança formada pelo futuro presidente da república com outras lideranças regionais de oposição. Isso ficou muito bem claro com o forte apoio de Pedro Ludovico Teixeira a essa revolta, pois Ludovico tinha interesse direto na mudança política do país. Para ilustrar tamanha afinidade de Ludovico Teixeira com o poder recém-instituído, observemos o quadro 01 com os períodos de liderança política desse governante em Goiás durante a primeira fase do Governo de Getúlio Vargas.

### QUADRO 01 – GOVERNADORES DE GOIÁS (1929 - 1937)

<b>Governador</b>	<b>Período de Governo</b>
Humberto Martins Ribeiro <sup>18</sup>	12/12/1929 a 27/10/1930
Carlos Pinheiro Chagas	27/10/1930 a 30/10/1930
Junta Provisória	30/10/1930 a 23/11/1930
Pedro Ludovico Teixeira	23/11/1930 a 15/03/1932
Mario de Alencastro Caiado	15/03/1932 a 28/04/1932
Pedro Ludovico Teixeira	28/04/1932 a 25/07/1933
José Carvalho Santos Azevedo	25/07/1933 a 07/09/1933
Pedro Ludovico Teixeira	08/09/1933 a 27/09/1935
Taciano Gomes de Melo	27/09/1935 a 24/10/1935
Pedro Ludovico Teixeira	24/10/1935 a 10/05/1936
Hermógenes Ferreira Coelho	10/05/1936 a 13/06/1936
Pedro Ludovico Teixeira	13/06/1936 a 13/12/1936
João Teixeira Álvares Júnior	13/12/1936 a 09/01/1937
Pedro Ludovico Teixeira	10/01/1937 a 23/03/1937

Fonte: FERREIRA, 1980

Em Goiás, na prática, repetiu-se aquilo que ocorreu na disputa de poder em escala nacional: uma oligarquia dissidente lutava para transformações políticas, pautada no discurso modernizador. Os dois lados eram representados, de um lado, a família Caiado, mais precisamente, Antônio Ramos Caiado, conhecido como Totó Caiado e; de outro lado, estava Pedro Ludovico Teixeira, apoiado por Martins Borges, senador na época. O primeiro representava o discurso conservador de sempre e utilizava práticas coronelistas para sua permanência no poder. O segundo possuía o discurso modernizante, que estava ligado à ala que apoiava Vargas. Segundo Chaul (1999, p. 34), a formação da Aliança liberal em Goiás foi providencial,

---

<sup>18</sup> Ele é considerado o 27º e último presidente de Goiás. Após 1930, início da República Nova, os presidentes passaram a serem denominados de Governadores.

[...] como alternativa para as dissidências oligárquicas regionais. Destacados políticos da oposição goiana, como Mário Caiado,<sup>19</sup> Domingos Velasco, Nero Macedo e Americano do Brasil, entre outros, formaram a Aliança Liberal, em perfeita sintonia com o presidente Antônio Carlos, de Minas Gerais. O resultado foi a adesão, a oposição goiana ao centro político de liderança da Aliança Liberal.

Espacialmente, esses dois grupos se localizavam majoritariamente no centro-sul do Estado: os conservadores, com forte presença em Goiás, antiga capital do Estado e, os progressistas tinham como referência o sul e sudoeste de Goiás, mais precisamente na cidade de Rio Verde. Uma das consequências dessa mudança de grupos políticos no controle do Estado foi a transferência da capital. Essa vitória em Goiás, na realidade, é um reflexo do que ocorreu na disputa política nacional.

Todo esse processo se dá pela luta oligárquica de grupos políticos que disputavam a hegemonia do país, sem nenhuma participação de segmentos de esquerda. Por isso, dentre outras coisas, esse momento, além de ser conhecido como “Revolução dos 30”, também foi chamado de Revolução Burguesa. A não participação das alas mais radicais da sociedade nesse processo pode ser entendida pela própria desorganização que havia entre esses grupos naquele momento.

Com exceção dos tenentes, os adeptos de mudanças radicais estavam fragmentados. A parca industrialização do Brasil e seu patriotismo não tinham produzido nenhum movimento de massa, ou mesmo uma liderança política unificada de esquerda. O movimento sindical (de proporções extremamente modestas em 1930) estava destroçado por lutas entre anarquistas, trotskistas, comunistas e radicais. O Bloco Operário e Camponês não conseguiu exercer nenhuma influência significativa nos acontecimentos de 1930. O Partido Comunista desdenhou a revolução, chamando-a de “luta entre duas facções da burguesia nacional, luta entre dois bandos de Exército” (SKIDMORE, 1982, p. 29).

Quem, nesse momento, parece ter se dado bem era o integralismo, pois, com o aumento da repressão e do controle do governo mediante as

---

<sup>19</sup> Apesar do sobrenome, não pertencia à oligarquia Caiado.

novas diretrizes, torna-se quase evidente que Plínio Salgado e seu grupo de “camisas-verdes” se tornariam a ideologia base do Estado brasileiro. Isso seria certo, exceto pelas pretensões de Vargas, que não queria dividir o poder com quem quer que fosse.

Ao surgir do golpe, um grupo político parecia ainda desfrutar de plena liberdade: os radicais de direita: Plínio Salgado e seus seguidores integralistas pensaram, erroneamente, que iriam ser os principais beneficiários do movimento de Vargas. Seus arqui-inimigos de esquerda haviam sido eliminados. Parecia agora que os integralistas deveriam fornecer os quadros e, talvez, a liderança do novo Brasil. Mas Vargas não tinha a intenção de entregar a sua vitória política aos camisas-verdes. O instrumento político ostensivo dos integralistas, a Ação Integralista Brasileira, foi suprimido em 2 de dezembro, juntamente com todos os outros partidos políticos. No seu ressentimento subsequente, os integralistas ficaram nas mãos de Vargas, em circunstâncias quase tão estranhas quanto as que cercaram o abortado levante comunista de 1935 (SKIDMORE, 1982, p. 52).

O cenário, nesse momento, era o seguinte: não havia opositores ao governo varguista. Tanto a direita, quanto a esquerda radical estavam suprimidas à ilegalidade, já que o presidente havia acabado com todas as organizações de caráter político. Vargas, portanto, garantia mais alguns anos no poder e poderia implantar uma política desenvolvimentista no país. Para tanto, era preciso que o governo incorporasse todas as regiões brasileiras nesse processo, por isso o presidente adotou políticas de colonização territorial<sup>20</sup>. Já que era preciso, para que fosse desvendando esse imenso território, instrumentos que pudessem realizar tal missão. Nesse período, surge um órgão ligado diretamente à presidência da república, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi também, nesse momento, que a Geografia institucionalizou-se no Brasil como um saber acadêmico.

Instituiu-se, portanto, a política de ocupação das áreas até então pouco povoadas no interior do Brasil. A Marcha para o Oeste, como ficou

---

<sup>20</sup> Um exemplo foi a instalação, na cidade de Ceres, em Goiás, no ano de 1941, da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), que se inseria no projeto expansionista de Getúlio Vargas. Para mais informações sobre a CANG, ver artigo de Denis Castilho da revista *Élisée* número 01, volume 01 de 2012, intitulado *A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a formação de Ceres-GO – Brasil*.

conhecida, tinha como característica “Dispor de informações confiáveis e conhecer melhor o território nacional do ponto de vista geográfico; eram demandas centrais para o projeto modernizador do governo que Getúlio Vargas instalou no país após a Revolução de 1930” (FGV – CPDOC, 2013).

Essa empreitada está ligada ao novo panorama político, social e econômico brasileiro, ou seja, o discurso modernista implantado por Vargas tinha de apresentar inovações em vários campos, dentre eles, o conhecimento do território nacional.

Em 31 de dezembro de 1937 – ano do golpe que propiciou a continuação do governo de Getúlio Vargas – o presidente, em pronunciamento radiofônico à nação, lançou o seu propósito de ocupar as áreas das regiões menos habitadas. Para tanto, já no início da década de 1940, criou a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central.

Em 1943, os nossos quarenta e tantos milhões de habitantes viviam praticamente na faixa litorânea. A Amazônia era um mundo remoto, e o Brasil Central, como dizia o jornalista Jorge Ferreira, parecia “mais distante que a África”. A faixa-limite do conhecimento civilizado morria ali mesmo no Araguaia. E a Segunda Guerra, com a sua tônica do espaço vital, serviria para trazer à nossa visão a imensa carta geográfica brasileira, com suas não menos imensas manchas brancas. Nascia, assim, em plena guerra, um impulso expansionista, desta feita alentado pelo próprio Estado. Dois organismos foram criados pelo governo: o primeiro, a Expedição Roncador-Xingu (erx), com a atribuição específica de entrar em contato com os “brancos” das nossas cartas geográficas; o segundo, a Fundação Brasil Central (fbc), com a função definida de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição. O primeiro órgão era, assim, a vanguarda do segundo (VILLAS BÓAS, 2012).

A ocupação dessa parte do país foi providencial para o projeto nacional que até então estava em vigor: modernizar o território incorporando todas as áreas, longínquas ou não, ao capital industrial brasileiro. Os estudos para desvendar essa parte do país estavam inseridos no novo órgão criado para realizar tais levantamentos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, importante elo entre o governo e o território. Essa ligação era realizada basicamente por estudos

geográficos. Zusman (1997) argumenta que a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) também foi importante nesse processo.

A Geografia brasileira, enquanto saber sistemático e, campo acadêmico, nasce institucionalmente nesse período. No momento da consolidação desse saber no território brasileiro figurava no país um contexto bastante peculiar. Vargas, que assumiu a presidência no governo provisório de 1930 até 1934, depois, quando eleito de forma indireta até 1937, dá um golpe de Estado e se torna presidente até 1945. Nesse período, havia, por um lado, o radicalismo direitista, comandado por Plínio Salgado e os seus camisas-verdes integracionistas de ideologia nazifascista e, pelo outro, uma tentativa de insurgência de um movimento esquerdista ligado a Moscou, que tentara controlar o poder no levante de 1935, movimento esse comandado por Luís Carlos Prestes, representante maior do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi no governo de Getúlio se institucionalizou a ocupação do oeste brasileiro pela política denominada “Marcha para o Oeste”.

Nesse momento de resquícios de conflitos políticos e, ainda com uma forte posição do governo em reprimir movimentos sociais mais radicais, surgem também as instituições acadêmicas, notadamente a Universidade de São Paulo e a Universidade do Brasil. Logo, nesses centros, também se concentrarão os primeiros cursos de graduação em Geografia.

### **1.2.1 A Geografia brasileira no contexto periférico**

Como já assinalado, a peculiaridade da formação do Estado brasileiro irá influenciar a construção do saber geográfico instituído. É preciso lembrar que essa ciência que se forma esteve ligada a fortes movimentos patrióticos e nacionalistas nos Estados europeus do século XIX. No Brasil, já com a constitucionalização do fim do século XIX e o início do século XX, havia movimentações tanto políticas, quanto econômicas que, de algum modo, vislumbravam um projeto nacional e

necessitavam de um saber que conseguisse dar as respostas para essa finalidade. Ou seja, A de servir como auxílio na conquista de um espaço até então desconhecido. “E foi ao longo da década de [19]30 que se assistiu ao processo de institucionalização plena da geografia brasileira como disciplina acadêmica e como prática estatal” (MORAES, 2005, p. 126).

Como já é de conhecimento da comunidade geográfica, o marco dessa institucionalização é a criação do curso de Geografia e História na Universidade de São Paulo, em 1934. A partir desse período, forma-se a primeira geração de geógrafos brasileiros. Entretanto, como já colocado por Souza Neto (2005), Machado, Lia (2000), Pereira (2000), Moraes (2000, 2002), dentre outros, não se pode resumir a história do pensamento geográfico apenas a partir desse momento. Já havia, anteriormente, um saber geográfico – não acadêmico – inclusive ligado a algumas instituições, como demonstra Souza Neto (2005), segundo ele, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é datado de 1838; a Seção brasileira da Sociedade portuguesa de Geografia é da década de 1870; o primeiro Congresso Brasileiro de Geografia é de 1909 e; na década de 1920, já eram formados professores de Geografia a partir de um curso oferecido por Everaldo Beckhouser e Delgado de Carvalho, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

A história do pensamento geográfico é mais extensa que apenas essa da sistematização acadêmica. Todavia, para efeito de operacionalização da pesquisa, pautar-nos-emos no período acadêmico, entendendo ser esse um período que possibilitará organizar nossos argumentos para expor, da melhor forma, nossa ideia.

Apesar de o primeiro curso de Geografia ser ministrado na Universidade de São Paulo, em 1934, logo no ano seguinte, já havia, também, um curso no Rio de Janeiro, na época, Distrito Federal e capital do país.

A Universidade do Distrito Federal, posteriormente nomeada Universidade do Brasil e, atualmente, Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolve-se, na sua criação, com a nova estrutura montada no governo de Vargas. Esse governo buscava elevar a condição do país de agrário-exportador para urbano-industrial, assumindo, assim, um discurso modernizador. Discurso esse que já estava na pauta nacional em anos anteriores. Exemplo disso foi a Semana de Arte Moderna de 1922, que reuniu renomados artistas e intelectuais na tentativa de construir uma nacionalidade brasileira singular. A Geografia, segundo Moraes (2005), já havia contribuído em afirmar isso desde as práticas estatais e, em seguida, com a sua institucionalização e a vinculação desse saber aos órgãos recém-criados. “A criação do Conselho Nacional de Geografia, em 1937, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano seguinte, representou a plena institucionalização do campo disciplinar no país, ao gerar um explícito discurso geográfico oficial” (MORAES, 2005, p. 129).

A década de 1930 é, portanto, um momento de pensar a questão nacional, incluindo os rumos da política e da cultura brasileira. Nesse contexto, o objetivo do curso de Geografia, ao menos da Universidade do Brasil, era claro:

A Geografia unida à História constituía um só curso, o de Geografia e História, que se encontrava lotado na Escola de Economia e Direito. Esta tinha por finalidade desenvolver estudos sobre a organização econômica e social e constituir-se como centro de documentação e pesquisa dos problemas da vida nacional incluindo tanto a formação do Estado como a produção, circulação e distribuição da riqueza (MACHADO, MÔNICA, 2000, p. 130).

Nesse período, também surgiram vários órgãos que estavam ligados ao discurso de modernização imposto por esse governo. O Conselho Nacional de Geografia é desse período, “[...] a 25 de março de 1937, foi baixado o decreto nº 1.527, que institui o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto de Estatística, autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional e dá outras providências” (RBG,

1939, p. 15). Nesse decreto, expõe-se qual era o objetivo desse Conselho recém-criado.

Artigo 1º - Fica instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e destinado a reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sobre Geografia do Brasil e a promover a articulação dos Serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio (RBG, 1939, p. 16).

Mais tarde, esse conselho é renomeado de Conselho Nacional de Geografia e não mais Conselho Brasileiro de Geografia. Isso se deu para proporcionar uma uniformidade ao Instituto Nacional de Estatística, já que o Conselho de Estatística tinha a nomenclatura de Conselho Nacional de Estatística. Em 1938, cria-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, composto pelo Conselho Nacional de Geografia e pelo Conselho Nacional de Estatística. Isso caracteriza uma nítida preocupação do Estado em melhor gerir a vida e o território brasileiro, como salienta Machado, Mônica (2000, p. 125), “um Estado promotor, organizador e mecenas do mundo econômico e cultural. Ampliando suas atividades, o Estado organiza importantes instituições [...]”. Esse Estado promoveria uma série de políticas voltadas para a interiorização do Brasil, como a Marcha para o Oeste. Tais políticas tinham como pano de fundo o saber geográfico que há pouco havia se institucionalizado e agora era acadêmico.

Nesse cenário peculiar da história brasileira, forma-se uma ciência ligada metodologicamente à descrição, o que na realidade não era diferente de outras partes do mundo. A Geografia estava no contexto internacional ainda muito atrelada às obras de seu principal mestre – Paul Vidal de La Blache.

Vale comentar a preponderante influência da escola possibilista sobre a nascente geografia universitária do Brasil, a qual exprime um padrão geral de estruturação das pioneiras universidades, mais demarcado no caso paulista. A orientação básica dos mestres franceses (com destaque para Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig) foi para a pesquisa empírica

sistemática contrastando com o ensaísmo dominante [...] A meta era elaborar um conhecimento efetivamente “científico”, distanciado dos preconceitos e paixões muito evidentes nos discursos até então elaborados no país. (Moraes, 2005, p. 127)

Já existia um discurso geográfico mesmo antes da institucionalização desse conhecimento. Entretanto, os estudos realizados tinham características estritamente descritivas e ufanistas. Não que a formação de geógrafos, nas universidades brasileiras, a partir de 1934, perdesse completamente essa característica, as transformações nesse saber se dão de forma paulatina. O certo é que esse saber da escola lablachiana se encaixou como uma luva para o momento político expansionista do país por percorrer, nas suas análises, o método descritivo da análise regional e se desenhar pelo conceito de gênero de vida. Era, portanto, um saber que poderia legitimar a ocupação que se pretendia naquele momento.

Não há escolha. A ciência não diz qual o local que deseja estar. Ela se cria e desenvolve a partir de demandas dadas pela realidade. Essas demandas, na criação dessa ciência no Brasil, foram pautadas pela política de colonização do território, vislumbradas no governo que vigorava. Junto com o saber sistematizado, também nascem as instituições ligadas a esse conhecimento. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) notadamente é o órgão que dará conta de realizar levantamentos para cumprir a missão “civilizatória” que esse governo se propôs a realizar.

Essa onda modernizante, presente no discurso de Vargas, espalhou-se por todo o território nacional e, chega a Goiás com a ocupação do cargo de governador do Estado por Pedro Ludovico Teixeira, que carrega na sua trajetória o ideal progressista, como já exposto.

Parece que havia, nesse período, três caminhos políticos que o Brasil poderia seguir: a linha radical de direita, ligada ao movimento integralista; a linha radical de esquerda, ligada ao Partido Comunista Brasileiro e; a linha ditatorial, encabeçada por Vargas e seu discurso

modernizador. A questão pertinente é: - qual seria então o perfil daquela ciência nascente? – Ela iria se pautar em defender o nacionalismo exacerbado do movimento liderado por Plínio Salgado? Ela possuía instrumentos para tal fim. Iria agregar argumentos mediante informações para defender a radicalização do movimento comunista brasileiro, ou iria estar junto do Estado para que esse pudesse realizar levantamentos sobre diversos aspectos do território nacional e, posteriormente, ocupá-lo e inserir áreas distantes (litorâneas e interioranas) em um único mercado? Ora, a resposta para essa questão é bem simplista e óbvia, a Geografia científica nasce em território brasileiro com um propósito bastante claro, qual seja: auxiliar com levantamentos de informações e pesquisas as políticas desenvolvidas pelo governo federal. Isso fica evidente com a finalidade do curso de graduação implantado na Universidade do Brasil e a criação do Conselho Nacional de Geografia, posteriormente, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Apesar dessa linha seguida pela ciência geográfica no seu surgimento, ela não está a par da realidade do país, aliás, não está a par de nenhuma realidade, seja em qual escala for<sup>21</sup>. Como já expusemos, a ciência se constrói a partir dos fatos reais que se configuram em determinado contexto. Por isso, esse cenário de disputa política, ascensão de um governo e o surgimento de um líder comunista – Luís Carlos Prestes – são ingredientes que vão povoar o imaginário de muitas pessoas que sucederão a esse período. É interessante notar que, além do surgimento de instituições e governos, há o nascimento de pessoas, indivíduos que mais adiante vão reivindicar transformações sociais.

Nesse período, não nasce somente a Geografia científica e nem as instituições que lidam com esse saber, agora acadêmico. Nascem, também, importantes pessoas que vão trabalhar com esse conhecimento.

---

<sup>21</sup> Não queremos personificar a ciência geográfica, ou seja, dar-lhe atribuições de escolha ou tomar decisões. O que colocamos é que esse conhecimento foi majoritariamente ligado aos anseios do governo expansionista getulista. Entretanto, não podemos cair no erro de homogeneizar e rotular determinados indivíduos que contribuíram para o desenvolvimento e consolidação da Geografia.

Melhor, nasce uma geração de indivíduos que convive com esse contexto histórico e vai desenvolver e consolidar a Geografia no mundo científico brasileiro. Nasce o geógrafo goiano Horieste Gomes.

Na verdade, Horieste Gomes nasce no interior de São Paulo, no ano de 1933. Entretanto, com apenas alguns anos de idade, já no ano de 1939, muda-se para Goiânia, mais precisamente, para a região de Campinas, lugar que irá exercer forte influência na sua formação.

A década do seu nascimento e mudança para Goiânia é especial para a história do território goiano. Foi nesse momento em que houve a mudança da capital do Estado da cidade de Goiás – antiga Vila Boa – para Goiânia, recém-construída. A família de Horieste nessa movimentação migratória vem comprovar duas teorias históricas. A primeira é que a Marcha para o Oeste impulsionou o deslocamento de inúmeras pessoas para ocupar o centro do Brasil. A outra é de que a construção de Goiânia trouxe um número expressivo de migrantes de várias partes do país.

Com sua pedra fundamental lançada em 24 de outubro de 1933, Goiânia, cidade planejada, foi um marco na disputa interna da política goiana. Aliada de Getúlio Vargas, a ala progressista do Estado, liderada por Pedro Ludovico Teixeira, comandou a política de Goiás a partir de 1930. Uma das preocupações era tirar definitivamente dos coronéis o poder político do Estado. Para isso, a mais radical das ações foi, sem dúvida, a mudança da capital do Estado da cidade de Goiás para Goiânia. Várias foram as justificativas para tal mudança, destacando-se como uma das mais significativas a questão sanitária. Argumentou-se que o sítio urbano da antiga capital, dentro de um vale e com relevo acidentado, era problemático quando se tratava de saúde pública, pois não propiciava um crescimento da cidade, além de dificultar a coleta de esgoto, o que poderia causar doenças e epidemias na população local. O discurso higienista, proferido pelo médico Pedro Ludovico Teixeira, foi importante para que a capital de então fosse vista como inadequada para continuar

a abrigar tal responsabilidade. Surgiu, então, a ideia de mudança da capital.

“Transformação”. Talvez essa possa ser a melhor palavra para definir o momento da chegada da família de Horieste Gomes em Goiás. Transformação não apenas na cidade de Goiânia, que ainda estava em construção, mas no território goiano que respirava ares progressistas. Transformações também em escala nacional, protagonizadas por Getúlio e sua política desenvolvimentista, que influenciava decisivamente a vida daqueles que moravam no Oeste brasileiro. Transformação institucional, criação de universidades, de institutos e a sistematização de um saber: a Geografia. Como todas essas mudanças contribuíram ou influenciaram na formação de Horieste Gomes? É uma questão que tentaremos buscar argumentos para respondê-la logo adiante.

### **1.2.2 Uma militância que não se transpõe para a ciência**

Parece notório o fato de que a Geografia acadêmica nasce em terras brasileiras para atender a certas demandas levantadas pelo Estado para pesquisa, descrição, interpretação e intervenção no território. Ou seja, a Geografia participava de um projeto político, um projeto nacional – conservador, ditatorial, próximo ao fascismo – mas um projeto. A ciência que nos chega é um saber ainda ligado ao período clássico dessa disciplina.

A Geografia brasileira surge no momento de auge e mudança da Geografia mundial. As ambiguidades arrastadas desde quando Vidal de La Blache e sua primeira geração de discípulos aceitam a demarcação de campos respectivos da Geografia (do solo), da História (o tempo) e da Sociologia (as regras societárias) surgem pelo historiador Lucien Febvre no começo do século XX, que também é o começo do período da Geografia clássica, até a geração de Sorre, Sauer e Hartshorne, que aqui chegam (MOREIRA, 2010, p. 12).

As pessoas, os indivíduos que desenvolvem tal ciência no território nacional produzem conhecimentos ligados a essa corrente clássica. Segundo Geiger (1984, p. 59), “[...] a modernização da Geografia, nas

décadas de [19]30 e [19]40 se faz com quase total dependência de mestres estrangeiros [...]”, sobretudo de franceses que primeiramente se atracam “por essas bandas” e são os mestres iniciais de uma geração de brasileiros formados, principalmente, em dois centros: em São Paulo, na USP e; no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil.

A Geografia nascente parece desconhecer as disputas políticas que ocorreram outrora, especialmente pelas três linhas ideológicas já mencionadas. Como ela se insere num projeto político, nesse projeto, ela se consolida enquanto saber de grande *status*. A Geografia parece não se preocupar com outros debates que não sejam aqueles que ela tinha incumbência e competência de realizar. Nem haveria de se preocupar, pois de tradição lablachiana, outras questões, como a política, não eram inseridas nas pesquisas desenvolvidas por geógrafos. A Geografia era tachada de um saber descritivo, de síntese, que conhecia apenas um método: o regional.

Poucos foram os geógrafos, nesse período, que militaram na política, sejam eles estrangeiros ou brasileiros. O IBGE era o único e exclusivo modo dessas pessoas participarem da vida política do país, mesmo assim, não havia um debate relacionado a transformações sociais. Ou seja, o IBGE cumpria o seu papel junto com a Geografia nesse projeto de Estado, que ora se apresentava.

Temos, no entanto, que ressaltar o nome de Caio Prado Junior, intelectual de família tradicional paulista, desenvolveu estudos em várias áreas do conhecimento: Sociologia, Geografia, Economia, Direito, etc. Foi ele, juntamente com Pierre Deffontaines, Rubens Borba de Moraes e Luiz Flores de Moraes Rego, os fundadores da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) – entidade que nos seus primeiros anos era essencialmente paulista. Prado Junior teve importante participação política nesse período.

A militância política de Caio Prado Jr. Iniciou-se nos anos 1920, quando o jovem estudava Direito na Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo, e inscreveu-se no Partido Democrático – fundado por seu avô, o conselheiro Antônio Prado. Os destinos

que sua militância tomou a partir de 1930 contradisseram a sua formação – que poderia tê-lo ajudado a tornar-se um dos protagonistas das classes possuidoras e dirigentes do país. Seguiu-se em um período de buscas, que resultaria no engajamento, entre 1931 e 1932, no Partido Comunista Brasileiro (PCB) (IUMATTI; SEABRA; HEIDEMANN, 2008, p. 303).

Continuam:

Em um contexto de transformações, em que eram reivindicadas a centralização do Estado Nacional e a substituição de seus quadros dirigentes, uma das novidades do enfoque de Caio Prado Jr. consistiu em procurar incluir, em um plano elaborado, as massas populares como personagens centrais da ação política. Com efeito, como colocou no programa da Aliança Nacional Libertadora (da qual foi vice-presidente em São Paulo), que redigiu em 1935 e fez publicar no jornal *A Platéia*, era preciso uma democratização cada vez maior da organização política, para haver a liberdade de que a grande massa popular brasileira necessitava a fim de “agir, manifestar e influir na política e na administração do país” (IUMATTI; SEABRA; HEIDEMANN, 2008, p. 303).

Apesar da participação efetiva desse personagem – que era também geógrafo, dentro de tantas outras atividades – na atividade política do período de formação da Geografia acadêmica, não se nota que essa participação se transferiu para a ciência geográfica. Ou seja, não houve uma transposição do que vivia em sua militância para suas obras ligadas à Geografia. Mesmo se intitulando marxista, tendo realizado viagens para a URSS, participado do PCB e da ANL, não se percebe uma mudança teórica nos seus trabalhos. Não foi transposta a sua militância marxista para a análise científica, ao menos na Geografia. Seus trabalhos continuaram numa tradição lablachiana, que era o modelo da época. Conforme destaca Moraes, “O caso de Caio Prado Júnior aparece como paradigmático nesse contexto, com sua militância não sendo diretamente visível em sua produção geográfica” (2005, p. 128).

No seu livro clássico *História Econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior dedica um pedaço das notas preliminares ao “Meio Geográfico”, no qual faz uma descrição resumida da configuração física do território brasileiro. O autor irá destacar, entre outras coisas, as bacias

hidrográficas, os solos, o relevo, tendo uma perspectiva regional, sintetizando que “São essas as condições naturais que os colonizadores europeus encontraram no território brasileiro que formaria o Brasil” (1994, p.11). Não sendo, portanto uma Geografia crítica e nem revolucionária.

O movimento que mais tarde será balizador das mudanças na Geografia, nas diferentes escalas, tendo como uma das características a inserção da teoria marxista não se fez presente nesse momento da história brasileira. Entretanto, não se pode perder esse momento de vista. Os acontecimentos que marcaram esse período, principalmente as contribuições vindas do PCB e da Coluna Prestes, vão ficar marcados no imaginário popular e vão contribuir para que algumas pessoas comecem a questionar determinadas situações.

O certo é que essas reivindicações, que não ocorreram nos primeiros anos de pesquisas geográficas nas Universidades, iriam ocorrer mais tarde. O auge, como já colocamos, são os anos de 1970 e 1980, com certa efervescência nos anos 1960, no entanto, já havia gestado essas mudanças anteriormente.

### 1.3 Militância e protagonismo com ares franceses

É notório que a Geografia acadêmica brasileira tem raízes nos mestres franceses. Logo, desenvolve-se no país uma ciência que já possuía uma tradição de autores, método, objetos, categorias, etc. que se instala em centros de formação já relatados – Universidade de São Paulo e Universidade do Brasil. Isso não é só característica da Geografia, mas de um rol de ciências que se institucionalizou nesse momento. Desse modo, no território brasileiro, tem-se uma presença marcante de uma Geografia lablachiana, pois “La Blache é considerado o fundador da Escola Francesa de Geografia” (SILVA, 2012 p. 49).

Cabe ressaltar, que não podemos realizar um discurso homogeneizador dos trabalhos desenvolvidos estritamente ligados à Escola Francesa, pois como é de conhecimento da comunidade geográfica, outros pesquisadores de nacionalidades distintas, destacando a alemã e americana, também elegeram o Brasil como tema de investigação. Da mesma forma, não se podem agrupar todos os geógrafos franceses seguidores de Vidal de La Blache, pois é notável a realização de trabalhos ligados à Geografia por outras pessoas, como *Élisée Reclus*. Todavia, “A geografia brasileira, por sua vez, ficou conhecida quase que eminentemente como de alinhamento francês” (SILVA, 2012, p. 51).

Ainda, se caminarmos mais adiante na temporalidade, pode-se observar que essa “hegemonia” francesa e vidalina enfraquece com o tempo. A incorporação da Geografia teórica se dá por discípulos de geógrafos, principalmente de origem anglo-saxônica. Para efeito de nossa pesquisa, vale apresentar o debate da Escola Francesa de Geografia por razões relevantes. É a partir da França que irá surgir, não só a ciência balizadora do conhecimento desenvolvido no Brasil, mas também os principais autores que vão pautar as nossas discussões e pesquisas.

Em possibilidade, o mais importante deles, na fase de institucionalização, possa ser Pierre George.

Dentre os vários que aqui estiveram Pierre George merece destaque, pois exerceu enorme influência na geografia brasileira. Tornou-se referência bibliográfica quase que obrigatória nos cursos de Geografia. Nas discussões que enfocam a relação da geografia francesa com a brasileira, Pierre George pode ser classificado como exemplo de uma situação de permanência, tratado aqui no item Exclusividades que analisa o fato que, independentemente de opções teórico-metodológicas, o ilustre professor permanecia como inalterado, numa posição tranquila, editando seus livros em português pela DIFEL – Difusão Europeia do Livro, de São Paulo, sob os auspícios da Presses Universitaires de France, de Paris, e pela Editora Fundo de Cultura, do Rio de Janeiro. Mantinha um público cativo (SILVA, 2012, p. 67).

Também são as obras francesas que vão refletir sobre o papel desempenhado pela Geografia dentro do contexto que o mundo vivenciava, qual seja: fim da Segunda Guerra Mundial, Guerra-fria (conflitos gerados por essa disputa EUA – URSS também faziam parte do contexto histórico, notadamente a guerra do Vietnã), o movimento pacifista e outros. Conflitos esses que tinham um teor político ou geopolítico muito forte.

Publica-se, então, no ano de 1964<sup>22</sup>, *Geografia Ativa* de autoria do seguinte quarteto: Pierre George, Bernard Kayser, Raymond Guglielmo e Yves Lacoste. O que há de comum entre esses autores? Serem franceses e vivenciarem um contexto social em transformação devido aos eventos já mencionados? Talvez isso possa ser parte da resposta, mas num conflituoso momento político era preciso que, além de participarem dessa época também tivessem visões ideológicas semelhantes. Por isso, a resposta a essa questão possa ser que todos eles eram ou tinham sido membros do Partido Comunista Francês. Esse elemento é de importância ímpar para nos municiar de argumentos para defendermos a ideia de que a militância política foi fundamental, talvez primordial, para o desenvolvimento e consolidação de um Movimento de Renovação na Geografia. Daí entendermos que o pensamento de Horieste Gomes também se constituiu nessa perspectiva.

---

<sup>22</sup> Data da publicação em português.

Em artigo intitulado *Six géographes enquête d'engagement: du communisme à l'aménagement du territoire. Essais sur une génération*, publicado em 2006, no periódico *Cybergeo*, revista europeia de Geografia, Claude Baitallon resgata a história de seis geógrafos franceses (Dugrand, Guglielmo, Kayser, Lacoste, Prenant e Rochefort) que foram membros do Partido Comunista Francês, alunos de Pierre Geogre, e possuíam algo em comum. Dentre eles, estavam três autores que participaram do livro *Geografia Ativa*: Guglielmo, Kayser e Lacoste. Baitallon destaca, que

Digamos que esses alunos de Pierre George e/ou Jean Dresch abriram a geografia na França para a sociedade e a política. Todos pertencem a um ambiente parisiense fortemente influenciado pela resistência no final da Segunda Guerra Mundial, isso levou a serem membros do Partido Comunista Francês, em um movimento que lembra o subtítulo do jornal época *Combate*: "resistência à revolução". E, acima de tudo, eles mantinham laços pessoais através de caminhos muito diferentes da carreira (BAITALLON, 2006 – tradução livre).

Para ilustrar tal passagem, o autor vai elaborar um quadro em que irá traçar o perfil desses geógrafos militantes. Realizaremos uma adaptação, tendo a preocupação de evidenciar apenas aqueles ligados à *Geografia Ativa*.

**Quadro 02 – 3 Geógrafos Franceses participantes do Partido  
Comunista Francês**

Geógrafos	Guglielmo	Kayser	Lacoste
Nascimento	1923	1926	1929
Família	Pai professor	Pai professor e mãe membro do partido radical	Pai geólogo em Marrocos
Graduação	Khâgne Henri IV 1940-1942, depois estudante em Paris	Estudante em Paris	Estudante em Paris
Guerra 39-45	Resistência em Paris	Resistência Lot et Garonne	Ensino médio na região de Paris
Concurso para professor	1951	1949	1951 - Geomorfologia
Professor do Liceu	1951-1953 Fontainebleu 1953 – St. Germain	1949 – 1956 Cannes	1952 – 1955 Argel (Argélia)
Pesquisador no CNRS (Centro Nacional de Pesquisa)	1956 – 1960	1956 - 1958	---
Orientador de tese	Pierre George	1958 – Pierre George	1979 – Jean Dresch
Função fora da Universidade	Diretor da UFR (Unidade de Formação e pesquisa) – Geografia, Montpellier	Diretor da UFR – Geografia, Toulouse	Diretor da revista Herodote. 1976 - atual

Fonte: Baitallon 2006 (adaptado)

De fato, podemos relacionar uma militância política com uma forma diferente de ver a Geografia. Não podemos rotular esses autores de marxistas por terem feito parte dessa agremiação, mas podemos entender que o marxismo ou a prática esquerdista estava presente. Entretanto, a

obra lançada por eles não pode ser inserida numa perspectiva marxista, mas é, sem dúvida, uma publicação que a chacoalhou a vida de muitas pessoas.

Para Vessentini (2001), o livro *Geografia Ativa*, assim como vários manuais, não é tão impactante quanto uma postura crítica do professor em sala de aula, mas reconhece que houve avanço.

Quanto aos compêndios escolares, reitero o que já afirmei: que eles não têm tanto importância assim (inclusive é no seu uso pelos professores na sala de aula que eles adquirem tal ou qual característica) e que a incorporação por alguns deles, nos anos 1970, das idéias “georgeanas” (de Pierre George e a sua “geografia ativa”), não significou de maneira nenhuma uma reviravolta crítica. Foi somente uma renovação dentro do tradicional, na qual houve a abertura para alguns poucos novos temas – o planejamento, a conservação dos recursos naturais e o subdesenvolvimento entendido enquanto um rol de “características” – mas que eram assuntos e abordagens ainda não radicais e comprometidos com o Estado enquanto sujeito, com uma visão idílica de sociedade (sem contradições) (VESSENTINI, 2001, s/p).

A Geografia Ativa era uma nova postura do geógrafo diante dos acontecimentos daquela época. Quando o livro que trata dessa questão chega ao Brasil, em 1966, já causa certo choque. “O impacto provocado pelo livro, a ideia de ativa, atividade, gerou um burburinho nos espaços geradores da ciência e do ensino de geografia [...]” (SILVA, 2012, p. 104), especialmente por esse período estar se consolidando e formando os primeiros cursos de pós-graduação no país.

Nesse livro, o objeto e os métodos da Geografia foram assim apresentados:

1. a Geografia é uma ciência humana;
2. a Geografia é uma ciência do espaço, mas seus métodos são diferentes daqueles das ciências naturais do espaço;
3. a Geografia é o resultado e o prolongamento da História;
4. historiador do atual, o geógrafo deve prosseguir os estudos do historiador, aplicando métodos que lhe são próprios;

5. o objeto da aplicação dos métodos geográficos é o conhecimento de situações;
6. o estudo de uma situação pode proceder de uma concepção contemplativa ou de uma concepção ativa. (GEORGE et al, 1980, p. 15-23).

Os autores ainda ressaltam dentro do item 6, que:

A segunda direção da pesquisa, aquela que conduz a esta geografia ativa, nasce, pois, em grande parte, das circunstâncias, da extrema mobilidade das situações atuais. Supõe adquiridos os resultados de um inventário metódico de tudo o que é herdado do passado, portanto, métodos de investigação e de explicação, que fizeram o valor dos trabalhos dos geógrafos da primeira metade do século. (GEORGE et al, 1980, p. 25)

A geração formada por Pierre George e Jean Dresch seguiram caminhos para uma Geografia diferente. Até o momento da Geografia Ativa, não há uma completa ruptura com a Geografia Tradicional, mas é um bom começo. Vale lembrar que Lacoste, por exemplo, publicou um dos mais importantes livros do período crítico da Geografia – *A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Mas, a influência de George no meio acadêmico não se restringiu apenas ao ambiente francês. Ele esteve profundamente ligado à Geografia brasileira e fez discípulos.

Vessentini (2001) reconhece que a Geografia Crítica tem suas raízes nos debates franceses, “Os primórdios da geografia crítica no Brasil enraizaram-se em dois elementos principais: a influência e os subsídios oriundos do Primeiro Mundo e em especial da França (o nosso grande farol até inícios dos anos 1980) [...]” (VESSENTINI, 2001, s/p). Além disso, destaca que a luta contra a ditadura militar também foi importante para se afirmar no Brasil o Movimento de Renovação. Claro que por trás disso estavam os eventos da Guerra Fria e o duelo contra o capitalismo.

Portanto, a militância política, mais precisamente no Partido Comunista Francês, teve papel fundamental na concepção das ideias desse grupo de autores. Destaca-se com maior valor a participação de Yves Lacoste, também autor do livro *Geografia Ativa*, na consolidação de uma geração crítica brasileira. Seu livro *A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra* foi quase um manual a ser seguido

dentro do Movimento de Renovação. Para sintetizar o processo de militância, a participação de Lacoste e a formação e consolidação dessas ideias, Silva (2012, P. 110) relata que:

Não se pode negligenciar o fato de que os autores tiveram militância ou sofreram forte influência do Partido Comunista Francês (PCF), apesar do rompimento a partir de 1956. Os conceitos de economia planejada aliados aos conhecimentos que o Prof. P. George tinha da realidade da extinta URSS reforçavam a posição expressa no livro. O grande mote do livro e da proposta reside nas questões vinculadas ao desenvolvimento, que ficou a cargo de Lacoste.

Yves Lacoste, também militante do Partido Comunista no período de 1946 a 1956, tinha como tema de pesquisa e publicações ligadas às questões geopolíticas e Aos países subdesenvolvidos. Lançou, além da *Geografia Ativa*, outros livros, como: *Os países subdesenvolvidos*, em 1959; *Geografia do Subdesenvolvimento*, de 1965; *O nascimento do terceiro mundo*, também de 1965 e; outras publicações na década de 1970.<sup>23</sup> Nesse período, já se percebia que os temas trabalhados pelo autor versavam uma nova postura do geógrafo referente a alguns temas, como o subdesenvolvimento. Nos anos seguintes, além desse tema, Yves Lacoste irá debater assuntos criticando a Geografia acadêmica. Ele será um importante personagem do Movimento de Renovação da Geografia.

Esse interesse pelo mundo subdesenvolvido é fruto de sua passagem pela Argélia. Apesar de ter pais franceses, ele nasce em Fés, no Marrocos, onde o pai era geólogo. Passa uma parte de seus estudos na Argélia, onde também militou no Partido Comunista daquele país.

Essa questão da presença no partido ainda é marcante na composição de um grupo que precisava rever a finalidade da ciência geográfica, pois o importante não era saber o que é Geografia, mas para que ela serve. O relato de Bernard Kayser sobre Lacoste ressalta isso.

Conheci Yves Lacoste no Instituto de Geografia em Paris, na Sorbonne, pois era a Sorbonne naquela época (1947/48). Nós éramos de duas gerações diferentes, o que não é completamente justo, pois temos três anos apenas de diferença; mas pertencemos de qualquer jeito a duas gerações, na medida em

---

<sup>23</sup> As datas referem-se às publicações no original, ou seja, na França.

que eu estava na Sorbonne logo no fim da guerra e ele estava no Liceu (escola de 2º grau) durante a guerra. Nós nos encontramos, pois fazíamos ambos estudos de Geografia. Eu estava um ou dois anos mais avançado do que ele. Nós nos encontrávamos em um grupo formado pela nossa filiação política. **Todo nosso pequeno grupo era membro do Partido Comunista.** Naquela época, quando chegávamos à Sorbonne, se éramos progressistas, pelo menos em Geografia, não podíamos ser outra coisa senão comunistas. (ZANOTELLI, C.; ZANOTELLI, F. 2000, p. 14 – destaque nosso)

Kayser (2000), ainda, relata que ele, Lacoste e mais um grupo de alunos eram seguidores de dois geógrafos renomados franceses: Pierre George e Jean Dresch, conforme apresentado no quadro anterior. Kayser destaca que Pierre George “[...] era verdadeiramente nosso mestre, na medida em que seguíamos seus cursos, seus ensinamentos e estávamos completamente subjugados pela clareza de seu pensamento [...]”. O autor, também, comenta sobre a linha ideológica seguida por Pierre George “[...] ele publicou nas Edições Sociais, editora comunista, um certo número de livros. Esses livros representavam o início de uma geografia de esquerda, se não queremos dizer marxista. (ZANOTELLI, C.; ZANOTELLI, F. 2000, p. 14).

Lacoste, outro discípulo de George, tornar-se-á uma referência do Movimento de Renovação. Posteriormente, além das suas publicações referentes ao subdesenvolvimento e da sua participação no livro *Geografia Ativa*, ele irá escrever um artigo intitulado *Geografia*, no livro organizado por Chatelet, em 1973, publicará *A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*, em 1976 e, também lançará a revista *Heródote*, no mesmo ano do livro. Essa será a fase de consolidação desse movimento, o ponto auge. Tal processo vai desembocar em um profundo debate epistemológico acerca da ciência geográfica.

Horieste adentra nesse debate teórico com uma obra muito rica e profunda. O acúmulo adquirido pelo autor em vários anos de vida foi essencial para que conseguisse contribuir com esse movimento. Ele vivenciou vários dos eventos até agora destacados, além de possuir aguçada curiosidade.

#### **1. 4 Depoimento: como o contexto apresentado influenciou a formação de Horieste Gomes**

Os eventos já mencionados não são estáticos no tempo, ou seja, eles ocorrem em uma determinada data, mas as suas consequências extrapolam essa temporalidade. Eles vão influenciar, de acordo com suas características, vários segmentos: sociais, econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, entende-se que os acontecimentos ligados a política brasileira dos anos de 1920 e 1930 foram relevantes para que nessas décadas e nas seguintes se formasse uma nova consciência coletiva ligadas a esses fatos. Nesse sentido, o surgimento do Partido Comunista Brasileiro, o Movimento Tenentista, a Coluna Miguel Costa/Prestes na década de 1920, a tomada de poder por parte de Getúlio Vargas, a constituição do Estado Novo, o Movimento Integralista, a tentativa de insurreição do PCB na década de 1930 consegue influenciar e formar uma geração politicamente mais crítica. Mesmo que essa criticidade não vá, de início, para a ciência.

Horieste é um dos casos que consegue casar a política com a ciência. Não estamos, de nenhuma forma, querendo justificar a postura política crítica desse autor apenas por ter conhecimento desses episódios. Levanta-se a contribuição deles na formação de um sujeito. Sujeito este que tem uma história de vida peculiar, como todos os sujeitos possuem. Isso implica em afirmar que não só o momento político e social que passava o país foram importantes para a sua formação, mas que todo o contexto de vivencia, seja ela na vida familiar, acadêmica ou política.

As entrevistas realizadas com Horieste no período de elaboração desse trabalho comprovam esse fato. Elas, além de conter histórias incríveis, evidenciam o quanto o contexto histórico daquela época foi importante para sua formação. Tais entrevistas foram realizadas em três momentos distintos. A primeira, data de 31 de outubro de 2011 estava-se ainda amadurecendo a ideia de se realizar um trabalho com essa temática. Já as outras duas, uma de 18 de outubro de 2013 e a outra de

14 de maio de 2014, tinha-se toda a estrutura e fundamentação teórica com relação ao assunto, nos auxiliando a focar em objetos específicos centrados na questão da pesquisa.

Eis aqui trechos dessas conversas.

**Weder.** Professor, o senhor nasce em 1933 no estado de São Paulo e migra para Goiânia ainda criança. As décadas 1920, 1930 e 1940 foram marcadas por importantes eventos no campo da política no Brasil, cito os: o Movimento Tenentista, a Coluna Miguel Costa/Prestes, a Revolução de [19]30, o Movimento Integralista liderado por Plínio Salgado, a criação do PCB, o Estado Novo, dentre outros. Isso na escala nacional. Em escala internacional temos ainda os resquícios da Revolução Russa, a Segunda Guerra Mundial e tantos outros. Como o senhor ficou sabendo desses acontecimentos e qual a importância deles para a sua formação política?

**Horieste Gomes.** Eu tive um conhecimento, não só teórico mas também prático desses movimentos na medida em que desenvolvia a minha condição de adolescente para jovem. Já bem cedo, com relação a idade, na década de 1940 eu participei dos movimentos chamados de nacionalistas. Era a época que se defendia “O petróleo é nosso”, “A Amazônia para todos os brasileiros”, “Contra a esterilização das mulheres na Amazônia e no Brasil de um modo geral”, também comemorava-se o dia do trabalhador. Estávamos também nesse período vivendo a Guerra das Coreias. Nessa época, já havia a presença de elementos do PCB na residência dos meus pais. Os meus irmãos ingressaram no partido antes de mim, dois irmãos. Um deles, tinha uma certa liderança de natureza prática com uma boa visão da política brasileira do período. O meu aprendizado do marxismo se deu em grande parte por conta desse contado com as pessoas ligadas ao PCB na residência dos meus pais. Na década de 1940 e 1950 eu tive mais presença nas manifestações de rua, como eu já comentei. Eu fui perceber mais adiante que o partido estava por trás dessas manifestações. Além disso, eu tenho uma experiência que contribuiu bastante com a minha formação, eu fui operário. Cheguei a

trabalhar doze anos como marceneiro e mais cinco anos em máquina de arroz. Eu tive uma ligação com o operariado e por conseguinte estava na pauta do PCB. No fim da década de 1940 eu estava terminando os meus estudos para entrar na Universidade, o que aconteceu no início da década de 1950. Nesse período eu participei desses movimentos, mas também fiz muitas leituras, eu comecei a gostar de ler desde cedo.

**Weder.** Recentemente (2010) o senhor lançou um livro junto com Francisco Montenegro sobre a Coluna Miguel/Costa Prestes. O senhor já ouvia relatos da Coluna nesse período?

**Horieste Gomes.** Já. Eu já tinha lido o livro *Marchas e Combates* de Lourenço Moreira – escrivão oficial da Coluna. Eu tinha um exemplar, mas infelizmente a ditadura confiscou muitos dos meus livros quando eu fui preso. Mas, eu já tinha uma leitura. Eu já tinha uma leitura, principalmente de 1945 a 1955 quando eu entro na Universidade. Nesse período eu já tinha uma inclinação muito grande para o lado do materialismo histórico e dialético.

**Weder.** Quais as obras que chegavam até o senhor nesse período?

**Horieste Gomes.** Eu fiz leituras muito boas, essa da Coluna é uma delas, eu li o *Cavaleiro da Esperança* do Jorge Amado, li também a obra de Josué de Castro. Eu já tinha alguns livros relacionados a revolução russa, inclusive alguns livros de Marx, Engels e Lenin. Tanto é que meu primeiro trabalho de História contemporânea, na graduação com a professora Lena Castello Branco, foi sobre a revolução russa e ganhei dez.

**Weder.** Como essas obras chegavam até o senhor? Foi através do Partido?

**Horieste Gomes.** Sim, o partido já fazia uma difusão. Nós tínhamos o jornal *A voz operária* de maior acesso. De Marx, eu me interessei muito pela Comuna de Paris. Em resumo. Eu tenho minha fase de chegada em Goiânia com 6 anos e já em 45, ainda adolescente eu já participava de alguns movimentos. Minha leitura do ponto de vista político já havia

avançado mais e me interessei muito por todas as disciplinas ligadas a história.

**Weder.** Como o senhor adquiria essas obras? Era fácil encontrá-las em Goiânia?

**Horieste Gomes.** Eu adquiri com meu trabalho de marceneiro. Tinha uma livraria que funcionava na rua 3, livraria do Resende, em que nós encomendávamos esses livros. Tinha um bazar também, do Paulo – não lembro o sobrenome. Havia também um crescente do marxismo e algumas publicações já estavam disponíveis.

**Weder.** No período de renomados geógrafos como Pierre George, Monbeig, De Martone, foi possível fazer uma Geografia ligada ao materialismo histórico e dialético?

**Horieste.** Quando examinamos a obra Geografia e Sociologia de Pierre George, por exemplo, entende-se que ele avançou, no que eu chamaria de noções, aprofundamento não tinha. Para mim, o Jean Brunhes quanto trabalha com o princípio da atividade e o princípio da complexidade ele trabalhou com dois elementos do método dialético. Para mim o Jean Brunhes foi inovador, apesar das pessoas não perceberem isso. Quando ele coloca que todos os fatos da Geografia estão interligados dentro de uma complexidade e interação, isso já é um progresso. Evidentemente que ele não conseguia desenvolver suas pesquisas estritamente no materialismo histórico e dialético.

**Weder.** Não dissociar o homem da natureza seria uma das características da Geografia, principalmente no movimento de renovação?

**Horieste.** Isso é marcante, pois não podemos utilizar o materialismo histórico e dialético se houver uma dissociação entre homem e natureza. Se separar o território da sociedade não se pode aplicar o método dialético, pois o método dialético trabalha a unidade. Essa unidade é cada vez mais complexa, porque se verifica dentro de um determinado território, onde tem a presença do homem exercendo uma atividade X ou Y, ou várias atividades em que se verifica e penetra na interação do objeto

que está sendo pesquisado com o sujeito pesquisador, essa relação sujeito-objeto, objeto-sujeito. Cada vez mais penetra-se na pesquisa e verifica-se que essa complexidade aumenta. Aumenta porque as interações também aumentam. Mas não é fácil trabalhar a dialética, somente a partir da década de 1970 em diante e que se irá trabalhar e aprofundar mais na dialética. Porque eu me apoio na dialética? Pelo fato de que ela consegue estabelecer e criar repartições interligadas, nessa caminhada pela verdade maior.

**Capítulo 2**  
**O auge do Movimento e agora o “problema” do marxismo**

A partir do exposto no capítulo anterior, podemos explorar um tema chave para esta pesquisa: a incorporação do marxismo na Geografia. Como teoria política, econômica, filosófica e revolucionária as ideias marxistas vão pouco a pouco adentrando o meando científico de várias áreas do conhecimento. Já era de se esperar que ideias contestatórias se inserissem nos saberes científicos, pois, o momento político, em especial a luta contra a ditadura no Brasil, pedia uma postura mais firme politicamente. Foi o que ocorreu com a Geografia.

Entretanto, a tentativa de incluir nas suas pesquisas as ideias marxistas não foi simples. Foi preciso realizar um questionamento de uma tradição que há anos estava em voga nesse conhecimento. Outra questão fundamental era romper com uma tradição empírico/descritiva com forte relação com o estudo dos aspectos físicos. Apesar de visualizarmos essa questão como amplamente debatida e amadurecida com os anos, ainda hoje, ela é um problema a ser resolvido. Justamente pelo fato de alguns autores entenderem que a incorporação da Teoria Marxista na Geografia se deu de uma forma enviesada sem a preocupação de haver um verdadeiro aprofundamento dessa perspectiva.

Também ressaltamos que a forma como o marxismo chega inicialmente ao Brasil é direcionada, isto é, vem sobre a tutela do Partido Comunista Brasileiro. Ela incorpora, assim, uma leitura direcionada para um objetivo específico: a tomada de poder por parte desse partido.

O debate que segue irá apresentar as discussões referentes a esse tema, para isso, iremos desde a institucionalização da Geografia na Alemanha, com seus intitulados “pais”, até o debate mais atual referente ao assunto. Vamos iniciar pela atualidade.

## 2.1 Ainda hoje um debate inacabado

Em debate recente, proporcionado por dois autores estudiosos da epistemologia da Geografia, foram levantadas questões importantes que fomentam discussões acerca do pensamento geográfico contemporâneo e de uma corrente do pensamento da Geografia, em particular, a Geografia Crítica. Referimo-nos a Luiz Lopes Diniz Filho e Ana Fani Alessandri Carlos. O primeiro é professor do departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a segunda, professora do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP).

Podemos dizer que o início do debate se dá com a publicação do artigo de Diniz Filho (2002), no livro *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*, organizado por Francisco Mendonça e Salete Kozel. No capítulo intitulado “*Certa má herança marxista: elementos para repensar a Geografia Crítica*”, o autor defende a tese de que a Geografia Crítica, visivelmente influenciada pelo marxismo, teve grande responsabilidade para a mudança de pensamento e de postura da ciência geográfica com relação a vários temas, tais como: o Estado, o mercado de trabalho, as questões ambientais, o planejamento, a militância, dentre outras.

Diniz Filho (2002) aponta para o entendimento de que, apesar de o Movimento de Renovação da Geografia ser uma crítica aos métodos até então empregados, esse movimento se caracteriza majoritariamente pela tentativa de absorção do marxismo na ciência geográfica. Na forte influência dessa perspectiva, haveria a intenção de incorporar os conceitos marxistas na Geografia. Isso foi realizado, segundo o autor, de forma bastante radical, já que se utilizavam os conceitos de Marx para explicar os fenômenos espaciais. Por isso, a filiação ao marxismo proporcionou uma redução da abordagem no campo da Geografia, visto que, ao invés de aumentar a abrangência dos estudos dos geógrafos, ela serviu para reduzir e radicalizar as ações. Por isso, atualmente, haveria uma mudança em algumas concepções que,

Com efeito, já não é difícil encontrar geógrafos que reconhecem erros e insuficiências na geografia marxista, propondo-se por isso a fazer uso também de outras matrizes metodológicas que, igualmente afastadas das concepções positivistas clássicas e do neopositivismo poderiam auxiliar no desenvolvimento de uma Geografia capaz de formular uma crítica radical à sociedade capitalista contemporânea, e daí a recente aproximação de muitos geógrafos marxistas em relação a correntes humanistas e pós-modernas. (DINIZ FILHO, 2002, p. 85)

Segundo Diniz Filho (2002), há um motivo, em especial, para o abandono do marxismo, bem como para o aumento de outras perspectivas dentro dessa ciência: a crise do marxismo. Tal crise está relacionada ao contexto histórico, social e político da configuração recente da política global. O fim do Socialismo Real, na antiga União Soviética, enfraqueceu as concepções da esquerda no mundo. Esse abalo é expresso por diferentes pensadores que tinham no mundo soviético um modelo a ser seguido e teses a serem imitadas.

Um primeiro ponto parece-nos fundamental e, que há plena concordância de vários estudiosos sobre o fim do socialismo da União Soviética e, do Socialismo Real, por consequência. Para comprovar essas afirmações, Diniz Filho (2002) elenca os seguintes tópicos em seu artigo:

1. *Repensando o projeto socialista* – argumenta que houve um fracasso do socialismo, relatando que ocorreu uma nítida deterioração da sociedade do leste europeu em virtude do planejamento centralizado realizado, pois o Estado não conseguiu realizar as inovações, característica básica para o desenvolvimento das forças produtivas;
2. *Estado, mercado e sociedade no capitalismo* – salienta que, em alguns países capitalistas, as teorias socialistas se desenvolveram e, nesses países, o capitalismo avançou mais em termos de desenvolvimento social, que nos próprios países socialistas. Ou seja, a socialdemocracia obteve mais êxito que o sistema socialista;

3. *As teorias econômicas marxistas frente ao capitalismo contemporâneo* – colocam que as visões apocalípticas do capitalismo não se confirmaram e, como no tópico anterior, houve, em alguns países de economia de mercado, maior desenvolvimento social do que nas economias planificadas;
4. *A problemática da categoria “luta de classes”* – não há como definir com certeza quem seja o proletariado atual. Conceituar o trabalhador proletário se tornou uma tarefa difícil nesse período de fragmentação do trabalho, inclusive a definição do conceito trabalho;
5. *A historicidade das ideias de Marx* – as previsões marxistas em termos importantes não se confirmaram: não houve a superação da questão nacional, bem como o não enfraquecimento do Estado, da mesma forma que as revoluções socialistas foram feitas em países atrasados.

Também se insere nessa mesma linha de raciocínio o depoimento do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2008), quando perguntado sobre como o Movimento de Renovação reverbera hoje, expõe,

Bem, é preciso lembrar que esse movimento sofreu mudanças no final dos anos [19]80 e começo dos anos [19]90, como tudo no mundo daquela época em função da crise do socialismo e do fim da União Soviética e do socialismo do Leste Europeu. Isso fez com que uma parte desse pensamento de influência marxista fosse na direção do que eu chamo de um neo-historicismo de diferentes matrizes. Alguns na matriz claramente apenas historicista, outros de matrizes fenomenológicas. Assim, foram se instalando em vários centros de Pós-Graduação da Geografia do Brasil, e fazendo uma Geografia descomprometida com os processos de transformação social. (p. 13)

As afirmativas expostas neste trabalho mostram que o contexto histórico ligado ao desmonte do Estado Soviético é fato de extrema importância para modificar a perspectiva de alguns trabalhos dentro da ciência geográfica. Isso contribuiu, como demonstrado pelas afirmações anteriores, para que as ideias baseadas na teoria marxista fossem, de

alguma forma, questionadas. Dessa maneira, Diniz Filho conclui seu artigo expondo que

[...] estamos diante de mais uma fase de mudanças na geografia, a qual traz consigo possibilidades interessantes de renovação, mas também muitas armadilhas a evitar e questões que precisam ser encaradas, ao invés de contornadas. Este artigo procurou mapear alguns desses perigos e questões, além de fornecer subsídios úteis para um repensar mais amplo da geografia crítica. Até que ponto as indagações e linhas de reflexões sugeridas aqui são pertinentes, é algo a ser discutido; seja como for, o debate está aberto. (2002, p. 106)

As colocações realizadas por Diniz Filho (2002) fomentam um debate que já vinha sendo feito por outros autores, mas, sem dúvida, seus comentários podem e contribuem para podermos pensar e superar as críticas expostas. Foi o caso de Carlos (2007), que respondeu os questionamentos feitos.

Antes de se adentrar nas considerações da autora, podemos constatar, de acordo com o exposto, que a Geografia e as demais ciências são influenciadas por projetos políticos, por isso pensamos que é improvável que uma análise de uma ciência, ou melhor, que a epistemologia da ciência seja discutida sem levar em conta o contexto social, histórico, econômico e espacial de seu desenvolvimento. Por isso, entender as transformações ocorridas dentro e fora da Geografia é necessariamente apreender as mudanças sofridas na própria história da sociedade em um determinado momento histórico, ligado à economia e, também, a um determinado espaço geográfico.

Assim, o surgimento da Geografia Crítica/Marxista não pode ser compreendido sem visualizarmos o caminho da Geografia Ativa, bem como a inserção dos geógrafos dessa linha de pensamento no Partido Comunista Francês. Também devemos pensar em acontecimentos políticos, como o maio de 68, o movimento hippie ou a Guerra do Vietnã. Pensar na consolidação da Geografia Crítica/Marxista no Brasil é, sem dúvida, pautarmo-nos em acontecimentos políticos importantes como a ditadura militar.

Retornaremos ao debate entre os dois autores mencionados, expondo os argumentos de Carlos (2007).

Em artigo intitulado *A “geografia crítica” e a crítica da Geografia*, publicado na Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, da Universidade de Barcelona, a professora Ana Fani Alessandri Carlos (2007) procura debater alguns pontos elencados por Diniz Filho (2002).

A autora reconhece que há, nos dias atuais, um abandono das tendências marxistas não só na Geografia, mas nos debates acadêmicos de forma geral. Ela chama esse período que estamos vivendo de um período de crise e, é justamente nesse momento que outras abordagens surgem e as críticas àquelas abordagens realizadas até então se tornam aparentes. É nesse contexto, segundo Carlos (2007), que se encaixa o artigo de Diniz Filho (2002).

Há um provérbio que resume bem o início da exposição da autora que recomenda: “Não se pode remendar o que não tem remendo”. Esse dito popular pode contribuir para o entendimento do que foi exposto no texto, tendo como tema o modo de produção capitalista. Tentar encontrar meios e artifícios para reformular esse sistema é tentar consertar o que já não tem conserto ou remendo. Por isso, “[...] antes de se buscar soluções que permitam a reprodução do sistema capitalista, faz-se necessário encontrar as possibilidades de sua superação – e, de fato, o desenvolvimento do capitalismo provou, concretamente, que ele não tem uma ‘missão civilizatória’”. (CARLOS, 2007, p. 02).

É constatado que esse abandono da Teoria Marxista se dá pela renúncia de quase tudo aquilo que foi construído até então. E pior, esse desamparo acontece sem ao menos entendermos e aprofundarmos no método ancorado na Teoria Marxista – o materialismo histórico-dialético. Ou seja, estão deixando de lado aquilo que foi construído até então, não havendo hoje o aprofundamento necessário, partindo-se para outras teorias ou métodos que consigam interpretar melhor a realidade atual.

Um problema que parece central neste debate é que a Geografia abdicou do marxismo sem uma crítica aprofundada sobre o modo como esta perspectiva permitiu construir uma compreensão da realidade, de seus limites e possibilidades. (CARLOS, 2007, p. 03)

Ainda sobre o tema do abandono da Teoria Crítica na Geografia, Carlos (2007) salienta que o exame da Geografia Crítica é feita por pessoas que não conhecem o marxismo, gerando um discurso preconceituoso e ideológico. Esse também é um argumento de Horieste Gomes para justificar o “abandono” do marxismo na Geografia.

Se pegarmos a visão geográfica atual de muitos elementos é uma visão que não compreende o que é o marxismo a maioria infelizmente não compreende o marxismo, a própria desestruturação aqui dentro do Brasil do PC é um exemplo. Eu, por exemplo, militei no PC mais de duas dezenas de anos sempre a gente trabalhou dentro de uma unidade depois nós assistimos cada vez mais um processo em que houve o rompimento da unidade, não souberam conduzir. (GOMES, 2012)

Para encerrar a primeira parte, quando a autora trata das críticas feitas pelos marxistas, Carlos (2007) vai ressaltar que estamos abandonando o que foi deixado pela Geografia Crítica de mais precioso, qual seja: o método.

Para ela, rotular e denegrir os pensadores que contribuíram com a Teoria Crítica ocorre por falta de análise histórica, já que pessoas como Lacoste, Soja e Harvey, alguns dos precursores da Geografia Crítica, utilizaram o marxismo em suas publicações e incorporaram-no na Geografia, e mais, em alguns casos, até superaram aquilo que estava colocado, justamente por realizarem um estudo do seu tempo e não a-histórico, como acusado por Diniz Filho (2007).

O problema central, sem dúvida, é o fato de que muitos geógrafos “ditos marxistas”, efetivamente, abdicaram de formular uma crítica radical à sociedade desigual na qual vivemos, crítica esta capaz de revelar a dialética do mundo. (DINIZ FILHO, 2007, p.4)

Com efeito, longe de encarar os desafios impostos pela obra de Marx, muitos “geógrafos marxistas” preferiram o fácil caminho de sua negação sem maiores críticas. (DINIZ FILHO, 2007, p. 6)

Para ainda concluir esta parte e partirmos para aquilo que a autora se propõe para uma ciência pautada no método ligado ao marxismo, é necessário nos atermos a dois pontos importantes. Primeiro, pensar que o espaço é produzido, como já exposto em vários trabalhos (CAVALCANTI (2008); LEFBVRE (2006)) e, essa produção requer necessariamente uma contradição social e, por isso, a dialética se encaixa no entendimento do real. Segundo, identificar o abandono, por partes de alguns autores da Teoria Marxista na Geografia, por um modismo metodológico de pluralismo científico e também pelo produtivismo. Novos enfoques ganham mais força dentro da ciência geográfica pautados no contexto histórico atual, sendo eles: o planejamento ambiental, principalmente, a cultura e o turismo. Na passagem a seguir, podemos observar uma parte dessa crítica que é feita a algumas tendências, mas principalmente por uma mercantilização da natureza e o aproveitamento para se maximizarem os lucros.

Atualmente, os pesquisadores defrontam-se com problemas postos pelo processo de reprodução do capital que, ao se realizar, criou profundas contradições, dentre elas o que se chama de degradação da natureza, mas com isso também produziu estratégias e um discurso sobre a sua conservação, ambos como decorrência de sua necessidade de continuar o processo de acumulação submetido ao jogo da maximização do lucro das empresas. Isso significa dizer que a busca desenfreada do lucro trouxe profundas transformações na natureza, degradando-a, e com isso reproduzindo-a como raridade. Assim, a natureza tornada rara torna-se “novamente mercadoria” e nesta condição retorna ao mercado, e bons exemplos desta nova realidade são a construção e venda dos condomínios fechados bem como o turismo ecológico (CARLOS, 2007, p. 7).

Podemos, assim, resumir a primeira parte da análise da crítica à Geografia Crítica que se faz atualmente nos seguintes pontos: 1 – é necessário encontrar a superação do modo de produção capitalista e não a sua reforma; 2 – não se pode abdicar de um método que ainda nem foi aprofundado, como o marxismo; 3 - a crítica que se faz à Geografia Crítica se dá por pessoas que nem ao menos conhecem tal tendência; 4 - é necessário realizar uma abordagem social e histórica das categorias

científicas; 5 – há o surgimento, ou fortalecimento de novas correntes do pensamento geográfico em detrimento da Teoria Crítica.

Ao apoiar-se sobre alguns pontos elencados no parágrafo anterior, a autora irá propor a construção de uma Metageografia, baseada, ainda, na Teoria Marxista ou no método materialismo histórico-dialético. Essa nova abordagem é exposta por Carlos (2007), mas também foi desenvolvida posteriormente em outras obras, como o livro *A condição Espacial*, de 2011.

Sinaliza-se, portanto, a necessidade, para se pensar em uma mudança radical da sociedade e realizar uma crítica radical sobre ela, desse modo, é preciso se pautar nos seguintes termos:

- ter uma problemática espacial e não apenas uma gestão do espaço;
- realizar uma crítica profunda do produtivismo acadêmico;
- questionar o “saber técnico” (planejamento) sob a batuta do Estado;
- ultrapassar o discurso ambiental;
- desvendar a potência produtiva do capital;
- não subjugar os projetos de mudanças à lógica do Estado.

O debate exposto por esses dois professores levanta uma série de questões que estão presentes não somente nesse debate. Outros autores também expõem certa preocupação com a incorporação do marxismo na Geografia. Os seguintes questionamentos são apresentados: 1. Quando nos referimos à incorporação do marxismo na Geografia, estamos nos remetendo a qual tipo de marxismo? 2. Como uma ciência que possui uma tradição voltada para a relação homem/meio e, por isso, ligada aos métodos descritivos, ela pode incorporar um novo método ligado especialmente aos estudos sociais? 3. Há como preservar uma unidade na Geografia privilegiando sempre os aspectos humanos? 4. As categorias do marxismo conseguem explicar os fenômenos espaciais? 5. Não seria temeroso negligenciar os aspectos físicos dos fenômenos analisados pela

Geografia? Enfim, são aspectos que serão, mais adiante, apresentadas e discutidas de forma mais específica. Vale ressaltar que o debate exposto é apenas um, dentre vários que suscitaram ao longo do tempo.

Afinal, o termo marxismo já é por si só polêmico. Primeiro, porque parece um tanto quanto preconceituoso e também por haver vários Marx. Várias são as tendências que se intitulam marxistas e podem realizar interpretações distintas. Podemos destacar: a socialdemocracia, o bolchevismo, o boudirguismo, o conselhismo, etc.

O fato é que, na Geografia, houve duas perspectivas para trabalhar com a Teoria Marxista. A primeira entendia que Marx negligenciou a questão do espaço e era necessária uma investigação mais aprofundada para constatar quais eram as obras ou teorias que se aproximavam da Geografia, ou seja, essa perspectiva estava à procura de um “Marx geógrafo”. Outra perspectiva tinha como característica entender as obras do autor e tentar aplicar os conceitos e métodos na ciência geográfica.

Segundo França Filho (2009), a incorporação do referencial marxista na Geografia não se deu pelo viés acadêmico, e sim, pelo engajamento de geógrafos na esquerda política. O autor confere a esse fato o motivo pelo qual houve a desconexão entre a Teoria Marxista e as pesquisas geográficas. O estudioso ainda defende que, no Brasil, houve a difusão de um “marxismo estruturalista de segunda mão”, baseado na tradução do pensamento de Althusser, feita por seus alunos. Essa corrente que força o encontro de elementos geográficos na análise marxista, em vez de preocupar-se em extrair o método e uma teoria geral do espaço.

É fato que essa tendência perde espaço nos debates da Geografia contemporânea. Concordamos com os argumentos de Carlos (2007), quando indica que retornarmos à prática científica ajustada às demandas do mercado e com forte revestimento ambiental. A superficialidade das

pesquisas tem levado ao utilitarismo da ciência, desviando-a do seu papel fundamental: o da transformação social.

Esse debate foi travado no interior da ciência, mas sem que houvesse vencedores. Apesar de se propagar que a Geografia Crítica foi única durante o período de aproximadamente vinte anos, temos que rechaçar essa opinião, afinal, havia outras correntes que permaneciam plenamente ativas. É de se destacar que o momento vivenciado pela política no Brasil, naquele período, propiciou que a contestação social chegasse até o meio acadêmico. Também a chegada dos próprios textos de Marx ao território brasileiro contribuiu para que a incorporação do marxismo em várias ciências, dentre elas a Geografia.

## **2.2 Um peculiar momento na história do Brasil**

No final da década de 1950, o Brasil vivia ainda uma incipiente democracia. Depois da era Vargas – um período ditatorial – as instituições voltavam a ganhar legitimidade. Era uma legitimidade maquiada principalmente pelo poder econômico, mas não deixa de sê-la. As eleições e as sucessões presidenciais ocorreram sem grandes interferências, seja por parte de atores civis ou dos militares. A ascensão de Café Filho à presidência por conta do suicídio de Getúlio Vargas é um exemplo de respeito às regras eleitorais. Afinal, Café Filho era o legítimo sucessor de Vargas em virtude de uma ausência do presidente, pois ele era o vice-presidente.

O mandato tampão de Café Filho encerra-se em 1955, quando Juscelino Kubistchek (JK) assume o poder vencendo a eleição de forma bastante apertada, com 36% dos votos contra 30% de Juarez Távora, 26% de Ademar de Barros e 8% de Plínio Salgado. Por não atingir mais de 50% dos votos, a oposição, principalmente a figura de Carlos Lacerda, exigia que Juscelino não assumisse.

Os argumentos de Lacerda iam além do percentual dos votos obtidos pelo candidato. Ele advogava que a eleição de Juscelino Kubistchek tinha o patrocínio dos comunistas e, dessa forma, o Brasil correria perigo. A certeza de Lacerda a respeito da visão mais esquerdista do governo, que iria assumir o poder, era a presença de João Goulart como vice-presidente. João Goulart, também conhecido como Jango, tinha uma proximidade com os sindicatos, esses sim, com maior contato com os integrantes da linha comunista, já que Jango foi ministro do trabalho no governo de Getúlio Vargas.

A informação de que os comunistas poderiam assumir o governo com Juscelino era fantasiosa. Eles até apoiaram a candidatura à presidência de Kubistchek, entretanto, não pleitearam nenhum tipo de cargo. Até porque o contexto de ilegalidade do partido não permitia tal objetivo.

Mesmo com protestos de políticos ligados à direita, Juscelino Kubistchek assumiu o governo no ano de 1955. Como campanha para o pleito, ele assumiu uma série de compromissos, desde o crescimento econômico até a mudança da capital para Brasília.

Realmente, Kubistchek conseguiu um grande avanço econômico com seu plano de metas que tinha como slogan “50 anos em 5”. As trinta metas listadas por ele eram os gargalos que necessitavam de atenção especial para o crescimento econômico. Uma meta, a de número 31, também chamada de meta síntese, era a construção de Brasília.

A mudança da capital federal para o interior do país mexeu significativamente com a referência espacial da política brasileira. Uma obra que se encaixou perfeitamente na política desenvolvida na década de 1930: a “Marcha para o Oeste”. Enfim, Brasília é e foi um marco espacial. Esse foi um dos momentos que o país voltou os olhos para o seu interior. A Geografia brasileira tem trabalhos que tratam do tema, como Vessentini (1985).

Do ponto de vista econômico, o debate era pela abertura da economia brasileira a capitais internacionais. Pela volumosa agenda de obras desenvolvidas e a se desenvolver no governo JK era preciso conseguir dinheiro fora do país, por isso, houve a nítida abertura para que empresas de outros países pudessem se instalar em território brasileiro e obter seus lucros. Havia uma corrente nacionalista, ligada à ala esquerda da política que criticava veementemente essa atitude, taxando os políticos que adotassem tal artifício de “entreguistas”. Na visão desse grupo esquerdista era preciso fomentar a indústria e a economia internamente e, não dar de mão beijada os lucros adquiridos por empresas estrangeiras, principalmente àquelas de nacionalidade estadunidense.

Nesse período, foi criado duas importantes instituições. Uma ligada ao desenvolvimento regional, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a outra, o Instituto Superior

de Estudos Brasileiros (ISEB), que pensava o país a partir dos debates sociais. No ISEB,

[...] o grupo de intelectuais que o criou tinha como objetivo o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicadas à análise e a compreensão crítica da realidade brasileira. O ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica de um projeto que ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentismo” (ABREU, 2012, s/p).

O cenário de debates políticos, econômicos e institucionais ligados ao governo JK não foram os únicos acontecimentos relevantes desse período. As organizações sociais estavam se organizando a cada dia. Tanto no espaço rural, principalmente pelas Ligas Camponesas, como também na zona urbana, com os sindicatos ligados especialmente à atividade industrial.

Com o fim de mandato de Juscelino, assume a presidência Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo e com ligação com uma ala mais conservadora da política, a UDN – União Democrática Nacional. Como vice-presidente é reeleito João Goulart<sup>24</sup>. Todavia, a presença de Quadros na presidência foi bastante rápida. Após alguns meses e, sem conseguir realizar as reformas que julgava necessário – controlar a inflação principalmente – escreve uma carta de renúncia e a entrega ao congresso que prontamente o atende.

No momento de renúncia de Jânio, o vice-presidente fazia uma viagem à China. Esse fato possibilitou que houvesse um governo provisório, comandado pelo presidente da câmara dos deputados, Ranieri Mazilli. Surgiu uma questão importante por parte da elite conservadora do país, dentre eles os militares: como um presidente da república poderia estar tão próximo dos movimentos operários, como os sindicatos? O medo de uma inserção comunista por meio desses movimentos sociais era bastante grande, sem contar que Jango tinha como cunhado Leonel

---

<sup>24</sup> Naquele período, votava-se para presidente e vice-presidente, ou seja, poderia haver dois nomes opositores no comando do país. Hoje, o voto é na chapa, quando se escolhe o presidente o vice é automaticamente o candidato da mesma coligação.

Brizola, deputado federal pelo Rio de Janeiro e antigo governador do Rio Grande do Sul. Brizola era da ala da esquerda radical, que queria a ruptura total com os capitais estrangeiros no Brasil.

Na tentativa de solucionar tais problemas, foi implantado no Brasil, nesse período, o parlamentarismo, tendo João Goulart como presidente, mas com poderes limitados. Tal governo não durou muito. A economia estava em severa crise, com inflação alarmante e o crescimento do país não era o mesmo de tempos anteriores. Culparam esse fracasso ao sistema político implantado, pois o presidente não poderia realizar as reformas que desejasse pela limitação de seus poderes. Voltou-se, mediante um plebiscito, ao regime presidencialista, no início do ano de 1963.

Agora, com plenos poderes, Jango poderia governar à sua maneira. Qual era essa maneira? Na verdade, não se sabia qual seria o estilo desse governo. De início, ele tentou controlar a inflação e realizar investimentos. Para realizar esses projetos, Jango foi capitaneado empréstimos junto ao governo dos Estados Unidos, da Europa e do Fundo Monetário Internacional (FMI), além disso, as medidas para controle da inflação nunca foram populares.

Os empréstimos por parte de outros países não foram totalmente liberados e as medidas de controle da inflação não surtiram o efeito desejado, o único resultado atingido foi a revolta popular. Nesse contexto, Jango se alinhava cada dia mais na direção esquerda da política. A certeza dessa guinada foi o comício-mostro, realizado no dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro. Nesse evento, o presidente assinou dois decretos importantes: o primeiro foi sobre a nacionalização de todas as jazidas de petróleo encontradas em território brasileiro, o segundo tratava-se da reforma agrária. Claro que a direita estava preocupada com os rumos que o governo tomava.

Brizola, cada dia mais influente no governo federal, declarava abertamente que era preciso reformular a política brasileira. Para ele, o

começo para isso deveria ser dissolver o Congresso Nacional e em seu lugar criar uma Assembleia Constituinte. Essas propostas, de certo modo, amedrontavam a elite política do país e, também, indicavam que Jango poderia estar planejando um golpe. Esse tipo de preocupação estava mais próxima dos conservadores, entre eles, os militares. Por isso, a classe militar ficou a postos para uma possível intervenção.

A cartada final para que os militares agissem foi o contexto já relatado e a acusação de que o presidente desrespeitou a disciplina militar. Uma revolta de alguns marinheiros que queriam formar um sindicato foi prontamente controlada pela marinha. O ministro da marinha então exigia punição para todos os envolvidos. Jango ao saber do ocorrido trocou o ministro da marinha e anistiou todos os revoltosos, criando um profundo desgaste entre os militares. O desgaste aumentou ainda mais quando surgiu a informação que o nome no novo ministro foi uma indicação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Paulo Mário da Cunha Rodrigues. Diante de todos esses fatos, os militares se organizaram e tomaram o poder no dia 31 de março de 1964. Assim, dando início a ditadura militar brasileira.

[...] a institucionalização da Ditadura Militar foi aparecendo como solução para os sucessivos impasses e crises políticas que a ruptura da institucionalidade democrática foi gerando a partir de 1964. Para cada crise política era dado um passo adiante no processo de desmontagem da institucionalidade democrática, instalada em 1946, e de configuração da institucionalidade autoritária. (MACIEL, 2004, p. 27-28)

Até esse período, Horieste Gomes não era filiado ao Partido Comunista do Brasil, mesmo sendo atuante nas atividades desenvolvidas pelo partido não havia feito sua filiação a essa agremiação. Entretanto, depois do golpe militar sentiu a necessidade de tomar essa decisão e reafirmar a sua postura de luta por uma sociedade mais justa.

O cenário nacional, que tem uma ligação direta com os acontecimentos internacionais, também reverbera em Goiás. O golpe militar chega, inicialmente, de forma tímida e depois avassaladora.

O governador em exercício em Goiás era Mauro Borges Teixeira, filho de Pedro Ludovico Teixeira. Ele representava o antigo Partido Social Democrata (PSD)<sup>25</sup>, que tinha na figura de seu pai o ícone da representação pública. Ou seja, esse modelo político era seguido desde 1930, com pequenas interrupções, quando Pedro Ludovico assume o governo de Goiás. Ele governa o Estado por várias vezes, como já assinalado anteriormente e, sempre elege o seu sucessor. Isto é, Goiás se desenvolveu ao longo de várias décadas seguindo as diretrizes peessedebistas.

Isso não quer dizer que não havia oposição em Goiás. A União Democrática Nacional (UDN) também tinha representantes em terras goianas. Os nomes dessa ala da política estavam ligados aos produtores rurais e, em especial, a família Caiado. Para lembrar, esse grupo perdeu sua hegemonia política no Estado com a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira ao poder e a transferência da capital para Goiânia.

Pois bem, Mauro Borges não foi contra o golpe militar de 1964. Tanto é que ele foi um dos últimos governadores a serem depostos pelo novo regime. Desde o início ele apoiou a intervenção militar por dois foram os motivos. O primeiro é que ele era militar e tinha feito vários cursos no Rio de Janeiro, inclusive na Escola Superior de Guerra (ESG), sendo aluno de Castello Branco. O outro foi a sua leitura da conjuntura e a nítida impressão de que a ditadura podia lhe tomar o poder. O fato é que ele contribuiu, inclusive com posições discursivas, apoiadas na instalação do medo no Brasil, principalmente do temor ao comunismo. De alguma forma, Mauro Borges ajudou a difundir as ideias do Instituto de Pesquisa em Estudos Sociais (IPES)<sup>26</sup>.

Esse instituto se junta, portanto, a diferentes estabelecimentos, sejam públicos ou privados, que propagaram o ideal conservador e

---

<sup>25</sup> A sigla ressurge recentemente na política brasileira e, tem em Gilberto Kassab o nome de referência.

<sup>26</sup> Esse instituto na sua aparência era um órgão de estudo e pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Na sua essência ele era o mecanismo utilizado para propagar a ideologia anticomunista.

reacionário no Brasil. Podemos citar alguns: Centro de cultura Brasil-Estados Unidos, Rotary Clube, Lions Clube, etc.

Por tudo isso, logo após a instalação do governo militar, manteve-se à frente do governo de Goiás o governador Mauro Borges Teixeira. Diferente do que ocorreu com outros governadores, como Miguel Arraes, de Pernambuco que perdeu o cargo de imediato.

Mauro Borges também consentiu que fossem tomadas decisões arbitrárias contra funcionários da Universidade Federal de Goiás (UFG), conforme relata Souza (1990, p. 90): “No Estado de Goiás, a Guarnição Federal em Goiânia realiza no dia 30 [de julho] a prisão de 24 pessoas, suspeitas em inquérito sobre o ‘grupo dos onze’ e de ‘subversão’ na Universidade Federal de Goiás. O clima é de terror”.

Apesar de tudo isso, Mauro Borges foi acusado, por parte de integrantes da UDN, de estar próximo da ala esquerdista. A acusação tinha como objetivo destituí-lo do cargo, haja visto que a UDN, mesmo depois do golpe militar, não havia chegado ao poder em Goiás. Os argumentos e os fatos políticos convenceram o governo federal, já em novembro de 1964, quando, por decreto se destituiu o atual governador, acusando-o de não conter a agitação no Estado. De imediato, o interventor Carlos de Meira Mattos instalou-se em Goiás e, em seguinte, Otávio Lage, um jovem udenista, elegeu-se governador do Estado.

Toda essa efervescência na política transcende, de certo modo, para a produção científica. Nesse período, cursos foram fechados, outros abertos e uma reforma universitária gestada. A ciência como saber neutro – numa visão positivista – não podia se posicionar a respeito do debate político. Não podia até então, pois uma reviravolta nos arranjos acadêmicos estava para se concretizar.

Nesse momento, Horieste Gomes já era professor da UFG e, dava início a uma rica produção. Ele contribuiu para que essa nova postura científica se instalasse no seio do debate universitário. Para isso, ele parte de fortes pressupostos: o pesquisador deve tomar posição na pesquisa;

esse lado deve ser na direção do trabalhador; a busca por uma sociedade mais justa também poderia ser papel da ciência; a Geografia deveria contribuir para isso; por fim, a Geografia deveria ser revista.

Os ideais do Movimento de Renovação da Geografia se propagaram por diversas entidades relacionadas a esse saber. Eles foram, paulatinamente, adentrando as instituições e, cada vez mais, as pessoas estudavam e pesquisavam sobre o tema. As principais entidades ligadas à ciência geográfica eram o IBGE, a AGB e as universidades. Essas três instâncias produziam conhecimento nas mais diferentes escalas: local, regional e nacional.

Duas são as abordagens que podem ser feitas quando se trata da análise das instituições: uma relata como se deu as pesquisas antes, durante e depois do Movimento de Renovação, por meio divulgação de ideias; outra propõe entender como as instituições foram partícipes de um projeto político que estava se desenvolvendo em determinado período. No IBGE, podemos encontrar as duas perspectivas. A divulgação de ideias ligadas ao campo da Geografia difundia-se por meio da Revista Brasileira de Geografia, que exercia a função de agente que divulgava as pesquisas dessa ciência. Há, também, a ligação com um projeto político desde seu surgimento, em meados da década de 1930, contribuindo para a coleta de informações e a colonização do interior do país, isso também fomentou de uma ideologia nacional. Sobre esses dois aspectos, Geiger (1988, p. 62-63) esclarece que a criação desse instituto

Tratava-se, pois, de mobilizar novas capacidades técnicas a serviço de um governo empenhado na centralização do poder, num país até então essencialmente agrário, extremamente segmentado num arquipélago econômico. Para fomentar a ideologia nacional, romper obstáculos à integração espacial, à centralização e a modernização seria necessário um discurso descritivo, a mensuração, o controle do território e, também, dividir para reinar, a divisão regional. Não é por acaso que os primeiros números da Revista Brasileira de Geografia iniciam duas séries de artigos: a de Pierre Deffontaines (Deffontaines, 1939), descrevendo a dimensão continental do Brasil e dando o tom da nova Geografia acadêmica que estava sendo introduzida, a linha vidalina, onde a moldura do quadro natural comanda a organização das atividades humanas; e a de Moacyr F. Silva

(Silva, 1939), focalizando a Geografia dos transportes, o instrumento da integração espacial.

O autor continua esclarecendo a função do IBGE e a participação da Geografia, agora como agente formador de pesquisadores.

Desde sua fundação, o IBGE tomou o lugar do grande centro acadêmico, da pesquisa e de editoração, valendo-se das relações com os grandes centros internacionais, razão da origem do CNG [Conselho Nacional de Geografia], e dos recursos federais. A Revista Brasileira de Geografia, iniciada em 1939, ainda hoje lidera as publicações nacionais do gênero. Deste modo, o IBGE substituiu a falta de maior atividade de científica das Faculdades de Filosofia. Ele enviava funcionários para se aperfeiçoarem no exterior e desenvolvia também atividades didáticas, reciclando professores universitários nos cursos para professores, criando uma Escola de Estatística, promovendo cursos de Cartografia. O IBGE promovia a vinda de geógrafos notórios do exterior, como Waibel, George. Sendo que em 1956 sustentou a realização do Congresso Internacional de Geografia da UGI no Rio de Janeiro. No mundo inteiro, era considerado como algo de extraordinário, avançando no tempo, um Instituto de pesquisar e de formulação de estratégias espaciais e ecológicas (GEIGER, 1988, p. 65 - 66).

Com essas duas citações conseguimos dar o tom da importância do IBGE para o desenvolvimento da Geografia brasileira. Posteriormente aprofundaremos mais esse assunto, enfocando o período em que se dá o Movimento de Renovação, por meio da análise da publicação editada pelo instituto, a saber: *Revista Brasileira de Geografia*.

Outra instituição que tem papel relevante para a formação de um pensar geográfico no Brasil é a AGB. Diferente do IBGE, essa associação não está ligada ao Estado. É uma entidade que tem como finalidade agregar pesquisadores para divulgar seus trabalhos e suas ideias. Assim como o IBGE, ela também tem participação nos dois aspectos mencionados anteriormente. Com relação ao projeto político, podemos identificar que ela estava inserida numa perspectiva transformadora, quando do seu protagonismo no Movimento de Renovação da Geografia. Também, como já exposto, ela serviu como agente de difusão dos pensamentos geográficos.

A AGB surge num contexto da Geografia brasileira chamado por muitos de período de institucionalização da ciência geográfica, ao lado de um conjunto de outras instituições já existentes ou

ainda que surgiram logo após sua criação, vai conformar não só esse período, mas a possibilidade de produzir e pensar a Geografia no Brasil na perspectiva de uma dada modernidade científica. O período da institucionalização da geografia no Brasil se revela altamente interessante. A armação de um aparato institucional dedicado a essa disciplina data da década de 1930 com a organização dos cursos universitários de Geografia em São Paulo (1934) e no Rio de Janeiro (1935), a normatização da disciplina no ensino básico de alguns Estados, a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1934), a criação, pelo Estado, do Conselho Nacional de Geografia (1937) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938). É correto afirmar que a criação dessas instituições se coloca como estratégia utilizada na busca da cientificidade, da legitimidade e da inserção da profissão na modernidade. Tais atos, interligados, rapidamente conformam uma comunidade de geógrafos no país (ANTUNES, 2008, p. 32).

As universidades foram participantes do processo ao contribuir para o desenvolvimento de um projeto político, como também na formatação e divulgação de ideias e ideais. Para esta pesquisa, vamos nos pautar na escala regional com a investigação das duas universidades goianas que possuíam cursos de Geografia nesse período (UFG e UCG), pois é a partir delas que há a formação institucional dos indivíduos que vão espalhar suas concepções por onde forem.

O contexto foi importante para que os novos atores da Geografia se reunissem e formatassem uma ciência mais comprometida com os aspectos sociais e, também lutassem para a redemocratização do país. Entretanto, esse não pode ser considerado um movimento hegemônico por diversos motivos, o principal deles é a própria concepção de marxismo dos personagens envolvidos nesse processo; outro, não menos importante, foi a abertura para novas abordagens da Geografia, como para a perspectiva humanística.

### 2.3 Um movimento plural

O Movimento de Renovação da Geografia teve seu auge principalmente nas décadas de 1970 e 1980, possuindo características bastantes particulares e também universais. São particularidades desse movimento: uma crítica enfática a outras correntes do pensamento da época rotuladas de atrasadas e conservadoras, as transformações ocorridas no interior da ciência geográfica ao longo desse período, sejam nos indivíduos ou nas instituições. São, por conseguinte, universais o contexto histórico de postura crítica da sociedade. Vale lembrar, que esse período, como já sinalizamos, foi marcado por uma série de transformações, não apenas aquelas ligadas à renovação dessa ciência.

Além desses fatores, essa época também é conhecida como um momento de crise. Uma crise de vários níveis, não somente uma crise científica. Tal período deve ser entendida em um contexto mais abrangente, pois “[...] a crise da geografia é a própria crise da razão tecnocrata, do mundo tecnicizado, administrado e multidimensional” (SCARIM, 2000, p. 10).

Essa conjuntura é identificada no cenário histórico por meio de episódios, alguns pontuais e outros mais abrangentes. Nos Estados Unidos, por exemplo, havia a luta contra a guerra do Vietnã e o nascente movimento *hippie*. Na França, o movimento de 1968 e as reivindicações estudantis foram marcadas por vários protestos. No Brasil, havia a constante luta pela redemocratização do país, depois de ser implantado o governo militar, em 1964. Consideramos esses eventos como pontuais, pois ocorreram em espaços diferente e de forma distinta.

Também ocorria, nesse período, um conflito mais abrangente, a Guerra Fria. Embate esse que estava em jogo, não só disputas entre duas potências, mas toda a humanidade. A disputa ente Estados Unidos e União soviética reverbera nos episódios pontuados no parágrafo anterior. Por isso, entendemos que é impossível não relacionar a guerra do Vietnã, por exemplo, ao embate Capitalismo X Socialismo. Como também não

podemos dissociar as revoltas realizadas na França com uma contestação do modo de organização daquela sociedade e, por ventura, do sistema capitalista. Da mesma forma, não podemos deixar de ligar os conflitos internos ocorridos no Brasil por conta da ditadura militar com dois grupos envolvidos: de um lado os “revoltosos” de esquerda, ligados principalmente a uma ideologia socialista e, do outro lado, os conservadores, explicitamente, atrelados aos ideais capitalista e aos Estados Unidos. De fato, o mundo, naquele momento, vivenciava uma crise que, não por acaso, reverberaria na ciência, logo, seria motor das mudanças ocorridas na Geografia.

Concordamos, portanto, com Scarim (2000), quando ressalta que não se pode desconsiderar o contexto social para se estudar uma ciência. Daí o entendimento de sua crise, bem como também lembra o autor, que apesar da ciência ser um corpo definido por leis, métodos e teorias, ela é feita por homens e mulheres com as mais diversas histórias e orientações políticas, sociais, de gênero, etc. Da mesma forma, não podemos deixar de lado aquilo que já foi edificado dentro do conhecimento, pois “[...] não se pode deixar de dizer que a ciência, mesmo em seus momentos de maior ruptura, parte de algo já construído.” (SCARIM, 2000, p. 11). Nesse sentido, consideram-se outras formas de se pensar geograficamente, mesmo aquelas que, por ventura, fossem, em certa medida, equivocadas dentro de determinadas avaliações. Como também é sinalizado na abordagem contextual, já exposta.

A ressalva apresentada por Scarim (2000) é muito válida. Ou seja, pensar na construção de um saber científico também é pensar nos personagens que ajudaram a construir tal pensamento. O Movimento de Renovação da Geografia teve a contribuição de diferentes autores brasileiros: Milton Santos, Ruy Moreira, Antônio Carlos Robert Moraes, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Armando Correa da Silva, Armem Mamigonian, Horieste Gomes, dentre outros. Desses intelectuais, Horieste Gomes se insere na lista dos poucos que produziu e produz suas pesquisas longe dos grandes centros. Isso pode ser em possibilidade, um

dos motivos do pouco debate que há, em escala nacional, em torno de sua obra.

Esse movimento, quase sempre, é confundido como o período estritamente ligado à incorporação do marxismo na ciência geográfica. Apesar dessa incorporação não ser falsa, essa época é marcada por uma abertura da ciência para outras teorias e métodos que até então eram marginalizados. Não é inverídico afirmar que esse movimento é uma crítica às outras correntes do pensamento geográfico que estavam em voga até então. Talvez, por isso, quase sempre nos referimos a essa Geografia de Crítica. Vale ressaltar, também, que a maciça difusão do livro *Geografia: Pequena História Crítica*, de Antônio Carlos Robert Moraes, foi fundamental para que o termo “crítica” entrasse definitivamente no vocabulário dos geógrafos brasileiros, principalmente daqueles que estavam em formação. Moraes (1986) ao tentar justificar a terminologia “Geografia Crítica” expõe que “Esta denominação, advém de uma postura crítica radical, frente à Geografia existente (seja a Tradicional ou a Pragmática), a qual será levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior.” (MORAES, 1986, p. 112). Mas, ela já recebeu várias outras nomenclaturas: *Geografia Nova*, *Geografia Libertadora*, *Geografia Marginal*, *Renovação*, *Geografia Atuante e Geografia Crítica*<sup>27</sup>.

Para o Vessentini (2001), é preciso primeiro pensar na nomenclatura e, por isso, colocar a letra esse (s) depois de Geografia e também de Crítica. Da mesma forma, é necessário entender o que foi essa corrente. Apenas dizer que essa corrente do pensamento geográfico era aquela que não se pautava apenas na descrição, mas, sobretudo, na explicação, é muito frágil. Há trabalhos da geografia tradicional que também se preocupavam para além da descrição. Usar esse argumento é colocar toda a Geografia Tradicional em um mesmo saco e, isso não é

---

<sup>27</sup> SANTOS (2002), OLIVEIRA, (1980), MOREIRA, (1980), SILVA, (1983) VALVERDE, (1983) MORAES, (1981). Já foi resolvido, no âmbito desta pesquisa, como assinalado, as questões referentes às terminologias.

possível. Por isso, a existência das palavras plurais e do reconhecimento da nomenclatura diferente.

O movimento é plural com uma linha hegemônica, já que:

Não se trata de uma corrente única, fundada numa só linha filosófica. Mesmo os que seguem a linha marxista se subdividem em correntes diversas. O que elas têm em comum é o posicionamento crítico à maneira pela qual é praticada a gestão do território e restrições aos métodos quantitativos. (GEIGER, 1988, p. 79)

Ainda nos pautaremos nos argumentos de Geiger (1988) para dividir em dois fatos o surgimento da Geografia Crítica: os endógenos e os exógenos. Os fatores endógenos são a organização da vida acadêmica e da própria ciência, como, por exemplo, a organização das Universidades com a integração de diversas faculdades, a liberdade de expressão que estava em voga durante o período de abertura política e a volta de Milton Santos ao Brasil. Quanto aos fatores exógenos (o contexto sócio-político e econômico), Geiger (1988) destaca a latente desigualdade social, o crescimento da pobreza devido à urbanização, uma maior divisão entre a burguesia e a classe média (classe em que, majoritariamente, os pesquisadores acadêmicos se inserem) e a crescente oposição ao Estado. São esses os fatores internos e externos ou macros e micros do desenvolvimento de uma pesquisa.

A partir desse entendimento, é importante ressaltar que a Geografia Crítica foi o movimento de uma postura social contestatória, de um período de grande repressão e organização dos movimentos sociais. A crítica se fazia por dois lados: o primeiro era a própria sociedade e o segundo era uma análise crítica de outras duas correntes do pensamento geográfico. Essas duas correntes estavam ligadas diretamente às ações do Estado, sendo que a tradicional estava relacionada ao processo de colonização e, a quantitativa pelo planejamento. Vesentini (2001) aponta dois fatos importantes para o apogeu do pensamento crítico na Geografia: o primeiro são os

movimentos sociais de contestação das décadas de 1960/1970; o segundo é a falência da razão instrumental.

A geografia crítica, enfim, foi aquela – ou, mais propriamente, aquelas, no plural – que não apenas procurou superar tanto a geografia tradicional quanto a quantitativa, como principalmente procurou se envolver com novos *sujeitos*, buscou se identificar com a sociedade civil, tentou se dissociar do Estado (esse sujeito privilegiado naquelas duas modalidades anteriores de geografia!) e se engajar enquanto saber crítico – aquele que analisa, compreende, aponta as contradições e os limites, busca contribuir na ação... – nas reivindicações dos oprimidos, das mulheres, dos indígenas, dos negros e de todas as demais etnias subjugadas, dos excluídos, dos dominados, dos que ensejam criar algo novo, dos cidadãos em geral na (re)invenção de novos direitos (VESENTINI, 2001, s/p).

Além disso, podemos entender o Movimento de Renovação da Geografia por duas perspectivas: uma prática e outra teórica. Não existe exclusão entre elas, há, na verdade, aproximações. Do ponto de vista prático, os geógrafos tinham a preocupação de realizar uma intervenção social para que se pudesse transformar a sociedade de até então. Do ponto de vista teórico, era preciso incorporar um discurso científico que servisse de base para as suas práticas. Por isso, o questionamento das tendências tradicionais e quantitativas era forte. Essas duas correntes do pensamento geográfico eram taxadas de conservadoras e não tinham preocupação alguma com a transformação social, segundo a ala crítica, principalmente aquela ligada ao marxismo.

Vale ressaltar, que não se pode homogeneizar aquilo que é heterogêneo. Ou seja, apesar do movimento da Geografia Crítica possuir uma postura de contestação de outras tendências isso não se dava da mesma maneira nos diferentes países do mundo e até dentro do próprio território brasileiro. Para visualizarmos isso, podemos destacar duas escolas desse período: a francesa e a anglo-saxã. Na França, a tendência crítica estava mais ligada aos problemas políticos, ou melhor, a problemas geopolíticos. O questionamento de Lacoste (1988) quanto às geografias existentes – dos professores e dos estados-maiores – resume bem qual eram as discussões que estavam na pauta daquele período.

Essa preocupação relacionada às questões políticas está ligada aos movimentos sociais franceses de 1968. Nessa perspectiva, a incorporação do marxismo não se deu de forma irrestrita. Diferentemente do que ocorreu com a denominada Geografia Radical, da escola anglo-saxã, em que as preocupações de pesquisas tinham como viés o econômico, característica do marxismo (GOMES, P. 2003). Isso não significa dizer que a Geografia francesa era apenas política e, a anglo-saxã, econômica. O que ressaltamos é que existia uma maior tendência para a política de um lado e, do econômico do outro, confirmando o lado plural do movimento.

Quanto ao embate com outras correntes, em especial, a quantitativa, Gomes, P. (2003) coloca que havia duas perspectivas críticas, naquele momento, em relação à Geografia Teorética. A primeira estava no nível teórico-metodológico, argumentando que os instrumentos quantitativos eram, na verdade, uma nova roupagem da Geografia Tradicional, não havendo, portanto, uma ruptura epistemológica. Fato comprovado, por ser a Região ainda a categoria primordial de análise. A segunda se encontrava no plano ideológico, ou seja, a dita neutralidade científica, pautada pelo positivismo lógico, não conseguia resolver o problema da transformação social, ao contrário, servia para manter o *status quo*.

#### Os geógrafos ligados ao marxismo,

Posicionando-se simultaneamente contra a geografia tradicional e a geografia dita quantitativa, os radicais pretendiam fundar uma nova ciência, que devia estar de acordo com as bases de uma nova sociedade: “a ciência radical é, pois, o agente consciente da mudança política revolucionária”. (GOMES, P. 2003, p. 279 – citando PEET, 1978, P. 7)

As novas perspectivas epistemológicas dos anos 1960 e 1970 tinham como foco central a crítica ao horizonte quantitativo, que se desenvolveu no pós-guerra. As ideias do Círculo de Viena e Grupo de Berlim introduzem o chamado neopositivismo no mundo científico e, tais ideias são incorporadas pelos teóricos. Nessa nova roupagem, o método

positivista vem carregado pela lógica formal e, claro, pela matematização dos fenômenos. O fenômeno é visto como um sistema que deve ser entendido por fórmulas.

Nesse momento, há um choque entre os dois grupos que dominam a Geografia: os tradicionais e os quantitativos. Scarim (2000, p. 69) esclarece que “[...] os geógrafos formados na tradição historicista se encontram numa posição insegura, esquizofrênica, tendo dúvidas entre abandonar a antiga ortodoxia e dedicar-se aos novos métodos [...]”.

As críticas adotadas à corrente quantitativista se dá de imediato com o apogeu da Geografia Crítica, taxando-a de conservadora e de reproduzir as relações capitalistas. Há, segundo Scarim (2000), um pano de fundo que contribuiu para que essa nova Geografia surgisse.

As raízes do movimento de renovação da geografia brasileira em grande parte pode ser entendido a partir do vínculo com as mudanças estruturais do mundo ao longo do século XX, que em primeiro lugar deixou de ser eurocêntrico, assistindo a ascensão dos EUA e URSS, como potências hegemônicas após a segunda guerra mundial, mas a concentração de riquezas nos países industriais ampliou; em segundo o mundo passa cada vez mais a ser uma unidade operacional única, tendo como base as tecnologias da informação e a circulação financeira; e em terceiro assistimos a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano e a quebra dos elos entre as gerações. Dois marcos gerais são aceitos como básicos para se pensar este século: o fim da segunda guerra mundial e a derrocada do sistema soviético. Entre esses dois profundas transformações ocorrem no seio da geografia (SCARIM, 2000, p. 56 – 57).

Esse contexto dá a chave para explorarmos um problema político, logo, a Geografia Crítica se concretiza. Afinal além dos eventos citados por Scarim (2000), também temos outros importantes no contexto de ruptura, tais como: as descolonizações – principalmente no continente africano e asiático; o movimento dos não alinhados; novos países que implantaram o modo de produção socialista – China, Argélia e Cuba; a derrota dos Estados Unidos no Vietnã e os respectivos protestos em território estadunidense devido a esse conflito; o questionamento do

subdesenvolvimento; nascimento dos movimentos sociais urbanos; a crise energética; o perigo de uma catástrofe nuclear, dentre outros.

Outra tendência que se apresentou no movimento de renovação foi a linha humanística. Ela também faz críticas as correntes anteriores, mas com uma base teórica-metodológica bem diferente do viés marxista. Essa corrente se pauta, primordialmente, na abordagem fenomenológica com a pretensão de entendimento do sujeito por meio de sua subjetividade.

Há outras interpretações acerca do movimento de renovação da Geografia, além dessa ligada aos fatos institucionais. Vesentini (2001), por exemplo, entende que a crítica na Geografia surge primeiro no ensino escolar e, só mais tarde, é absorvida no meio universitário.

O autor argumenta que essa nova corrente do pensamento geográfico, com as características já descritas, não foi construída a partir do berço universitário, pelo contrário, havia uma grande barreira no seio acadêmico de incorporar novas perspectivas. Por isso, o lugar originário da Geografia Crítica foi no ensino básico e cursinhos pré-vestibulares. Na universidade e, tampouco, no IBGE havia espaço para que um saber com essas características se desenvolvesse. Ressalta que os acontecimentos daquele período, tanto em nível nacional quanto internacional eram propícios para que as aulas de geografia do ensino básico fossem além do caráter enfadonho. Era preciso, pensando nesse contexto: ditadura, guerra fria, etc., colocar a política em sala de aula.

As influências das aulas no ensino básico foram marcantes não só para os professores que as ministravam, mas também por parte dos alunos. Ruy Moreira relata que por conta de uma aula que assistiu, quando estava cursando o ensino secundário, despertou para a Geografia, conforme aponta quando perguntado sobre a sua chegada à universidade e a escolha pela Geografia.

Eu na verdade pensei em fazer economia, porquê dado a essa militância, já foi se formando na minha ideia de que para mim a ciência tinha uma função de compreender e transformar o

mundo, um aprendizado básico de qualquer marxista. Mas, isso se formata em mim em uma ideia de que eu fazendo economia, as armas da economia me permitiriam entender o mundo em termos marxistas de uma forma mais profunda, embora não tivesse rigorosamente uma visão mecanicista, economicista das coisas, a minha visão de materialismo histórico passava muito pela leitura do econômico e acabou ficando muito restrita no fundo do limite no final das contas ao econômico. Foi quando eu tendo aula de geografia, no preparatório, e por coincidência naquela época começam a explodir as guerras do oriente médio com mais força. O meu professor de geografia entrando em sala aproveitou o ambiente da aula, passou a dar aula sobre aquilo em um momento que estava ocorrendo a guerra, pela maneira que explicou eu senti que ali estava uma explicação a um tempo econômica, também política e ideológica, ele era um professor de geografia e formou-se em mim essa visão de geografia que não é uma coisa econômica mas que passa pelo econômico, passa pelo econômico para ter uma compreensão política dos processos com uma clareza muito grande a respeito do que é ideológico e do que não é ideológico no sentido conceitual da ideologia como um falso conceito. Não tinha ainda uma noção clara de que ideologia e representação são duas coisas que eu deveria ver de um outro modo. Então abandonei a ideia de fazer economia e resolvi fazer Geografia, mas já partindo dessa visão de geografia que eu tive antes de entrar no curso de geografia, que é a visão de Geografia que eu fui sedimentando ao longo do curso universitário, da minha prática de professor, na minha militância de estudante de geografia e que eu trago até os dias de hoje. (MOREIRA, 2013, s/p.)

Essa concepção crítica chega à universidade. Ela foi levada por esses professores que, quando alunos, a exemplo de Ruy Moreira no ensino secundário, leva para si uma Geografia com uma outra visão. Essa visão é ainda mais forte, quando essas mesmas pessoas chegam à pós-graduação (mestrado e doutorado). Mas, não podemos desprezar os professores universitários, principalmente os recém-doutores que orientavam essa geração. O depoimento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, ao ser questionado sobre a chegada de algumas publicações de caráter mais crítico, comprova isso.

Aqui nós tivemos a sorte de termos tido dois professores jovens na época que tinham feito um estágio, naquela época não se fazia pós-doc., fazia-se estágio. Eles tinham feito um estágio na França, o professor [Vincenzo] Bochicchio e o professor Nelson de La Corte, trouxeram pra cá a edição francesa do livro *Geografia Ativa* e junto com o professor Gil Sotero de Toledo e Manoel Seabra fizeram a tradução do livro. Tivemos a sorte de ter tido professores que foram pra lá que conviveram com George, com Lacoste, com Guglielmo com Kayser e que trouxeram a obra deles para cá. Traduziram a obra e publicaram

em português e depois eu tive a oportunidade histórica de conhecer o Pierre George, porque ele veio para a USP para fazer uma série de palestras e seminários. E depois mais tarde, acabei conhecendo também o Kayser e o Guglielmo, o Lacoste eu nunca tive a oportunidade de conhecer pessoalmente.

Mais uma coisa que é importante na pergunta. Então esses autores para nós, para minha geração era os autores pilares, que já era um movimento de contestação aqui dentro. Por que a geografia ensinada pela maioria dos professores mais antigos era de uma geografia ou positivista clássica ou historicista. As posições mais avançadas que eu tive como professores mais antigos foi o que acabou sendo o meu próprio orientador. O prof. Pasquale Petrone, já tinha uma posição dialética avançada com conhecimento da obra de Marx e a professora Lea Goldestain que era também de Geografia Humana e tinha uma leitura e essa formação. Eles tiveram uma certa influência. No fim, no último ano de minha graduação, fui fazer uma disciplina de orientação a pesquisa, fiz com a professora Regina Sader que já era conhecedora da obra de Marx e tinha todo um envolvimento político, tanto é que no ano seguinte ela teve que ir embora do Brasil, ela era companheira do Eder Sader que tinha uma militância na AP [Ação Popular] forte. (ARIOVALDO, 2013, s/p).

Por isso, o berço da Geografia Crítica, em termos institucionais, foi a Universidade de São Paulo (USP), o único lugar no Brasil, naquele período, que formava mestres e doutores. A Geografia Crítica chegava na academia pela porta da pós-graduação e não da graduação.

Foi a partir desta confluência – entre uma meia dúzia de docentes universitários com doutorado e um punhado de (ex-) professores do ensino médio que já estavam revolucionando há anos esse saber nas salas de aula – que surgiu oficialmente, enquanto legitimação pela academia, **a(s) geografia(s) crítica(s)** no Brasil (Vesentini, 2001, s/p – destaques nossos).

Nessa temporalidade implícita na argumentação de Vesentini (2001), podemos, segundo ele, entender que houve, até o momento, duas gerações de geógrafos críticos. A primeira, que gestou essa nova corrente do pensamento geográfico do final dos anos 1970 e anos de 1980 e, uma segunda geração que foi formada por essa primeira nos anos de 1990. Essa periodização vai, de certo modo, ao encontro da periodização de Ortega y Gasset (1982), que estabelecem gerações a cada 15 anos. Tempo também seguido por Scarim (2000).

A primeira geração, segundo Vesentini (2001), era primordialmente gramsciana e, tentava revolucionar a universidade por dentro, pautando-se no conceito de hegemonia. A segunda estava mais preocupada com as questões metodológicas da ciência e os novos enfoques para analisar o espaço.

Pensar em geração pode incorrer em alguns erros. O mais grave, no nosso entendimento, é procurar uma homogeneização para justificar tais gerações. Certo de que não foi esse o caso de Vesentini (2001), afinal ele mesmo reconhece a pluralidade no movimento. Tal pluralidade refletia também nas questões ideológicas, por isso dizer que a primeira geração era quase que totalmente gramsciana é, para nossa compreensão, perigoso.

O Encontro da AGB em Fortaleza, no ano de 1978, não pode ser considerado o divisor de águas na Geografia Crítica, de acordo com Vesentini (2001). Entender o início do movimento Crítico em Fortaleza, é aceitar o discurso dos vencedores, conforme o autor. É fazer uma história apenas institucional da Geografia. O que em seu entendimento é um erro, pois “[...] confundir a AGB com a geografia do Brasil, como fazem aqueles que divulgam a ideia de que o Encontro de Fortaleza teria sido o “deflagrador” da geocrítica no país, é não enxergar a realidade, é confundir o todo com uma pequena parte” (VESENTINI, 2001, s/p).

Em geral, considera-se o marco temporal de consolidação do movimento de renovação da Geografia o ano de 1978. Ano em que se realizou o Encontro Nacional de Geógrafos, na cidade de Fortaleza. No entanto, como já apontado por Vesentini (2001), esse não pode ser considerado o momento singular de ruptura. Nos anos anteriores já havia uma movimentação de alguns geógrafos brasileiros, especialmente aqueles influenciados pelos franceses Pierre George e Yves Lacoste e suas obras, *Geografia Ativa* e *A Geografia* e *A Geografia*, isso serve em primeiro para fazer a guerra, tais como citou o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira na entrevista anteriormente transcrita. Tais indivíduos já

realizavam uma leitura crítica dos fenômenos geográficos nas instituições de ensino que lecionavam, conforme relatado por Vesentini (2001). Por isso,

Quando em 1978 os geógrafos brasileiros reúnem-se em Fortaleza, no 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), da AGB, a geografia brasileira vivia já um estado de grande ebulição. E isto pelo menos desde 1974. Nos vários cantos do país movimentos de crítica e renovação, espontâneos, difusos e, portanto, sem hegemonia nacional vinham acontecendo. O 3º ENG possibilitou o olhar recíproco, o conhecimento dos protagonistas uns dos outros, a conscientização dos descontentamentos que promovem a necessidade das mudanças e a aglutinação das ideias que precipitam a crise da ciência. (MOREIRA, ano p. 24)

Apesar de não poder ser considerado o marco de ruptura, o ENG de 1978 foi extremamente relevante para a consolidação desse movimento de renovação, que já havia sido gestado anos antes, principalmente por propiciar o encontro dos protagonistas dessa ação. Movimento esse que teve influência teórica de quatro autores: Yves Lacoste, Máximo Quaini, Henri Lefebvre e Milton Santos. Cada um com uma característica própria de crítica às demais correntes do período, mas, também, todos com as mesmas características, quando se trata da contundência na crítica.

Pode haver um questionamento a respeito do argumento de Vessentini (2001), quando relata que a Geocrítica é gestada no ensino básico e pré-vestibulares, qual seja: Por qual motivo os livros didáticos de geografia só foram incorporar o debate crítico em meados e fim da década de 1980? Afinal, esse período era o auge do movimento e, não o seu início. Ao advogar em favor dos seus argumentos, Vessentini (2001) expõe que não se pode confundir a geografia escolar com os livros didáticos. Uma coisa são os manuais de orientações do professor e outra coisa é o ensino. Por isso, o estudioso reitera que apesar de não estar expresso nos livros didáticos, o pensar crítico já era praticado em sala de aula.

Parece-nos pertinente as colocações do autor, quando se refere ao surgimento de um pensar e agir (lecionar) criticamente na Geografia no

ramo escolar antes que ele adentrasse na Universidade. No nosso entendimento, vale duas ressalvas. Uma diz respeito ao fato de que esse cenário relatado por Vesentini (2001) pode ser real em algumas regiões do Brasil, principalmente no Sudeste e, em especial, São Paulo e Rio de Janeiro. Afinal, eram nesses estados que as organizações sociais, particularmente os sindicatos, possuíam maior preparo e podiam oferecer aos seus filiados cursos de formação básica e seria, nesse sentido, a atuação do professor de Geografia. A outra observação vai no sentido de entender por qual motivo que esses professores de Geografia assumiam tal postura em suas aulas. Pensamos que podemos lançar mais uma vez dois de nossos pressupostos, qual sejam: a postura desses indivíduos era pautada pelo clima de contestação do período político e, também, pelo engajamento político, seja em partidos ligados à esquerda ou a movimentos da igreja.

Por fim, entendemos que tal movimento, entre outras coisas, colocou a Geografia no rol das ciências que tinha uma contribuição significativa para a compreensão da sociedade. Ela deixou de ser um conhecimento enfadonho, em que o mais importante era decorar os aspectos físicos do território nacional – profundamente ideológico. Vários autores começaram a ser lidos por outras áreas do conhecimento, inclusive o próprio Vessentini. As publicações aumentaram, sejam em periódicos, como as revistas, seja em livros.

Os trabalhos divulgaram as ideias dos autores balizadores da Teoria Crítica, segundo Moreira (2010), são eles: Yves Lacoste, Massimo Quaini, Henri Lefebvre e Milton Santos.

Lacoste já era conhecido do público brasileiro por seus livros sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento. Inclusive algumas publicações eram utilizadas nas aulas do ensino secundário e pré-vestibular. Essa constatação confirma mais uma vez a tese de Vesentini (2001). Moreira (2010) ainda acrescenta, que

Basta uma consulta aos livros didáticos e apostila dos cursinhos da época (nos quais a maioria de nós trabalhava, pois só ali se podia burlar o livro negro da repressão, executado pelo Estado por meio da lista de empregados a ele obrigatoriamente fornecida pela direção das escolas), para atestar-se o fato de que menosprezada pela academia, a geografia georgiana-lacosteana é a que chega à sociedade mais ampla (p.25)

Lefebvre ajuda no entendimento do espaço urbano à medida que “[...] esmiúça os fundamentos da compreensão marxista do espaço, tomando como ponto de partida a cidade” (MOREIRA, 2010, p.). Nessa interpretação, o espaço é a categoria que comanda a estrutura global, levando a compreensão de uma produção do espaço. Isso reverbera com muita força, desde os aspectos epistemológicos da disciplina até os estudos mais minuciosos de geografia urbana.

Milton Santos se debruça sobre uma releitura da Geografia. Para realizar tal pretensão, Santos argumenta que é necessário discutir mais sobre o objeto dessa ciência, nesse caso, o espaço. Por isso, segundo Moreira (2010, p. 27), “[...] descobre-se com Milton Santos que a sociedade é o seu espaço geográfico e o espaço geográfico é a sua sociedade. Ora, se o espaço tem essa natureza, seu modo de entender muda de todo. Mais que isso: se é ele o objeto da geografia, então na geografia tudo muda.”

Quaini traz para a Geografia uma leitura marxista. Coloca a questão da natureza que também foi trazida por Santos no seu livro *Por uma geografia nova* fazendo a relação homem-meio através da natureza natural e a natureza socializada.

De modo geral, o movimento de renovação da geografia se caracteriza por um período singular. Tanto as transformações em nível internacional, quanto local são o pano de fundo propício para o rompimento com as correntes clássicas e quantitativas. O engano é pensar que esse movimento foi estritamente marxista, como já assinalamos. Em verdade, esse engano de uma hegemonia marxista impediu que houvesse o pleno desenvolvimento dessa perspectiva, tornando-a cada vez mais ideológica e naturalizada. Isto é, ao identificar

a Geografia Crítica como essencialmente marxista há um empobrecimento dela. Moreira (2010, p. 30) explica que “[...] isso prejudicou o florescimento de uma vertente marxista consolidada, bloqueando-a em sua chance real de acontecer. Exclusivizada, a vertente marxista ganha a fama, mas ela mesmo efetivamente pouco vinga.”

Como apresentado, o Movimento de Renovação se caracteriza mais pela heterogeneidade do que por uma rígida homogeneização. Apesar dessa tendência se caracterizar, grosso modo, pela Teoria Marxista, isso não lhe retira o caráter pluralista, afinal, o próprio marxismo é rodeado de interpretações. Conforme França Filho (2012, p. 19),

O perfil pluralista dos intelectuais associados ao Movimento de Renovação Crítica da Geografia não permite configurá-los dentro de um bloco homogêneo de ação com um direcionamento político estreitamente delimitado. Ao contrário, se por um lado, podemos incluí-los majoritariamente numa linha de esquerda na comunidade geográfica, por outro as posições destes geógrafos dentro dessa mesma comunidade não são as mesmas, pois temos, dentro deste conjunto, desde professores de carreira acadêmica já estabelecida na academia, geógrafos em nível de graduação e pós-graduandos desenvolvendo suas atividades docentes e estudantes de graduação, estes últimos com ações que buscavam aliar formação científica com a militância política.

Toda essa pluralidade pode ser observada nos quadros 03 e 04. Essas tabelas, publicadas por França Filho (2012) ilustram a influência recebida pelos geógrafos brasileiros em duas publicações consideradas influentes no período. As coletâneas *Geografia: teoria e crítica* e; *Novos rumos da Geografia brasileira*. A primeira organizada por Ruy Moreira e a segunda por Milton Santos.

**Quadro 03 – Referências teóricas dos geógrafos críticos/marxistas na coletânea *Geografia: Teoria e Crítica*.**

<b>Autor</b>	<b>Autores marxistas de referência</b>	<b>Títulos utilizados nos artigos</b>
Milton Santos	Lenin	Marxismo e empirocriticismo
	Marx	Formação econômica pré-capitalista
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	Mao-Tsé-Tung	Sobre a contradição
	Marx	Contribuição para a crítica a economia política
Ruy Moreira	Engels	Dialética da Natureza
	Lefebvre	A reprodução das relações de produção/O pensamento de Lenin
	Althusser	Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado
	Kosik	Dialética do concreto
	Balibar	Para ler o Capital
Antônio Carlos Robert Moraes	Harnecker	O Capital: conceitos fundamentais
	Lukács	Existencialismo ou marxismo/As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem/Trabalho e teologia
	Marx e Engels	A ideologia alemã/
Armando Corrêa da Silva	Marx	O Capital/Formações econômicas pré-capitalistas
	Lukács	Prolegômenos a uma estética marxista
Carlos Walter Porto-Gonçalves	Althusser	Análise crítica da teoria marxista
	Marx e Engels	A ideologia alemã
Roberto Lobato Corrêa	Marx	O Capital
	—	—
Myrna T. Rego Viana	Engels	Contribuições ao problema da habitação
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	Kautsky	A questão agrária
	Marx	O Capital
	Marx e Engels	A ideologia alemã
	Mao-Tsé-Tung	Sobre a contradição
Ana Clara Torres Ribeiro	—	—
Nelson Nóbrega Fernandes	Kautsky	A questão agrária
Milton Santos	---	---
Roberto Lobato Corrêa	Marx	O Capital
	Lenin	El desarrollo del capitalismo em Russia
	Mandel	Iniciação a teoria econômica marxista
	Althusser	Aparelhos ideológicos de Estado
Orlando Valverde	---	---
Ruy Moreira	Mao-Tsé-Tung	Sobre a prática/Sobre a contradição
	Sanchez Vásquez	Filosofia e práxis
	Lukács	Existencialismo ou marxismo
	Goldmam	Dialética da cultura

Fonte: França Filho (2012) adaptada por Freitas (2012)

**Quadro 04 – Referências teóricas dos geógrafos críticos/marxistas na coletânea *Novos Rumos da Geografia Brasileira*.**

<b>Autor</b>	<b>Autor marxista de referência</b>	<b>Títulos utilizados nos artigos</b>
Armando Corrêa da Silva	Marx	Prefácio a Contribuição à Crítica da Economia Política
Roberto Lobato Corrêa	---	---
Ruy Moreira	Mao-Tsé-Tung	Sobre a Contradição
	Lukács	Existencialismo e Marxismo / História e Consciência de Classe
	Gramsci	Concepção Dialética da História
	Althusser	Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado
	Kosik	Dialética do Concreto
	Harnecker	O Capital: Conceitos Fundamentais
Roberto Lobato Corrêa	Marx	O Capital
	Lênin	El Desarrollo Del Capitalismo em Rússia
	Althusser	Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado
	Mandel	Iniciação à Teoria Econômica Marxista
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	Marx	O Capital
	Lênin	Materialismo e Empiriocriticismo Que Fazer?
	Engels	Anti-Düring
	Mandel	Os Estudantes, os Intelectuais e a luta de classes
Antônio Carlos Robert Moraes/Wanderley Messias da Costa	Gramsci	Os Intelectuais e a Organização da Cultura
	Kosik	Dialética do Concreto
	Marx	Formações Econômicas Pré-Capitalistas O Capital
	Marx e Engels	A Ideologia Alemã
Milton Santos	---	---
Carlos Walter Porto-Gonçalves	Rosa Luxemburgo	A Acumulação do Capital
	Gramsci	Maquiavel, a Política e o Estado Moderno
	Trotsky	A Revolução Permanente na Rússia
	Marx	Grundrisse
		O 18 Brumário de Luís Bonaparte
		O Capital
Lenin	Imperialismo, fase superior do Capitalismo	
Manoel Fernando Gonçalves Seabra.	André G. Frank	Desenvolvimento da Crise e do Comércio Exterior

Fonte: França Filho (2012) adaptada por Freitas (2012)

Podemos observar que os autores de referências dos geógrafos brasileiros ligados ao Movimento de Renovação da Geografia são variados nas suas concepções. Destacamos a presença de Rosa Luxemburgo, Trotsky, Lenin, Gramsci, Althusser, Harnecker, Mao-Tsé-Tung, Kautsky, Lukács, dentre outros. Esses autores marxistas possuem concepções diversificadas, até mesmo antagônicas em alguns temas. Existia uma grande diversidade de abordagens, com relação ao marxismo, dentro do próprio Movimento de Renovação. Então, o que levaria autores brasileiros com referências distintas a se reunirem para formalizarem críticas às demais correntes geográficas do período? A resposta a essa questão pode ser verificada na passagem de Vesentini (2001 s/d):

Pode-se dizer que os pressupostos básicos dessa “revolução” ou reconstrução do saber geográfico eram a criticidade e o engajamento. Por criticidade se entendia uma leitura do real – isto é, do espaço geográfico – que não omitisse as suas tensões e contradições, que ajudasse enfim a esclarecer a espacialidade das relações de poder e de dominação. E por engajamento se pensava numa geografia não mais “neutra” e sim comprometida com a justiça social, com a correção das desigualdades socioeconômicas e das disparidades regionais. A produção geográfica até então, dizia-se – embora admitindo exceções: Réclus, Kropotkin e outros –, sempre tivera uma pretensão à neutralidade e costumava deixar de lado os problemas sociais (e até mesmo os ambientais na medida em que, em grande parte, eles são sociais), alegando que “não eram geográficos”.

Parece que essa criticidade era fomentada pelo contexto social do momento, no mundo, grosso modo, com os resquícios do Maio de 68 e no Brasil, com a ditadura militar<sup>28</sup>. Os autores críticos/marxistas tinham ligações diretas com a militância política do período, nominada por Vesentini de engajamento. Era necessário, portanto, fazer uma Geografia pautada nas reivindicações sociais, deixando de lado as próprias divergências que existiam com relação ao marxismo.

De fato, devemos considerar, sobremaneira, quem eram os indivíduos que se envolveram nesse processo, bem como tentar mapear

---

<sup>28</sup> O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira irá destoar dessa característica, segundo ele mesmo, a sua inserção é acadêmica. “Meu envolvimento com Marx, com o pensamento marximiano é acadêmico. Claro que isso me levou a encontrar os movimentos sociais mais tarde” (OLIVERIA, 2013, s/p).

qual a concepção acerca do que ocorrerá, tendo como principal foco o contexto histórico. Scarim (2000) irá tentar realizar um agrupamento de gerações de geógrafos que se formaram no Brasil depois da institucionalização da Geografia. Para tanto, teve-se como referência a ideia de geração de Ortega y Gasset (1989), em que se estabelece um período de quinze anos para cada geração. Nesse sentido, haveria na Geografia brasileira, na década de 1970, uma terceira geração de geógrafos se formando. Essa geração foi a que concebeu o Movimento de Renovação no Brasil?

Antes de pensar quais são os autores pertencentes a cada uma dessas gerações, vale lembrar que podemos realizar diversas periodizações da Geografia brasileira dependendo do critério escolhido. Baseado em Scarim (2000), temos a seguinte periodização:

- Pelas correntes do pensamento geográfico:
  - 1934 – 1960: hegemonia da escola francesa;
  - 1960 – 1970: disputa entre a escola francesa e a geografia quantitativa;
  - 1970 – 1990: hegemonia da tendência marxista;
  - 1990 – atual: pluralismo como retorno
- Centrada na AGB:
  - 1934 – 1946: entidade essencialmente paulistana;
  - 1946 – 1978/79: construção de uma entidade nacional;
  - 1978/79 – atual: marcada pela tendência marxista.
- Característica o perfil do pesquisador:
  - 1934 – 1970: pesquisador de campo;
  - 1970 – atual: teórico metodológico.
- Como base na comunidade acadêmica:
  - 1934 – 1956: difusão da Geografia acadêmica;
  - 1956 – 1970: afirmação da Geografia brasileira;
  - A partir de 1970: expansão dos cursos de Geografia;
  - Ao longo de 1970: sensação de crise política e epistemológica;
  - 1978 – 1986: pensamento radical das bases da Geografia;

- Fim da década de 1980 – atual: diversificação das perspectivas temáticas.

Quando pensamos em gerações, de acordo com Ortega y Gasset (1989), de quinze em quinze anos, de acordo com Scarim (2000) temos:

- *Primeira geração*: 1934 – 1949: influenciada quase totalmente pela Geografia francesa;
- *Segunda geração*: 1949 – 1964: integração do território brasileiro; encontros anuais da AGB e; intercâmbio com outros centros de pesquisas, principalmente Estados Unidos e Europa;
- *Terceira geração*: 1964 – 1979: embate com a ditadura militar; influência da geografia quantitativa; questionamento da estrutura da AGB;
- *Quarta geração*: 1979 – 1994: discurso da crise; hegemonia do marxismo; perspectivas de transformações sociais no Brasil; construção do nome de Milton Santos na escala nacional e internacional;
- *Quinta geração*: de 1994 – atual: pouca influência do clima revolucionário da década de 1980; a AGB em todo território nacional.

Pensando em nomes levantados por Scarim (2000), temos:

*Primeira geração*: Aroldo de Azevedo; Maria Conceição Vicente Carvalho; João Dias da Silveira; Ary França; Antônio Rocha Penteado; José Ribeiro de Araújo Filho; Pasquale Petrone; Léa Goldenstein; Aziz Ab'Saber; Nice Lecocq; Carlos Augusto Figueiredo Monteiro; Orlando Valverde; Maria Terezinha de Segadas Soares; Nilo Bernardes; Lysia Maria Cavalcanti Bernardes; Manuel Correia de Andrade; Milton de Almeida Santos; Caio Prado Júnior; Victor A. Peluso Júnior; Mário Lacerda de Melo; Odilon Nogueira de Matos; Dirceu Lino de Matos; Pedro Pinchas Geiger; Gilberto Freire; Josué de Castro; Anna Dias S. Carvalho; Everaldo Backheuser;

*Segunda geração:* Roberto Lobato Correa; Spiridião Faissol; Fany Davidovitch; Antônio Teixeira Guerra; Bertha Becker; Terezinha de Castro; Aluizio Capteville Duarte; Maria do Carmo Correa Galvão; Manoel Seabra; Vincenzo Bochichio; Gil Sodero Toledo; Judith de La Corte; Rosa Ester Rossini; Nelson Lacorte; José Pereira de Queiroz Neto; Maria Cecília França e; Armem Mamigoniam.

Apesar de serem bastante descritivas as gerações apresentadas pelo autor, elas podem causar alguns enganos na tentativa de encontrar periodizações, já que não há marcos temporal bem precisos. São dois os maiores problemas ao considerar tais gerações. Primeiro é de dar a impressão de uma homogeneidade nacional quando se refere à história do pensamento geográfico. Ao se homogeneizar passa-se a impressão que há uma ciência que se desenvolve de forma harmônica em todo o território brasileiro, o que é, ao nosso entender um equívoco. Apesar de ser institucionalizada em 1934, somente na segunda metade do século passado é que houve uma maior propagação dessa disciplina para outras regiões do país. Em território goiano, por exemplo, a Geografia tem sua primeira turma no início da década de 1950 na Universidade Católica de Goiás<sup>29</sup> e, somente na década de 1960, na Universidade Federal de Goiás.

Outro ponto a se questionar é que nessa classificação podem-se deixar de lado importantes geógrafos de outras regiões do Brasil ou ainda pior, tentar encaixar nomes de outros lugares nessa periodização. Por isso, não adotaremos essa classificação, apesar de reconhecermos que ela traz uma boa visualização de nomes ligados à história desse campo do conhecimento.

Parece-nos basilar, quando tratamos de gerações, entender como se forma Horieste Gomes? Qual a geração que o forma? Uma resposta já é dada: ele é da primeira geração de geógrafos goianos. Não vamos encaixá-lo em nenhuma geração de geógrafos brasileiros devido aos

---

<sup>29</sup> As primeiras turmas formadas em Geografia e História estavam ligadas à Faculdade de Filosofia de Goiás, que posteriormente é integrada a outras faculdades para se formar a Universidade Católica de Goiás.

problemas anteriormente levantados. Se pudéssemos utilizar o critério de geração de postura política, poderíamos dizer que Horieste Gomes é da geração de geógrafos que levou para dentro da Geografia uma visão política, ou seja, ele consegue construir em parcerias com inúmeras pessoas uma Geografia militante, ligada estritamente à visão marxista.

Esses indivíduos, apontados por Scarin (2000), deram sua contribuição para o pensamento geográfico. Fizeram parte de uma história importante de construção, desenvolvimento e mudança de uma ciência. Também, alguns mais outros menos, ajudaram a construir, desenvolver e mudar, algumas instituições. Pela força de cada sujeito, talvez por pressões internas e externas ou talvez pela conjuntura política, o fato é que houve mudanças significativas em entidades ligadas a esse saber.

AGB foi a principal testemunha dessa mudança. Se pensarmos que foi em um congresso organizado por essa instituição o marco de ruptura e, se considerarmos que essa entidade era símbolo de uma hierarquia científica. Ao analisarmos tudo isso e atestarmos que houve uma mudança significativa a partir desse evento em Fortaleza, admitimos que a Associação dos Geógrafos Brasileiros, de algum modo, sintetiza essas transformações.

Mas, tais mudanças não são feitas repentinamente, de forma abrupta, elas foram ideias que se consolidaram paulatinamente. Até por que, havia um problema para a materialização desse novo conjunto de ideias. Uma delas, a mais importante, era realizar uma Geografia verdadeiramente marxista. Numa avaliação posterior, alguns questionamentos vão surgir em duas direções. Primeiro, a crítica de alguns autores, como Diniz (2010), de que essa tendência esteve mais presente no discurso político panfletário que nas ações práticas. E segundo, de que essa corrente não conseguiu incorporar o marxista na Geografia. Essa última temática tem uma relevância, já que a tradição

empirista da ciência era o impedimento na aliança entre a teoria de Marx e a prática científica.

Isso não significa que não houve avanços. Várias foram as contribuições realizadas por aqueles que encararam o desafio de produzir uma ciência ligada ao marxismo. Horieste Gomes foi um desses personagens. Só que para isso era necessário pensar em uma Teoria Marxista ligada à Geografia.

## **2.4 A incorporação do marxismo à Geografia**

Desde o início do século XX, diferentes autores, já anunciavam o fim da Teoria Marxista. Os argumentos são variados, desde entenderem o marxismo como uma construção temporal, ou seja, as obras de Marx são datadas, logo, não seria possível realizar boas interpretações da realidade atual; os argumentos também passam pela afirmação de que as teorias marxistas estão ligadas estritamente ao debate social, não conseguindo, portanto, fazer uma abordagem mais ampla dos fenômenos humanos e naturais; por fim, alguns estudiosos asseveram que Marx produziu sua obra tendo como exemplo o mundo europeu, desse modo, não é possível aplicá-la em outros lugares, em especial, nos países subdesenvolvidos. Em suma, é preciso, segundo esses argumentos, substituir essa abordagem por outras que possam dar respostas mais precisas às problemáticas atuais.

Pensar nessa problemática é indagar como o marxismo adentra ao corpo teórico da Geografia e também de outras ciências. Muitas das ideias desenvolvidas pelos autores que refutam as ideias marxistas também reverberam na Geografia. Mas, tudo não é tão simples. A inserção do marxismo nas Ciências Humanas tem um contexto bastante peculiar, bem como a chegada do marxismo ao Brasil.

Ao considerarmos marxismo aquelas ideias originárias ou que tenham como referência a obra de Marx, admitimos que o cerne do desenvolvimento desse pensamento esteja localizado no século XIX, ou seja, durante os anos de vida de Karl Marx. Ao sinalizarmos tal característica, também visualizamos que é a partir desse período que há difusão de suas ideias pelo mundo. Também reconhecemos que suas concepções não podem ser divulgadas de forma homogênea por todo o planeta, uma vez que é basilar, além de ser necessária uma logística eficaz para distribuir esse material e a tradução de seus escritos para as mais diferentes línguas. Considerando essas afirmações indagamos: como a teoria marxista chega a terras brasileiras? Essa questão se

justifica pelo fato do marxismo estar no centro das interpretações do Movimento de Renovação da Geografia.

Coutinho (2009), no prefácio do livro de Leandro Konder, *A derrota da dialética*, expõe sobre o assunto. Segundo ele, os escritos de Marx e Engels, como o *Manifesto do partido comunista*, chegam ao Brasil somente na década de 1920, trazidos por migrantes operários, que estavam mais próximos de uma visão anarquista do que propriamente ao marxismo partidário. Era ainda muito incipiente o contato dos brasileiros com essas ideias.

A Revolução Russa de 1917 é um marco para as difusões do marxismo no mundo e, também no Brasil. Apesar de compreendermos que somente após a década de 1930 é que esse evento chega com mais força nos debates políticos no território brasileiro. “O processo que se iniciara com a vitória da Revolução de 1917 e com a criação do Estado – a URSS – só alcançou seu clímax, entre nós, depois da chamada Revolução de 30” (KONDER, 2009, p. 226 - 227).

Esse episódio tem características importantes para o desenvolvimento e difusão da Teoria Marxista pelo mundo. Pode-se afirmar que há uma hegemonia e uma apropriação do marxismo pelos líderes da Revolução Russa, notadamente Lênin e Stalin. Principalmente Lênin, esse era considerado o maior seguidor de Marx e, por isso, ditava a interpretação da obra marxista. Carnoy (1994) já havia alertado para esse monopólio. Tanto é que se funda no campo científico uma nova abordagem dos fenômenos sociais, o marxismo-leninismo. Essas ideias eram prontamente aceitas já que não havia outro lugar no mundo em que fossem aplicadas, na realidade, a teoria marxista. Isso não significa dizer que essas concepções, mesmo direcionadas pelo partido comunista chegavam com grande facilidade ao Brasil.

Não houve divulgação das ideias marxistas no Brasil anterior as décadas de 1920 e 1930. Antes desse período o que se encontrava era poucas menções a alguns episódios internacionais marcantes que

tinham em Marx ou no marxismo suas referências. Dois exemplos que são citados em Konder (2009): a Comuna de Paris e o falecimento de Karl Marx. Só havia poucas notas em jornais da época ou alguns textos soltos que faziam alusões a esses fatos.

Se os brasileiros não se interessavam pelo marxismo, tampouco Marx se interessou pelo o Brasil.

Marx e Engels nunca chegaram a se interessar, de fato, pela América do Sul, em geral, e muito menos pelo Brasil. O Brasil aparece poucas vezes nas obras dos dois pensadores socialistas: é mencionado como sociedade escravista, como economia fornecedora de matérias-primas ou como país no qual persistem traços de instituições ou costumes pré-capitalistas (KONDER, 2009, p. 110).

Raros são os casos de autores contemporâneos a Marx que conseguiram se livrar de uma análise eurocêntrica, sobretudo das questões econômicas. Todavia, mesmo que tardiamente, houve a incorporação dos pensamentos marxistas no cenário intelectual e militante brasileiro, mesmo ainda que de forma incipiente.

Essa difusão retardatária e embrionária do marxismo se dá por alguns motivos. O primeiro, no nosso entendimento, é pelo fato das ideias que chegavam no país eram deturpadas pela elite intelectual burguesa, rotulando de arruaça, de baderna e outros adjetivos do gênero as concepções do autor de *O Capital*. Também não havia traduções para o português dos seus escritos, ficando a mercê de publicações em Portugal, que também não eram muitas.

O fato é que no Brasil as ideias de Marx só vão chegar de forma definitiva, mas ainda elementar, depois da década de 1930 e tendo o Partido Comunista do Brasil (PCB) como a instituição monopolista da divulgação de suas concepções.

A ligação do PCB com o marxismo brasileiro se desenrola de forma bastante parecida de como era divulgado as concepções de Marx em outras partes do planeta, tendo como porta-vozes Lênin e Stalin. Além de não haver uma rica literatura fidedigna do tema em terras brasileiras, o

que se encontrava eram interpretações dos líderes soviéticos. O papel desenvolvido pelo partido, tendo como referência a Academia de Ciências da URSS foi basilar. Chegavam ao Brasil manuais, que analisados hoje a rigor, tinham pouco das concepções marxistas. Esses manuais formavam uma série de militantes engajados com a transformação social do país nos moldes soviéticos, pela literatura leninista e, posteriormente, stalinista<sup>30</sup>. Isso implica em uma concepção tortuosa de segunda mão do marxismo.

De maneira geral, convinha ao stalinismo desviar as discussões da teoria de Marx para as realizações práticas de Lênin e Stalin, Marx foi ficando, assim subsumido a Lênin; e este, discretamente ficou subsumido a Stalin (KONDER, 2009, p. 219).

Além desse fato de contestação das concepções que chegavam ao Brasil, ainda havia outra característica que problematiza ainda mais o marxismo que nos chega: o positivismo.

As compreensões dos intelectuais que se encontravam no país eram pautadas, em grande medida, pelas concepções positivistas, bem como aquelas que chegavam, notadamente, com as referências stalinistas. Houve a tentativa de casamento da Teoria Marxista com o positivismo, o que no nosso entendimento é como que misturar água e óleo.

Podemos afirmar com alguma firmeza, que Stalin (1980) foi o mais importante divulgador do marxismo positivista. O modo como Stalin (1980) entendia o caráter evolutivo da sociedade, dos modos de produção: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo, exemplificam um pouco essa característica, ou seja, a ligação entre as ideias de Marx e as de Comte.

Esse monopólio exercido pelo partido teve grande influência nas concepções produzidas pelos diferentes tipos de saberes, dentre eles a

---

<sup>30</sup> Prova disso foi a tentativa de levante em 1935, liderada por Prestes e a Aliança Nacional Libertadora, com concepções notadamente vinculadas ao comunismo soviético.

Geografia. Autores ligados ao leninismo e ao stalinismo foram referências para vários geógrafos de esquerda, principalmente àqueles ligados aos partidos políticos.

A hegemonia desse tipo de concepção foi marcante no mundo até aproximadamente a década de 1960 – isso não significa que houve o desaparecimento do stalinismo depois desse período. No X Congresso do Partido Comunista da União das Repúblicas Soviéticas, Kruschchev revelou os crimes cometidos por Stalin e, a partir daí, começa a se questionar as concepções stalinistas, dando abertura para novas ideias relacionadas ao marxismo.

Esse debate, de certo modo, será incorporado pela Geografia. Isto é, a postura política da inserção do marxismo nas ciências também é sentida pela Geografia. Todavia, ele não se tornou um debate e nem uma construção fácil. Pela sua tradição ligada ao método descritivo e tendo os aspectos naturais sempre ocupado lugar central nas suas análises, essa inserção, ainda hoje, é questionada.

A Geografia é uma ciência que se preocupa em entender um grande número de fenômenos. Essa abrangência atribuiu a ela uma grande responsabilidade e, também, uma pluralidade de temas. Fatos ligados ao meio físico, bem como aos aspectos humanos são motivações de investigação entre os profissionais que lidam com esse saber. Isso implica em inúmeras afirmações e outras tantas perguntas. Pode-se afirmar, nessa perspectiva, que a variedade temática dessa ciência lhe proporcionou a apropriação de diversos métodos, alguns ligados mais às Ciências Naturais e outros às Ciências Humanas. Por outro lado, podemos também elencar algumas questões, tais como: há uma tradição na Geografia em aceitar os métodos das Ciências Naturais mais facilmente do que aqueles das Ciências Humanas? A Geografia sempre esteve mais íntima aos aspectos naturais que dos humanos? Na relação homem-meio, muitas vezes entendida como sendo objeto da Geografia, o meio sempre teve mais peso que o homem? O conceito de território em

Ratzel, ou a afirmação de La Blache que “a geografia é a ciência dos lugares e não dos homens” (2007, p. 118) respondem algumas dessas indagações?

São questionamentos que necessariamente não serão respondidos nesta pesquisa, aliás, algumas dessas perguntas podem ser problemas norteadores para trabalhos futuros. Todavia, elencar tais questionamentos nos auxilia para pensar em uma questão-chave, qual seja: como explicar, por meio de uma leitura histórica da Geografia, o motivo da incorporação tardia do marxismo nessa disciplina? Isto é, como a filiação teórico-metodológica dos precursores dessa ciência influenciou para que ela seguisse determinada trajetória?

Esse sempre foi um debate pouco realizado na Geografia. As questões de método, o enfrentamento e os temas da Filosofia só recentemente adentraram ao campo de estudo do geógrafo. Mesmo assim, ainda não há uma resposta definitiva para os problemas já levantados aqui. Com relação ao método, Dosse (1994, p. 337) o enxerga desta forma na Geografia.

Nos grandes debates dos anos [19]60 em torno do paradigma estruturalista, pode-se procurar por muito tempo, mas de balde, uma disciplina que tem, no entanto, seu lugar bem estabelecido no seio das ciências sociais. Ela teve mesmo sua hora de glória no início do século: a geografia. Essa ausência é tanto mais surpreendida uma vez que pudemos avaliar a que ponto o estruturalismo privilegiou as noções de relação em termos de espaço, à custa de uma análise em termos de gênese.

Essa discussão trazida por Dosse (1994) será substancial para pensarmos como um método relacionado ao marxismo, ao materialismo histórico e dialético pode ser incorporado à Geografia. Para isso, iremos nos ater, de forma breve, à história institucionalizada e ao desenvolvimento da ciência geográfica.

Apesar de haver consenso da validade das informações trazidas pelos mais diferentes autores da história do pensamento geográfico, de que a institucionalização desse saber se dá no século XIX na Alemanha e tem Humboldt e Ritter como os personagens principais, a Geografia é

anterior a esse momento. Como já exposto nas páginas anteriores, a simples inserção da Geografia como curso universitário não lhe caracteriza como uma ciência que nasce apenas nesse momento. O fazer geográfico, bem mais que o ensinar, já estava presente na sociedade bem antes de sua institucionalização. Por isso, concordamos com as colocações de Gomes (2003), Souza Neto (2005), Santos (2002), Moreira (1980), Moraes, Capel (2007) e outros, quando relatam que já havia um saber sendo produzido na sociedade, muitos antes de ele chegar ao berço universitário.

Nessa perspectiva, Moreira (2010) divide a produção do conhecimento geográfico bem antes do século XIX. Ele leva em consideração as etapas da evolução humana. Na *Antiguidade*, por exemplo, o geógrafo se caracterizava pelos registros cartográficos, realizados primordialmente pelos viajantes; na *Idade Média*, com a influência da Igreja, o profissional geógrafo se incumbia de cartografar o fantástico, isto é, os espaços do imaginário religioso; entre o *Renascimento e o Iluminismo*, ele ainda é um cartógrafo do fantástico, mas, também, é um profissional estratégico de precisão; no *Iluminismo*, em plena época da Revolução Industrial, o geógrafo mapeia os recursos para uma nova economia; no *Século XX*, a Geografia, já institucionalizada, consagra-se enquanto ciência e se especializa na organização espacial por meio da categoria região; no período de 1950 – 1960, o planejamento governamental entra no seu auge e a profissão de geógrafo na sua maioridade; as décadas de 1960 – 1970 é o período em que Geografia descobre o capital e, o geógrafo se torna um profissional que questiona a ordem estabelecida.

Esse rápido mapeamento exposto por Moreira (2010), remete-nos a identificar que a Geografia muda as suas características dependendo do contexto inserido. Tal divisão temporal nos leva a compreender que a Geografia é influenciada pelo debate teórico-filosófico de cada momento histórico. Entender esses dois atributos requer também uma interpretação contextual: sendo influenciada pelo debate científico, ela

incorpora em seu íntimo as características de tal discussão e as particularidades desenvolvidas até então poderão ser o fio condutor para a consolidação e desenvolvimento da ciência. Outra coisa é que o avanço do saber científico não pode se pautar estritamente pelo debate teórico-filosófico, incorpora-se a ele o real empírico. É nesse entrelaçamento que apreendemos a história do pensamento geográfico.

Nos estudos realizados por Capel e Urteaga (1984) e Capel (2007), essa discussão já era evidente. Tanto é, que Capel e Urteaga (1984) reconhecem um saber geográfico ligado à Matemática já no século XVII.

La geografía, como ciencia que se ocupaba de la descripción y de la representación cartográfica de la Tierra, formaba parte de las matemáticas. Era una ciencia matemática mixta, como la astronomía, la óptica o la música, entre otras, y en las universidades se enseñaba dentro de la cátedra de matemáticas. La obra que mejor representa la relación de la geografía del siglo XVII con los problemas de la revolución científica es la *Geografía general* de Varenius, publicada en Leyden en 1650. El mismo Newton reeditó esta obra en 1672 y la usó como texto en sus cursos en la Universidad de Cambridge. (p. 12)

Seja em Capel e Urteaga (1984), ou em Moreira (2010), bem como em outros autores, há o reconhecimento de um saber geográfico expresso pela cartografia e essa técnica ligada à Matemática. De alguma forma, isso irá reverberar no desenvolvimento da Geografia. Mas essa perspectiva, relatada pelos autores citados, não será a única. Uma outra leitura geográfica trará à tona os escritos do grego Estrabão (GOMES, P. 2003). Seria já o início de uma dicotomia nessa ciência? Logo adiante retornaremos a essa questão. Agora, é interessante dar um salto histórico e compreender como se deu a institucionalização da Geografia. Logo, será necessário nos remeter aos autores que lidam com esse assunto.

Há uma concordância entre a comunidade geográfica que Alexandre Von Humboldt e Carl Ritter são os “pais” da chamada Geografia Moderna. São os estudos desses dois pesquisadores que serviram de base para que essa ciência pudesse ganhar corpo científico e se desenvolver ao longo do tempo. Todavia, outros nomes contribuíram

para que essa ciência se consolidasse. Os nomes de Hettner e Ratzel devem ser lembrados com mesma tamanha importância. Vale lembrar que a postura científica ou a filiação teórico-metodológica adotada por cada um desses autores são, de algum modo, diferentes. Já que cada um deles recebeu, em certa medida, influências intelectuais distintas.

Com relação a Humboldt e Ritter, os dois percorreram caminhos diferentes, apesar de serem contemporâneos e terem em seus ambientes alcances aos mesmos personagens da intelectualidade alemã, conforme expõem Capel e Urteaga (1984, p. 14):

La cultura alemana de la primera metade del siglo XIX, aprotó dos figuras de gran importancia para el desarrollo de la geografía. Se trata de Alejandro de Humboldt y Karl Ritter. Ambos estuvieron influenciados por la filosofía idealista y el romanticista alemán, y la huella de hombres como Kant, Herder, Hegel, Schiller o Goethe es perceptible en sus obras. Los fueron conscientes del limitado alcance de la geografía que se practicaba en su tiempo, generalmente reducida a la descripción de países y lá elaboración de mapas, e intentaron llevar a término ambiciosos proyectos científicos que, de hecho, significan completas reformulaciones del campo geográfico. Muchas de sus ideas son de una actualidad, y geógrafos de distintas tendencias han invocados el prestigio de estos autores para abalar sus puntos de vista.

Esses dois personagens da história da Geografia desenvolveram seus trabalhos de forma diferente. Enquanto Humboldt era um viajante, que tinha patrocínio para ficar anos fora da Alemanha, Ritter era um cientista de gabinete, que produziu sua obra através de relatos das pessoas que realmente iam a campo.

Assim, Capel e Urteaga (1984), rapidamente, definem Humboldt no tocante à sua concepção metodológica:

La realización de su viaje a América, que inició em 1799, estuvo animada por la firme convicción de que era posible descubrir los vínculos que existen entre los seres vivos y la naturaleza inanimada, **estudiar sus mutuas relaciones y explicar como se distribuyen em el espacio** (CAPEL; URTEGA, 1984, p. X, destaque nossos).

E continuam,

El eje central del proyecto científico de Humboldt es la creación de una nueva ciencia, la *Física del Globo*, que permitiese la integración de distintas disciplinas que estudiaban el medio

natural y explicasse la armonía de la Naturaleza y el encadenamiento de las distintas furezas que actúan em ella. Em sus investigaciones, que partieron generalmente de observaciones meticulosas sobre el terreno, aplico um *método comparativo*, cotejando los paisajes de distintas áreas geográficas para observar las regularidades existentes em su distribución. También presto uma gran atención a la *perspectiva histórica* intersándose por lá evolución y los câmbios observables em el marco natural. Rompía así com uma línea tradicional de pensamiento, de gran peso aún entoces, que consideraba la naturaleza como algo estático e inamovible. (CAPEL; URTEGA, 1984, p. 15)

Já Ritter é assim entendido para esses autores:

Su carrera docente culminó como catedrático de geografía em la Universidad de Berlín. Em su formación de carácter filosófico e histórico, además del idealismo alemán, tuvo uma gran importancia el contacto directo com el gran pedagogo Pestalozzi, que influyó em su concepción de la ciencia geográfica. (CAPEL; URTEGA, 1984, p. 15)

Eles prosseguem,

El objetivo principal de sus estúdios – y de ahí su carácter inovador – es explicar las relaciones existentes entre el medio físico y la vida del hombre. Ritter consideraba la tierra com “teatro” de la actividad humana, y presto mucha menos atención que Humboldt a los fenónemos físicos poniendo el acento den la vida social y los processos históricos. (CAPEL; URTEGA, 1984, p. 15)

Entende-se que esses dois autores, hoje rotulados de clássicos, contribuíram em diversos aspectos para se formar um pensamento sistematizado que mais adiante, no desenvolver histórico, será institucionalizado e possibilitará que se formem profissionais ligados ao campo do saber geográfico. É claro, pelas colocações dos autores supracitados, que tanto Humboldt, quanto Ritter produziam uma Geografia totalizante. Não havia uma separação rígida entre os fenômenos naturais e os humanos. Em verdade, eles queriam entender a natureza e a intervenção humana sobre ela. Humboldt se preocupando mais com as questões físicas e Ritter, um pouco menos. Há uma incipiente separação de importância entre os aspectos humanos e físicos dos dois autores. Isso, no nosso entendimento, irá contribuir no desenvolvimento histórico para uma maior aceitação dos métodos ligados

às Ciências Naturais à Geografia. Vamos tentar entender um pouco mais isso.

Antes de entrar definitivamente no meandro da aceitação ou não de determinado método à Geografia é importante, nesse momento, fazermos uma ressalva: afirmar que Humboldt e Ritter são os fundadores de uma Geografia Moderna está correto em apenas uma parte. Segundo Capel (2007), esses dois autores não foram difundidos quando da implantação da Geografia Acadêmica no período de 1870. As razões para isso são duas, no entendimento de Capel (2007): primeiro, que nesse período não havia uma tradição de se formar discípulos, pois o trabalho intelectual era solitário; segundo, pela complexidade e grandeza que eram as obras dos dois. Existe, portanto, um vácuo de tempo entre a produção da obra desses autores e a institucionalização da Geografia. A questão que fica é a seguinte: como podemos considerar Humboldt e Ritter como os “pais” da Geografia se suas obras não balizaram, de início, a Geografia Acadêmica alemã? E mais, em quais autores a nascente Geografia Universitária buscou se espirar?

Inicialmente, é essencial explicar por qual motivo o saber geográfico, que até então era apenas uma disciplina, foi transformado em uma cátedra universitária, elevando-o a um patamar de saber independente, com *status* científico. Segundo Capel (2007), o verdadeiro motivo para se ampliar e difundir a ciência geográfica na Alemanha do século XIX foi a demanda escolar. Isso mesmo, era preciso formar profissionais que se ocupassem do ensino de Geografia nas escolas do território alemão.

Uma lei alemã instituía que toda criança entre seis e quinze anos era obrigada a ir para a escola e a Geografia já era uma disciplina presente no currículo escolar.

Em todo este desenvolvimento a geografia desfrutou da grande vantagem de estar sempre presente nos programas educacionais. E inclusive, sua presença fora muito importante, já que, junto com a língua, a história e a filosofia eram uma das

matérias que contribuíam para afirmar o sentimento da unidade alemã acima da divisão política existente (CAPEL, 2007, p. 72).

Isso explica, em parte, o motivo do “abandono” de Humboldt e Ritter ao se iniciar os estudos universitário de Geografia. Mas, qual era nesse momento a referência? É possível entender, a partir da exposição de Capel (2007), que o principal mentor, seja de pensar a organização curricular e até os conteúdos escolares, era o Estado. Essa instituição tinha grande intenção de consolidar a Geografia enquanto saber escolar e, por ventura, também universitário.

A presença da geografia foi importante em todos os níveis e centros de ensino. Nas escolas primárias era ministrada primeiro como ensino “à vista”, em forma de conversação e em seguida como lições nas classes superiores. O ensino se referia à “figura da Terra” e seus movimentos, os princípios elementares da geografia, os pontos cardeais, os sistemas de montanhas, o curso dos rios, etc., assim como os ramos da indústria de cada país e o mecanismo de sua administração”. As noções referentes à constituição da Terra, meteorologia ou distribuição das plantas eram estudados nos cursos de ciências naturais ou física. (CAPEL, 2007, p. 72)

Essa demanda propiciou o aumento dos cursos universitários dessa disciplina por todo o território alemão. Essa ciência, que se apresentou naquele momento, era quase que bastarda, mas possuía uma intenção e uma característica. A intenção era fortalecer o sentimento patriótico nacionalista alemão e, a característica metodológica era a descrição. Ou seja, naquele momento, o saber geográfico buscou apenas na descrição o conhecimento do espaço, deixando de lado os avanços produzidos por Humboldt e Ritter, que poderiam ser entendidos como holístas.

Apesar desse vazio entre o momento da obra de Humboldt e Ritter e a institucionalização da Geografia Universitária, a obra desses autores vai balizar o desenvolvimento da Geografia por várias partes do mundo, inclusive na Alemanha. Aliás, o que se percebe a partir da investigação feita, é que Humboldt deu mais subsídios no desenvolvimento da Geografia que Ritter.

Segundo Geiger (1988), Ritter estava mais próximo do idealismo dialético, enquanto que Humboldt estava ligado ao materialismo mecanicista de Darwin. Claro, que ambos influenciados pelo idealismo e romantismo alemão, com intensidades diferentes. Por isso, podemos intuir que a maior influência de Humboldt para a consolidação e desenvolvimento da Geografia foi, de algum modo, um caráter de força maior aos aspectos naturais que aos humanos. O método comparativo desenvolvido por ele foi largamente utilizado por geomorfólogos importantes, como Walther Penk e William M. Davis.

Outro argumento relativamente forte é a presença do darwinismo na Geografia. “La influencia de los conceptos biológicos em la pensamiento geográfico há sido muy importante em el siglo XX” (UNWIN, 1995, p. 133).

Muchas de las obras geográficas de los últimos cien años... se han inspirado, ya sea explícita o implícitamente, en la biología y, en particular, em Darwin. Muchos de los darwinianos originales, como Hooker, Wallace, Huxley, Bates y el próprio Darwin, se ocuparon activamente de la exploración geográfica y fueron, en gran parte los hechos de la distribución geográfica por el espacio los que suministraron a Darwin el germen de su teoría. (STODDART apud UNWIN, 1995, p. 133).

A partir do exposto, alguns autores vão identificar a influência filosófica sofrida tanto por Humboldt, quanto por Ritter e, estabelecer uma conexão de seus estudos e uma leitura geográfica mais contemporânea.

Gomes, P. (2003) foi um desses autores. Ele investigou a fundo a matriz de pensamento desses dois personagens alemães tão importantes para a fundação do saber sistemático institucional. Para compreender essa filiação ideológica fomos além do momento de produção da obra de cada um deles. Segundo Gomes (2003) e, conforme Moreira (2010) Capel e Urteaga (1984), Capel (2007), entre outros, já havia uma tradição do fazer Geografia antes de sua institucionalização, reforçando aquilo que já expomos. Seja esse saber expresso nas instituições que lidavam com esse conhecimento, como as diversas sociedades geográficas existentes, ou

seja, pela declaração de alguns profissionais enquanto geógrafos. Esses mais ligados à Cartografia e à Matemática, como já relatado anteriormente por Capel e Urteaga (1984).

Ou seja, consoante Gomes (2003), para compreendermos os estudos de Humboldt e Ritter temos que nos ater a três grandes atores clássicos: Erastóstenes, Ptolomeu e Estrabão. Eles praticavam Geografia, entretanto, havia duas importantes e diferentes concepções de Geografia para eles. As duas diferentes concepções, de algum modo, estavam relacionadas a Ritter e Humboldt. Por suposição, podemos dizer que os dois entendimentos são a gênese da dicotomia dessa ciência. De acordo com Gomes (2003), “o modelo de Estrabão é considerado como histórico descritivo em oposição aquele de Ptolomeu [e Erastóstenes], tido como matemático-cartográfico” (GOMES, 2003, p. 130). Isto é,

O fato de que essas duas tradições sejam claramente identificadas e sublinhadas permite pensar que a geografia moderna se propõe a ser a união dessas duas tendências. É certo que um dos objetivos de base dos geógrafos do fim do séc. XIX consistia em unificar em um só campo científico todas as tradições que eles herdaram. O objetivo científico homem-meio tornou possível o estabelecimento de relações de valor geral, conservando a importância das descrições regionais particulares. Estas duas condutas eram então vistas como uma análise em dois níveis complementares. Mas é verdade, também, que o que pôde ser visto num primeiro momento como uma solução foi em seguida vivido como um problema. (GOMES, P. 2003, p. 131)

Há, de certo, um saber pré-institucional e duas visões de encarar os problemas geográficos. Isso leva no entendimento de Gomes (2003), uma moderna dicotomia entre a Geografia geral e a Geografia regional ou a ciência ideográfica e a sistemática. Essa dupla filiação irá acompanhar o desenvolver dessa ciência com o passar tempo. E ainda está presente nos dias atuais. Em algum momento uma visão sobressai a outra.

Outra constatação de Gomes (2003), é que no bojo da modernidade cada domínio do conhecimento, na perspectiva cartesiana, escolheu um objeto ou um olhar sobre a realidade. “A geografia, conhecida na época como ‘física do mundo’ colocou sob sua

responsabilidade a interpretação da dinâmica da natureza e de suas relações possíveis com a história” (GOMES, P. 2003, p. 150). É bom lembrar, que a expressão “física do mundo” foi cunhada por Humboldt, que aliás, foi o primeiro a estabelecer as novas regras do pensamento moderno na geografia. “Seu olhar tinha por objetivo os elementos mais variados dos meios físicos, mas não se limitava a eles Humboldt observava também a sociedade local” (GOMES, P. 2003, p. 151).

Quanto à questão da dualidade, ela não se fixa apenas ao geral e ao particular, mas, também ao físico e humano, ao campo e à cidade, etc. Segundo Geiger (1988), essa dicotomia, presente desde as tradições mais remotas, implicará em sobressair, na perspectiva do método de análise mais aos fenômenos físicos que aos humanos. Ou seja, o peso da natureza na tradição geográfica com relação ao homem foi sempre maior. Isso não é uma característica apenas da escola alemã, mas também da escola francesa, como argumenta.

A chamada Escola Francesa foi impregnada por esta influência naturalista e, ao trazê-la para dentro da Geografia humana, vestiu toda a Geografia com este caráter. Ratzel, usando o método dedutivo, nomotético, fizera o mesmo, procurando leis de caráter naturalista nas relações homem/natureza. A Escola Francesa do fim do século passado, onde prontificou Vidal de La Blache, atenuou, no entanto, o determinismo de Ratzel, mantendo algumas ligações com o pensamento de Ritter e introduzindo o conceito de “possibilismo”, expressão criado por Lucian Febvre (GEIGER, 1988, p. 69).

Essa característica metodológica da Geografia não se finda com a Escola Francesa de Geografia de linha vidaliana. A interpretação de todos os aspectos da sociedade, sejam naturais ou humanos, tendo como foco os métodos ligados à natureza também se apresenta em outras correntes do pensamento geográfico.

A Geografia se apresenta ao mundo como um saber que consegue dar respostas aos mais diferentes fenômenos. Entretanto, pela filiação filosófica, na sua fase tradicional e na adoção de Humboldt como o responsável por realizar uma sistematização de um conhecimento que de início era denominado de “Física do Mundo”, no conhecimento geográfico

pesou mais o físico que o humano nas suas interpretações. Exemplo disso é o modelo tradicional de estudo Natureza – Homem – Economia, em que a pesquisa deveria ater-se primeiramente a descrição das formas naturais desde a estrutura do solo até o tipo de vegetação e, em seguida, colocar o fator humano na colonização dessa região e, por final, entender isso a partir da economia, ou seja, da produção de recursos. Nesse modelo evidencia-se o domínio da natureza sobre o homem, por essa razão tal modelo é taxado muitas vezes de determinista ou possibilista.

A filiação da Geografia Tradicional a um modelo intimamente ligado às Ciências Naturais é, em nossa concepção, um dos entraves para que os métodos que nasceram no seio das Ciências Humanas consigam adentrar e se estabelecer na Geografia. Isso implica em esquecer, ao longo do desenvolvimento histórico dessa disciplina, vários nomes que poderiam influenciar outra forma de se fazer Geografia. Há, segundo França Filho (2012), o esquecimento de Hegel e, por ventura, do método dialético e, logo, do marxismo.

A inserção do debate exposto levanta duas questões fundamentais. A primeira diz respeito à incorporação das teorias marxistas na Geografia, questão essa fundamental para se pensar na participação de Horieste Gomes no Movimento de Renovação da Geografia. A outra, não menos importante, é entender como os autores trataram a dicotomia da ciência, a partir do momento que ocorre a crítica às demais correntes de pensamento geográfico, ou seja, como foi resolvido o problema do projeto unitário por parte desses geógrafos.

Com relação à primeira problemática, entende-se que a Teoria Marxista só é incorporada pela Geografia na segunda metade do século passado. Já expomos sobre isso, mas é importante ressaltar sempre os nomes de Lacoste, Quaini, Santos e Harvey. Em especial, Lacoste que provocou um grande debate na França, quando houve a publicação do verbete *Geografia*, no livro de Chatelot e, posteriormente, com o livro *A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra*. Também não

podemos nos esquecer de Richard Peet e os trabalhos publicados na revista, da qual era o editor da *Antipode*.

Procurar uma Teoria Marxista ligada à Geografia antes desse período pode ser em vão. Não vamos encontrar nenhum trabalho que verdadeiramente incorpore o método ligado ao marxismo. Isso não significa dizer que nenhum geógrafo esteve em contato com o marxismo. Houve aqueles que conheciam tal teoria, mas que não conseguiram construir um novo saber com as propostas de Marx, mas fizeram trabalhos, que analisados rigorosamente, lembram alguns aspectos do marxismo.

Horieste Gomes, quando questionado se houve uma Geografia marxista antes do Movimento de Renovação, contribui para o debate estabelecendo que:

Quando examinamos a obra Geografia e Sociologia de Pierre George, por exemplo, entende-se que ele avançou, no que eu chamaria de noções, não havia ainda um aprofundamento. Para mim, o Jean Brunhes quanto trabalha com o princípio da atividade e da complexidade trabalha com dois elementos do método dialético. Para mim o Jean Brunhes foi inovador, apesar das pessoas não perceberem isso. Quando ele coloca que todos os fatos da Geografia estão interligados dentro de uma complexidade e interação, já há aí um progresso. Evidentemente que ele não conseguia desenvolver suas pesquisas estritamente no materialismo histórico e dialético (Gomes, 2014).

Um dos motivos para que não houvesse esse interesse é, em possibilidade, o maior contato metodológico da Geografia nascente alemã com as Ciências Naturais, isso na figura de Alexandre Von Humboldt, conforme já exposto. Na bifurcação histórica entre Humboldt e Ritter, parece-nos que a maior influência foi do primeiro. Isso tem consequências importantes para o desenrolar do pensamento geográfico. Ritter, apesar de receber a mesma influência filosófica que Humboldt, estava mais ligado aos aspectos humanos. Também, Ritter era mais próximo de Hegel, inclusive eram colegas na Universidade de Berlin, instituição na qual Hegel chegou a ser reitor. Por isso, concordamos com França Filho (2009, p. 41) ao afirmar que,

Desta forma, se para nós é clara e evidente a ligação filosófica de Humboldt e Ritter com o pensamento kantiano, também nos é possível estabelecer um elo com Hegel, apesar de não podermos aqui identificar com clareza quais os pontos exatos da filosofia hegeliana presente nos dois autores.

Pelo apresentado, concluímos que Ritter estava mais próximo de Hegel, mas a Geografia, a partir de sua institucionalização, deu menos importância a esse autor que ao seu conterrâneo. Silva (1986) já indicava esse problema ao declarar que a Geografia não encontra com Hegel. “E a Geografia, ao chegar aos séculos XVIII e XIX, passa ao lado de Hegel, e não avança em direção à solução existencialista, que parte de Hegel, nem a solução marxista, que também parte de Hegel” (SILVA, 1986, p.14).

Quani (1979) também concorda ao afirmar que os geógrafos preferiram a direção Kant-Humboldt que a linha Hegel-Ritter. Essa atitude evitou que os profissionais da Geografia se deparassem com o marxismo.

A respeito das relações entre marxismo e geografia, embora possa parecer estranho, os geógrafos até agora não se ocuparam, nem mesmo no âmbito da história do pensamento geográfico, nem da teoria de Hegel nem daquela que pode ser encontrada em Marx. Quando não foram exclusivamente influenciados pela escola positivista de Ratzel, das duas tradições alemãs pré-Ratzel preferiram a de Kant-Humboldt, deixando quase que totalmente à margem a de Ritter-Hegel, provavelmente porque esta última teria obrigado os geógrafos a entrar em contato com Marx (QUAINI, 1979, p. 148).

Para Santos (2008), pode-se encontrar uma incipiente influência hegeliana em alguns geógrafos. Porém, a ciência geográfica não enveredou por esse autor.

A influência de Hegel pode ser reconhecida na obra de Ratzel e mesmo nos trabalhos de Ritter. Marx teria igualmente influenciado em muitos pontos o trabalho de Ratzel, de Vital de La Blache, de Jean Brunhes. Todavia, e por múltiplas razões, foi a herança idealista e positivista que, afinal de contas, acabou por se impor à geografia, isto é a geografia oficial: o cartesianismo, o comtismo e o kantismo eram frequentemente apoiados e misturados aos princípios de Newton e também ao darwinismo e ao especerismo (SANTOS, 2008, p. 48).

Talvez a mais evidente elaboração de um trabalho com influência marxista tenha sido Jean Brunhes. Apesar de se ter conhecimento dos

escritos de Marx, Brunhes também aprofundou no debate e se aproximou mais do positivismo. Santos (2008) coloca que “Seu livro sobre a geografia humana tem como subtítulo: ‘uma classificação positiva...’”. (SANTOS, 2008, p. 53)

Um erro comum era de se tentar encontrar uma teoria do espaço em Marx e, que tal teoria poderia subsidiar os estudos na Geografia. Essa busca era em vão, afinal, Marx se preocupava com uma dimensão maior do que qualquer disciplina. Ele buscava, em essência, entender a sociedade capitalista na sua totalidade para realizar a sua transformação. Não se pode dizer que foi dado por Marx maior importância ao tempo que ao espaço. As questões históricas eram centrais para o desenvolvimento do seu método materialista histórico e dialético.

Isso exposto, entendemos que a tradição da Geografia contribuiu para que houvesse, tardiamente, o encontro entre esta disciplina e a Teoria Marxista. Todavia, é importante ressaltar que essa demora não foi privilégio apenas dos geógrafos. Outras Ciências Humanas também se encontraram com o marxismo só recentemente. Uma das explicações mais gerais com relação ao desenvolvimento do marxismo na academia foi a demora em publicar os textos feitos por ele. Isso é tão verdade que muitos de seus trabalhos só foram levados ao público depois de sua morte.

No Brasil, foi ainda pior, já que era preciso traduzir suas publicações para o português e não havia muitas editoras candidatas a realizar tal tarefa. Isso deu margem para que houvesse diversas interpretações do marxismo, no entanto, uma era a principal: o marxismo ligado ao Partido Comunista Brasileiro.

O marxismo só é discutido na Geografia nas décadas de 1960 e 1970, isso nos referindo a uma escala mundial. No Brasil, há o debate sobre o tema na década de 1970 e o seu auge na década seguinte. Isto é, nesse período aflorou vários problemas epistemológicos da disciplina. O

mais importe, para nós, nesta pesquisa, é entender como os personagens do Movimento de Renovação da Geografia solucionaram a problemática trazida nas páginas anteriores. Ou seja, como foi resolvida a questão da tradição geográfica sob influência dos métodos das Ciências Naturais e, também qual foi a proposta trazidas pelos protagonistas desse movimento com relação ao projeto unitário da ciência? E mais, como Horieste Gomes se insere nesse debate?

O fato é que a aproximação de alguns autores, dentre eles, Horieste Gomes, com partidos políticos da esquerda, notadamente o Partido Comunista Brasileiro, possibilitou que houvesse a tentativa de realizar a incorporação do marxismo à Geografia. Contudo, até mesmo na União Soviética esse debate ainda não estava maduro.

[...] a valorização da ciência natural em relação à social em regime autoritário pôde ser percebida, também, na produção apresentada durante o Congresso Internacional da UGI no Rio de Janeiro (Académie des Sciences de l'URSS, 1956). (GEIGER, 1988, p. 71)

A adoção do marxismo como teoria a ser seguida para a transformação social implicou em aceitar mudanças significativas no seio da Geografia. Uma mudança em especial seria o centro do debate epistemológico dessa corrente: sendo as ideias marxistas ligadas estritamente aos aspectos sociais, como transpor essa teoria para uma ciência que tinha por tradição realizar uma leitura do meio físico? Talvez, por isso, houve o completo abandono das tendências aos procedimentos técnicos, como a Cartografia, a Geologia, a Geomorfologia, etc. Dosse (1994) já nos alertou sobre isso, alegando que uma ciência que sempre esteve, tradicionalmente, ligada aos procedimentos metodológicos das Ciências Naturais não conseguiria incorporar um método que em sua gênese estava ligado às Ciências Humanas. No caso, esse autor refere-se ao estruturalismo.

Imbuídos desse argumento, entendemos bem como Gomes, P. (2003), que uma tradição ateórica e empirista da Geografia não conseguia, com o rigor, realizar a incorporação do marxismo sem uma

súbita mudança de postura teórica e metodológica dessa ciência. Até algumas tendências que foram importantes para o Movimento de Renovação, como a Geografia Ativa, liderada por Pierre George, não estava ligada ao método marxismo.

A tentativa de solucionar o problema apresentado seria incorporar um conceito marxista que poderia resolver a questão da autonomia dessa ciência, pois “[...] a questão é saber se a geografia pode existir como ciência do espaço com autonomia, ou se ela deverá se curvar as determinações sociológicas e a causalidade histórica” (GOMES, P. 2003, p. 297). Para tanto, a categoria trabalho se insere como importante na tentativa de incorporação ao marxismo. Por isso, a Divisão Territorial do Trabalho serve de importante conceito para as análises dos geógrafos marxistas. Talvez essa possa ser uma das mais importantes contribuições desses geógrafos para entender as condições materiais de existências.

Por fim, elencamos alguns pontos importantes que devem ser ressaltados:

1. não há uma homogeneização no Movimento de Renovação da Geografia;
2. havia duas posturas críticas: uma teórico-metodológica e outra ideológica;
3. pela tradição ateórica e empirista da Geografia havia uma dificuldade de incorporar outros métodos que não fossem aqueles ligados às ciências ditas duras;
4. a “Geografia Ativa”, apesar de estar avançada para o período, por si só, não constituiu-se uma incorporação do marxismo;
5. na incorporação do marxismo, a Geografia negligenciou os aspectos físicos e, recebeu severas críticas posteriormente por isso, inclusive acusando-a de ser uma espaciologia;

6. a tentativa de solucionar tais problemas era a de fixar dentro da ciência geográfica as categorias marxistas, daí a categoria trabalho ser tão importante e resumida na Divisão Territorial do Trabalho.

Uma questão ainda fica a ser respondida: como Horieste Gomes consegue sair desse labirinto epistemológico? A partir do método adotado, iremos dar uma direção para essa pergunta nas próximas páginas.

## **CAPÍTULO 03**

**Vida, militância e consolidação de um pensamento.**

O capítulo que segue está pautado na apresentação e discussão de como Horieste Gomes construiu um pensamento crítico a partir dos aspectos de sua vida, da sua militância no Partido Comunista Brasileiro e da sua atuação na Associação dos Geógrafos Brasileiros. Dessa maneira, pretendemos nesta parte da pesquisa pensar como esses três elementos foram importantes para a sua posição científica e, logo, para a sua inserção no Movimento de Renovação da Geografia. As abordagens realizadas têm a intenção de conseguir mapear a trajetória de vida e militante que reverberaram para a sua produção acadêmica naquele período.

O contato com integrantes do Partido Comunista Brasileiro desde a infância, por intermédio de sua família, proporcionou-lhe, já cedo, uma leitura política na direção dos menos favorecidos. Esse fato também contribuiu para que Horieste Gomes enxergasse os problemas da população na perspectiva do trabalhador. Isso lhe desenvolveu uma sensibilidade social que culminou na sua efetiva participação, como protagonista, da Geografia Crítica.

As instituições em que participou, tanto o PCB, quanto a AGB, tiveram papéis diferentes na gênese e no desenvolvimento do seu pensamento. O partido está relacionado com uma visão de mundo focada na transformação social a partir de um engajamento político. Por outro lado, AGB se associa a uma postura mais acadêmica e profissional, sem, contudo, dissociar de um objeto maior, a mudança do modo de produção.

### **3.1 Formação política: o cotidiano, a militância no PCB e a concepção de método**

O certo é que três elementos foram fundamentais na sua formação: o contexto familiar e escolar, a militância no PCB e a sua opção por cursos na área das humanidades, em especial a História. Ou seja, o cotidiano o partido e a academia, conforme Gomes (2011) relata com suas palavras.

O partido foi importantíssimo, o curso de História, fundamental. Esses são os elementos principais. E a fase anterior é aquela vivência que eu tive na própria casa dos meus pais em contato com os elementos [militantes comunistas que se abrigavam na casa da família]. A minha ideia, a partir de minha formação, era trabalhar para tentar, via partido político, fazer uma mudança, implantar aqui uma nova forma de sociedade, porque para mim é a sociedade socialista rumo ao comunismo. (GOMES, 2011, s/p)

Fato relevante é sua formação em História – naquele período, os cursos de História e Geografia tinham um tronco comum, ou seja, os primeiros anos eram compostos das mesmas disciplinas e só se optava por um dos dois cursos do meio para o fim da graduação. Parece, pelo depoimento do autor, que a História já estava engajada num bom debate político, não ainda uma incorporação do marxismo ou coisa do gênero, mas estava mais aberta a trabalhar questões políticas. A Geografia, ao menos a que era lecionada em Goiás, estava na periferia desse debate. Tanto é que o livro mais avançado de Geografia que Horieste teve contato na sua graduação foi o *Manual de Geografia Humana* (1952), de Moisés Gicovate, que para os dias de hoje traz pouca discussão política.

Isso confirma, em parte, os argumentos de Dosse (1994), quando se refere à Geografia e ao seu despertar tardio para uma série de mudanças que estava ocorrendo no campo científico. Isso será, posteriormente, um entrave ou um obstáculo para a inserção do marxismo nesse saber, conforme já relatado. Horieste enfrentou esses empecilhos, pois, possuía bagagem suficiente para tal.

Ele viveu em um período de importantes transformações no país. Foi na década de 1930 que Getúlio Vargas assumiu o poder, foi também nessa época que ocorreu a insurgência comunista no Brasil, liderada pelo PCB e por Prestes, além de outros debates já apresentados neste trabalho. Esses eventos foram antecidos, nos anos de 1920, por episódios também marcantes na história do Brasil, como a fundação do Partido Comunista Brasileiro, o movimento tenentista, a coluna Prestes, dentre outros. Portanto, Horieste vive na sua formação infanto-juvenil o que reflete nos acontecimentos dessas duas décadas, comprovado pelos seus depoimentos exibidos no primeiro capítulo desta tese.

No livro *Caminhos pra a (Re)construção do homem*, em duas edições, a primeira no ano de 1997 e a segunda de 2011, Horieste conta um pouco como os acontecimentos da sua infância e adolescência contribuíram para ele se formar um cidadão consciente do mundo. Na passagem a seguir fica evidente como a sua construção ideológica se pauta também nas observações cotidianas.

Minha caminhada para o socialismo vem de berço, pois desde tenra idade comecei a aprender com o comportamento ético e moral dos meus pais, a me pautar pelo respeito à pessoa humana. No decorrer da minha formação genética, ética e cultural; na labuta e disciplina no trabalho e no estudo; nos procedimentos de vivência social e, por presenciar, sentir e experimentar na própria carne as arbitrariedades e violências dos prepotentes foi crescendo na essência do meu ser o humanismo para com os meus semelhantes. Muitas são as experiências de vida e recordações que povoam a minha mente. Recordo-me muito bem das perseguições aos tutelados **“perigosos comunistas”**. Ainda menino, aluno do Grupo Escolar Pedro Ludovico Teixeira do bairro de Campinas, éramos advertidos para não jogar a bola do lado do vizinho comunista, seu Romualdo. Este era tido como um bicho-papão, mau, perigoso, ateu e, alguém dizia comedor de criancinha inocentes. Todo cuidado era pouco. Recordo-me que certa vez brincávamos no pátio quando a redonda chutada caiu no lado de lá. O suspense tomou conta da turma, todavia, a ansiosa expectativa da perda foi rapidamente desfeita pelo retorno da pelota ao pátio da Escola. O comunista lobo mau, não era tão lobo mau como era pintado (Gomes, 2011 p. 22 – destaque no original).

Foi justamente nessa primeira fase escolar que Horieste Gomes entra em contato com suas primeiras leituras. Era um leitor assíduo, chegava a ganhar prêmios na escola por ser o aluno que mais lia. Ainda não era uma literatura crítica, mas era o despertar de uma curiosidade.

Quando questionado sobre a sua fase de formação escolar, ele relata todo esse interesse pela leitura.

O fato é que aquela escola [Grupo Escolar Pedro Ludovico Teixeira], com aquele corpo docente me marcou muito, do ponto de vista do meu interesse pela leitura. Havia premiação, eu fui várias vezes premiado. Tenho uma boa lembrança daquela época. Eu li várias obras de Monteiro Lobato, como o Saci, O Sítio do Pica-Pau Amarelo, Viagem ao céu, e outras. O fato é que a leitura e o incentivo daquelas professoras bem à frente de seu tempo, me proporcionaram o gosto pela leitura. A partir dessa época eu comecei a ler, eu comecei ler bastante (GOMES, 2011, s/p).

Foi, também, nessa fase, que Horieste descobriu o significado da propriedade privada. Ele conta no seu livro, que num dia de pescaria, nas margens do Rio Anicuns, foi surpreendido por um homem esbravejando: “saia de minha propriedade” (GOMES, 2011, p. 23). Prontamente, ele respondeu, mesmo que naquele momento não soubesse com certeza da informação, que “o córrego era para todos” (GOMES, 2011, p. 23), ou seja, não estava cometendo nenhum crime.

Os pais foram modelos de conduta coerente. O trabalho era uma das maneiras de educar os filhos, pois, eram trabalhadores, o pai, marceneiro e, a mãe, costureira. “Apesar do meu pai ter sido, em certas situações, um homem um tanto rude, bruto e teimoso, juntamente com a minha mãe foram ‘modelos de vida’ que plasmaram, definitivamente, o meu caráter, a minha personalidade” (GOMES, 2011, p. 24). Por ter sido forjado nesse ambiente, Horieste, desde cedo, aprendeu a ser coerente com ele próprio e com o próximo.

É também no ambiente familiar que ele tem contato com algumas posições ligadas ao comunismo, não eram do pai e nem da mãe. O geógrafo relata que havia um operário que trabalhava com a família chamado Badú, ele pertencia ao PCB. Certa vez, fizeram uma excursão para Uberlândia, para realizar o que era denominado de piquenique – um encontro político. A excursão foi interceptada e todos tiveram que voltar, não antes de serem espancados pela polícia. Badú foi um dos que teve seu corpo marcado pela intolerância do Estado, praticado pelo seu braço

repressor. Foi uma cena forte, relata Gomes (2011, p. 29); “Minha mãe, sob os meus olhares, cuidou de suas feridas”. Horieste ressalta no seu livro *Lembranças da Terrinha (Campininha)*, de 2002, sobre esse episódio: “Esta cena brutal chocante e anti-humano, ficou gravada na minha memória, causando-me estado de revolta contra os agentes repressores.” (GOMES, 2002, p. 177). Conclui que “Na minha maturidade política em formação, comecei a compreender bem o significado de estar sob o estigma ideológico da foice e do martelo” (GOMES, 2011, p. 29).

Os valores transmitidos pelos seus pais, por meio da própria experiência cotidiana de vida, bem como o contato com integrantes do Partido Comunista do Brasil, foi o início de uma formação humana crítica. Até pelo motivo dele também estar ligado ao mundo do trabalho, como nos conta:

Pelo trabalho passei a ter uma noção mais correta da história do trabalhador: o valor de sua tradição cultural relativa ao seu trabalho; de sua disciplina de trabalho; sua habilidade e destreza na fabricação do produto/mercadoria e, principalmente, a exploração de sua força de trabalho física e mental, aliada ao processo de sua luta emancipadora. Simultaneamente, trabalhava e estudava (GOMES, 2011, p. 29).

A sua formação humana e crítica, pelos motivos já apresentados, leva-o a participar do Partido Comunista Brasileiro, primeiro como simpatizante, e depois como filiado. Também, é a partir desse contato com o PCB que o estudioso começa ter contato com as publicações marxistas.

Foi a partir dos anos de [19]50, através de leituras de obras de cunho marxista, do convívio com pessoas mais esclarecidas e da prática de iniciante político que passei a ter noção mais correta e mais justa a respeito dos apelidados comunistas, quais eram os seus ideários e propósitos, suas ações práticas; do porquê de serem mal vistos por muitos, e mesmo temidos por segmentos da sociedade. O ambiente na casa dos meus pais foi sempre aberto à proteção aos perseguidos políticos – muito embora eles não tivessem qualquer vinculação a nenhuma organização, de esquerda ou de direita –, o que em muito contribuiu para minha formação política (GOMES, 2002, p. 176).

A sua escolha pelo socialismo o leva para a militância política. Já no final da década de 1940 e início da década de 1950, participava de movimentos ligados a questões de âmbito nacional e internacional, como

“o petróleo é nosso”, pelo fim da guerra das Coreias, etc. Primeiro, participou como estudante secundarista e, depois, como aluno do curso de graduação em História e Geografia.

Este cenário brevemente apresentado nos indica as raízes das concepções de Horieste Gomes quando enfocamos o contexto de sua vivência. Concordamos, portanto com as concepções de Berdoulay ([1981] 2003), quando confecciona o método da *abordagem contextual* como uma importante ferramenta. Assim, entendemos, bem como esse autor, que “o contexto, então, explica melhor a originalidade da síntese de uma série particular de ideias sustentadas por um indivíduo ou um grupo [...]” (BERDOULAY ([1981] 2003), p.52)

Enveredando-se pelo PCB, Horieste Gomes tem no marxismo sua sustentação filosófica. É bem verdade que, segundo o próprio Horieste, ele já conhecia boa parte das categorias marxistas antes mesmos de estudá-las, pois viveu na prática as contradições do modo de produção capitalista. Forjado no ambiente do trabalho, foi de início aprendiz de marceneiro – atividade que dava sustento à sua família – e depois operador de máquina de beneficiamento de arroz. Portanto, já era de seu conhecimento prático o que era mais-valia, força de trabalho, relações de produção, etc.

O seu contato com o marxismo será intermediado pelo partido, ou seja, muito dos textos que chegavam no Brasil por esse meio não eram apenas os escritos de Marx. Eram também textos da escola russa, como de Lênin e também de Stálin, além de outros autores, especialmente aqueles ligados à Academia de Ciências da União Soviética (ACURSS). De acordo com Konder (2009), até aproximadamente a década de 1960, havia o monopólio das ideias marxistas pelo partido, como já relatado. A ACURSS disponibilizava cartilhas ou folhetins baseados em Marx, mas com as interpretações leninistas.

Horieste Gomes esteve profundamente ligado ao Partido Comunista Brasileiro desde sua infância, como apontado. E isso, no nosso entendimento, reflete na sua concepção de mundo, de sociedade, de

ciência e de Geografia. Sua participação nessa agremiação, bem como as consequências que isso lhe proporcionou são relatadas em um livro mais recente.

Além do livro *Caminhos para a (re)construção do homem* (2011), Horieste possui uma outra publicação em que relata um pouco de sua trajetória pessoal, *Cela 14*, de 2009. Nesse livro, ele foca mais sua participação enquanto militante do Partido Comunista Brasileiro, logo sua postura quanto à política brasileira de momento – a ditadura militar. Também é aí que registra o seu exílio na Suécia e a sua volta para o Brasil.

No livro *Cela 14*, Horieste Gomes não trabalha um tema estritamente geográfico. Não versa por categorias, conceitos, estudo de caso ou discussão metodológica. Ele é um depoimento – testemunho – de uma época que marcou significativamente a história do país, a ditadura militar. Período que abalou as estruturas sociais, políticas e ideológicas de parte significativa da população, em especial aqueles que estavam no *front* de batalha, isto é, militantes políticos, professores, estudantes, organizações de trabalhadores, dentre outros. Foi um momento de repressão policial intensa, de poucas liberdades, de censura, prisão, tortura, exílio, enfim, de vigília constante. Mas, também, caracterizou-se por ser um momento de luta, de enfrentamento, tomada de posição, de consciência, de organização, tempo de pensar em mudanças, em profundas mudanças.

Qual o interesse desse trabalho e da comunidade geográfica por um texto com essas características? São dois em nossa opinião. Primeiro, é o fato de levantar elementos para o entendimento de um período que remarca politicamente as fronteiras de poder e participação popular, ou melhor, período em que a voz do povo é anulada. Segundo, e não menos importante, pelo fato de Horieste Gomes ser um geógrafo renomado, um geógrafo goiano com participação efetiva na formação e consolidação da Geografia brasileira. Outro aspecto é por entendermos que os fatos

relatados pelo autor influenciaram em sua concepção de mundo e de Geografia. Por esses e outros motivos, entendemos que esse livro é de grande relevância, tanto para os geógrafos, como para aqueles que se interessam pela história recente do Brasil.

Nas próprias palavras do autor, o livro “[...] é um testemunho fidedigno dos acontecimentos por mim vividos e sentidos nos cárceres da ditadura nazi-fascista dos governos militares [...]” (GOMES, 2009, p. 8). O relato apresentado tem como finalidade contar sua história antes, durante e após ser perseguido, preso, exilado e anistiado. No livro é apresentado o depoimento de alguém que não se calou diante das atrocidades cometidas contra os cidadãos brasileiros durante o período ditatorial; em especial, por ter participado efetivamente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) como agente promotor de uma teoria e prática socialista. E, por isso, foi preso e torturado pelos agentes militares.

Nesse livro, Horieste Gomes argumenta que a intervenção militar na política brasileira foi marcada por profundo apoio recebido do governo estadunidense, sendo a marca primordial dos governos que presidiram o país a restrição da soberania nacional com a crescente dependência de capitais e tecnologia vindos de fora. As companhias multinacionais, notadamente as sediadas nos Estados Unidos, tiveram liberdade para agir e implantar suas políticas com o consentimento do Estado militar brasileiro.

Gomes (2009) destaca três eventos importantes: as lutas populares travadas em Trombas e Formoso – municípios localizados ao norte do Estado de Goiás – e a guerrilha do Araguaia; o período de formação política ligada ao PCB e sua prisão; e sua saída do Brasil para o exílio na Suécia. Sendo que o primeiro evento, os conflitos armados, iniciaram-se enquanto ainda era bem jovem, no ano de 1950.

Os acontecimentos em Trombas e Formoso são narrados com riqueza de detalhes. Gomes (2009) relata que a região se valorizou devido

às políticas governamentais implantadas pelo Estado brasileiro em meados do século XX. A “Marcha para o Oeste”, que visava desenvolver e integrar essas áreas ao mercado nacional implantou inúmeros projetos pelo interior do país. Em Goiás, destaca-se a Colônia Agrícola de Ceres (CANG). Com a implantação dessas políticas, houve a valorização das terras e, com isso, o interesse dos poderosos locais de se apropriarem, por meio da grilagem, dessas terras. Esse foi o elemento central desse conflito, conforme expõe Horieste Gomes.

Ainda sobre o conflito, o geógrafo conta que o Partido teve sua participação. Isso foi decidido em plenária do Comitê Zona, na cidade de Ceres/GO, que era preciso apoiar os posseiros daquela região e, envia alguns militantes para tal fim. Uma das consequências desse confronto foi fundar, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás (ULTAG), essa organização foi importante para dar assessoria, principalmente jurídica aos camponeses daqueles municípios.

Localmente, os posseiros organizavam-se em conselhos denominados “Conselhos de Córrego” que agregavam um grupo pequeno de pessoas.

Um evento citado pelo autor para ilustrar tal conflito merece destaque. Um sargento da polícia militar de Goiás, de nome Nelson, foi incumbido de realizar a desapropriação das terras na região. Para realizar tal tarefa, contatou o sargento reformado da polícia pernambucana, Gabriel. Este tinha a missão de adentrar o Conselho e retirar todas as informações possíveis e passá-las para Nelson, o que foi feito. Nelson então agiu. Foi cumprir sua missão. Chegando ao local encontrou apenas mulheres e crianças nas casas. Então, tratou de abusar das mulheres e roubar os mantimentos que encontrou. Na volta, encontrou com os posseiros entrincheirados. O fogo foi cerrado. Nelson foi atingido e morreu no local. Esse é apenas um resumido relato que consta no livro sobre a batalha de Trombas e Formoso. Existem outros e com grande riqueza de detalhes.

Outro conflito narrado é a guerrilha do Araguaia. A luta armada em prol da transformação social que tinha como tática a guerrilha. Muitos integrantes do lado dos “rebeldes”, tiveram treinamento fora do país, por exemplo, em Cuba.

No fim da década de 1950, Horieste termina os dois cursos de graduação. Leciona em colégios importantes da cidade, como o Pedro Gomes e o Liceu de Goiânia. Em seguida, aceita o convite de Bernardo Elis para integrar o recém-criado, Centro de Estudos Brasileiros (CEB), ligado à Universidade Federal de Goiás. Lá lecionava Geografia de Goiás. Posteriormente, é aprovado em concurso público para ocupar a vaga de Geografia Humana. Também, nesse mesmo período, ministra aulas na Universidade Católica de Goiás.

Em resumo rápido, nessa pequena autobiografia, apresentada pelos livros *Caminhos para a (re)construção do homem* (2011) e *Cela 14* (2009), podemos concluir que Horieste possui uma formação humana ligada ao socialismo pela própria experiência vivenciada em sua casa, tanto pelo contato com os militantes do Partido, quanto pela inserção logo cedo no mundo do trabalho. Além disso, formou-se em dois cursos ligados às áreas humanas. Entretanto, mesmo tendo uma forte simpatia pelos ideais socialistas não era filiado ao PCB. Isso só ocorrerá nos anos seguintes, precisamente em 1964, ano do golpe militar no Brasil.

É justamente após a tomada de poder pelos militares que os perigos aumentam. É nesse momento que o autor irá relatar com detalhes todas as humilhações sofridas por ele quando esteve preso, tanto em Goiânia, como em Brasília. Por outro lado, também é nessa parte do texto que podemos enxergar toda a fidelidade que o autor expressou com a ideologia do partido e o respeito com seus membros.

Horieste foi preso no começo da década de 1970, justamente na época do famigerado Ato Institucional número 5 (AI-5). Consta que os militares o esperaram logo de manhã quando saía de casa. Sem pestanejar, os agentes colocaram-no em uma viatura e o levaram para o

batalhão do exército em Goiânia. De imediato, interrogaram: o que sabe sobre Thiago? Thiago era seu codinome no Partido. Nesse momento, relata que ficou assustado, pois poucas pessoas sabiam desse nome. Foi então que se deu conta de que os militares tinham muitas informações a respeito da organização e dos seus integrantes. Mesmo assim, omitiu tudo que podia nos interrogatórios que sucederam para preservar os companheiros.

Levado a Brasília, sofreu as maiores atrocidades que se possa imaginar. Desde torturas físicas, como choques elétricos e espancamento, até psicológicas com ameaças de todas as formas, incluindo gravações dos parentes próximos – feitas pelos agentes – pedindo que ele confessasse. Foi aí que ficou confinado em uma cela, somente de roupas íntimas depois de ter sido torturado. Cela essa que dá o nome ao livro: a cela de número 14. Gomes (2009, p. 125) relata que “Lançaram-me na cela, que mais tarde vim saber ser a de nº 14, e que, embora fosse rica em baratas no período noturno – durante o tempo de carceragem, cheguei a contar em número superior a 300 –, serviram-me como passatempo existencial”.

Em Brasília, foi condenado e voltou a Goiânia para cumprir a pena no Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás (CEPAIGO). Lá chegando, recebeu duas funções do diretor do presídio: auxiliar o enfermeiro e também o médico (que ia somente uma vez por semana ao local tratar dos presos). Com essa proximidade, observou uma série de fatos que posteriormente denunciou ao chefe do local. Vamos relatar duas passagens. A primeira foi que havia um comércio de sangue. Laboratórios de Goiânia iam ao centro penitenciário recolher o material dos presos em troca de uma pequena quantidade de dinheiro. Alguns detentos já estavam fracos por não se alimentarem bem no presídio e “doavam” sangue frequentemente. Com a denúncia de Horieste Gomes, a coleta de sangue foi suspensa por seis meses – uma grande vitória. Outro fato foi a constatação de que o médico mal olhava os pacientes e já receitava três medicamentos: Dipirona, Bactrin e Diazepan. Observou

que esses mesmos remédios eram passados para todos os pacientes. Fez o relato ao diretor da penitenciária, entretanto, o médico tinha “costas quentes” e não se podia fazer nada para retirá-lo do local – uma derrota.

Outro episódio que merece destaque é a verificação por parte do autor de que boa parte dos reeducandos daquele local somente ali estavam por cometer crimes relacionados à sua posição social. Gomes (2009) cita o exemplo do jovem Arthur, que foi condenado a 12 anos de prisão por ter roubado um cavalo, 15 quilos de açúcar e uma camisa. Esses fatos nos ajudam a compreender a posição de Horieste perante a sociedade. Nem sendo preso, torturado e condenado, ele deixou de denunciar as mazelas sociais, bem como não se furtou de se engajar na luta por uma sociedade mais justa.

Após cumprir sua pena, que tinha como acusação a subversão, foi, com muita dificuldade adquirir o passaporte pelo “mercado negro” para o exílio. A sua primeira estada foi na França, onde ficou em um abrigo com alguns outros exilados políticos. Nesse local, foi-lhe prometido, assim que dominasse a língua francesa, uma vaga de professor em uma universidade do país. Estimava que teria domínio do idioma em aproximadamente seis meses. A vaga era na recém-criada Universidade de Vincennes, construída na periferia de Paris em respostas aos protestos de 1968. Nessa instituição, lecionava um dos maiores influenciadores do Movimento de Renovação da Geografia – Yves Lacoste.

Entretanto, não poderia ficar esse tempo todo sem trabalho, além de conhecer a expressa vontade da família – mulher e filhos – de se juntar a ele. Resolve, então, ir para a Suécia. Lá estavam alguns amigos, também exilados, e existia toda uma estrutura de que poderia usufruir, bem como não seria difícil conseguir trabalho. Conseguiu um emprego na limpeza, numa creche e na Universidade de Lund. Ele ganhava o suficiente para sustentar a família, também aproveitava todas as benesses que o governo sueco proporcionava: o Estado de bem estar

social. Com algum tempo de vivência nesse país, consegue ingressar no curso de doutorado da universidade em que fazia a limpeza.

Mesmo vivendo em um país em que a assistência social era quase que integral, não deixou de enxergar as contradições do modo de produção capitalista. Entendia que a sociedade sueca havia avançado bastante na questão econômica, mas existiam problemas que iam além desse quesito. Constatou um número elevado de suicídios. Por qual motivo uma sociedade que estava plenamente desenvolvida no plano econômico teria essa quantidade de pessoas se matando? A resposta para essa questão está, segundo Horieste, no modo com que essa sociedade se organiza. O consumismo era exagerado, tanto é que chegou a ter sete bicicletas sem comprar nenhuma, somente reformando aquelas que eram abandonadas. Outro fator era a quantidade de pessoas que moravam sozinhas, que viviam na solidão. Ou seja, mesmo em um país de capitalismo avançado, a Suécia “[...] não conseguiu resolver a questão vital da sociedade: a de criar, educar e forjar cidadãos felizes” (GOMES, 2009, p. 200).

Ele retorna ao Brasil com a Lei da Anistia, publicada em 1979. Antes de voltar ao país, viajou um pouco pela Europa e visitou o grande símbolo do socialismo naquele período, a União Soviética. No seu regresso, pôde ocupar os cargos dos quais tinha sido destituído: professor da UFG e da UCG. Entretanto, não consegue terminar o seu curso de doutorado, visto que ainda faltava um período para findar todo o estudo.

Com a sua volta, a esperança parece ressurgir. Assim que retoma suas atividades, reúne-se com os demais companheiros e tenta reorganizar o Partido. Duas ações foram importantes na tentativa de consolidar essa reorganização. A criação do Centro de Estudos Filosóficos e Econômicos de Goiás (CEFEG), que tinha como função, dentre outras, ministrar cursos na linha do materialismo histórico e dialético e na economia política marxista, lógico, que com uma forte inspiração leninista. A criação, em 1984, do Instituto Cultural Brasil-URSS, que já

era realidade em outras regiões do país. Essa instituição tinha como objetivo estreitar os laços entre os dois países do ponto de vista das relações culturais. As duas organizações, o CEFEG e o Instituto Cultural do Brasil – URSS tinham em seu objetivo último fortalecer o discurso socialista no Brasil.

O CEFEG, em especial, formou uma série de pessoas, seja da universidade ou da comunidade em geral. O professor Francisco Mendonça, aluno de Horieste na época, fez vários cursos no centro. Como nos relata:

Tal é o fato que muitos de nós naquele momento por proximidade com o próprio professor Horieste Gomes, mas outros também que estavam no movimento político de abertura brasileira foram convidados a fazer um curso de filosofia marxista, filosofia e economia marxista que durava dois anos. Era um curso paralelo, era ofertado pelo CEFEG (Centro...) e durante dois anos a gente fazia esse curso, nas tardes do sábado e às vezes também prolongava o domingo, onde a gente lia toda uma condição e debatia toda uma condição teórica que a universidade nem de longe tinha condição de fazer. Condição não só porque havia a ação forte militar que estava perseguindo esses conhecimentos, mas o quadro docente da universidade brasileira tinha sido fortemente alijado de pessoas que pudessem, com qualidade, desenvolver esse tipo de conhecimento lá dentro (MENDONÇA, 2013, s/p).

Além do CEFEG e do Instituto Brasil-URSS, como ferramentas de difusão das ideias socialistas, havia as ações práticas de reorganização do PCB. Horieste participou de várias reuniões para reconstruir essa agremiação. A mais marcante foi certamente o congresso realizado em 1992, onde era nítido que o partido estava dividido. Como proposta, tinha-se a intenção de mudar a sigla de PCB para PPS (Partido Popular Socialista), foi o que ocorreu para o descontentamento de certo número de integrantes, inclusive de Horieste. Posteriormente, os militantes que não concordavam com essa mudança resolveram manter o original. Entretanto, já havia um desgaste muito grande e, o Partido Comunista Brasileiro ficou desativado por um período, só recentemente vindo a se organizar novamente.

Por fim, Horieste Gomes, na *Cela 14*, relata que e a sociedade deve saber mais sobre esse período. Uma das maneiras seria investigar os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Em Goiás, esse arquivo foi enviado para a biblioteca da Universidade Federal de Goiás. Oportunidade para que os crimes cometidos contra os cidadãos brasileiros fossem revelados – pensou Horieste Gomes. Entretanto, quando foi analisar tais documentos, decepcionou-se. “No final da abertura da última das nove caixas, a constatação final de que o arquivo fora lavado e peneirado.” (GOMES, 2009, p. 288). Também constata que “Antes de ocorrer a queima, no final do governo de Ary Valadão – de dezembro de 1982 a março de 1983 –, as fichas e prontuários foram enviados ao Exército e submetidos a uma triagem pelas autoridades militares” (GOMES, 2009, p. 300). Ou seja, aquele período não poderia ser contado com fidedignidade pelos documentos encontrados naquele arquivo. Esse momento da história do país está na intimidade de milhares de pessoas que sofreram inúmeras barbaridades. Algumas podem relatar o que verdadeiramente ocorreu em publicações, é o caso de Horieste Gomes no seu livro *Cela 14*.

Esses acontecimentos da vida pessoal/política vão direcionar, de certo modo, suas publicações de âmbito acadêmico. Quando examinamos, mesmo que de forma rápida, a obra de Horieste Gomes, principalmente depois da década de 1980 – período das suas publicações no Boletim Goiano de Geografia e vários outros textos – notamos as influências do partido e, mais precisamente, do marxismo-leninismo em suas concepções assumida por ele.

Imbuído da ideologia do socialismo científico **inferida da filosofia do marxismo-leninismo**, alimentando a esperança de dias melhores para o povo brasileiro, procurei com vontade e determinação dar cumprimento às tarefas programadas após as decisões do coletivo partidário de que eu fazia parte, numa perspectiva de transformar o Brasil num país nacional-democrático, condição necessária para o advento da futura sociedade socialista. (GOMES, 2009 p. 99 – destaque nossos)

Não é intenção neste trabalho rotular o autor que se apresenta filiado à teoria A ou B. É sim, finalidade mapear quais as suas principais referências, principalmente aquelas que se encontram nos artigos, textos, livros etc. e, que contribuíram para o desenvolvimento de consolidação do pensar crítico/marxista na Geografia brasileira. Isso requer entender quão importante foi a participação de Horieste Gomes na construção do Movimento de Renovação da Geografia brasileira e goiana.

Horieste Gomes é, sem dúvida, o geógrafo de Goiás que possui o maior número de publicações em um longo período, nos mais diferentes temas. Barbosa (2008) já o inseriu na lista de grandes intelectuais brasileiros, a saber: Josué de Castro, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Milton Santos, Anísio Teixeira e Aziz Ab'Saber. Mas, o que coloca Horieste junto a esses pensadores não é somente o grande número de publicações. Segundo Barbosa (2008), é o entendimento de Horieste Gomes sobre o global sem deixar de vislumbrar o local. Conforme Barbosa relata fazendo uma comparação entre eles:

Assim também é o professor Horieste Gomes, que utilizando conceitos da globalização, sem desprezar o regional, contribuiu enormemente para a compreensão da formação histórica e geográfica do Brasil e de Goiás e propor mudanças fundamentais no que concerne um dos mais graves problemas de nosso tempo: a questão ambiental. (BARBOSA, 2008. s/p)

Ainda acrescenta que,

Pouca gente sabe, mas o professor Horieste é um dos pioneiros da criação das duas maiores Universidades de Goiás – a UCG e a UFG. Na Católica, ajudou a modernizar o curso de Geografia; na Federal, foi um dos idealizadores do Centro de Estudos Brasileiros, embrião do Curso de Geografia, além de participar da estruturação do Departamento de Geografia do Instituto de Química e Geociências (hoje IESA) e do então Instituto de Ciências Humanas e Letras. (BARBOSA, 2008. s/p).

A sua inserção no partido o levará a uma direção do marxismo. Ressaltando que tal concepção teórica é plural. Isto é, as suas publicações serão pautadas pela filosofia marxista-leninista por intermédio do Partido Comunista Brasileiro. Sempre pontuando que a obra de Horieste Gomes vai além do período do Movimento de Renovação, ou seja, o antes e o

depois, apesar de haver uma conduta teórica coerente não pode se encaixar nessa perspectiva.

### **3.1.1 O PCB e o marxismo-leninismo**

Como já sinalizamos, o marxismo é uma concepção plural. Afinal, existem várias interpretações com relação aos escritos de Marx, algumas até mesmo antagônicas a outras. Também já salientamos que as obras escritas por Marx e por Marx e Engels chegaram recentemente ao Brasil (KONDER, 2009). Houve a hegemonia de divulgação do pensamento marxista pelo Partido Comunista Brasileiro, do qual Horieste Gomes fazia parte.

O PCB possuía uma estreita ligação com os outros partidos comunistas do mundo, até por que fez parte da Internacional Comunista, com forte ligação com o Partido Comunista da União Soviética. A União Soviética tinha uma legitimidade quando se tratava de produzir teorias relacionadas ao marxismo. Tal legitimidade se deu pela implantação, ou ao menos, pela tentativa de implantação de um outro modo de produção. Ou seja, teriam os soviéticos, mediante a Revolução de Outubro colocado em prática as teorias marxistas?

Para tanto era preciso adaptar as concepções marxistas para a realidade Russa. Quem possibilitou que essa adaptação ocorresse foi Vladimir Lênin. Ele foi líder dos bolcheviques na vitoriosa Revolução de Outubro.

Lênin nasceu em 1870 e faleceu em 1924. Ele foi o principal teórico e líder dos bolcheviques no processo revolucionário russo. Viveu preso e exilado alguns anos de sua vida, pois era opositor do regime czarista. Foi no exílio que teve contato com as teorias marxistas e os debates dos partidos de esquerda na Europa, principalmente na Alemanha. Quando esteve preso, grande parte do tempo na Sibéria, escreveu alguns de seus textos. Criou-se na figura dele um “Deus salvador” do povo, tanto é que ainda hoje o seu corpo embalsamado

encontra-se no seu mausoléu na praça vermelha para visitação. Esse salvamento não era apenas do povo russo, mas de toda a humanidade.

Sendo o líder bolchevique, ala majoritária que se apropria da revolução, Lênin se torna a grande referência do marxismo mundial. Ou melhor, a grande referência do marxismo dos partidos comunistas ao redor do mundo.

Surge, então, uma expressão que se tornaria comum após a sua morte: o marxismo-leninismo. Uma teoria que conseguiu na prática os anseios da população e transformar a sociedade. Foi Lênin, segundo o manual de marxismo-leninismo da Academia de Ciências da União Soviética de 1960, que através do marxismo deu corpo as mudanças sociais ocorridas naquele momento. Esse manual relata que

El estudio de los fundamentos del marxismo-leninismo permite adquirir una concepción completa del mundo, que es la más avanzada de cuantas existen en nuestra época. Esta concepción agrupa en un sistema armónico las partes principales de la gran doctrina de Marx e Lenin. (ACURSS, 1960, p. 02)

Uma das questões centrais do leninismo refere-se à consciência social. A consciência nada mais é de como o indivíduo percebe os acontecimentos e as suas relações sociais a partir de uma interpretação pessoal. Portanto, ela é da intimidade de cada pessoa, mas ela é coletivamente construída. A problemática é que nesse processo de tomada de consciência o indivíduo conseguirá perceber os fenômenos na sua essência e não apenas pela sua aparência?

A teoria leninista acreditava/acredita que era preciso uma estrutura política organizada para possibilitar que os operários passassem de uma consciência aparente para uma consciência de essência. Para tanto, a organização que deveria se encarregar de levar essa consciência ao trabalhador era necessariamente o Partido Comunista, pois, segundo essa concepção, ele é representante da classe proletária e possui, entre seus membros, militantes capazes de organizar as demandas e construir, a partir da base marxista, uma teoria

revolucionária. Esses membros dos partidos, os seus dirigentes, são denominados de vanguarda. Ou seja, a direção do Partido Comunista tem a tarefa de organizar uma teoria revolucionária que atenda as demandas dos trabalhadores, já que esses chegaram a uma consciência através da contribuição do próprio partido.

Desse modo, apesar dos trabalhadores possuírem uma postura revolucionária, isso não era o bastante para conseguir se realizar uma revolução, pois é preciso ter uma consciência e, “[...] para adquirir consciencia de su papel histórico, la clase obrera hubo de estar en posesión de las ideas del socialismo científico, que exponen los fines y tareas del proletariado y son un arma segura em la lucha que éste mantiene por su emancipación” (ACURSS, 1960, p. 165).

Isso gerou uma grande quantidade de críticas à teoria leninista, já que a vanguarda passaria a ser uma classe privilegiada dentro da sociedade.

O que o manual do marxismo-leninismo traz sobre esse aspecto é a confirmação de que o partido deve estar à frente das decisões, claro que a partir das demandas apresentadas pela base, o chamado centralismo democrático.

Duas passagens do manual marxista-leninista comprovam essa afirmação.

A primeira declara que:

La revolución social del proletariado es la primera em la historia en que la vanguardia revolucionaria de las masas trabajadoras – el partido marxista-leninista – tiene clara noción del sentido objetivo de sus acciones y **dirige conscientemente la lucha de las grandes masas** por la transformación revolucionária del régime existente (ACURSS, 1960, p. 72 – destaque nosso)

A segunda coloca:

El Partido Comunista es la vanguardia de la clase obrera, su parte avanzada y consciente, capaz de llevar consigo a las grandes masas trabajadoras para la lucha por ele derrocamento del capitalismo y la construcción del socialismo. V. I. Lenin escribía: “Cuando educa al partido obrero, el marxismo educa la vanguardia del proletariado, capaz de tomar el poder y de

**conduzir a todo el Pueblo** al socialismo, de orientar y organizar el nuevo régimen, de ser el maestro, dirigente y jefe de todos los trabajadores y explotados para la construcción de su vida social sin la burguesía y contra la burguesía”. (ACURSS, 1960, p. 174, citando Lenin, Obras, tomo XXV, p. 376 – destaque no original)

Toda a citação, em especial os destaques, dá a entender com nitidez qual era o papel do Partido Comunista: dirigir a luta operária e conduzir o povo. Conforme apresentado, não há consciência revolucionária na concepção leninista que não esteja presente a figura do partido.

Segundo Maia (2009), essa concepção torna-se uma ideologia. Uma ideologia ligada a uma política, a política bolchevique. São dois os pontos estruturantes dessa teoria. O primeiro: “A classe operária só consegue adquirir uma consciência sindical, portanto nunca é revolucionária.” (MAIA, 2008, p. 58); o segundo: o “[...] elemento estruturante do bolchevismo é a ideologia da vanguarda.” (MAIA, 2008, p. 63).

Com relação ao primeiro ponto, Maia (2009) cita Lênin quando afirma que “A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos[...]” (LÊNIN, 1902, p. 16). Maia (2009) argumenta que Lênin subestimou a classe trabalhadora e, não há nada nos escritos marxistas que possa dar a entender sobre isso. Logo, há uma deturpação do marxismo. Uma vez que

[...] não há consciência revolucionária que não seja produto de uma prática revolucionária. Entretanto, esta não se desenvolve como caída dos céus ou vinda de fora. É um processo que se desenrola com avanços, retrocessos, inicia-se muitas vezes com reivindicações ainda limitadas (como melhores salários, melhores condições de trabalho etc.), evoluindo às vezes para condições nas quais a realidade burguesa é negada, suprimindo os capitalistas, o estado, as burocracias, o salário etc. (MAIA, 2009, p. 61).

Já no segundo ponto, que inevitavelmente está ligado ao primeiro, o trabalhador não consegue adquirir a consciência revolucionária, somente a consciência sindical é fundamental. Segundo o leninismo, deve haver a intermediação pelo Partido para que a consciência revolucionária do trabalhador seja adquirida. Por isso, a necessidade de uma vanguarda, ou seja, dos intelectuais do partido produzirem uma consciência revolucionária. Do mesmo modo que no primeiro ponto há uma subestimação dos trabalhadores.

Vários são os autores que fazem essas críticas a Lênin, dentre os quais podemos citar: Herman Gorter (2004), Anton Pannekoek (2004), Karl Korsh (2004), Otho Ruhle (2013), dentre outros. Inclusive Pannekoek destaca que:

O verdadeiro exemplo russo terá de ser buscado nos dias anteriores a novembro de 1917: o partido bolchevique ainda não tinha dito e nem mesmo acreditava que devia tomar o poder ou que sua ditadura era uma ditadura das massas operárias (1920, s/p).

Sabido de boa parte dessas críticas, Lênin as rebate. Produziu para isso o livro *O esquerdismo, doença infantil do comunismo* (1920). Nessa publicação há a tentativa de responder e desacreditar as pessoas que faziam tal crítica a ele e ao partido. Também, nesse momento, ele coloca a Rússia como modelo a ser seguido por todos os países do mundo, pois “É possível que a Rússia, que assimilou tanta iniciativa revolucionária do Ocidente, esteja hoje, ela própria, pronta para servir-lhe de fonte de energia revolucionária” (LENIN, 1920, p. 02). Isto é, de certo modo, esse país sintetiza a revolução em escala mundial.

Essa ideia também é difundida no manual confeccionado pela Academia de Ciências da União Soviética. Segundo essa publicação, Lênin encontrou no marxismo uma concepção de mudança teórica e prática. Essa busca durou quase meio século de leituras, estudo, pesquisas e comprovação dessa teoria, por isso, ela é a ideal na busca pela transformação social, por conseguinte, o leninismo é o passo fundamental para a revolução e, a Rússia, o espaço/modelo.

Rusia fu ela patria del leninismo, que enriqueció al marxismo com conclusiones y tesis que correspondían a la nueva situación histórica. Nacido em terreno ruso, el leninismo ha enchado profundas raíces em todo el movimiento obrero internacional. La clase obrera de Rusia, que se incorporó a la lucha después que el proletariado del Occidente europeo, pudo utilizar su experiencia, adoptar sus mejores tradiciones revolucionarias y, al mismo tempo, evitar sus errores y extraer las enseñanzas adecuadas del peligro que significaba la propagación del oportunismo. Rusia fu ela pátria del primer partido de tipo nuevo, leninista, al que aguardaba um formidable papel em la historia universal (ACURSS, 1960, 166).

Apesar de todas as críticas, o fato é que o marxismo-leninismo tornou-se o fundamento principal do Partido Comunista. Essa filosofia tem inúmeras características peculiares, todavia, a mais forte é a noção de vanguarda.

Horieste Gomes, fortemente vinculado ao Partido Comunista Brasileiro, leva para a ciência que produz elementos desse modo de pensar. Também, a partir dessas concepções, ele atua nas instituições que participa, dentre elas a AGB, nas diferentes escalas: nacional e local.

### **3.2 AGB: de entidade cultural-profissional ao posicionamento político**

Fundada em 17 de Setembro de 1934, na cidade de São Paulo, por quatro personagens importantes, a saber, Luiz Flores de Moraes Rego, Rubens Borba de Moraes, Pierre Deffontaines e Caio Prado Junior. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se insere como marco no período da institucionalização da ciência geográfica. Ela surge no momento em que o governo Vargas cria várias instituições e, que os cursos universitários se iniciam e se consolidam nos grandes centros: São Paulo e Rio de Janeiro.

Essa organização foi fundamental em duas direções. Primeiro, como entidade que conseguiu agregar os profissionais ligados à Geografia, sendo ou não geógrafos. A segunda foi/é o seu papel de difundir o conhecimento geográfico por meio de suas publicações. Ou seja, ela conseguiu e, ainda consegue, contribuir para que o pensamento geográfico seja lembrado, discutido, revisado e reformulado. Claro que não conferimos a essa associação um caráter onipotente de levar o debate da Geografia para onde quer que queira. Afinal, não podemos atribuir adjetivos humanos a uma entidade que é jurídica, mas ela exerce um protagonismo no cenário geográfico brasileiro. Todavia, entende-se que tal entidade é composta por pessoas que possuem posições políticas e ideológicas. E que o debate inserido nesse espaço de difusão do saber geográfico e, também de disputa política, reverbera em vários cantos do país, por isso cremos ser proeminente compreendermos como ela se apresentou no período em análise e qual a participação de Horieste Gomes nela.

No início de funcionamento da instituição, o papel de congregar os profissionais ligados ao saber geográfico se dava a partir das reuniões organizadas por ela. No princípio, eram as Assembleias Gerais Ordinárias, depois os Encontros Nacionais e também os Congressos Brasileiros de Geógrafos. Quanto às publicações, citamos a *Revista*

*Geografia*, editada nos primeiros anos da entidade – de 1935 a 1936 – com oito números, também o *Boletim da AGB* – de 1941 a 1944), os anais dos eventos e, mais recentemente, a *Revista Terra Livre*. Esta última já inserida no Movimento de Renovação da Geografia.

Não se negligenciou- outras instituições ligadas ao saber geográfico que também cumpriam um papel de difusão desse conhecimento, a saber, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e suas respectivas regionais, bem como, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Mas, a AGB era completamente diferente das duas. Ela era uma entidade em que se tornou forte o debate político e, por conseguinte, o movimento de renovação só poderia se abrigar ali. Logo, aqueles indivíduos que se propunham a pensar uma ciência mais engajada politicamente deveriam também ali militar. Foi o que ocorreu. A AGB é o berço institucional de todos aqueles que propunham mudanças, sejam ele professores do ensino básico ou alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. Contudo, a casa do movimento de renovação nem sempre foi tão aberta. Ela se transformou nesse mesmo período e acabou sendo o lugar primordial dos debates da Geografia Crítica. Porém, nem sempre foi assim, segundo Zusman (1997, s/p.), “Organizada en 1934, la Asociación de Geógrafos Brasileños parecería tener objetivos diferenciados de los actuales”.

Tais objetivos identificados pelas pesquisas, principalmente da autora os mencionados por Zusman (1997, s/p), não eram apenas acadêmicos, apesar de o fim ser a reunião de pessoas interessadas no saber geográfico e na publicidade de pesquisa relacionada a essa disciplina, pois a “asociación aparece altamente imbricada en el proyecto político territorial de la élite ilustrada paulista de los años 30” (ZUSMAN, 1997, s/p).

Formada inicialmente por pessoas interessadas em discutir a Geografia, a associação era composta por diversos profissionais e também por estudantes do curso de Geografia e História que, naquele

momento, tinha sido recém-criado na Universidade de São Paulo. Sua finalidade, de acordo com a ata de criação, seria:

1. Reuniões periódicas dos membros com exposição de um assunto de geografia brasileira por um dos membros, seguida de discussão.
2. Organização de excursões em comum para estudo de uma questão.
3. Constituição de uma biblioteca especializada em geografia, por colaboração dos membros e doações (livros, revistas e cartas). (REVISTA TERRA LIVRE, 2004, p. 09).

Essas finalidades colocavam a AGB como uma entidade que se pautaria em estudos quase que exploratórios, com características do método da descrição regional francesa. Na própria ata de fundação é definida uma agenda de temas para serem apresentados e discutidos nas próximas reuniões:

- 1º Esquema de um programa para o estudo do solo em São Paulo, pelo sr. Morais Rego - 1º de outubro.
- 2º Etapas do povoamento de São Paulo nos XVI e XVII séculos, pelo sr. Rubens de Moraes - 6 de novembro.
- 3º As formas kársticas no vale da Ribeira de Iguape, pelo sr. Moraes Rego. Data a ser fixada.
- 4º Ensaio dos tipos de povoamento no Estado de São Paulo, pelo prof. Deffontaines - 15 de outubro.
- 5º Ensaio de divisão regional do Estado de São Paulo, pelo prof. Deffontaines. Data a ser fixada.
- 6º Contribuição para o estudo da repartição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo, pelo sr. Caio Prado Júnior - 19 de novembro. (REVISTA TERRA LIVRE, 2004, p. 10)

Excetuando o tema a ser apresentado e discutido por Caio Prado Júnior, todos os demais tinham características exploratórias. O que não irá assinalar nenhuma visão mais crítica ao saber geográfico. Caio Prado, apesar de ser membro do Partido Comunista e estar intimamente ligado com os movimentos de esquerda, não consegue transpor isso para a Geografia, como já demonstrado na primeira parte deste trabalho.

Essa característica da associação se encaixou, segundo Zusman (1997), perfeitamente ao projeto político-econômico paulista ao auxiliar, a partir do conhecimento regional, uma modernização do território.

A Geografia já havia contribuído no Brasil, assim como em outros países, para uma propagação de um nacionalismo patriótico por meio de

outras instituições que lidavam com o saber geográfico antes de sua institucionalização “[...]la apropiación territorial, tanto en sus formas materiales como ideológicas (creación de la identidad nacional) era un requisito del Estado monárquico constituido en 1822. Se comprometieron en esta tarea el Instituto Histórico y Geográfico Brasileño (IHGB) y la Sociedad Geográfica de Río de Janeiro (SGRJ)” (ZUSMAN, 1997,).

A Universidade de São Paulo, que foi também o berço da AGB, é fruto de um processo modernizador que se institui em território brasileiro na década de 1930. Nesse estado, diferente do Rio de Janeiro, havia uma postura liberal econômica nacionalista. Isso é perceptível pelo movimento que ali se instalou anos antes – o movimento verde-amarelo – que pregava um desenvolvimento econômico brasileiro e que poderia ser liderado por São Paulo. Tal movimento estava densamente ligado às elites locais, e tinha o nome de Júlio de Mesquita Filho, do jornal “O Estado de São Paulo”, como grande interlocutor.

A USP é, portanto, fruto desse contexto, como já relatado nas páginas anteriores. Mas, a AGB também irá se inserir nessa perspectiva. Ou seja, irá contribuir para que esse projeto econômico se consolide. Visto que “[...]este saber estaba incluída entre las disciplinas que conformaban el ciclo básico de todos los cursos impartido sen la Universidad de São Paulo significaba que se le atribuía importancia en la formación de las nuevas élites dirigentes” (ZUSMAN, 1997)

Portanto, a materialização desse projeto político e econômico paulistano passaria necessariamente pela difusão do saber geográfico. Para que esse projeto fosse adiante era preciso formar pessoas que pudessem contribuir com essa perspectiva. Foi, então, que os mestres estrangeiros vieram ao Brasil para fundar a nova instituição acadêmica: a USP. Na Geografia, as figuras de Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig são seculares. Os dois lecionaram na nova universidade e também foram

presidentes da AGB: o primeiro, um dos seus fundadores e o segundo, presidente por quase 15 anos.

Dois são os argumentos que indicam que a associação contribuiu ou que seus estudos foram apropriados por esses projetos. Um é a constatação de que Júlio de Mesquita Filho foi sócio efetivo da AGB e o outro foram os posicionamentos de seus filiados. Com relação a esse último argumento, é importante destacar o artigo publicado por um dos seus sócios no jornal “O Estado de São Paulo”. Luiz Flores do Rego expõe que “[...] explicita la necesidad de crear mercados para los productos de São Paulo, para cuyo objetivo cree que es de importancia vital la expansión de una infraestructura de comunicación adecuada entre São Paulo y los estados vecinos” (ZUSMAN, 1997).

Reproduziremos a seguir o último trecho do artigo publicado no jornal “Estado de São Paulo” por Luiz Flores de Moraes Rego em 1935<sup>31</sup>, intitulado “A expansão econômica de São Paulo e a Associação dos Geógrafos Brasileiros?”

A Associação dos Geógrafos Brasileiros, fundada em São Paulo, tem por objetivo geral o desenvolvimento dos estudos geográficos do país, especialmente de São Paulo e das regiões adjacentes.

Concorrendo para o conhecimento geográfico das regiões de influência econômica de S. Paulo, permitirá a sistematização dos esforços para desenvolvimento dessas regiões.

Promoverá o conhecimento dessas regiões sob diversos pontos de vistas com orientação essencialmente geográfica, isto é, sem perder de vista o método geográfico buscado nos princípios bem conhecidos da extensão, da coordenação e da causalidade.

Servirá como coordenadora e animadora dos esforços no sentido de valorizar vastos territórios brasileiros.

A Associação, além de ser órgão de desenvolvimento da cultura paulista, desempenhará papel relevante de caráter prático na evolução moderna da vida econômica do Brasil.

De um lado fará a propaganda das regiões a desenvolver junto ao capital e ao comércio, tornando conhecidos seus recursos e suas possibilidades. De outro, cooperará, com os governos, da União e estaduais, para a resolução das questões ligadas ao progresso desses territórios.

---

<sup>31</sup> Esse trecho também é reproduzido no artigo de Zusman (1997), só que em espanhol. Encontramos a fonte em português, a qual nos será referência para discorrer sobre essa questão.

A influência da Associação far-se-á sentido junto as populações locais, mostrando-lhes o interesse que dedicam ao melhoramento de suas condições econômicas as classes esclarecidas do Brasil (REGO, 1935).

Por essas palavras, Zusman (1997) conclui que “En ella se deja ver la interrelación entre la Asociación y el proyecto político-económico de la élite dirigente del Estado de São Paulo”.

Além disso, o método de pesquisa incorporado pela associação através de Pierre Monbeig, presidente da AGB por 15 anos, foi aquele da Escola Francesa de Geografia. Uma vez que por meio da descrição era possível o conhecimento, o que Monbeig irá chamar de pioneirismo e, posteriormente, a sua incorporação à economia e ao projeto de expansão paulista, o que Zusman (1997) irá denominar de “novo bandeirantismo”. Desse modo, conclui-se que

En síntesis, podemos decir que Pierre Monbeig consolida institucional y discursivamente la Geografía como disciplina tanto en la USP como en la AGB. Utiliza los métodos de la Geografía Humana francesa, en una de sus vertientes, para comprender los procesos que ocurrían en São Paulo. A partir de la conceptualización del frente pionero, Monbeig hace de la Marcha hacia el Oeste su principal asunto de investigación y, de esta manera, legitima el proyecto político y económico de sus protectores: la élite ilustrada paulista. (ZUSMAN, 1997).

Entendemos, portanto, que a AGB nasceu em um período de consolidação de espaços territoriais para a sua incorporação em um mercado nacional com o domínio de São Paulo. Nesse sentido, ela se insere no mesmo bloco das outras instituições que lidavam com o saber geográfico: o IGHB e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Entretanto, se por esse lado ela se parece com essas instituições, por outro ela se tornará a entidade que absorverá as transformações da Geografia acadêmica e também contribuirá para que essas mudanças ocorram.

Nomes como Caio Prado Júnior não podem ser incluídos nesse contexto de atendimento à elite paulista. Mas, esse autor pode ser

compreendido como um intelectual que buscava entender melhor o espaço geográfico, seja ele estadual (São Paulo) ou nacional (Brasil).

Por isso, os trabalhos produzidos por esse grupo de pessoas eram importantes. Tal produção se dava em diferentes perspectivas, desde descrições físicas até propostas de reforma agrária. O lugar de se publicar as pesquisas foi, de início, a *Revista Geografia*, que teve uma vida curta, dois anos. Logo em seguida, o *Boletim de Geografia*, que também não teve longa duração. Além desses periódicos, as Assembleias Gerais Ordinárias eram o momento de reunião dos associados para apresentação e discussão dos trabalhos feitos, além de pesquisas de campo. Esse evento era organizado periodicamente a cada dois anos.

No ano de 1948 foi realizada em Goiânia a IV Assembleia Geral Ordinária. Essa reunião ocorreu pouco tempo após a reforma estatutária de 1945. Na verdade, foi nesse momento que se aplicava as novas normas produzidas outrora.

**A IV Assembleia Geral Ordinária** da AGB, realizada em Goiânia, entre os dias 15 e 22 de dezembro de 1948, constituiu, por muitas razões, um marco dos mais importantes na história da Associação, principalmente no que diz respeito ao caráter e ao funcionamento das assembleias. A dinâmica das assembleias, proposta esboçada em Lorena e experimentada no Rio de Janeiro, tem em Goiânia um ponto de culminância, onde são fixadas normas de trabalho geográfico e de orientação de pesquisa (formato das apresentações das comunicações e teses), e a metodologia para a realização dos trabalhos de pesquisa de campo e sua posterior apresentação. Essas definições tiveram grande repercussão nas demais assembleias realizadas. (ANTUNES, 2008, p. 217-218)

Outra forma de divulgar tal conhecimento foi pela realização dos Congressos Brasileiros de Geografia. O primeiro evento desse tipo foi o I Congresso Brasileiro de Geógrafos no ano de 1954. Essa data era emblemática para a cidade de São Paulo, já que ela iria completar quatrocentos anos. Todavia, por desentendimento entre os organizadores da comemoração paulista e os membros da AGB o congresso foi realizado na cidade Ribeirão Preto.

Apesar de realizar eventos científicos, publicar trabalhos nos seus periódicos, a AGB foi uma entidade taxada de conservadora. Principalmente, depois da reforma estatutária de 1945, em que a categorização dos sócios ficou latente. De acordo com o novo documento, haveria três categorias de sócios: os efetivos, os cooperadores e os honorários. Antunes (2008, p. 191) coloca que “Os sócios efetivos seriam aqueles que possuíssem titulação acadêmica e trabalho geográfico de comprovado valor e que tivessem seu nome indicado por pelo menos 3 sócios efetivos.” Já os sócios cooperadores “[...]seriam aceitos entre os interessados na Geografia e em ciências afins e entre professores auxiliares, estudantes universitários e, grande número de professores secundários de Geografia.” E os sócios honorários “[...]seriam os grandes beneméritos da Associação”. Essa hierarquização meritocrata só se finda no final da década de 1970 com uma nova reforma estatutária.

A AGB foi criada no mesmo contexto das associações de geógrafos europeus. Ou seja, com a institucionalização dessa ciência as novas associações assumiam o papel de representante profissional de um público recém-egresso das universidades e também o papel de uma entidade cultural que tinha como objetivo desenvolver e divulgar trabalhos ligados à área da Geografia. Nesses encontros eram apresentados trabalhos, conferidas palestras, ministrados cursos, bem como realizavam-se trabalhos de campo. Tudo isso era publicado em Anais que, posteriormente, divulgava-se para várias instituições no Brasil.

A AGB não nasce revolucionária ou propondo uma nova maneira de se fazer Geografia. Pelo contrário, ela segue a tradição vidalina dos estudos regionais descritivos, pautados no modelo N-H-E (Natureza – Homem - Economia). Mas, o diferencial dessa entidade é o seu caráter hegemônico. Foi essa associação que monopolizou, de certo modo, o debate geográfico no Brasil, principalmente após a reforma estatutária de 1945 que consolidou a Assembleia Geral Ordinária como evento anual de

debate e campo da instituição, além de produzir publicações que vão dar o tom dos debates geográficos no país.

Esse caráter profissional-cultural da AGB muda muito pouco desde sua fundação em 1934 até o início da década de 1960. Somente no período em que os militares tomam o poder e instalam no Brasil a ditadura, as transformações são mais significativas. Como já relatado, esse momento da história brasileira foi marcado por profundas mudanças no campo político brasileiro, inclusive a extinção de todos os partidos políticos. Porém, também foi um período de organização independente, de resistência, de mudança. A AGB se insere, nesse contexto, como uma entidade que abraça o debate político, principalmente aquele ligado à esquerda. Surge, na mesma época, a oposição entre a corrente quantitativa e a corrente crítica, a AGB se inseriu na última e o IBGE a primeira.

O regime militar de 1964 acabou provocando novas e intensas formas de politização na AGB, que extravasaram nas fases de abertura. Como ocorreu em outras instituições científicas, à medida que a vida partidária não era livre no país, elas foram utilizadas como espaço para o manifesto político explícito. Organizou-se uma grande batalha contra o IBGE, procurando se identificar a introdução dos métodos quantitativos e a utilização maciça, dos mesmos, com posturas autoritárias do regime (GEIGER, 1988, p. 67).

Essa participação era tão importante que a AGB se transforma no Encontro de 1978, realizado em Fortaleza. Moreira (2010, p. 24) aponta que:

Quando, em 1978, os geógrafos brasileiros reúnem-se em Fortaleza, no 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), da AGB, a geografia brasileira vivia já um estado de grande ebulição. E isso pelo menos desde 1974. Nos vários cantos do país, movimentos de críticas e renovação, espontâneos, difusos e, portanto, sem hegemonia nacional vinham acontecendo. O 3º ENG ensejou o olhar recíproco, o conhecimento dos protagonistas uns dos outros, a conscientização dos descontentamentos que promovem a necessidade das mudanças e a aglutinação das ideias que precipitam a crise da ciência.

Nesse período, tem-se a mudança de estatuto da associação para que fosse mais democrática. Sobre esse assunto, o então professor da

USP Armém Mamigonian, que fazia parte da diretoria provisória escreveu em 03 de outubro de 1979 a Diana Maria (figura 01) – interessada, junta com outras pessoas em criar uma seção da AGB em Goiânia – relatando das dificuldades, mas também a esperança, nas entrelinhas, de se reorganizar a entidade.

A assembleia de mudança de estatuto da AGB se fez nos fins de julho e abriu algumas condições para a democratização da entidade, que infelizmente era uma associação de cúpula, com meia dúzia de donos. Estatuto é difícil mudar, mais difícil ainda é pô-lo em prática; para começar a fazer com ele chegue às mãos de todos os interessados. Assim, como os encarregados de secretariar os trabalhos da assembleia de julho lecionam, trabalham em outras atividades, etc. e não perceberam a importância de se fazer chegar com urgência o estatuto às mãos de todos, só agora é que entregaram para os serviços de impressão uma cópia, que deverá ser rodada (deve estar sendo) e remetida a todas as seções locais existentes e em instalação. (MAMIGONIAN, 1979, s/p.)



GOVÊRNO DO ESTADO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS  
DE

PRESIDENTE PRUDENTE  
CAIXA POSTAL, 957  
EST. DE SÃO PAULO - BRASIL

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

3/10/79 Cara colega Diana Maria:

Antes de mais nada, algumas questões de educar: 1) fico chateado e solícito desculpas pelo atraso desta correspondência; o atraso se explica, como tentarei dizer mais abaixo, mas anim mesmo me aborrece, por deixar vocês sem notícias este tempo todo; 2) nós que estamos na direç provisória da AGB (desde julho e até a Assembleia que regularizará a situa interna da associaç), ficamos muito contentes com a disposiç de vocês de instalarem uma seça aí em Goiânia e esperamos que já estejam com os trabalhos adiantados.

A Assembleia de mudança de estatutos da AGB se fez nos fins de julho e abriu algumas condições para a democratizaç da entidade, que infelizmente era uma associaç de cúpula, com meio dúzia de donos. ~~Mas~~ Estatuto é difícil mudar, mas difícil ainda é pô-lo em prática; para começar fazer com que ele chegue às mãos de todos os interessados. Assim, como os encarregados de secretariar os trabalhos da Assembleia de julho lecionam, trabalham em outras atividades, etc e não perceberam a importância de fazer chegar com urgência o estatuto às mãos de todos, só agora é que entregaram para os serviços de impressão uma cópia, que deverá ser rodada (deve estar sendo) e remetida a todas as seções existentes e em instalação. Em 1970, na última penúltima mudança de estatuto, os sócios receberam cópias dois anos depois (1972), já vistes que loucura? E agora nós gostaríamos que em meados de agosto tudo estivesse pronto, mas como não é fácil abandonar a experiência de trabalho de cúpula, temos que nos esforçar todos (a comissão diretora provisória em 1º lugar) de criar um clima de participaç máxima, em que todos possam falar, ser ouvidos e por em prática o que for aprovado pela maioria. Não é fácil, mas é possível.

Remetemos algumas cópias do jornal nº 1 da AGB e logo que o estatuto (jornal nº 2) estiver pronto remeteremos cópias para você. Creio que isto se dará brevemente (2 a 10 dias). Na última reunião da comissão diretora provisória, que tem mandato de 6 meses para por os Estatutos em funcionamento, resolvemos considerar que como o nosso prazo se encerra em fins de janeiro, período de férias, seria conveniente fazer a reunião (Assembleia para eleger diretoria) em dezembro. E como os estudantes de geografia tem uma reunião nacional aí em Goiânia e como seria uma homenagem que o conjunto da AGB prestaria a seça de

Figura 01 – Carta de Armém Mamigonian a Diana Maria em 03/10/1979 (página 01)  
Fonte: Arquivo AGB - Goiânia

Goiânia que você está montando, achamos útil consultar você se você topam organizar as bases materiais da reunião ai em Goiânia nos dias 15 e 16 de dezembro. Por enquanto é uma proposta a ser levada as seções locais e que depende também de você toparem. Caso topem, precisaríamos conseguir um local de reunião, que comporte 150 a 200 pessoas (acho que não chegaríamos a contar com tanta gente) e organizar uma lista de hotéis de todas as categorias, com endereço, telefone, preços de diárias, além de possíveis lugares onde se poderiam fazer refeições.

Gostaríamos também que você nas discussões que está realizando sobre regulamentar da profissão e novo currículo de geografia chegassem a alcançar objetivos: 1) encerrar uma minuta de regulamentar (o Min. Trabalho aguarda proposta da AGB) e 2) proposta de currículo, que o MEC igualmente aguarda e promete levar em consideração.

Sobre a sede local (não existem mais seções regionais e só nacional e locais) seria conveniente você decidirem qual a unidade a ser cobrada neste fim de ano (a parte da nacional seria 20%), quais as atividades que você desenvolveriam (além de regulamentar e currículo) e que propostas você tem para uma política geral da AGB imediata e a longo prazo, incluindo o encontro nacional de geógrafos, que deverá ser em julho de 80, provavelmente no RJaneiro (aguardamos sugestões de locais do encontro e as atividades que lá seriam desenvolvidas; pensamos em convidar geógrafos latino-americanos, africanos, europeus e americanos e que eles permanecessem no Brasil uns 30 dias após o encontro, nas diferentes seções locais).

Faço votos de que você continue sempre animado e disposto e que possamos construir juntos uma associação onde haja muito debate e muita atividade cultural. Receba meus cumprimentos e transmita outros aos colegas e amigos daí de Goiânia.

amen Mamigonian

Horieste Gomes não participa desse momento de ruptura da AGB, afinal estava no exílio na Suécia. Mas, ao retornar ao Brasil participa efetivamente da AGB Goiânia. Ele juntamente com João de Castro vão definitivamente colocar a AGB Goiânia nos debates nacionais, logo, ela irá se inserir nas questões relacionadas ao Movimento de Renovação da Geografia que estava no seu auge nesse momento.

### **3.3 A participação na AGB Goiânia: o protagonismo**

A AGB – seção Goiânia foi fundada no ano de 1979, já no bojo da renovação crítica da Geografia. Nesse período, Horieste Gomes ainda não havia retornado ao Brasil. Mas, assim que voltou logo se inseriu na entidade com o intuito de produzir uma Geografia Crítica/Marxista. A AGB era, naquele momento, o lugar para isso.

Apesar de sua longa história (criada em 1934), a AGB Nacional nos anos 70, ainda era para nós goianos, uma desconhecida. Foi, a partir dos anos 60 que alguns goianos motivados pela procura do saber geográfico, procuraram os grandes centros do país – Rio de Janeiro e São Paulo – em busca de aprendizagem de conteúdo geográfico e aprimoramento didático. Como exemplo concreto, mencionamos os cursos regulares de reciclagem e aperfeiçoamento ministrados a professores de geografia do Ensino Médio, na década de 1960-70, pelo Conselho Nacional de Geografia (IBGE). Também, cursos de especialização para professores do Ensino Superior, a exemplo do ministrado em 1970. Entretanto, foi a partir do III Encontro Nacional em Fortaleza (1978), ocasião em que se deu à ruptura com a base conservadora da Geografia, que a AGB-Nacional passou a ser referência no nosso meio geográfico local/regional (GOMES, 2004, p. 172).

Foi nesses cursos, realizados principalmente na cidade do Rio de Janeiro – sede do IBGE –, que houve os primeiros contatos dos geógrafos goianos com outros geógrafos do Brasil. Conforme relatado em entrevista do professor João Alves de Castro (2011), foi em um desses cursos que teve contato uma visão mais política da Geografia,

Além dos cursos oferecidos pelo o IBGE, outro local de encontro desses geógrafos, foram os eventos promovidos pela AGB, que regularmente organizava seus encontros. Depois da reformulação do estatuto em 1978, criaram-se as Reuniões de Gestão Coletiva (RGC), fórum de discussão e deliberação de todas as seções do Brasil. Foi em uma Reunião de Gestão Coletiva (RGC), com participação de Horieste Gomes, que se deu o primeiro contato entre ele e o professor Ruy Moreira. Ou seja, a AGB propiciou que os personagens do Movimento de Renovação se encontrassem pessoalmente, não só por meio das publicações – que naquela época tinham circulação restrita. Quando

questionado sobre o surgimento de sua relação com os geógrafos goianos e, sobretudo, Horieste Gomes, Ruy Moreira ratifica a importância da AGB.

O vetor foi a AGB. Em 1980 eu fui eleito presidente nacional da AGB e eu passei a transitar pelas várias seções locais. Por que nessa gestão que vai de [19]80 a [19]82 reestruturamos a entidade organizando, o que ainda hoje se chama RGC – uma gestão coletiva das seções locais sobre a AGB em conjunto com a executiva nacional. Essa gestão coletiva era exercida por esse conjunto de seções locais através dos rodízios de reuniões dessas seções locais de lugares que a gente escolhia de três em três meses (MOREIRA, 2013).

Parece, à primeira vista, que a AGB Goiânia já se insere no bojo do Movimento de Renovação da Geografia como uma entidade que sua preocupação seria o debate epistemológico e político, dando continuidade ao que estava fervilhando no país logo após o Encontro de 1978. Mas, quando se analisa um pouco mais a fundo, percebe-se que essa preocupação estava em segundo plano.

Para entendermos o contexto de fundação da AGB é necessário compreendermos um pouco sobre o projeto que estava em desenvolvimento no Brasil naquele período: o Projeto RADAMBRASIL.

O RADAMBRASIL constituía-se na classificação de imagens de radar de todo o território brasileiro. De início, no ano de 1979, a intenção era realizar apenas o mapeamento da região amazônica, entretanto, com a positividade da atividade, o governo, a partir do Ministério de Minas e Energia, sob comando da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), resolveu ampliá-lo para todo o espaço nacional. O objetivo geral desse projeto era realizar o levantamento preciso dos recursos naturais presentes no Brasil. Tal mapeamento demandou um grande número de profissionais, geógrafos inclusive.

O RADAMBRASIL possuía em sua equipe uma larga quantidade de geógrafos. Esses profissionais atuavam em diferentes frentes. No entanto, não havia ainda a regulamentação da profissão de geógrafo. Era preciso

empenho para que o congresso nacional se sensibilizasse e votasse a lei que colocasse o geógrafo como profissão legalmente reconhecida.

A AGB Goiânia entra fortemente nesse debate. A preocupação da associação em conseguir a regulamentação da profissão de geógrafo tinha como intenção atender a demanda que se apresentava. As cartas trocadas entre os membros da futura diretoria provisória da AGB tinham esse teor. Conforme demonstraremos a seguir:

Rio, 13 / 2 / 79

Cientes, em 05/03/79

~~Atos~~  
Sociedade de Geógrafos  
RJ/RGM

Hermes Augusto  
W. ~~inicial~~ <sup>meu</sup>

Cará Diana,

Acabo de receber sua carta que trata do assunto da regulamentação de profissões de geógrafos. Realmente acho que o Radam já tem geógrafos demais no seu quadro técnico para não colaborar em nada na nossa regulamentação. Está inteiramente de acordo e aguardo notícias suas para poder ou não divulgar aqui no Rio.

Agora algumas sugestões:

1- Envolver e interessar o máximo de geógrafos a nível de Amadores, incluindo o Prof. Xavier que é o Diretor de Informática no Radam e é político bastante para participar disto.

2- Lançar mais de nomes de todas as Universidades que trabalham conosco,

desde a famosa USP até a Universidade do Ceará, passando por MG e até Brasília - mas deixou a margem de fora.

3. Na Cartografia - ver com eles os geógrafos que têm contato direto no trabalho da DSG (Diretoria de Serviços Geográficos do Exército) - isso é parágrafo importante.

4. Escolher uma equipe pequena e de alto gabarito para redigir as atribuições da profissão do geógrafo em seus diversos campos de especialização, se atendo mais aos recursos naturais, pois na área urbana há problemas com os arquitetos, na demografia, com os estatísticos, e assim por diante; foi esse uma das causas da "morte" dos projetos que tramitaram anteriormente.

Aproveto a carta para te enviar uma cópia desse informativo de MG que atinge

Figura 02 - Carta de Eliana Franco a Diana Maria em 13/02/1979 (Página 2)  
Fonte: Arquivo AGB - Goiânia

diretamente a área Universitária, mas se o  
caso for adiante, não poderá ser esqueci-  
do. 3

Vamos em frente.

Vá me escrevendo as notícias.

Supra que você não escreva só ao Treu-  
to para ir em conversão com o Otto. Escre-  
va a mesma carta diretamente ao Otto.  
que faz parte o diálogo deles e também  
à Teresa, uma vez que ela agora traba-  
lha no Radam em horário integral.

Um abraço a todos daí.

Ai você, especificamente, *Eliana*

Figura 02 - Carta de Eliana Franco a  
Diana Maria em 13/02/1979 (Página 3)  
Fonte: Arquivo AGB - Goiânia

Nessa primeira carta (figura 02) endereçada a Diana, uma das pessoas interessadas em regulamentar a profissão de geógrafo, destacamos duas passagens. A carta foi escrita por Eliana. Tudo indica, pelas nossas pesquisas, que é Eliana Maria Saldanha Franco, também geógrafa e integrante da equipe do RADAMBRASIL. A primeira refere-se ao interesse desse grupo para regulamentar a profissão. Diz a carta: “Realmente acho que o RADAM já tem geógrafos demais no seu quadro técnico para não colaborar em nada na nossa regulamentação” (FRANCO, 1979).

O segundo ponto de destaque é a estratégia para que essa tarefa seja realizada em plenitude. Segundo a autora, é necessário

Escolher uma equipe pequena e de alto gabarito para redigir as atribuições da profissão do geógrafo em seus diversos campos de especialização, se atendo mais aos recursos naturais, pois na área de urbana há problemas com os arquitetos, na demografia, como os estatísticos, e assim por diante; foi essa uma das causas da “morte” dos processos que tramitaram anteriormente. (FRANCO, 1979).

As duas citações expõem dois debates, um específico e outro mais geral. O específico remete a uma demanda que havia surgido, naquele período, pela atuação de profissionais no projeto RADAMBRASIL. Resumidamente, era garantir um espaço no mercado de trabalho. Não havia nenhum projeto de debate epistemológico. Já o segundo escancara uma questão mais calejada do ponto de vista epistemológico, ou seja, como garantir um espaço para o profissional da Geografia se não há uma definição específica de atuação desse profissional? Por isso, o cuidado de não se esbarrar em domínios e em outras áreas do conhecimento, como a arquitetura e a estatística.

A segunda carta (figura 03) também segue a mesma linha, ou seja, defender uma estratégia a partir das atribuições e dos contatos que as pessoas possuem com funcionários e políticos ligados ao governo.

Cicuta, em 05/23/75

Rio, 21/2/79

Cara Diana,

~~David~~ Soraio Soraio  
 Adriano W. de Jesus  
 Heumantino  
 AGB

Espero que você tenha recebido minhas duas cartas sobre o problema da regulamentação. Jostava que me confirmasse respnente se recebeu. Mandeí pelo correio, pois malote pa joiânia é extremamente demorado - sua carta de 15/2 só chegou hoje, 21, aqui.

Esclarecendo um dado importante - o David Maico não é mais o presidente da AGB, renunciou logo depois de assumir por não ter condições de trabalhar pelas pressões existentes de "correntes diferentes". Assumi então o Professor Marcos Alegre da Universidade de Presidente Prudente - é a ele a quem se deve dirigir cartas. Quanto ao David, não podemos perder o seu apoio, de pessoa influente e relacionada que é (não entendi o seu "infelizmente"). Esse ano de 79 ele deve interromper as atividades

Figura 03 - Carta de Eliana Franco a Diana Maria em 21/02/1979 (Página 1)  
 Fonte: Arquivo AGB - Goiânia

na IGA e vir para o Rio como coordena-  
 dador para cursar a ESC - Escola  
 Superior de Jurema. Como vê, ele estará  
 numa posição privilegiada e que pode  
 nos ajudar. Poderes ter contatos com ele  
 aqui caso vocês queiram, ok?

É que eu tenho aqui sobre regulamentação  
 e esse xerox que te enviei, e essa outra  
 folha foi da Jabiúta do Figueiredo foi  
 Anselmino quem me deu - resultante de  
 um documento enviado a ele pelo IIº  
 Encontro de Geógrafos do Nordeste, realizado em  
 dezembro, em João Pessoa. Seria bom colocar  
 o Prof Manoel Coussa no circuito e tentar  
 ver o que o pessoal de lá já anda fa-  
 zendo.

Um abraço,

Eliana

Figura 03 - Carta de Eliana Franco a  
 Diana Maria em 21/02/1979 (Página 2)  
 Fonte: Arquivo AGB - Goiânia

As duas cartas que seguem (figuras 04 e 05) também vão na mesma direção. Isto é, defender a regulamentação da profissão de geógrafo. A primeira tem como remetente Florianópolis, escrita por uma pessoa com o nome de Gina (não conseguimos identificar, por meio de nossa pesquisa, com certeza quem era essa pessoa: nome completo, profissão etc.). A próxima carta, escrita pelo professor Aldo Paviani, vem de Brasília e, traz informações acerca do processo de regulamentação da profissão.

Fpolis, 13/02/79

Diana

Cientes, em 05/02/79

Socorro Soares  
Brasil

Henriquetti  
W. S. S. S.  
mar

Acabei de receber sua carta com a proposição p/ o reconhecimento da profissão de geógrafo. Acho que vocês estão "começando a correr pelo telhado".

1º: Para que uma profissão seja reconhecida não basta se chegar p/ o Presidente com um documento e um pedido assinado por um certo n.º de pessoas. É necessário a elaboração de um projeto onde se define o campo de ação do profissional, os currículos dos cursos - Bacharelado e Licenciatura com o n.º mínimo de aulas etc e tal, isso entre outras coisas. O projeto é apresentado na Câmara e no Senado, é votado e só depois aprovado pelo Presidente. Isso, num esquema geral.

2º: Há um órgão de classe que é a AGB e que não sei se vocês estão por dentro, mas andam elaborando novo projeto para ser encaminhado a Deputados e Senadores pois o último não foi aceito por problemas de currículos dos cursos de geografia. A AGB anda se movimentando muito neste sentido, inclusive houve uma reunião

aqui em Fpolis pedindo o apoio de todos os  
seus juízos. O pessoal que veio aqui tem uma  
boa penetração em Brasília.

Assim, o mais lógico que acho é que em  
lugar de apresentarmos um documento isolado  
e direto ao Presidente - caso utópico - seria nos  
reunirmos ao pessoal da AGB, entrar em contato  
com eles, mostrar o n.º de juízes do RADAM  
etc etc e juntos lutarmos pela mesma  
causa, em vez de formarmos 2 comitês - AGB -  
RADAM pois isso só vai mostrar pl o Presidente  
que somos desunidos.

Se vocês quiserem posso ver aqui quem da  
AGB está encabeçando o movimento para  
que entrem em contato com eles dando  
nosso apoio. Afinal não são só os juízes  
do RADAM que querem ver a profissão reconhecida,  
mas por seu número, eles tem seu melhor  
representam uma boa força.

Isso é o que penso.

Gina

p/licença, em 05/06/79 (ALDO PAVIANI)

Em 10/6/79. A

Cara Diana

Agradeço sua carta de 21 de maio, juntamente com o 2ª circular e outros documentos.

Vejá no PL 1.339-E a ser publicado no Diário Oficial (31/5/79) que as atribuições do art. 32 foram ampliadas e necessitaremos aprovar a Lei. Se for o licenciado, que o geógrafo em órgãos necessita ser esclarecido: não seria ele o geógrafo estipulado no início do art. 20º I?

Como estamos a 50% da "batalha" qualquer subsídio que mandarmos, será bem vindo!

O que me parece temerário é não tentar passar e regulamentar a Lei a nosso favor! Foram 11 anos de luta (e estou nisso há 21...), jogar isso fora? O melhor, agora, é aprovar e ajudar o CREA a elaborar um bom decreto.

Os telegramas de apoio devem ser enviados à Casa Civil e ao Dep. Narchese<sup>20</sup> texto de Câmara.

Se desejar, coloque-me ao seu dispor, à noite, no tel. 242 30 22 e, à tarde, na UNB 272-0000 ramais 2366 e 2373.

Gostei imenso de sua 1ª circular e de todo o trabalho de seu grupo, em Goiânia. Vamos salvar esforços? Felicidade lhe desejo o todo.

Essas correspondências demonstram bem uma das principais preocupações do grupo que estava prestes a fundar a AGB em Goiânia: a regulamentação da profissão de geógrafo. Esses geógrafos estavam se articulando por todos os lugares do país, por isso, havia correspondências do Rio de Janeiro, Florianópolis e Brasília.

Essa foi uma luta travada por todo o país e mobilizou várias pessoas. Segundo Alegre (2004, p. 220), presidente da entidade na época,

Contando com a colaboração da faculdade [o presidente] enviou centenas de cartas e ofícios a entidades ligadas à Geografia, professores da rede de ensino, alunos e ex-alunos enfatizando a necessidade de pressionar deputados conhecidos, representantes de suas regiões no sentido da rejeição do substitutivo do Senado e aprovação do Projeto que tramitava na Câmara. Inclusive o presidente falou ao telefone com uma dezena de deputados valendo-se dos telefones da faculdade e, no período noturno de sua própria residência. O contato com o líder do governo Deputado Nelson Marchezan no Rio Grande do Sul durou mais de uma hora mas ele convenceu-se da importância do projeto e prometeu encaminhá-lo com o apoio do governo. O deputado Freitas Nobre do MDB já havia se manifestado a favor e iria trabalhar a bancada no sentido da aprovação. Valeu o esforço e, segundo notícias dos bastidores, influenciou bastante a atuação do General Golbery do Couto e Silva junto ao Presidente da República no sentido de aprovar a lei que recebeu o número 6.664 e aprovada em 26 de junho de 1979. Foi uma grande vitória para a AGB que ficaria mais forte e há de se prestar homenagem a todos aqueles que trabalharam durante anos pela regulamentação da profissão de geógrafo. Pelo que se sabe nenhum deles tirou qualquer proveito dessa vitória que ficou mesmo como incentivo para as novas gerações que estavam surgindo.

Apesar desse ser, a nosso ver, a centralidade da criação da AGB Goiânia, ela não se resumiu em discutir apenas esse tema. Outras demandas de duas escalas - local e nacional - também tiveram acento nas discussões da AGB-Goiânia. As locais foram a dificuldade e a demora do CREA-GO em confeccionar e entregar as carteiras dos geógrafos. Essa empreitada levou a associação a entrar na justiça contra o Conselho para que fosse respeitada a recente lei, que dava plenos direitos aos profissionais da Geografia. Os debates em nível nacional adentraram na pauta da AGB Goiânia, em especial: 1. A regulamentação da lei do geógrafo, que limitava somente ao bacharel exercer a profissão fora da

sala de aula; 2. O debate acerca da extinção dos cursos de Estudos Sociais e; 3. Separar as disciplinas de História e Geografia no ensino fundamental e médio (antigos 1º e 2º graus), além de regulamentar a carga horária dessa disciplina no ambiente escolar.

Ou seja, a associação agia, nesse primeiro momento de fundação e consolidação, como uma entidade em defesa dos interesses dos profissionais. Uma verdadeira entidade de classe. Essa característica é perceptível pela correspondência (figura 06) enviada aos sócios de 19 de novembro de 1980, em que se explica o objetivo da associação.

Goiânia, 19 de novembro de 1980.

Prezado sócio:

Em 09 de novembro de 1979 iniciaram os trabalhos da AGB Seção Local de Goiânia, como uma das 15 seções diretamente ligadas à / AGB-Nacional. Um dos objetivos desse desdobramento em seções foi reunir o maior número possível de Geógrafos para, unidos, lutarmos por causas/comuns que afetam nossa categoria profissional. Esse encaminhamento resulta de resoluções tomadas em Assembléias junto às Seções Locais, que são levadas à AGB-Nacional, que então estabelece um denominador comum - das resoluções tomadas nas seções locais. Daí, então, a AGB-Nacional toma as providências necessárias para que os problemas sejam melhor resolvidos, ou encaminhados de forma conjunta a nível nacional. Um exemplo concreto é a não aprovação do projeto para licenciatura plena em Estudos Sociais, que visava extinguir os cursos de Geografia e História. A--lêm de termos conseguido votar este projeto, juntamente com as entidades de História e Sociologia, damos continuidade à luta, visando acabar com os cursos de Estudos Sociais e separar a História da Geografia nos cursos de 1º e 2º graus.

Outro importante trabalho que está sendo realizado pela AGB Nacional e Seções Locais através de seus socios, consiste em corrigir a falha do Decreto que regulamenta nossa profissão e que inclui apenas os bacharéis. O encaminhamento que está sendo tomado, a nível local e nacional é enviar ao Congresso emendas que incluam todos os licenciados em Geografia até a data da publicação da Lei. A luta pela regulamentação é de todos.

No entanto, a AGB não visa apenas a questão da regulamentação. Muitos outros problemas nos afetam e a participação na resolução desses problemas tem sido muito pouca. Continuam havendo sobrecarga de trabalhos para a Diretoria e para alguns sócios que participam das / Comissões. Essas, por sua vez, encontram dificuldades no andamento dos trabalhos nas questões de mercado de trabalho, currículos, estudos e pesquisas e divulgação, devido à pouca participação dos demais sócios.

Essa pouca participação se relete também no cumprimento da programação que visou, neste semestre, uma variedade de atividades / como assembleias, mesas redondas e palestras bastante divulgadas aos / sócios. Em Assembleias foram discutidos problemas de nossa categoria / profissional e tomadas diretrizes, tirado um representante de nossa Seção para participar de Comissão junto ao MEC, representantes na mobilização na questão de Estudos Sociais, representante para reunião no / CREA de Goiânia. Nas mesas redondas foram discutidos problemas que nos atingem diretamente como a falta de mercado de trabalho (questão do / IBGE de Goiânia já foi levado ao conhecimento da AGB Nacional, pois algumas poucas capitais não tem geógrafos no IBGE). Foram discutidos os problemas de currículos, regulamentação e a problemática brasileira. As palestras abrangeram temas de caráter educacional, político-econômico, técnico-científico e foram promovidas não só pela AGB, como também através de trabalhos conjunto a outras entidades, como a Semana de Debates sobre a Conjuntura Nacional. Essas atividades se desenvolveram em diversos dias da semana inclusive aos sábados e em variados horários. Todavia, apesar dessa diversidade de programação, houve pouca participação dos sócios em todas as atividades.

Ocorreram, inclusive dois fatos desagradáveis, como a não realização da mesa redonda sobre "O HOMEM E A NATUREZA - a problemática brasileira" e da palestra sobre o "PROJETO RIO FORMOSO", por falta de quorum, pois quem dirigiria a Mesa de Debates e o conferencista estiveram presentes.

Sabemos, no entanto, que essa falta de participação / não é um problema exclusivo da Associação dos Geógrafos, pois este esvaziamento está ocorrendo em muitas associações. Isto se deve ao longo período de obscurantismo que atravessamos, principalmente ao longo desses anos, que foram um incentivo à acomodação, à falta de discussão e debates.

Ocorre que a história de qualquer povo é um processo ora rico em conquista para uns e derrotas para outros, mas é um processo dialético e irreversível. Devemos aproveitar todos os espaços possíveis para nos organizarmos, seja como categoria profissional, minoria racial, classe econômica ou partidariamente.

Gostaríamos de saber o que o sócio pensa, pretende e espera de nossa Associação.

O sócio precisa não só informar-se sobre as atividades de sua Associação, mas trazer suas críticas abertamente, a fim de que as mesmas sejam discutidas e o encaminhamento ocorra de forma mais global, abrangente e democrática.

A Diretoria e alguns sócios preocupam-se com a programação para 1981, na futuras mesas, palestras, assembleias, semana de Geografia e curso que será realizado. Uma questão..... HAVERÁ QUORUM ?

Os bacharéis em Geografia deverão apresentar seus documentos ao CREA de Goiânia e acompanhar a tramitação dos mesmos, sendo que este órgão ainda definirá modelo de carteira de Geógrafo e sindicato a que se filiara.

Haverá uma reunião em Brasília no dia 11/12/80 sobre a inclusão de licenciados na Lei de Regulamentação na qual participarão AGB-Nacional e Locais.

Serão cobradas novas anuidades para 1981, sendo de CR\$ 600,00 (seicentos cruzeiros) para graduados e CR\$300,00 (trezentos cruzeiros) para estudantes. Novas inscrições, atualização de inscrições e endereços deverão se feitas em Assembleia Geral no Dia 09/12/80, na sala de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFG, às 19:30 horas. Serão avaliadas as atividades de 1980 e realizada nova programação para 1981.

Aos sócios que mudarem de endereço, solicitamos a imediata comunicação através da CAIXA POSTAL nº 5.203 Goiânia.

Lembramos a todos a palestra sobre a COOPER FORMOSO - tipo de trabalho de cooperativa agrícola realizada pelo governo - dia 25/11/80..... ESPERAMOS CONTAR COM TODOS OS SÓCIOS.....

Se a programação de 1980 não foi boa, poderemos realizá-la de uma forma melhor em 1981, COM SUAS SUGESTÕES E PARTICIPAÇÃO.

Atenciosamente,

AGB-SEÇÃO LOCAL DE GOIÂNIA.

-Diretoria-

Figura 06 - Carta aos sócios da AGB-Goiania em 19/11/1980 (Página 2).  
Fonte: Arquivo AGB - Goiânia

Destacamos a seguinte passagem no primeiro parágrafo,

Em 09 de novembro de 1979 iniciaram os trabalhos da AGB Seção Local de Goiânia, como uma das 15 seções diretamente ligadas à AGB-Nacional. **Um dos objetivos desse desdobramento em seções foi reunir o maior número possível de Geógrafos para, unidos, lutarmos por causas comuns que afetam nossa categoria profissional.** Esse encaminhamento resulta de resoluções tomadas em Assembleias junto as Seções Locais, que são levadas à AGB-Nacional, que então estabelece um denominador comum das resoluções tomadas nas seções locais. Daí, então, a AGB-Nacional toma as providências necessárias para que os problemas sejam melhor resolvidos, ou encaminhados de forma conjunta a nível nacional. Um exemplo concreto é a não aprovação do projeto para licenciatura pela em Estudos Sociais, que visava extinguir os cursos de Geografia e História. Além de termos conseguido votar esse projeto, juntamente com as entidades de História e Sociologia, damos continuidade à luta, visando acabar com os cursos de Estudos Sociais e separar a História da Geografia nos cursos de 1º e 2º graus. (Destques nossos)

A parte em destaque mostra claramente o intuito de agir como uma entidade de classe. Também esse trecho demonstra o caráter democrático da AGB, cujas demandas são levadas até a Nacional e essa tenta resolver o problema da melhor forma possível.

Nesse mesmo documento, direcionado aos sócios, é observada a preocupação da participação de todos para a construção de uma entidade verdadeiramente democrática e coletiva. A preocupação se faz pela falta de pessoas que eram presentes nas atividades.

Contudo, a preocupação de ser uma entidade apenas ligada ao aspecto profissional foi, com o tempo, ampliando-se. Ela se torna uma instituição que se preocupa com a formação, mas de um posicionamento mais crítico. Essa mudança tem a ver com a participação de algumas pessoas na AGB – Goiânia, sobretudo, João de Castro e Horieste Gomes. E o contato deles com uma geração, em nível nacional, que estava renovando essa disciplina.

A participação de Horieste Gomes na AGB-Goiânia e, por conseguinte, na AGB-Nacional foi feita imediatamente com o seu retorno ao Brasil. Ele foi diretor da entidade na composição da segunda diretoria

efetiva na gestão de 1982 a 1984<sup>32</sup>. A partir desse momento, Horieste não mais se desvinculou da entidade, participando, sempre que possível, das Reuniões de Gestão Coletiva representando a AGB-Goiânia.

Essa aproximação dele e também do professor João Alves de Castro com outros integrantes das seções locais da AGB e da Nacional contribuiu para a consolidação da ruptura da Geografia em Goiás. Uma das características dessa parceria era a oferta de cursos tinham como conteúdo questões de cunho político e de mudança epistemológica. Em Goiás, essa entidade teve/tem papel singular na difusão da Geografia de caráter crítico. De acordo com Gomes (2011), quando questionado sobre as atividades realizadas por outros geógrafos em Goiânia, ele responde que

A AGB buscava suporte na própria Universidade para conseguir financiar a vinda de pessoas de fora. As vezes conseguíamos a estadia. Vieram para Goiânia o Douglas [Santos], o Ruy [Moreira] – várias vezes, também o Diamantino. Sem nenhuma dúvida a presença mais marcante foi do Ruy, por que ele tinha uma inserção muito grande no meio estudantil. Ele tinha participações em vários movimentos estudantis do Brasil. Ou seja, a AGB então a AGB teve um papel muito significativo.

Os cursos ministrados já eram em uma linha crítica da Geografia. Não uma ciência caindo no vulgar, era uma Geografia crítica no posicionamento da relação espaço-temporal (GOMES, 2011).

Exemplo dessa difusão é a organização de cursos que proporcionava a formação dos participantes numa visão crítica. Na figura 07 podemos visualizar o cartaz de um desses cursos, promovido pela AGB-Goiânia em conjunto com as Universidades Católica e Federal. O debatedor foi o professor Carlos Walter que discutiu, de acordo com a divulgação, questões que iam além dos debates atuais, por isso o título sugestivo “O Espaço geográfico que não entra na aula de geografia”.

---

<sup>32</sup> A primeira gestão efetiva da AGB-Goiânia foi no período de 1980 a 1982, cuja direção ficou a cargo da geógrafa do RADAMBRASIL Silvia Maria Alvarenga. Antes dessa diretoria houve duas outras gestões que ficaram poucos meses. A primeira tinha Herman Kux, técnico do RADAMBRASIL como diretor; a segunda, a também técnica do RADAM BRASIL Antônia Eloísa Brasil. Essas duas diretorias foram, segundo Gomes (2004), provisórias.

"O Espaço geográfico que não  
entra na aula de geografia"

Prof. :

CARLOS WALTER  
PORTO GONÇALVES

Promoção:

CREA/AGB

Dia/Horas

09/12/87

das 19:00 às 22:00

**DE GEOGRAFIA**

**DE**

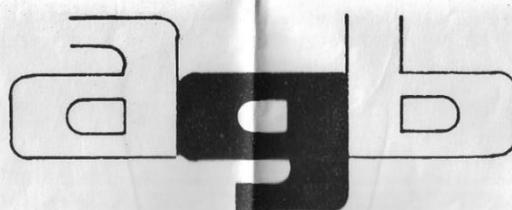
**CURSO**

Auditório da Reitoria UCG

Participação:

Deptº História e Geografia UCG

Deptº Geografia UFG



**ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS  
– SEÇÃO GOIÂNIA –**

**Departamento de Geografia da  
Universidade Federal de Goiás**

**CURSO**

**O Ensino da Geografia:**

**Para a Crítica da Geografia que se ensina**

**Duração:**

**40 horas – 1ª Etapa: 20 horas**

**Convidado:**

**Ruy Moreira**

**Geógrafo e Professor da PUC do Rio de Janeiro**

**Dias:**

**11/06/87 – 7 horas e 19 horas**

**12/06/87 – 7 horas e 19 horas**

**13/06/87 – 9 horas e 14 horas**

**Local do Curso:**

**Auditório da Reitoria da UCG.**

**Participação:**

**Universidade Católica de Goiás**

**Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos**

**Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais**

Figura 08 – Cartaz do curso oferecido pela AGB com participação do prof. Ruy Moreira no ano de 1987.  
Fonte: Arquivo AGB - Goiânia

Horieste Gomes, bem como João de Castro foram protagonistas nesse debate. Primeiro, porque os dois faziam o contato com os professores, já que possuíam uma boa abertura e diálogo com os membros da AGB Nacional. Também e, principalmente, Horieste Gomes por produzir sua obra nesse contexto e com preocupações que atendiam esse momento.

A AGB foi o local de formação e de consolidação de um pensar crítico da Geografia goiana. Horieste pôde, dentro das limitações, utilizar a AGB para fomentar e difundir uma Geografia mais crítica e politicamente mais engajada.

Várias foram as ações que a AGB – Goiânia, sob a liderança do professor Horieste Gomes, participou.

Atividades desenvolvidas ou em que teve a colaboração da AGB-Goiânia e a participação do professor Horieste Gomes no início dos anos 1980:

- 23/06/1981 – Mesa Redonda “Geografia na Atualidade”

Coordenação: Prof. Horieste Gomes

Participantes: Profa. Clyce Moreyra; Prof. João de Castro; Profa. Kedna Bueno

- 12/06/198?<sup>33</sup> – I Encontro Goianiense de Geografia

Mesa Redonda “A Geografia de Goiás e atualização”

Participantes: Celene Cunha Monteiro, Nely Amaral, Maria José R. Tavares e Horieste Gomes

- 21/??/1983 – II Semana Ecológica de Geografia

Mesa Redonda “Interação Homem X Natureza”

---

<sup>33</sup> Em alguns eventos não foram encontradas as datas exatas, por isso colocamos o símbolo “?” para indicar que não foi possível encontrar o dia exato da realização da atividade. Mas, sabemos que todas essas atividades foram desenvolvidas na década de 1980, em especial no início e meio dela.

Participantes: Wanda Cozzeti, João de Deus e Horieste Gomes

- 29/08/1984 – Goiânia – 50 anos

Mesa Redonda “Mudança da Capital: escolha do sítio”

Participantes: Júlia Magalinsc, Antônio Teixeira Neto e Horieste Gomes

- 06/10/1982 – A Geografia e a questão Ecológica

Mesa Redonda “O papel da política e da ciência na questão ecológica”

Participantes: Clayce Moreyra, Altair Salles e Horieste Gomes

Todos esses eventos estavam em consonância com as atividades também desenvolvidas pela AGB em escala nacional. Ou seja, o caráter da participação da AGB – Goiânia nos eventos e, em especial, a presença de Horieste Gomes, foram sempre ligados a uma postura política crítica.

No ano de 1981, por exemplo, a associação enviou correspondência para todos os sócios informando sobre a participação da entidade na 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cujas temáticas estavam ligadas a essa nova fase da AGB. Sendo elas:

1. Mesa Redonda “A Geografia de hoje e a questão ambiental no Brasil” – Coordenação: José Pereira de Queiroz Neto.
2. Mesa Redonda “Sociedade de Classe, Renda da Terra e a produção do espaço urbano no Brasil” – Coordenação: Carlos Walter Porto-Gonçalves
3. Mesa Redonda “Questão energética, agricultura e processo de regionalização no Brasil atual” – Coordenação: Manuel Correia de Andrade.
4. Encontro “Os problemas decorrentes da regulamentação da profissão do Geógrafo” – Coordenação: Janira Souza Silveira.
5. Encontro “Estudos Sociais e a Lei 5.692” – Coordenação: Manuel F. G. Seabra.
6. Curso “Estrutura Espacial e Regionalização” – Coordenação Ruy Moreira.

Observa-se, portanto, que o contato entre o local e o nacional proporcionou que se consolidasse um movimento que tinha como característica repensar o fazer geográfico. Sendo Horieste Gomes um membro ativo da AGB Goiânia e sempre presente nos debates, seja em nível nacional ou local, ele contribuiu para que essa discussão se instalasse na Geografia de Goiás.

Um bom exemplo disso é a postura política crítica que foi tomada em muitas vezes pela AGB local; há ainda a participação em atividades de cunho partidário de esquerda. A Convocação da Comissão pró CUT (figura 09) para a discussão de um ato é exemplo disso. Também a posição da entidade com ralação a greve das universidades (figura 10) brasileiras no ano de 1982. Manifestação que se visualizou mediante uma Moção de Apoio. Seguem os dois documentos.

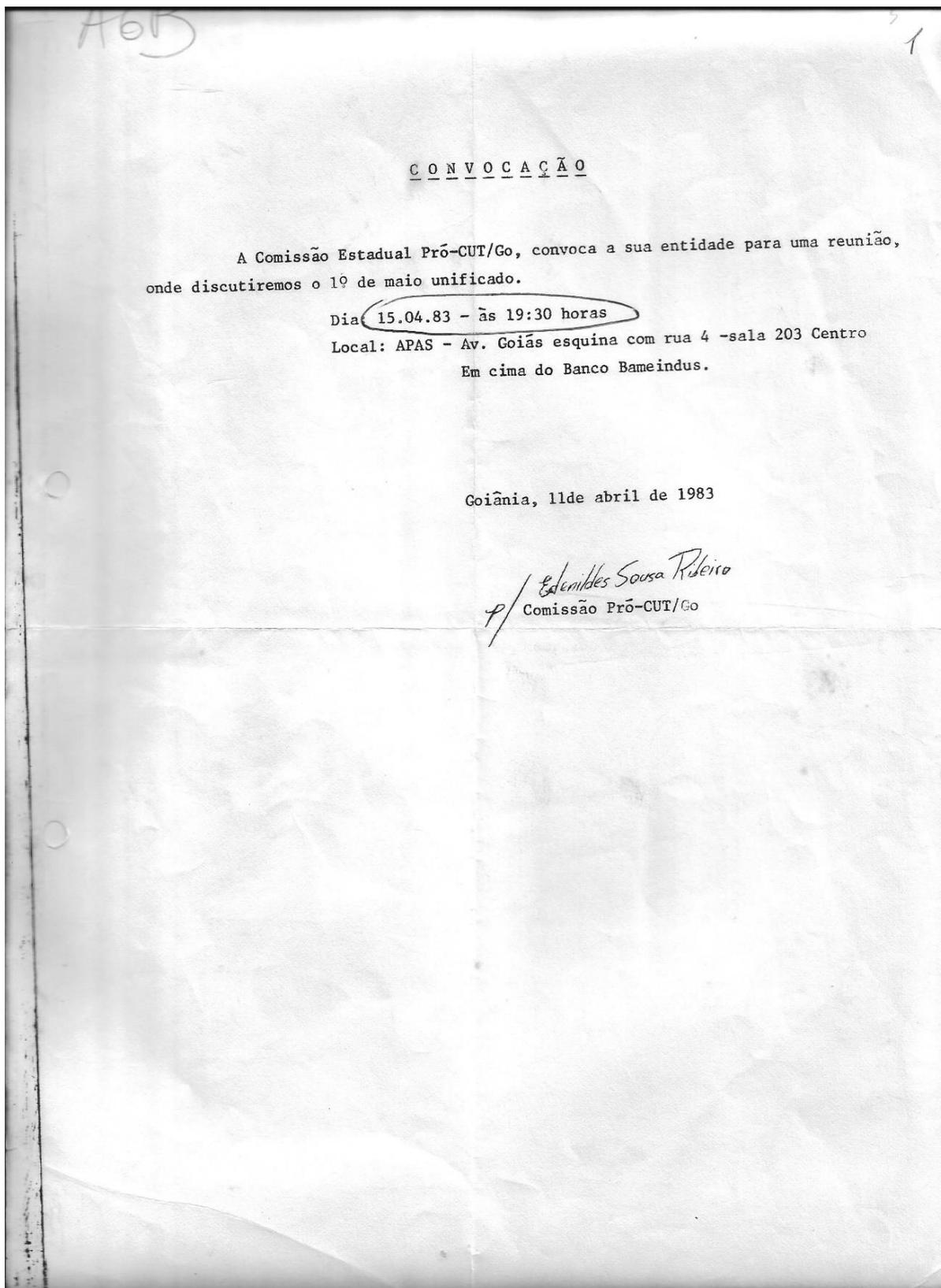


Figura 09 – Convocação feita pela CUT a AGB Goiânia para discutir o dia do trabalhador unificado em 1983.  
Fonte: Arquivo AGB - Goiânia

3/

MOÇÃO DE APOIO

A Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção de Goiás sente-se no dever de vir à público prestar seu total apoio e solidariedade ao movimento grevista dos professores e funcionários das universidades autárquicas brasileiras por tempo indeterminado em prol da escola pública e gratuita aberta a toda a sociedade brasileira, hoje ameaçadas pela crescente privatização e elitização do ensino, fruto da omissão, consciente, do Estado no tocante ao cumprimento de suas obrigações educacionais .

Nós, os geógrafos, lutamos contra a ingerência do capital financeiros em nosso país, instrumental de exploração e dominação que escraviza o nosso povo e a nossa terra.

Não aceitamos que a educação brasileira seja tratada com desprezo pelos detentores do poder, não colocando-a como uma das prioridades básicas da sociedade, quando sabemos que este mesmo poder intensifica os investimentos em projetos faraônicos e anti-sociais.

Lutamos a favor da Escola Pública e gratuita de boa qualidade para toda a sociedade brasileira e não apenas para uma minoria privilegiada e descomprometida com o povo.

Somos pelos 12% do orçamento da União para a Educação (mínimo exigido pe UNESCO) e não aceitamos a progressiva redução da dotação orçamentária atribuída ao MEC.

Somos a favor de uma escola aberta, democrática para todos os integrantes da sociedade brasileira sem distinção de raça, credos ou ideologias.

Somos pela criação de um número cada vez maior de vagas em todos os níveis escolares, portanto, contra a redução crescente que ora se verifica, fruto da privatização e elitização do ensino.

Portanto, colegas professores e funcionários, somemos as nossas forças para que unidos possamos implantar em nosso País uma Escola que corresponda de direito e de fato às reais aspirações da comunidade brasileira, isto é, identificada com os nossos propósitos de transformar o Brasil para melhor.

Goiânia, 2 de dezembro de 1982

HORIESTE GOMES  
Presidente da AGB-Seção de Goiânia

Figura 10 – Moção de Apoio da AGB-Goiânia ao movimento grevista de professores e funcionários nas universidades em 1982.  
Fonte: Arquivo AGB - Goiânia

Além disso, a AGB – Goiânia começou a contar, no fim de 1980, com um jornal chamado “Espaço”, que era o instrumento de divulgação das posições da entidade, como também de informação ao sócio. Pela publicação percebe-se qual era a posição da associação em diversos assuntos. No editorial do primeiro número desse jornal (figura 11) havia uma série de preocupações, dentre as quais destacam-se: a inclusão de todos os geógrafos na lei que regulamenta a profissão; a luta contra o projeto de implantação da licenciatura em Estudos Sociais e; diagnóstico de mercado de trabalho e área de atuação do geógrafo.

O editorial do número 03 (figura 12), de setembro de 1981, enfoca basicamente a questão das licenciaturas em Estudos Sociais. Nele estão argumentos que tais licenciaturas formaram, em um período de quatro anos – 1976 a 1979 – um total de 27.000 “professores”. Isso mesmo, a expressão vem entre aspas -, e que tais curso estão ligados a motivações comerciais, principalmente do autor do projeto, deputado Paulo Nathanael de São Paulo, que segundo informações, era dono da rede de colégios Objetivos. Nesse mesmo jornal há uma indicação de referências bibliográficas para o sócio, todas elas tendo como foco uma análise crítica da sociedade e da Geografia, dentre eles destacamos: dois livros de José de Souza Martins – *A sujeição da Renda da terra ao Capital e o Sentido da Luta para Reforma Agrária* e *A Crise do Regime de Propriedade e a Crise das Instituições*; três livros de Milton Santos – *O espaço dividido*, *Espaço e Sociedade* e *Manual de Geografia Urbana*; um de Ruy Moreira – *Espaço Agrário e Classes sociais rurais na sociedade Brasileira*; um livro de Pierre George – *Sociologia e Geografia*; um livro de vários autores – *Cidades: a urbanização da humanidade*.

O editorial do número 8, de 1982, do *Espaço* (figura 13), tem um título sugestivo: O que fazer? Inspirado, sem nenhuma dúvida no livro de Lênin. Esse editorial foi escrito por Horieste Gomes. Nele, a AGB –

Goiânia apresentou o debate e se posicionou frente às mudanças propostas pelo governo com relação ao funcionamento do sistema escolar, dos vencimentos dos profissionais da educação e da expedição de diplomas pelo sistema CONFEA/CREA. A preocupação se deu no sentido de questionar o poder transmitido ao diretor do sistema de ensino que poderia, segundo o Decreto-Lei 162, até cassar a permissão do professor para lecionar. Outro ponto abordado no artigo foi o padrão de vencimentos dos professores de Geografia, bem como de outras disciplinas serem menor que a de outros profissionais da educação. Por fim, os super poderes concedidos ao CREA, que poderia sugerir a abertura de novos cursos, avaliar os cursos e até expedir diplomas. Nesse cenário, a resposta à pergunta do título foi a seguinte:

Para fazermos frente a toda ordem de violações contra a nossa afirmação profissional só temos um caminho a seguir: fazer de nossa entidade – AGB efetivamente representativa, isto é, torná-la personalidade reconhecida em nossa sociedade. Nossa **unidade** é fundamental para termos uma Associação à altura de defender, de direito e de fato, nossa categoria profissional e fazê-la participante no encaminhamento correto no processo de organização de nossa sociedade. A AGB está aberta e conclama a todos à unidade de propósito e de ações (Jornal Espaço, ano 3, n. 8, p. 01 – destaque no original).

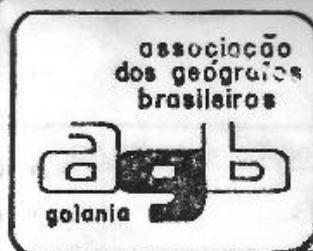
Nessa publicação, a associação ainda se manifestou acerca do encontro realizado na cidade de Porto Alegre – o V Encontro Nacional de Geógrafos (ENG). Nesse texto, ela destacou a importância do evento para uma consolidação de uma Geografia crítica e politicamente engajada. “O 5º Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros realizado em Porto Alegre em Julho/82 conquistou, em termos de uma geografia crítica compromissada com os anseios da sociedade brasileira, um novo espaço” (Jornal Espaço, ano 3, n. 8, p. 02).

A seguir a capa dos três jornais *Espaço* mencionados neste trabalho.



Figura 11 – Editorial do jornal *Espaço*, publicação da AGB-Goiânia, n. 1, 1980.

Fonte: Arquivo AGB - Goiânia



# ESPAÇO

Nº 3

SETEMBRO / 81

## EDITORIAL

### GEOGRAFIA E ESTUDOS SOCIAIS

A nossa reflexão parte dos dados numéricos fornecidos pela - SNU de 1976 a 1979 os  cursos de Geografia (Licenciatura Plena e Bacharelado)  formaram cerca de 6.888 profissionais (professores de 1º e 2º graus e - geógrafos), enquanto os  cursos de Estudos Sociais (Licenciatura Curta)  diplomaram mais de - 27.000 "professores" de mesmo período. A partir da Lei nº 5 - 5.692 de 11/06/71, os cursinhos de formação de sub-profissionais multiplicaram-se no país (203 contra 101 cursos de licenciatura plena em Geografia). No mínimo, três reflexões devemos fazer:

1ª) - os referidos "cursinhos" atenta contra os propósitos, de nós profissionais e - da maior parte da sociedade brasileira, de construirmos uma verdadeira educação - em termos de

quantidade e qualidade - para o povo brasileiro;

2ª) - os "cursinhos de sub-qualificação" reduziu, aceleradamente, o mercado-de-trabalho dos formados e formandos em licenciatura plena em dois sentidos: - proporcionam aos "formados" em licenciatura curta a possibilidade de referido mercado mais cedo; - seus "profissionais" submetem-se à salários degradantes impostos pelas escolas/empresas;

3ª) - os cursos de Estudos - Sociais colaboram, efetivamente, para a degradação do ensino e - pesquisa no Brasil, dado que coadunam com a estratégia do sistema em oferecer ao povo brasileiro "um ensino barato e de baixo nível". Pela mesma razão, concretiza os anseios mercantilistas da - escola/empresa.

Só há um caminho a seguir: "por - um fim a esse tipo de curso

PROLIFERAÇÃO ESTÁ MOTIVADA POR INTERESSES COMERCIAIS E ESTIMULADA PE-

Figura 12 - Editorial do jornal *Espaço*, publicação da AGB-Goiânia, n. 3, 1981.

Fonte: Arquivo AGB - Goiânia

Ano 3 - nº 8 - out-nov-dez/82.

## EDITORIAL

### O Que Fazer?

A Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Goiânia como entidade preocupada com a organização do profissional/geógrafo e futuros profissionais em Geografia e sua inserção no espaço sócio-natural, não poderia ficar indiferente ante as medidas coercitivas levadas à prática por determinadas estruturas de poder. Elas estão representadas por uma série de encaminhamentos que vão desde decretos, portarias, relatórios analíticos etc., que procuram cercar a autonomia do profissional ligado às questões do ensino, da pesquisa e da extensão no campo da educação brasileira. O Decreto-Lei 162 em vigor desde Maio/82, repassa aos diretores de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus um poder autoritário a ponto de poder abrir processo intrumentalizado para cassar registro de professor. Isto significa eliminar profissionalmente - num país carente de pessoas instruídas - aos que dedicam à causa educacional.

O Plano de Classificação de Cargos do DASP é outra medida coercitiva posta em prática, dado que inclui o profissional/geógrafo e outras categorias sob a sigla NS-3 (nível superior), enquanto outras categorias foram repositionadas ao NS-5, estabelecendo assim padrões discriminatórios de vencimentos. Justificam os diferentes índices sob a falsa argumentação de que o profissional em Geografia, como exemplo, está submetido somente à três (3) anos de formação, quando na realidade o estudante leva de 4 a 5 anos para terminar o curso.

O Sistema CONFEA-CREAs, segundo o relatório espedido, passa a centralizar as diversas petições que demandam o Conselho Federal de Educação (CFE), tais como: aberturas de novos cursos; avaliação de cursos; novos egressos e mesmo conferir título ao graduado. A universidade passará apenas a expedir diploma genérico ao concluinte e a revalidação caberá ao sistema CONFEA-CREA.

Caso legalizem o pretendido, haverá, evidentemente, perda da autonomia universitária e o volume de arbítrios se intensificarão.

### O Que Fazer?

Para fazermos frente a toda ordem de violações contra a nossa afirmação profissional só temos um caminho a seguir: fazer de nossa entidade-AGB efetivamente representativa, isto é, torná-la personalidade reconhecida em nossa sociedade. Nossa unidade é fundamental para termos uma Associação à altura de defender, de direito e de fato, nossa categoria profissional e fazê-la participante no encaminhamento correto no processo de organização de nossa sociedade. A AGB está aberta e conchama a todos à unidade de propósitos e de ações.

A AGB É SUA, PARTICIPE !!!

POR UMA AGB FORTE E ATUANTE !!!

SÓ COM ORGANIZAÇÃO GARANTIREMOS O NOSSO ESPAÇO !!!

Figura 13 - Editorial do jornal *Espaço*, publicação da AGB-Goiânia, n. 3, 1983.

Fonte: Arquivo AGB - Goiânia

Para sintetizar a importância da AGB naquele período, encerramos este capítulo com uma passagem da entrevista do professor João de Castro, relatando que:

Eu vou contar uma coisa para você, que vai achar graça. **Eu aprendi geografia na AGB.** Eu fiz amizade com Wagner [Costa Ribeiro], com o Ariovaldo [Umbelino de Oliveira], com o Antônio Carlos Robert de Moraes, com o Ruy [Moreira], com o Douglas [Santos], com o Diamantino, com o Vesentini, com a Vânia Vlach, como o José Borzacchiolo, com o Orlando Valverde, entre outros. Então, **eu ia aos encontros**, aonde tivesse eu ia. (CASTRO, 2011 – destaques nossos)

## **Capítulo 4**

**Contexto acadêmico: A Geografia Crítica/Marxista de Horieste  
Gomes**

Apresentamos, até agora, as condições históricas contextuais que foram influentes para que Horieste Gomes construísse um pensar crítico: a sua formação humana, por meio da família, do trabalho e da convivência com pessoas politicamente engajadas e; a sua participação no Partido Comunista Brasileiro e na Associação dos Geógrafos Brasileiros. Esses dois momentos estão atrelados às generalizações políticas, econômicas, sociais etc. de um período, mas também existem as particularidades pessoais e da própria Geografia. Bem como identificamos e argumentamos, baseados na pluralidade do Movimento de Renovação, que o marxismo incorporado pela ciência geográfica tem múltiplas filiações, dentre elas o marxismo-leninismo.

Neste capítulo, iremos identificar como as discussões expostas anteriormente irão reverberar para que Horieste Gomes produzisse uma Geografia de cunho marxista e, que o tornaria um dos protagonistas da Geografia Crítica no Brasil.

Iniciaremos por situar a produção da geografia goiana nos diferentes períodos históricos até o momento atual. O objetivo do mapeamento é inserir o pensamento de Horieste Gomes, enquanto personagem central na consolidação dessa produção. A partir desse levantamento é que passaremos para a análise das publicações de Horieste, enfocando dois períodos. O primeiro se insere nas publicações iniciais de Horieste, cujas temáticas são variadas com predominância de temas, como o território goiano, a ciência geográfica e a questão ambiental. O segundo refere-se, prioritariamente, à discussão de método da Geografia e a inserção de textos em uma direção crítica. Notadamente, o Boletim Goiano de Geografia foi um dos espaços escolhido por Horieste para difusão de seu pensamento. No mesmo período dessas publicações também foram lançados alguns livros que tratam desse tema, um em especial consegue realizar uma síntese de sua posição no Movimento de Renovação da Geografia: *Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia*, de 1991, em primeira edição e de 2007, a segunda edição, revisada e ampliada.

#### **4.1 A Geografia produzida em Goiás: o protagonismo de Horieste Gomes<sup>34</sup>**

A década de 1950 marcou o período de institucionalização da Geografia goiana. Foi nesse período que se formou a primeira geração de geógrafos nas instituições de ensino de Goiás. Horieste Gomes é dessa geração. Ele se insere num momento muito particular da História. Em escala mundial, temos o fim da Segunda Guerra Mundial, o início da Guerra Fria e uma série de conflitos que são gestados nesse momento. Na escala, a nacional, tem-se o acirrado debate político que aflora com a morte de Getúlio Vargas na década anterior e culmina com a vitória de Juscelino Kubistchek para a presidência da república. Ou seja, a geração que se formou tem uma grande demanda de temas para trabalhar.

Foi em rodas de conversas livres, em palestras ou mesmo em aulas da pós-graduação, em que o tema “a produção geográfica de Goiás” desdobrou-se. Era comum eminentes geógrafos, ligados a produção geográfica de Goiás, dizerem e concordarem que não havia uma “geografia goiana”.

As justificativas e as argumentações geralmente se baseavam numa postura teórica: para haver a Geografia goiana deveria existir um modo goiano de se fazer Geografia, um estatuto epistemológico próprio. Seria então mais uma divisão dentro da ciência, ou seja, cada localidade teria o seu próprio estilo de fazer Geografia. Desse modo, existiria também a Geografia paulista, carioca, paranaense, pernambucana, entre outras. Também não se descarta a participação de importantes sujeitos para a formação e consolidação desse conhecimento em diversas localidades.

Enfim, ao problematizar a questão, argumenta-se: o importante e essencial é avaliar como a Geografia brasileira representa o território goiano; como é igualmente importante e essencial perceber como os

---

<sup>34</sup> Partes da discussão discutidas nesse tópico já foram apresentadas no artigo *Produção Geografia de Goiás – Brasil: tópicos para uma reflexão*, publicado na revista *Ateliê Geográfico* volume 7, número 03, em parceria com o orientador dessa tese prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

geógrafos que trabalham em Goiás – e que pesquisam o território goiano – contribuem na construção da geografia brasileira. Parece, à primeira vista, uma questão de escala. Entretanto, o núcleo da questão não é apenas identitária e nem apenas escalar, sendo também interpretativa. E não apenas interpretativa, mas política, no sentido de que o desafio é o sentido da análise que se faz do território goiano como parte indissociável do território brasileiro e inserido na política global.

Assim posto, caso o interesse seja apreciar o modo pelo qual os geógrafos que trabalham em Goiás fazem Geografia, uma série de perguntas deve ser feita: como as instituições goianas que produzem Geografia se situam diante do pensamento geográfico brasileiro? Que elos, parcerias, influências, características os geógrafos que produzem Geografia em Goiás possuem com instituições de outras partes do país? Caso os geógrafos que estão em Goiás desejarem pesquisar o território goiano, como isso será feito em termos teóricos, metodológicos, paradigmáticos, políticos e ideológicos?

Ao apresentar as questões por essa via e objetivá-los, é necessário expor os tópicos para uma reflexão sobre a produção geográfica em Goiás e sobre Goiás, para tanto, podemos partir de um ponto de apoio: componentes como a posição, o sentido estratégico, as mudanças socioespaciais do território goiano e a sua aglutinação com a economia do país, notadamente a partir da década de 1970, repercutiram no crescimento das instituições que operavam a produção geográfica em Goiás. Não é intenção deste trabalho responder ou esgotar todas as questões aqui levantadas, mas elencar argumentos que contribuam com a temática proposta.

Na mesma raia, poder-nos-íamos alegar que correspondente ao dinamismo do território goiano é o dinamismo da produção geográfica em Goiás que, por sua vez, entrelaça-se com o Brasil na economia do mundo a partir de uma alteração do padrão territorial da divisão regional do trabalho. Assim, é verossímil que a Geografia produzida em Goiás se

aproxime, sofra influências, apresente um tônus pujante relativa à Geografia brasileira.

A Geografia produzida em Goiás, bem como a paulista, a carioca, a paranaense, a gaúcha, a pernambucana, etc. se inserem, com algumas peculiaridades, no contexto da ciência nacional. Ou seja, as correntes científicas, as influências estrangeiras, as grandes referências, as correntes do pensamento geográfico, dentre outros dão as características abrangentes dessa ciência que se forma academicamente nos mais diferentes locais. Os atores, as instituições, o espaço goiano são elementos da singularidade no processo de formação e desenvolvimento dessa disciplina.

Defender isso é reafirmar o já exposto: não existe uma escola de pensamento geográfico goiana. Os geógrafos goianos, os trabalhos sobre o território goiano, as instituições goianas de Geografia estão inseridos no contexto de desenvolvimento da Geografia brasileira. Não existe um estatuto epistemológico próprio da Geografia de Goiás, como apresentado. Entretanto, podemos afirmar que há especificidades locais na formação desse conhecimento.

Partimos, portanto, de dois pontos, quais sejam: a ciência se desenvolve no seu percurso histórico, seja ele institucional ou apenas empírico, com pressupostos, método, objeto, epistemologia, etc. que são gerais; também esse desenvolvimento científico se dá pelas suas particularidades, ou seja, como os pressupostos, os métodos, os objetos são dinamizados, tendo como tema de estudo algumas especificidades locais, regionais. Esses elementos são as chamadas condicionantes internas para o desenvolvimento de algum campo do conhecimento científico, mas além delas temos que também entender os condicionantes externos, ou seja, o contexto histórico.

Não é novo o fato de que a ciência geográfica se faz presente – não na sua forma acadêmica sistematizada – bem antes dos precursores alemães Kant, Humboldt, Ratzel e Ritter. Não havia um local de se formar o geógrafo, ou seja, um curso de Geografia, no entanto, a figura desse

profissional já estava presente na Antiguidade, como já colocado por Souza Neto (2002), Machado, Lia (2000), Pereira (2000), Moraes (2000,), dentre outros. Talvez pensadores da Antiguidade Clássica, como a exemplo de Estrabão, Erastóstenes, Heródoto, possam ser considerados os mais antigos desse ramo. Nesse sentido, alguns trabalhos ligados à história do pensamento geográfico irão denominar de geógrafos aqueles que tinham como característica nos seus estudos a descrição da paisagem. Na verdade, esses sujeitos eram dotados quase de um saber enciclopédico, não sendo, portanto, apenas geógrafos, mas historiadores, naturalistas, etc.<sup>35</sup> Existia, sim, uma característica que os aproximava: o trabalho descritivo paisagístico. Esse caráter de outrora teve grande influência na concepção e na prática das pesquisas desenvolvidas mais recentes, conforme nos relata Gomes:

O fato de que a geografia tenha se constituído como disciplina a partir da herança deixada pelos viajantes e suas descrições e pelos naturalistas e suas coleções variadas, certamente foi decisivo. Por um lado, foi a partir do material deixado por esses pioneiros que os geógrafos começaram a trabalhar. Por outro lado, essa proximidade com viajantes e naturalistas e suas aventurosas e curiosas histórias devem, sem dúvida, ter contribuído no tipo de público atraído para o campo da geografia. Isso quer dizer que muitos geógrafos inicialmente tinham como horizonte e interesse essa agenda descritiva de lugares, por vezes bastante anedótica, e talvez tivessem pouca sensibilidade para esquemas explicativos abstratos. Podemos mesmo nos perguntar se ainda hoje, a tentação de definir, ou de pelo menos manter uma forte conotação naturalista dentro de certos domínios da disciplina não provenha ainda dessa mesma origem (GOMES, 2009, p. 20).

De fato, o rompimento com essa “tradição” só se fará mais adiante no percurso histórico. Porém, não podemos desconsiderar a importância desse saber para a formação da ciência moderna. Por isso, a Geografia produzida em Goiás, assim como em outros lugares, passa por essa fase não institucional, caracterizada principalmente pelo método descritivo. Apesar das críticas a ela dirigida como sendo uma ciência muitas vezes

---

<sup>35</sup> Para exemplificar, podemos citar nomes de importantes pesquisadores que estiveram em território goiano realizando pesquisas/inventários, sendo eles: João Emanuel Pohl, Auguste de Saint Hilaire, Richard Francis Burton, Francis de Castelnau, dentre outros (Gomes, 1999).

jocosa, como expõe Gomes (2009), ela contribui em dois pontos importantes: primeiro em desvendar os arranjos territoriais e; segundo, na sistematização de um conhecimento que estava em vias de se tornar um saber institucional.

Horieste Gomes no seu livro *A produção geográfica de Goiás*, de 1999, realiza uma periodização dos estudos geográficos de Goiás em três momentos. A primeira etapa se dá antes da institucionalização dessa ciência, denominada, por ele de histórico ou narrativo-descritivo (1722 – 1938). O segundo momento é compreendido, tendo como realidade a criação de instituições relacionadas ao saber dessa disciplina, como a AGB e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto não havia ainda cursos superiores em Goiás, ou seja, não se formavam geógrafos em terras goianas. O último, ou seja, o terceiro é marcado pela inserção da Geografia como curso universitário nas universidades goianas – da década de 1960 até os dias atuais – chamado pelo autor de período acadêmico<sup>36</sup>.

O período histórico ou narrativo-descritivo (1722-1938) – foi caracterizado pelo método descritivo. A paisagem, mesmo implicitamente, marcava os estudos dessa época. Os objetivos desses estudos eram vários, mas um em particular era o maior: realizar um inventário com grande quantidade de informações que, no futuro, poderia servir de argumento para a exploração territorial. Por isso, não é equivocado denominar essas pesquisas de exploratórias.

Esse período pode ser caracterizado mais por uma história geográfica do que necessariamente por estudos geográficos bem delineados. Afinal, nesse momento, essa disciplina como saber científico institucional ainda era nascente nas universidades europeias. Dessa forma, as referências da construção de um saber geográfico em terras goianas também são caracterizadas pelo método descritivo. Muitos

---

<sup>36</sup> Apesar de já haver curso de graduação em História e Geografia em Goiás na década de 1950, foi somente a partir da década de 1960, com a criação do curso na UFG, que houve a consolidação do ensino superior dessa disciplina em Goiás. Por isso, considerar o período acadêmico da disciplina a partir dessa consolidação é, no nosso entendimento, acertada.

trabalhos dessa época possuem perfil ufanista e bucólico, conforme já nos alertou anteriormente Gomes (2009). Por essa razão,

No conjunto podemos afirmar que os exploradores produziram uma geografia sem muita identidade geográfica, como a que atribuímos hoje em termos de produção e reprodução do espaço geográfico. Trata-se de uma geografia mesclada de história natural, estatística, demografia etc. e que, explicitamente, não revelava a natureza do seu sujeito e do seu objeto (GOMES, 1999, p. 18).

Esse contexto muda com o passar do tempo. As transformações ocorridas em nível nacional e mundial também são sentidas localmente. Nesse sentido, um novo período na produção geográfica de Goiás se estabelece, contudo com marcos diferentes. Isso não significa que há um rompimento abrupto de estudos apenas descritivos para uma maior sistemática, com método, objeto e estrutura científica bem delineada. Essa mudança não acontecerá de forma homogênea e será paulatina.

A segunda etapa da produção geográfica em Goiás tem como referência o surgimento de instituições que lidam com essa disciplina, daí a explicação de Gomes (1999) denominá-la de período ibegeano ou institucional. Nesse momento, destacam-se duas instituições que são criadas na década de 1930, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

A formação desses dois centros tem profunda ligação ainda com a “tradição” internacional, notadamente europeia, sobretudo francesa. A AGB é de 1934, e o IBGE, de 1938 (junção do Conselho Nacional de Geografia, de 1937, e do Instituto Brasileiro de Estatística, de 1935). Essas duas instituições passaram a divulgar mais os estudos geográficos, tanto aqueles realizados no Brasil, quanto os feitos no exterior. Para isso, utilizavam-se de mecanismos, como a Revista Brasileira de Geografia do IBGE e as reuniões periódicas da AGB.

Tanto o IBGE, como a AGB não nasceram em terras goianas. Dessa forma, não formaram geógrafos em Goiás. Entretanto, os estudos de Goiás, nessa nova fase, foram realizados por pesquisadores, de algum modo, ligados a esses centros que aqui estiveram para contribuir com o

entendimento do imenso e desconhecido território do estado. Para exemplificar, podemos citar nomes importantes que realizaram em Goiás pesquisas importantes: Ofélia Sócrates do Nascimento; Pierre Monbeig; Lysias Augusto Rodrigues; Leo Waibel; Speridião Faissol; Zoroastro Artiaga; Aziz Ab'Saber; Fábio Macedo Guimarães e; Orlando Valverde<sup>37</sup>. Entre esses estudiosos Gomes (1999) dá destaque para Monbeig:

Sem dúvida, a mais importante contribuição de Monbeig para a geografia goiana não são seus escritos sobre Goiás, por sinal escassos, mas sim ter sido um verdadeiro pioneiro, formador de futuros professores e pesquisadores, nos parâmetros de uma geografia moderna, científica formativa e humanista, ensinando-nos a pesquisar a realidade geográfica em sua complexidade (GOMES, 1999, p. 58).

A importância de Monbeig foi reconhecida especialmente, mas todos os geógrafos anteriormente mencionados contribuíram para formar um arcabouço teórico e empírico do território goiano, o que culminou em décadas posteriores, especificamente a de 1960, na formação e consolidação dos primeiros cursos superiores de Geografia do estado.

Entra-se, então, em um novo período, denominado por Gomes (1999), de acadêmico. Este se estende da década de 1960 até 1996 (ano da confecção do livro). No entanto, esse período não se finda em meados dos anos de 1990. Ele ganha características diferentes, principalmente, com a implantação da pós-graduação *stricto sensu* em Geografia, na UFG e, perdura até o presente.

Esse é, sem dúvida, o período mais rico e produtivo da Geografia em Goiás. Destacam-se, particularmente, as duas instituições que implantaram cursos de graduação em Geografia – UFG e UCG. Esses cursos, nos seus primeiros anos de funcionamento, tinham em seus quadros de professores diversos profissionais, tais como: diplomatas,

---

<sup>37</sup> Dos autores mencionados, dois deles, Ofélia Sócrates do Nascimento e Zoroastro Artiaga, viveram em território goiano e, no nosso entendimento, podiam configurar como os pesquisadores do primeiro período da periodização de Gomes (1999), pois alguns de seus trabalhos são nitidamente bucólicos e ufanistas.

juizes, advogados, historiadores, dentre outros (CASTRO, 2011; GOMES 2011).

Havia, portanto, a partir dessa institucionalização acadêmica, proporcionada por esses dois centros de ensino superior, uma maior produção sistematizada do conhecimento geográfico que ultrapassava os limites da universidade. Dentro da universidade, não somente os professores da graduação em Geografia produziam pesquisas ligadas à ciência geográfica, também outros professores de outros departamentos, com destaque para aqueles cursos das humanidades. Fora dela, havia os órgãos governamentais que também realizavam pesquisas, inclusive contavam com a participação de profissionais geógrafos formados por essas duas instituições de ensino, sendo eles: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional de Goiás (INDUR), Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia (IPLAN) e Secretaria de Planejamento de Goiás (SEPLAN).

Já no período de criação do curso de geografia na UFG, o caráter político entra em cena. Cria-se o Centro de Estudos Brasileiros (CEB) – primeiro local de estada do curso de graduação –, que contava com intelectuais, principalmente goianos, de notório saber, entre eles: Bernardo Êlis, Augusto Martins, Amália Hermano, Horieste Gomes, etc. Esse centro era encarregado de oferecer cursos que versavam temas brasileiros e regionais. Também surgem, a partir desse centro, outros cursos na área de humanidades.

Na verdade, o CEB era uma miniatura do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Por isso, “A realidade goiana – histórica, geográfica e sociológica – em parte desconhecida, passava a ser objeto de estudos analíticos sob uma nova postura crítica” (Gomes, 1999, p. 116). O CEB tinha como objetivo formar quadros para compor a base da administração pública municipal e estadual. No entanto, ele durou apenas três anos, pois foi fechado depois do golpe militar de 1964.

Para divulgar as pesquisas realizadas nos recentes cursos de graduação e de outros locais foram criadas algumas revistas que tinham

como intuito dar visibilidade a essa produção. Podemos considerar, sem nenhuma dúvida, que o Boletim Goiano de Geografia, com seu primeiro número de 1981, foi o principal periódico que divulgou os trabalhos produzidos nas terras goianas<sup>38</sup>. Ainda há outros que tiveram poucas publicações e desapareceram, podendo destacar: Cadernos de Estudos Brasileiros, Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Cadernos do CEFEG (Centro de Estudo Filosófico e Econômico de Goiás), Boletim informativo da AGB Goiânia “O Espaço”.

Devemos fazer uma menção sobre a AGB – Goiânia, quando se trata do período institucional da Geografia, afinal, ela, como uma associação profissional, contribuiu para a formação e difusão da Geografia produzida em Goiás. Essa instituição organizou palestras, cursos, seminários, debates, mesas redondas, etc., além de publicar alguns periódicos, que foram sazonais. Nesse contexto, ressaltamos a participação do geógrafo Ruy Moreira, militante da AGB e amigo de importantes geógrafos goianos. Essa participação do professor Ruy Moreira nos meios acadêmicos e políticos goianos é expressa na passagem de Gomes (1999, p.163), na qual destaca que

Sua presença entre nós, até os dias atuais, tem sido uma constante, e sua efetiva contribuição já soma mais de uma dezena de eventos, tais como cursos, seminários, mesas-redondas, palestras, conferências, gestões coletivas, atividades de pós-graduação, textos etc. Enfim, atividades em que ele vem participando ativamente conosco.

Essa participação de Ruy Moreira em eventos promovidos, principalmente pela a AGB – Goiânia, confirma nosso argumento de que os geógrafos de outros estados contribuíram sobremaneira para que a Geografia em Goiás se desenvolvesse. Ela também ratifica a afirmação de que eles formaram importantes para a materialização do Movimento de Renovação da Geografia em Goiás.

---

<sup>38</sup> Essa Revista é, ainda hoje, publicada regularmente pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

Esse breve relato da constituição e consolidação da Geografia em Goiás estende-se desde os viajantes naturalistas até a implantação de cursos superiores. Constitui, portanto, o período da graduação até meados da década de 1990 o *locus* primordial do ensino e da pesquisa nas instituições superiores de ensino, notadamente, a UFG e UCG. Entretanto, com a criação de cursos de pós-graduação em Goiás, acompanhada de um aumento significativo desses cursos no Brasil, muda-se vertiginosamente o caráter das pesquisas em Geografia.

A força da pós-graduação se faz presente nesse momento: primeiro com o curso de mestrado no IESA/UFG e, posteriormente, com o doutorado e, também, recentemente com os cursos de mestrados nos câmpus de Catalão e Jataí, ambos da UFG. Há um substancial crescimento dos trabalhos ligados prioritariamente aos programas de mestrado e doutorado, porém essa quantidade, ainda que elevada, se comparada a períodos anteriores, está vinculada às instituições das regiões Sul e Sudeste, principalmente o Sudeste. Isso implica:

[...] Embora haja uma horizontalização dos cursos de geografia por todas as regiões do país, mantém-se ainda uma hegemonia da produção no Centro-Sul; o avanço da pesquisa geográfica, seu delineamento e seus conteúdos são produtos da expansão da pós-graduação, o que pode conduzir a um estilo vigiado (CHAVEIRO, s/p. 2012).

Ressalta-se que a expressão estilo vigiado não é uma crítica rápida e rasa ao produtivismo acadêmico. É sim a uma produção que se direciona apenas a atender editais, linha de pesquisa dos programas de pós graduação, realizar convênios internacionais etc. Não nos referimos em quantidade, mas sim em qualidade e direcionamento que são coisas completamente diferentes. O próprio Horieste Gomes possui uma quantidade enorme de artigos, livros, textos em geral etc. no entanto, não se encaixa naquilo que costumeiramente designamos de produtivismo e nem mesmo por um estilo vigiado. Pelo contrário, sua autonomia sempre foi uma de suas marcas, tanto é que podemos distinguir seu pensamento de outros dentro do Movimento de Renovação da Geografia. O fato é que

a pós-graduação, no cenário atual, comanda a produção científica no Brasil, não só na Geografia, mas nas ciências em geral.

Já foram defendidos desde sua criação, no ano de 1995, mais de duzentos trabalhos com temas diversos. Somente até o ano de 2008, já haviam sido produzidas quase duzentas pesquisas, conforme dados do programa. “De 1995 a 2008, foram matriculados 241 alunos no mestrado com uma evasão de vinte alunos. Nesse período, foram defendidas 187 dissertações”. (PPGG-IESA-UFG)

Esse novo cenário da produção geográfica em Goiás se insere num contexto nacional da expansão da pós-graduação. Suertegaray (2003) mostra quantitativamente esse aumento em escala nacional. Em 1996, só havia 11 programas de pós-graduação em Geografia, no Brasil; cinco anos depois, em 2001, esse número totalizava 21; e, em 2003, já somavam 26 programas. Em recente levantamento, no ano de 2012, foram detectados cinquenta programas de pós-graduação em Geografia em território nacional. Esses programas publicam regularmente revistas científicas que, de algum modo, expõem a produção da Geografia nacional.

Tanto as revistas, quanto os programas são avaliados sazonalmente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atribuindo-lhes notas e conceitos. O que caracteriza, no nosso entender, uma produção vigiada, como expõe Chaveiro (2012). Também nessa perspectiva, há uma preocupação cada vez maior em internacionalizar o saber, criando convênios com instituições de toda parte do mundo, além de fragmentar o conhecimento em laboratórios que possuem visões especializadas. Essas características não são restritas a Goiás, mas à ciência brasileira como um todo.

Podemos pensar então em uma ciência nacional? O termo prosaico “Geografia brasileira” parece ser um daqueles que não exigem menores ou maiores ponderações. Ele não coloca uma dúvida imediata ao receptor, quando alçado em qualquer circunstância. Todavia, uma inspeção mais demorada pode dar conta de que ele encerra uma

multiplicidade de vieses, de componentes e variáveis. Isso quer dizer que a pressão imediata de significá-lo pode esvaziar a sua rica significação.

Quando se usa a expressão “Geografia brasileira”, pode-se, por exemplo, estar se referindo à história de um saber sistemático, denominado ciência geográfica, que não teve – e não tem – por exemplo, o prestígio de outros campos de saber; pode-se, igualmente, fazer referência apenas ao aspecto institucional, como a sua organização curricular, o seu registro normativo, seu vínculo com as universidades; pode-se mencionar as tendências teóricas e paradigmáticas que alicerçam as suas categorias e conceitos de análises e, inclusive, pode estar se referindo ao aspecto político em que se situa a ação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), outras intervenções, o campo profissional, a disputa ideológica, o mercado de trabalho, o cenário em que a pesquisa geográfica se debruça, o campo do ensino e sua vastidão de componentes.

Para clarear o entendimento, podemos ter uma resposta-síntese: a Geografia brasileira é a ação e a organização de um campo de saber, cuja tradição se vincula por meio de aspectos institucionais, em que se vê a presença do Estado no processo de sua normatização; o campo formativo-epistemológico e; o campo prático-ideológico. Esses aspectos ou vertentes, por certo, desdobram-se em componentes políticos, sociais, econômicos, culturais e ideológicos.

Partimos do entendimento de que há uma ordem geográfica específica que corresponde ao modo como os geógrafos, em suas diferenças, conflitos e contradições, desenvolvem o trabalho geográfico na pesquisa, na ação profissional no ensino e no planejamento, relativo ao modo como historicamente o país se delineia atualmente diante do modelo de acumulação integrada do modo de produção capitalista. Ao situar a Geografia no contexto objetivo do mundo e, estreitar a sua análise de acordo com as vicissitudes reais, estamos pautando um princípio: a relação do conhecimento com a história e o seu imbricamento com quem a desenvolve.

Sendo assim, a questão central é verificar a ligação da Geografia com os rumos da construção do território brasileiro e o modo como, ao elaborar o conhecimento geográfico dos lugares, das regiões, do país e do mundo, produz-se uma representação que não apenas se resume no conhecimento, mas num modo de intervenção ou num tipo de filiação aos ditames sociais que desafiam o saber científico.

A partir desse entendimento, apresentaremos alguns pontos que julgamos relevantes:

- a expansão de cursos de Geografia por todas as unidades federativas e, mais recentemente, a força da pós-graduação, especialmente, em nível de cursos de mestrado e doutoramento, dão sinal de uma horizontalização da produção geográfica, pois incrementam os departamentos, geram pesquisas, criam um mercado de trabalho para o cargo de professor-doutor, edificam eventos. Portanto, sinalizam o aumento de um diálogo interno entre os pares da comunidade geográfica, não restringindo apenas a alguns centros.

Especificamente o incremento produzido pelo controle da Pós-graduação aos rumos da Geografia brasileira, por mais que as representações políticas do campo em órgãos oficiais pautem as decisões por meio de deliberações democráticas, o aumento numérico da pesquisa geográfica, o seu desenho teórico, os seus conteúdos e o estilo expressam o que denominamos de uma Geografia de estilo vigiado. Invisivelmente, esse estilo pode proclamar a ação de uma rede de comando geopolítico a partir de uma série de intervenções, por exemplo, os temas que recebem mais patrocínios, os autores que vigoram com mais aceitação, as correntes geográficas importadas, etc.

Embora haja a expansão e, o controle dos rumos da Geografia tenha a presença forte da Pós-graduação, não há como isso ser total. Por isso, o sinal de horizontalização enuncia novos atores, novos diálogos e um aumento da pesquisa geográfica nos imensos lugares do país. Todavia, enxergamos, ainda, a manutenção da hegemonia da produção

geográfica no Centro-Sul do país, demonstrando que a lógica real do território ecoa na lógica da distribuição da ciência e em sua organização.

A força da pós-graduação, em alguns casos, minimizando, inclusive, a atenção com a graduação, não elimina o substrato político do Movimento de Renovação que na atual fase herda ou tem de dialogar. Como tem enfatizado a professora Ana Fani Alessandri Carlos (2012), há um retrocesso, um arrefecimento e uma nova rota da produção geográfica e de suas características, eles são inibitórios do processo crítico e do comprometimento das pretensões cunhadas pelo Movimento Crítico de Renovação, o que embaralha os rumos da Geografia e refaz os conflitos internos. Desdobra desse quesito uma nova especialização montada, por exemplo, no funcionamento de laboratórios, desdobrando no perigo de perda de referências basilares de sua tradição. Contudo, a Geografia brasileira, atravessada pelos diversos conflitos, mostra criatividade, possibilidade, resistência, vigor e possibilidades. Isso remete à compreensão que, nesta nova ordem geográfica, consoante às mudanças históricas do país, refazem-se as contradições internas da Geografia, dispondo-se em retrocessos e avanços ao mesmo tempo.

Essa situação evidencia como desafio a compreensão das posições que reinscrevem o fazer e o saber geográficos no contexto de avanços ou de retrocessos, como a dispersão do saber, a fragmentação de campos, criando um conflito interno e diluindo o sentido de unidade almejado pelo Movimento crítico da Renovação.

Nesse contexto, surge com rapidez o que aprendemos a denominar de geografias, tais como, Geografia da Imagem, Geoecologia. Etnogeografia. Psicogeografia. Geografia literária. Geografia cultural ou Geografia cultural renovada. Geopoética. Geografia dos sabores. Geografia da existência. Geografia do sujeito. Geomática. Geoestatística. Geografia das modelagens. Geografia dos movimentos sociais. Geografia do trabalho. Geografia do crime. Geografia da violência. Geoambiente ou Geografia socioambiental. Geografias menores. Geografias subversivas, etc.

Todas essas “geografias” testemunham, pela inserção numa nova ordem mundial, a necessidade de criar campos e áreas novas. Ao mesmo tempo, vivenciam a urgência institucional de fomentar uma predicação que justifica a identidade do campo, não apenas dando autoria, segmentando o saber, mas fortalecendo a institucionalidade fragmentada, o que pode arremessar a atenção e o trabalho dos geógrafos mais para a organização que para o debate, ou mais para os negócios que para a geração de ideias e/ou para as atividades que promovem a criação de ideias. É importante perceber que ações, como ler, ganham outro sentido.

A leitura pragmática, propedêutica e direcionada, geralmente apressada, toma corpo, minimizando a função de gerar reflexões e interrogações, podendo exaurir na produção a ambição de universalidade e, processar uma espécie de empirismo sofisticado por meio de textos burocratizados, embora com citação de autores reconhecidos como autoridades intelectuais. A desistência das ideias pode resvalar numa Geografia sem causa ou com causas difusas próprias e convenientes à ação ideológica a favor de atores que comandam e dominam o território.

A necessidade de institucionalizar as geografias, os grupos de pesquisa e as redes de aproximações, às vezes, mediante o fortalecimento de uma estratégia de negócio, consciente – ou inconscientemente – pode fazer parte de um mecanismo: dotar as identidades de forças para participarem da disputa própria de uma economia de mercado que resvala na ciência e em sua organização. De repente, a expansão do campo pelo país ocorre sequestrando a vitalidade do debate, que emergiu anterior à própria expansão.

As disputas ganham outros destinos: nem sempre são teóricas ou abertamente enunciadas pelas visões de mundo, mas, pela artimanha que se faz para a aprovação de editais, instrumentalização da carreira, aumento de notas para os programas de pós-graduação. Isso pode colocar em segundo plano o debate pedagógico ou a discussão de sentido da ciência, bem como o rumo e o prumo intelectual. Resulta disso o estilo

do formalismo acadêmico, espécie própria de linguagem e organização, que são capazes de empastelar e apropriar, inclusive, de condutas e nomenclaturas, anteriormente tidas como representantes da resistência, como as palavras “crítica”, “criatividade”, etc.

Do mesmo modo que expande um sem-fim de geografias. O ritmo frenético e intempestivo, motivado pela novidade, em muitos casos, os intercâmbios apressados de profissionais com instituições de outros países, objetivando apenas a garantia de um lugar no solo geográfico, cria uma fonte variada – e quase em desvario – de filiações a autores que apresentam essas “novidades”.

Uma espécie de proselitismo geográfico, costurado por uma abertura desenfreada, faz do corolário da pluralidade do saber a aceitação de uma mudança das tradições sem ter lucidez do processo. Diante dessa situação, parece ser conveniente perguntar: como dar um passo de avanço no Movimento Crítico, incluindo novos aportes paradigmáticos ou dos procedimentos e instrumentos de pesquisa, de maneira a interpretar, com lucidez, os conflitos do espaço contemporâneo?

Ao tratar do sentido crítico, banalizado e tornado, em alguns contextos, refrão externalizado, convém perguntarmos se a missão dos campos de saberes se reduz ao processo crítico. Devemos, também, interpelar o que pode ser considerado, no plano filosófico e científico, como crítico, como, do mesmo modo, questionar se em nome da crítica não se pode desenvolver apenas uma nova espécie de retórica, alimentada por negócios psicológicos dos atores que exortam a sua raiva, sem necessariamente debruçar-se filosoficamente na crítica que emitem.

Parece que essas questões ensinam que pode haver na institucionalização de aportes, como o marxismo que pode brindar a realidade por meio de uma externalização do pensamento, antecipando a crítica do contato com o tempo e dispensando a capacidade precípua do pensamento: descobrir, inovar.

Ora, convém dimensionar que a ciência no Brasil, tal como é a estrutura territorial e econômica historicamente fundada, tem na

desigualdade regional e social os traços imanentes de sua constituição. Dessa feita, a desigualdade da produção científica, da sua logística e de sua força interna situa-se junto à desigualdade demográfica, social, política das regiões e dos lugares que compõem o país.

E mais: o investimento na ciência pelo Estado e pelo capital privado corresponde ao seu lugar no mundo. Desse modo, a produção do conhecimento, a elaboração de pesquisas, a organização de grupos, sua capacidade de negociação, os crivos ideológicos, as possibilidades e outros aspectos não residem, tão somente, na capacidade individual ou mesmo no esforço de uma comunidade coletivamente organizada, como a dos geógrafos. Certamente, os campos científicos se diferenciam entre si, conforme o ajustamento ao modo de produção e aos conflitos internos de cada campo, expondo a luta ideológica por dentro dos aludidos campos.

Cabe aludir ao que as estatísticas apregoam: o Brasil oscila entre a sexta e a nona economia do mundo, mostrando um dinamismo de sua economia, que exige um dinamismo proporcional de suas instituições. Esse processo gera uma pressão no território mediante as obras de engenharia, como ferrovias, anéis viários, hidrovias, construção de hidrelétricas, expansão de universidades, recriação de grandes redes de supermercados, duplicação de vias, melhora de portos, construção de plataformas tecnológicas, etc.

Pode se observar que o dinamismo, além de alterar o conteúdo do espaço, criar novas interações entre os lugares e gerar mais conflitos sociais, exige mais obras e incrementa o mercado consumidor, o que faz aumentar o nível de problemas sociais investidos no espaço e no território.

Realidades, como o aumento de veículos no interior das cidades ou o crescimento estrondoso nas metrópoles, criando um problema grave no trânsito; o número recordista de brasileiros que viajam para países estrangeiros, alargando a dimensão simbólica das fronteiras culturais; a quantidade de gente estrangeira de vários países, inclusive do mundo

rico, que se interessa comercialmente pelo Brasil; de migrantes de países pobres da África e da Ásia que procuram o país; assim como a fermentação do mercado consumidor; o nível de aumento de violência; a formação de rotas de novos ricos e; outras realidades, alteram o gradiente dos lugares, o tônus das classes sociais, o valor de casas, lotes, o preço da terra, a irradiação de um clima especulativo, como novas oportunidades e o agravamento de antigos problemas e o surgimento de novos.

O que se vê é a alteração da produção do território nacional, reconstituindo algumas regiões e lugares, bem como reformulando a sua inserção por meio de novas redes. Enxergamos, igualmente, o impacto no meio ambiente, do mesmo modo que é possível perceber novas direções dos fluxos do capital que reordenam a rede urbana e redesenham o uso do espaço agrário e os conflitos pela terra.

Poder-nos-íamos sintetizar que há novos conflitos territoriais, próprios de um país que se internacionaliza e incrementa a sua economia, reorganizando o trabalho, alterando o conteúdo dos lugares, criando problemas e desafiando a ação teórica e a prática dos geógrafos e da Geografia. Essa situação provê a necessidade basilar de responder: como a Geografia brasileira atual, fundada nas características elucidadas anteriormente, participa desse território dinâmico, contraditório e internacionalizado? Seria a internacionalização da Geografia o grau proporcional da atualização da pesquisa geográfica ou a sua rendição aos ditames hegemônicos?

Harvey (2010, p. 120), ao analisar o momento no qual se situa o capitalismo, ajuda a compreender o processo, explicitando que

Os processos de acumulação do capital não existem, obviamente, fora dos respectivos contextos geográficos, e essas configurações são por natureza bastante diversificadas. Mas os capitalistas e seus agentes também têm um papel ativo e fundamental na alteração dessas configurações. Novos espaços e relações espaciais estão sendo produzidos constantemente. Fazem-se redes de transporte e comunicação totalmente novas, cidades que se esparramam e uma paisagem agrária muito produtiva. Grande parte das terras foi desmatada, os recursos foram extraídos das entranhas da terra;

habitats e condições atmosféricas (tanto local como globalmente) foram modificados. Os oceanos têm sido vasculhados em busca de alimentos, e todos os tipos de resíduos (alguns tóxicos para todas as formas de vida) foram espalhados pela terra. As mudanças ambientais de longo prazo, provocadas pela ação humana ao longo de toda a nossa história, têm sido enormes. As transformações provocadas pelo capitalismo têm sido ainda maiores. O que nos foi dado pela natureza há muito tempo foi substituído pelo que foi construído pelo homem. A geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida.

Convém compreender, conforme a importante contribuição do geógrafo, que a mobilidade de capitais, o aumento do PIB e da produção, o rebatimento nas classes sociais na organização dos espaços têm o poder de recolocar os sentidos e os valores dos saberes, bem como as suas funções e os seus rumos ideológicos. Tais ações podem criar algumas confusões entre agilidade e pressa ou inserção com pragmatismo, organização com burocratização.

Não é à toa que, nesta fase da história do mundo, a engenharia genética, é considerada um campo de saber de prestígio, que aliada à biotecnologia, ganha força diante de outros campos de saber. Como é verossímil, que a matemática e a estatística, por alimentarem a pesquisa tecnológica, voltem a ter o prestígio instrumental de outrora. Assim, como é coerente exigir uma Geografia pragmática, rápida, baseada em softwares, ou que se baseie em modelos matemáticos que curvem a discussão política e teórica para um plano secundário.

Ora, não se trata apenas de um vínculo externo ou de uma organização institucional rente às demandas hegemônicas do mundo. Trata-se de um novo desenho ideológico ou de um antigo desenho ideológico, reformulado num grau de sofisticação que parece dar legitimidade central nesse quesito: que os geógrafos entrem no comércio do mundo, tornem-se igualmente negociantes e instituidores de uma autoridade de vendedores simbólicos ou práticos, minimizando o sentido intelectual e pedagógico do seu fazer. Ou colocando o sentido a reboque do pleito pragmático.

Correspondente a uma ordem econômica e social do país, desdobra-se uma nova ordem geográfica que alimenta a fragmentação de

referências no plano de visão de mundo. Dispersar o pensamento ou flexibilizá-lo, como é o enunciado oficial, pode criar uma confusão: fazer da pluralidade e da aceitação da diferença o dado ideológico do estilhaçamento e do desvario, criando o ecletismo que, por sua vez, redonda no relativismo niilista ou no que se tem alcunhado de razão cínica.

Se a possibilidade da pluralidade de rumos, a abrangência temática, o aumento das possibilidades de diálogos com outros saberes podem conduzir a avanços na Geografia brasileira atual, à medida que supera a vigilância epistemológica ou posturas reducionistas do período de Renovação, pode-se incorrer em transformar o ecletismo num recurso que embaralha a capacidade de os geógrafos descobrirem os sentidos e os rumos do saber que se produz.

Há, por assim dizer, conflitos abertos, diretos, compreendidos ou não, que são costurados pela ligação material dos campos de saber com o estatuto social do mundo. Resulta desse processo uma contradição: pode haver um professor, um pesquisador reconhecido como poderoso institucionalmente, todavia intelectualmente frágil.

Contudo, a pluralidade, a oferta de mais recursos, a maior capacidade de intercâmbio, a rapidez com que as informações cruzam o país em face dos novos recursos fazem do plano da multiplicidade de referências, de criação de escolas, de laboratórios, de ampliação das linguagens, numa ampla, rica e variada possibilidade de fazer uma Geografia criativa e com grande poder de intervenção. Esse é o benefício desse sinal de horizontalização em que o Centro-Sul não apenas tem a responsabilidade e as condições de pensar o país.

Em outro polo, essa horizontalização, fora os números, não garante a democratização da produção nacional da Geografia e, especialmente, o seu poder de intervir no modo geográfico de pensar o país, uma vez que isso envolve a história do Brasil e a maneira pela qual o território foi estruturado.

Expressões, como “a geografia que se produz atualmente no Brasil perdeu a sua ambição teórica”, “houve uma regressão crítica na geografia comandada pela pós-graduação”, “está em curso uma nova sensibilidade geográfica”, “reinstalou-se uma nova fragmentação geográfica no Brasil”, “a pujança da geografia brasileira criou possibilidades de se pensar o Brasil por outros ângulos”, e tantas outras, mostram que o período atual, de fato, apresenta uma nova ordem da produção geográfica.

Por isso, é importante entender o modo pelo qual a produção geográfica em Goiás faz conexão com a Geografia brasileira, bem como os conflitos, as diferenças e as contradições advindas da força da pós-graduação no atual momento. Por outro lado, essa força está conectada aos aspectos objetivos da economia do país e sua inserção no sistema-mundo.

No caso específico da produção geográfica em Goiás, mais importante que interpretar os rumos, as escolas, as teorias que a embasam, é verificar como essa produção lê o território goiano e brasileiro. Ao colocar assim, estamos nos posicionando: o importante é a produção de sentido desse campo de saber, sua capacidade de intervir nos rumos da sociedade brasileira.

Não há dúvida de que há, em Goiás, uma expansão da produção geográfica, o que redundará num aumento dos trabalhos que interpretam o território goiano. Todavia, pelo fato de essa produção ser coordenada pelo regime da pós-graduação, a tendência é os trabalhos serem fragmentados. Em função disso, poder-se-ia concluir que essa produção, salvo raras exceções, ao insistir em procedimentos esmigalhantes, deixa de ler a dinâmica do território goiano de maneira totalizante e; não enxerga os níveis de contradições desse território dinâmico, aspecto importante no modelo de acumulação que se desenvolve atualmente no Brasil.

Ademais, há que enxergar novos autores que protagonizam a produção geográfica em Goiás. E, pelo fato de a Geografia ser nova em Goiás, pelo menos três gerações possuem a oportunidade de dialogar,

fazer trabalhos conjuntos, trocar experiências. Isso cria um cenário potencial ativo para os geógrafos daqui estabelecerem boas conexões com geógrafos de outras partes do Brasil e do mundo e, assim, efetivarem trabalhos atualizados, propositivos, críticos e criativos no âmbito desse campo do saber.

Sendo da primeira geração de geógrafos formados em Goiás, Horieste Gomes, vivenciou efetivamente o período da Geografia acadêmica. Ele esteve na linha de frente da formação, organização curricular e gestão do curso da Universidade Federal de Goiás, portanto, enfrentou vários desafios e, também, fomentou uma série de trabalhos. A sua leitura do território goiano se faz a partir do método adotado e, dessa maneira, faz ponte com a Geografia Nacional, alimentando-a e sendo alimentada pelos debates da ciência brasileira. Isso se dá com mais força depois dos anos de 1980, principalmente pelas suas publicações no Boletim Goiano de Geografia e pela sua participação na AGB. Mas, antes disso, ele já havia publicado uma boa quantidade de trabalhos.

#### **4.2 O Boletim Goiano de Geografia: expressão de uma posição política/acadêmica**

O Boletim Goiano de Geografia (BGG) completou, em 2011, trinta anos de existência. Esse periódico, o primeiro especializado em Geografia de Goiás, publicou desde sua primeira edição um grande número de artigos de variados temas. Mesmo não sendo possível dizer que tais publicações refletem a produção geográfica de Goiás, elas, em certa medida, dão um bom tom dos principais assuntos abordados e dos personagens de uma época.

Um dos fundadores do Boletim Goiano de Geografia foi Horieste Gomes. Recém-chegado do exílio, ele e mais alguns professores, como Antônio Teixeira Neto, organizaram o primeiro número. Ainda de forma bastante rudimentar, “O primeiro Boletim Goiano de Geografia foi produzido no mimeografo”, conta Horieste Gomes (2013).

Em termos de divulgação dos textos relacionados à Geografia, o Boletim Goiano de Geografia foi um grande avanço. Os textos nele presentes, apesar de temáticas variadas, tinham um considerado número relacionados à teoria da Geografia e, especialmente, às leituras da corrente crítica, inclusive referentes aos estudos de Horieste. Por isso, compreendemos que esse periódico, além de difundir as ideias acadêmicas, também serviu para expor as posições políticas dos autores que estavam engajados no Movimento de Renovação da Geografia.

Pela importância do BGG e o protagonismo de Horieste, faz-se necessário discutir as publicações desse autor para atender o seguinte objetivo: identificar, a partir dos textos publicados nesse periódico, como ele desenvolve e consolida o seu pensamento crítico/marxista. Em especial, o modo pelo qual lida com a dicotomia da Geografia e que incorpora as categorias marxistas. Vale ressaltar, que não se pode resumir o pensamento dele apenas pelos artigos publicados nessa revista, ela é apenas um dos meios pelos quais ele divulgou o seu pensamento.

Em mais de uma década – período de 1881 a 1994 –, Horieste Gomes publicou 13 artigos no Boletim Goiano de Geografia, a grande maioria de forma individual e outros em parceria com outros autores. O Quadro n. 05 apresenta todas as suas publicações nesse período.

**Quadro n. 05 – Artigos de Horieste Gomes publicados no Boletim Goiano de Geografia**

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Volume/número</b>
1981	Geografia e planejamento	V. 1 n. 1
1981	A pesquisa geográfica	V. 1 n. 2
1982	A interação homem-natureza e a questão ecológica	V. 2 n. 1
1982	Subsídios a política de meio ambiente tem Goiás <sup>39</sup>	V. 2 n. 2
1983	Reflexões sobre a dialética	V. 3 n. 1 - 2
1983	Espaço e tempo em geografia	V. 3 n. 1 - 2
1984/85/86	Dois estudos sobre Picos <sup>40</sup>	V. 4/5/6 n. 1 -2
1987/88	Geografia e subdesenvolvimento	V. 7/8 n. 1 - 2
1987/88	A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico	V. 7/8 n. 1 - 2
1989/1990	Capitalismo X Proteção Ambiental	V. 8/9 n. 1 - 2
1991	Ciência, geografia e tecnologia	V. 11 n. 1
1994	América: desenvolvimento ou exploração colonial e neocolonial	V. 14 n. 1
1994	Modelo teórico de pesquisa integrada	V. 14 n. 1

Fonte: Boletim Goiano de Geografia

Desses artigos, destacamos dois pela densidade teórica e posição política: *Reflexões sobre a dialética* e *Espaço e tempo em Geografia*, ambos de 1983<sup>41</sup>. As ideias defendidas nessas duas publicações norteiam, no nosso entendimento, um estilo próprio de pensar uma Geografia de

<sup>39</sup> Em parceria com Fernando Luiz Kratz, Antônio Teixeira Neto, José Luiz Domingues, Altair Sales Barbosa.

<sup>40</sup> Em parceria com José Eduardo A. Macedo Costa. Estagiários: Cione Silva Vital; Ellen Mendonça do Carmo; Esther B. Sampaio; Hilton Yssao Súmizono; Marta Souza de Castro; Ruth Ferreira Vaz.

<sup>41</sup> Apesar dos textos terem sido publicados no ano de 1983, as ideias neles contidas já estavam presentes em anos anteriores. Principalmente, aquelas que balizaram o texto “Reflexões sobre a dialética”, grande parte delas já haviam sido publicadas no Caderno do Centro de Estudos Filosóficos e Econômico do Estado de Goiás (CEFEG) (N. 01, ano 1982).

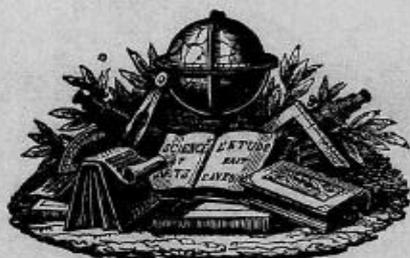
cunho marxista. Vale ressaltar, que os outros artigos também possuem explicitamente posição política e densidade teórica, todavia, esses dois estão enfocados mais nas questões de método. Outros três textos tratam exclusivamente sobre a teoria e a prática da Geografia, destacamos: *Geografia e planejamento* de 1981, *A pesquisa geográfica* de 1981, *Geografia e subdesenvolvimento* de 1988 e *Ciência, Geografia e tecnologia* de 1991.

Não só o BGG, mas vários periódicos tiveram papel fundamental em publicizar os debates e as pesquisas ligadas ao saber geográfico. Antes mesmo de haver cursos regulares nas universidades brasileiras, já havia instituições que lidavam com a Geografia e publicavam periodicamente textos, artigos, notas, etc. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro são exemplos disso. Também vale enfatizar a presença de intelectuais autônomos que produziam estudos sobre o território brasileiro com o viés geográfico e divulgavam seus trabalhos em livros e, também, em algumas revistas.

Os periódicos funcionaram e ainda funcionam como elementos de formação complementar formar. Uma vez que havia a necessidade de fazer circular esse conhecimento. Era necessário dar publicidade ao que era produzido pelos atores ligados à Geografia. Por isso, é importante dar a devida atenção às revistas que se lançaram nessa empreitada.

Em uma pesquisa rápida pelo acervo da Biblioteca Nacional (BN), encontramos a *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, (Figura, n. 14) tudo indica que essa foi uma das primeiras publicações específicas desse campo do saber. O primeiro exemplar dessa revista data do ano de 1885. Publicou-se, segundo informações colhidas na BN, até quatro volumes por anos, o último número é de 1948. Durante todo o período de sua circulação podemos constatar ligeiras interrupções. Segundo os editores, esse periódico tinha como missão a “investigação e exploração científica da geografia nos seus diferentes ramos”. (REVISTA GEOGRAPHIA)

BOLETIM  
 DA  
 SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA  
 DO  
 RIO DE JANEIRO  
 TOMO I  
 N. 1—1.º Trimestre  
 ANNO DE 1885



COMMISSÃO DE REDACÇÃO

*Conselheiro Cristiano de Alencar Araripe*  
*Engenheiro Dr. Antonio de Paula Freitas*  
*Engenheiro Francisco Antonio Pimenta Bueno*

RIO DE JANEIRO

Typographia -- PERSEVERANÇA -- rua do Hospício n. 95

1885.

Figura 14 – Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, anos 1, n. 1, I trimestre.  
 Fonte: Biblioteca Nacional

Outra revista importante para a divulgação dos trabalhos geográficos foi a Revista Brasileira de Geografia do IBGE. Ela teve uma longa vida, que se iniciou no fim da década de 1930, estendendo-se até o início dos anos 2000. Ela divulgou temas variados, desde estudos de caso até debates epistemológicos. Um número razoável de geógrafos de várias gerações formou-se tendo como referência os trabalhos ali publicados. Percebemos, por meio dos artigos contidos nesse periódico, a estreita relação dessa ciência com projetos nacionais, como expõe Geiger:

Para fomentar a ideologia nacional, romper obstáculos à integração espacial, à centralização e a modernização seria necessário um discurso descritivo, a mensuração, o controle do território e, também, dividir para reinar, a divisão regional. Não é por acaso que os primeiros números da Revista Brasileira de Geografia iniciam duas séries de artigos: a de Pierre Deffontaines (Deffontaines, 1939), descrevendo a dimensão do Brasil e dando o tom da nova Geografia acadêmica que estava sendo introduzida, a linha vidalina, onde a moldura do quadro natural comanda a organização das atividades humanas; e a de Moacyr F. Silva (Silva, 1939), focalizando a Geografia dos Transportes, o instrumento da integração espacial (GEIGER, 1988, p. 62 – 63).

Além dessas revistas, temos também de considerar as publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Essa entidade, apesar de ter nos seus primeiros anos de funcionamento uma revista periódica – Revista Geografia e Boletim da AGB – ela também divulgava textos relacionados à Geografia, tanto em publicações à parte, como também nos anais dos eventos que organizava. Cabe ressaltar que essas duas publicações não lograram êxito com relação à sua perenidade. A primeira durou apenas dois anos, 1935 a 1936; a segunda, quatro anos, de 1941 a 1944. Todavia, na década de 1980, o auge do Movimento de Renovação, essa associação criou a Revista Terra Livre, que será um dos canais de debate e discussão da Geografia brasileira. Nessa revista Horieste participou por muito tempo como membro do conselho editorial, bem como publicou alguns textos.

Sem dúvida, esses periódicos cumpriam o papel de publicar estudos geográficos e difundi-los para várias partes do território nacional e levavam consigo o debate de uma época.

Em escalas regionais e locais, outros periódicos também surgiram. Principalmente aqueles ligados aos cursos das universidades recém-criadas, notadamente, havia um maior número na região Sudeste.

Em Goiás, algumas revistas divulgaram estudos relacionados a temas da Geografia, mas não havia, até a década de 1980, nenhum boletim especializado para esse campo do saber. Foi então que se criou no ano de 1981 o Boletim Goiano de Geografia, ligado ao departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás. Esse periódico se juntou ao demais existentes no Brasil e tinha a mesma missão, qual era: divulgar os estudos e as pesquisas ligadas ao conhecimento geográfico. Autores brasileiros renomados, como Ruy Moreira, Carlos Vitte, Rogério Haesbaert, etc., bem como autores da Geografia goiana, como Valter Caseti, Lana de Souza Cavalcanti, Eguimar Felício Chaveiro, João de Deus, etc., tiveram seus artigos ali publicados. Esses e outros estudiosos contribuíram para que houvesse a consolidação do Boletim Goiano de Geografia. Horieste Gomes se insere no rol desses personagens de forma destacada, já que, além de um dos fundadores, ele tem o maior número de textos.

O primeiro número do Boletim Goiano de Geografia teve os seguintes artigos.

**Quadro 06. – Sumário do Boletim Goiano de Geografia –  
V. 1, n.1, 1981**

<b>Artigo</b>	<b>Autor(es)</b>
As exportações do sul de Goiás no decênio de 1920	Maria de Souza França
Hipótese da evolução tecto-orogênica do planalto central brasileiro	Valter Caseti
Subsídios para o conhecimento	José Ubiratan de Moura, José Aluizio da Silva
Compartimentação e estruturação da paisagem de Paraúna	Maria Helena Melo Cunha Santos
O espaço cartográfico e suas aplicações na Geografia Agrária	Elza Maria Staciarini e Corrêa, Maria José Rezende Barreto
Geografia e planejamento	Horieste Gomes

Fonte: Boletim Goiano de Geografia

Podemos afirmar, sem nenhuma dúvida, que a produção da Geografia realizada em Goiás passou e ainda passa por essa revista. Toda sua história, bem como a qualidade dos debates presentes fizeram dela uma conceituada revista especializada em Geografia.

Na época de sua criação, na década de 1980, esse periódico foi, muitas vezes, a única forma de se publicar os textos dos geógrafos que pesquisavam o território goiano. Ele, de certo modo, ilustra um pouco da cara da ciência geográfica naquele período. Desse modo, os artigos de Horieste Gomes são testemunhos de uma construção do pensar de um indivíduo e de uma geração.

Em 1983, Horieste publica, a nosso ver, os dois artigos mais densos de todos os seus textos disponíveis no Boletim Goiano de Geografia, são eles: *Reflexões sobre a dialética* (volume 2, número 2) e; *Espaço e tempo em geografia* (volume 2, número 3). A década de 1980 foi o período do ápice do Movimento de Renovação da Geografia e, a ditadura militar já mostrava sinais de declínio.

Por entendermos que a abordagem metodológica que Horieste utiliza fica explícita nesses dois artigos, iremos nos debruçar mais intensamente nessas duas publicações.

O artigo *Reflexões sobre a dialética* traz nas suas referências bibliográficas autores clássicos da literatura mundial, aborda, também, autores profundamente ligados às concepções leninistas da Escola Soviética. Ou seja, as concepções trazidas pelo autor sobre a dialética têm uma cara. Autores, como Teodor Oizerm, Alexandre Cheptulin, Lú Krássine e Chakhnararov, Konstantinov, Afanassiev, e várias obras de Lênin são as principais referências dessa publicação. Claro que essas escolhas não são gratuitas, elas estão ligadas às concepções políticas do autor e essas estão, no nosso entendimento, relacionadas à sua formação.

De início, ele sintetiza que a dialética é o método do movimento, ou seja, não sendo estático consegue acompanhar as mudanças sociais ao longo do tempo e explicar os seus fenômenos. Diferentemente do que

pensam alguns autores, a dialética não se restringe apenas aos aspectos econômicos da sociedade, ela não reduz os processos espirituais existenciais, ou seja, ela também pode ser um método para entender a subjetividade humana. Por ser um método totalizante é capaz de dar respostas a todos os aspectos da realidade.

A passagem a seguir, demonstra com riqueza qual o entendimento do autor sobre a dialética na realidade. Observa-se que não há uma separação do método com relação à constituição material da sociedade, ou seja, da luta de classes.

A metodologia dialética, utilizando-se da lei da unidade e luta dos contrários, confirma a conexão e a interdependência dos fenômenos em toda a realidade que se nos apresenta. Tomando como exemplo num marco industrial, o estudo de suas categorias mais importantes, capital e trabalho, verificamos a respectiva unidade entre ambos em torno de seus objetivos pragmáticos. Deste modo, o capital para reproduzir-se como capital, isto é, para que haja acumulação e reprodução orgânica contínua, necessita do trabalho traduzido na força física e mental dispendida pelo trabalhador no processo de produção. Por sua vez, o trabalhador para reproduzir-se como trabalhador, isto é, para obter o ganho para subsistir como trabalhador, necessita do capital (traduzido em capitalista/detentor dos meios de produção). Trata-se de uma relação contratual unitária (conexão do capital com o trabalho) calcada na interdependência (autonomia de cada um e reciprocidade de ambos) em função dos propósitos objetivados. Ao mesmo tempo, por se constituir em realidades antagônicas – o capitalista busca acumulação crescente; através da exploração da mais-valia e da sociedade consumidora submetida à política de preços imposta pelo jogo do capital; o operário/trabalhador busca melhoria salarial – são contrários por natureza e travam no processo de produção uma luta renhida, cuja libertação do operário dos sistema de exploração dominante imposto dar-se-á com a eliminação da propriedade privada dos meios de produção em posse do capitalista. Conclui-se que a conexão manifesta-se sempre com Interdependência e interação (GOMES, 1983, p. 88).

Para realizar a mudança colocada pelo autor, é preciso uma acumulo de conhecimento. É o salto qualitativo, uma das leis da dialética proposta por Engels. Gomes (1983) argumenta também sobre as categorias fundamentais da dialética, sendo a contradição a mais importante. Afinal, a essência da realidade é a contradição, assim como exposto por Horieste no exemplo mencionado.

Com relação às leis da dialética, ele utiliza a estrutura organizativa de Engels, como a passagem da quantidade para qualidade; a negação

da negação; e a interpenetração dos contrários. Uma concepção vinda do marxismo clássico.

As categorias são apresentadas como elementos essenciais de análise. São elas: essência e fenômeno; forma e conteúdo; realidade e possibilidade; necessidade e causalidade; causa e efeito; geral e particular; dentre outras. As categorias de análise são indispensáveis à investigação da ciência que se pauta na dialética enquanto método. É preciso manipular todas essas categorias de forma precisa para não distorcer e encobrir a realidade.

As leis e as categorias da dialética, como sabemos, estão interligadas e elas são frutos dos objetos e fenômenos existentes objetivamente fora do homem no espaço natural e social. As categorias refletem as características mais gerais, universais, desta mesma realidade objetiva (GOMES, 1983, p. 94).

É possível, a partir dos apontamentos feitos pelo autor com relação ao método dialético, levantar pistas de como a incorporação desse procedimento científico foi aceito para a Geografia. Segundo o autor, “o espaço geográfico é uma das categorias a correta organização da sociedade”. Por isso, podemos entender o espaço geográfico a partir do método dialético historicista.

Nesse texto, Horieste levanta a discussão metodológica em que irá se pautar para desenvolver suas concepções de Geografia e, portanto, de uma ciência crítica/marxista. Ao considerar a dialética como o método da totalidade subentende-se que ela é a que melhor dá subsídios para o entendimento dos fenômenos, sejam eles humanos ou físicos. O autor não alega que há uma dialética, ou seja, que os acontecimentos físicos são regidos por leis da dialética. O que irá afirmar, nesse e em outras publicações, é que não podemos separá-los, ao menos na Geografia. Pois, a natureza é historicizada pela ação humana e o homem também se naturaliza pelo contato com a natureza.

No artigo do mesmo ano (1983), *Espaço/tempo em Geografia*, Horieste Gomes relata que havia, naquela época, uma preocupação em entender o espaço geográfico e, que tanto o espaço, quanto o tempo são dimensões de uma mesma realidade. Ele critica alguns autores que não

utilizam o materialismo dialético nos seus estudos sobre o tema, logo, posiciona-se metodologicamente acerca do assunto. Para ele, a realidade não pode ser compreendida fora do materialismo histórico e dialético, isto é, da mesma forma que já havia ficado explícito em outras publicações.

Horieste analisa a concepção de espaço e tempo em diversos autores da Geografia. O primeiro é Pierre George e o seu livro *Sociologia e geografia*. Gomes (1983) destaca que George trabalha com dois tipos de conceitos: o de relatividade espacial (valor econômico) e a percepção dimensional. O primeiro define-se pela maior ou menor capacidade de sustentação de um contingente humano em dado espaço. O segundo é a percepção espacial feita pelo homem. Já o tempo, ele também o divide em dois: o tempo comum e o tempo anômalo, sendo o primeiro a marcação das frequências sazonais, e o segundo rompe a continuidade do processo temporal. Citado Pierre George (1969, p. 31) conclui que “a geografia, nesse campo, teria como tarefa registrar as diferentes utilizações do tempo vivido, conforme as parcelas de uso em questão”.

Ainda nessa publicação, Gomes (1983) recorre às concepções de renomados intelectuais para subsidiar seus argumentos, são eles: Alain Lipietz, Milton Santos, Ruy Moreira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Antônio Carlos Robert Moraes e Armando Correa da Silva. Percebemos que os autores selecionados possuem, em certa medida, uma queda para o materialismo histórico e dialético, mesmo sem poder rotular este ou aquele teórico filiado nesta ou naquela corrente metodológica.

Ele entende espaço e tempo interligados organicamente pela matéria. Isto é, são dimensões de uma mesma realidade. Todavia, não são categorias absolutas, pois, a realidade está em movimento, logo, tanto o espaço quanto o tempo acompanham e são essa realidade. Assim, também mudam “Na medida em que está [a matéria] muda de uma forma de existência para outra, as dimensões mencionadas mudam em suas características” (GOMES, 1983, p.108).

Desse modo, Horieste concorda com vários autores já mencionados, em especial Milton Santos quanto afirma que o espaço é

um acúmulo desigual de tempos, ou seja, o espaço é testemunho de série de períodos, inclusive de alguns modos de produção. Por isso, o espaço não pode ser apenas um reflexo do atual modo de produção.

Nesse sentido, a relação espaço/tempo, está ligada à formação da paisagem, pois, na concepção de Santos e também de Gomes os testemunhos de tempos no espaço são visíveis e perceptíveis na paisagem. Contudo Gomes, 1983, 117 argumenta que “[...] o espaço sobreviverá pelas suas formas” as mudanças dos modos de produção, mas com novas formas existentes, dado que a “[...]dialética demonstra de maneira inquestionável que, no momento em que a forma deixa de corresponder ao conteúdo ela passa a ser um freio ao desenvolvimento, surgindo na unidade conteúdo/forma a contradição”. (GOMES, 1983, p. 118).

Gomes (1983) finaliza salientando, que

Pelo exposto do conjunto das diversas abordagens teóricas efetuadas no que concerne ao conhecimento sistêmico das categorias universais correlatas espaço e tempo e espaço/tempo, vimos que há muito que se pesquisar. Se de certo modo evidencia-se um certo avanço no que se refere a gnoseologia do espaço/tempo dialético, fruto da pesquisa fundamental (teórica) e da pesquisa experimental (prática), pelo ângulo da correspondência mútua de ambas as pesquisas, há muito que se fazer. A defasagem de uma em relação a outra é ainda muito vasta. Entendemos que o estudo das relações espaciais/temporais jamais se esgota em virtude da reprodução contínua do espaço e do tempo. É evidente que na relação interdependente, a reprodução deve ser entendida em sua unicidade, isto significa que a simultaneidade deve estar sempre presente na mencionada relação (GOMES, 1983, p. 129).

Por fim,

[...] o autor deste artigo sentir-se-á realizado se alguma coisa acrescentou a nossa incursão ao entendimento da relação espaço/tempo como categoria analítica superior imprescindível à interpretação científica do mundo e, acima de tudo, à nossa ação revolucionária canalizada para transformar o mundo para melhor. (GOMES, 1983, p. 129)

Nesses dois textos, Gomes trabalha com a unidade ao compreender a dialética e o materialismo histórico como procedimento científico de entendimento da realidade na sua forma totalizador e espaço/tempo como categorias ligadas pela matéria, ele constrói o seu

alicerce para interpretar os fenômenos geográficos através de uma única análise não dicotômica. Pois, fica evidente que tanto a natureza quanto o homem são históricos.

No artigo de 1981 *Geografia e Planejamento* o autor toma como foco o papel do planejamento na sociedade e a contribuição da ciência geográfica para esse fim. Tendo como foco o materialismo histórico e dialético da teoria leninista argumenta que o planejamento é a ação de organização territorial em prol do povo. Claro que não excluí de sua análise os diversos vieses desse modelo, mas ressalta que a Geografia não deve contribuir com o planejamento empresarial. Pelo contrário deve combatê-lo. Pelas características apontadas pelo o autor a ciência geográfica tem em possibilidade uma grande contribuição nesse campo, entretanto, motivos como: ser uma ciência historicamente ligada a licenciatura; perda de carga horária com a reforma feita no regime militar; haver uma invasão, por parte de outras ciências, no campo da Geografia; não há um aproveitamento dos geógrafos formados no IBGE; dentre outros. Tais motivos comprometem a análise e a efetiva intervenção da Geografia no planejamento.

Reconhece, portanto, que um saber baseado tanto nos aspectos físicos quanto nos aspectos humanos como o saber geográfico se torna fundamental para a organização espacial (planejamento). Entende que não pode haver uma separação entre elementos humanos e físicos. Esse entendimento irá, certo modo, nortear os trabalhos do autor.

Ainda neste ano escreve outro artigo *A pesquisa Geográfica*. Nele o autor, continua com o debate apresentado anteriormente. Tanto no que tange o método quando no que se refere a posição política. Reforça a sua opção pela dialética entendendo que somente esse método é capaz de compreender a realidade. Também enfatiza que sua produção não é neutra e que pauta-se nas contradições de classes existentes nas sociedades. Portanto, assume nesse artigo, assim como nos demais a sua posição dialética e classista. Também expõe sua visão de geografia

Na geografia, ciência do espaço produtivo/social, seus materializadores assumem a cada momento, no espaço e no

tempo, uma postura definitiva em função de uma filosofia e de uma ideologia de classe. Àquelas que julgam que há neutralidade científica, que seus trabalhos estão isentos de uma pretensa “contaminação” filosófica/ideológica e classista, esquecem que o próprio **sujeito da pesquisa geográfica é a sociedade coletiva**. E, é ela que nos fornece a nós, cientistas sociais, os elementos vivenciais que nos permitem estruturar o *tema* de nossa pesquisa. (GOMES, 1981, p. 111 – destaques do autor)

Ainda na *Geografia e subdesenvolvimento* relata a participação dos geógrafos na questão do desenvolvimento e por conseguinte do subdesenvolvimento. Distingue dois grupos de pesquisa e de pesquisadores. Aqueles ligados a reprodução do *status quo* sem nenhum compromisso com a mudança social e aqueles denominados de críticos, ou seja, que possuem em suas concepções visões políticas transformações na sociedade. Estes últimos, se pautam nas contradições da sociedade, sendo ela um agente histórico da transformação social. A geografia deve, portanto, realizar pesquisas que contribuam para que tal transformação social seja possível. Esses pesquisadores devem “[...] na condição de ser social, portanto, possuidor de consciência coletiva e de sermos agentes-geógrafos, imprimir no meio geográfico o fâcies do espaço que corresponda aos interesses maiores da sociedade.” (GOMES, 1988, p. 47).

Nessa linha de pensamento, segundo Horieste, é preciso saber que a geografia é social e deve também ser partidária. Desse modo, agrupo os geógrafos daquele momento e três: os tradicionais que produzem uma ciência enfadonha, estritamente descritiva e atomizada; os profissionais ligados a *new geography* que utilizam de modelos quantitativos indispensável a reprodução do capital; e os críticos que são identificados com os anseios da sociedade e contribuem para sua transformação, esses profissionais estão ligados ao método dialético. Há, nas suas concepções, uma luta entre duas visões de geografia, enquanto a geografia quantitativa estava ligada ao capital, a segundo – a crítica – estava ligada ao trabalho, uma reprodução da luta de classe.

No final, faz uma proposta. O geógrafo deve:

- tomar consciência para contribuir para uma transformação social;
- promover o trabalho de campo valorizando a cultura popular;
- realizar uma interação científica com outros ramos dos conhecimento que tenham um perspectiva transformadora.

Em 1991 escreve “Ciência, geografia e tecnologia”. Destaca que existem profissionais geógrafos em não querem transformar o espaço geográfico em mercadoria. Esses profissionais não dissociam o processo técnico científico do social e se posicionam diante da realidade da sociedade, pois não há ciência neutra, ou seja, o pesquisador se interessa por uma ou outra classe social. Desse modo, define o espaço da seguinte forma: “O espaço, para nós que lidamos com pensar geográfico, é fruto do trabalho produtivo do homem e constituído na unidade e adversidade das forças produtivas e relações de produção.” (1991, p.35) Continua “Assim, o espaço geográfico passa a ser entendido como realidade objetiva, unitária, interdependente. Natureza-Sociedade e vice-versa, em suas duas dimensões de abrangência: aparência e essência.” (GOMES, 1991, p. 35)

No ano de 1982 Horieste Gomes publica dois artigos no número 1 do volume 2 *A interação homem-natureza e a questão ecológica* e no número 2 do volume 2 *Subsídios a política de meio ambiente tem Goiás*.

No primeiro artigo argumenta que as questões ambientais contemporâneas, através das violações ocorridas contra a natureza, nunca estiveram tão em voga. Liga a degradação ambiental com as políticas desenvolvidas pelos países tendo como foco o território nacional mas também ações as orientações internacionais. Ou seja, o desenvolvimento territorial pautado no capitalismo degrada o meio ambiente e as políticas adotadas por esses países são direcionadas num campo internacional com a regulamentação do modo de produção capitalista.

Esses pressupostos apresentados explicam o fenômeno da degradação ambiental no Brasil. A abertura da economia para as

multinacionais, que não possuem nenhum vínculo com o país a não ser aqueles jurídicos, logo o descaso com as questões ambientais são evidentes.

As argumentações sobre as causas de tal fenômeno se soma as características das concepções adotadas pelas pessoas que o analisa. Divide ele e dois grupos. O primeiro aqueles que não concebem a transformação social como requisito das mudanças ambientais. O segundo são aqueles que vinculam a proteção da natureza com a luta política contra o capital. Fica subentendido que ele se enquadra nesse segundo grupo.

Por fim relata que a tentativa de se resolver o problema ambiental apenas pela técnica é insuficiente. Pois, a verdadeira questão ambiental se confunde com a política, por isso, não se deve separá-las. Em resumo a problemática ecológica seria uma etapa para o político. Afinal não se pode considerar tal fenômeno apenas analisando ele restritamente, é preciso que seja entendido no seu aspecto globalizante.

O outro artigo escrito nesse ano é um documento em contribuição as discussões acerca da política ambiental em Goiás. Essa é uma publicação em parceria com outros autores. Continua na mesma perspectiva do artigo anterior. Ou seja, relaciona a degradação ambiental com a sociedade excessivamente classista, enfatizando a necessidade de lutar por uma sociedade verdadeiramente democrática.

Do ponto de vista prático lembram que o debate ambiental não pode se restringir apenas aos aspectos da natureza, é preciso pensar também na relação do homem com o meio ambiente, logo o debate também está inscrito em uma questão cultural. Por isso, é preciso, segundo os autores, cuidar do patrimônio existente seja o arqueológico, os das sociedades remanescentes (indígenas) e manifestações populares até o natural.

Os outros artigos publicados no boletim goiano de geografia versam por temas já abordados nas publicações anteriores. Vamos aqui expor rapidamente como foi exibido cada um desses temas na visão do autor. Vale ressaltar que o método adotado por Horieste perpassa toda a suas

publicações, logo não estaremos mais debruçados sobre esse aspecto desses artigos.

*Dois estudos sobre pico* em parceria com outros pesquisadores é um projeto entre a Universidade Federal de Goiás e a cidade de Picos no Piauí. Faz-se um levantamento geral da cidade, desde o quatro histórico até os aspectos econômicos. Esse estudo serve como um diagnóstico para implantação de futuras políticas de desenvolvimento. Políticas essas que na visão dos autores devem se pautar na interação e conservação da natureza bem com a preservação da cultura local.

No artigo *Geografia e subdesenvolvimento* do ano de 1987/88 é posto a teoria do subdesenvolvimentismo ligado a Lacoste (1959). Argumenta que há uma interdependência capitalista: de um lado existe o subdesenvolvimento que alimenta do outro lado o desenvolvimento. Nesse sentido o colonialismo seria a chave para explicar o subdesenvolvimento. Dá o exemplo da Suécia – país que vivem durante o exílio – que possuem em São Paulo, cidade brasileiro, a sua segunda mais lucrativa fonte econômica. Explica-se esse fato as remessas realizadas pelas empresas suecas a seu país de origem. Ou seja, parte das riquezas produzidas por São Paulo eram destinadas ao país escandinavo, seja na forma de mercadoria ou na forma de exploração do trabalhador, conclui que “[...] o subdesenvolvimento brasileiro e fator de desenvolvimento da Suécia [...]” (GOMES, 1988, p. 40)

Mais adiante, no ano de 1994, Gomes publica *Modelo integrado de pesquisa integrada* e faz uma discussão acerca de um projeto de pesquisa em geografia. Afirma que é preciso realizar trabalhos na forma integrada. Primeiro mostra a forma tradicional de se fazer pesquisas na ciência geográfica, contendo: título, problema, justificativa, objetivos, metodologia, área do projeto, despesas, demonstrativos de usos e fontes referências e curriculum. A pesquisa integrada deve conter: a necessidade da pesquisa integrada (debate epistemo-metodológico); os níveis de integração: dialética totalizante; a metodologia: dialético dedutivo ou dialético indutivo; os recursos: humanos, serviços de

terceiros, materiais etc., isso do pondo de vista estruturante. Na execução: os objetivos – interação em o professor do departamento de geografia com outras áreas afins, eliminação da dicotomia física e humana; a linha de pesquisa – no âmbito da realidade atual; a materialização da pesquisa – atribuições do departamento, recursos humanos; a captação de recursos: CNPQ, FINEP, FNPCT, etc. nesse ponto Horieste faz uma crítica ao departamento – para se concretizar esse modelo de pesquisa é preciso que haja vida acadêmica, que no seu entendimento não havia.

Em *A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico* relaciona os problemas ambientais as questões sociais, sinaliza que “[...] estamos convictos que a eliminação do perigo ecológico-ambiental passa, necessariamente, pela liquidação das relações de propriedade privada e de antagonismo de classe [...]” (GOMES, 1987, p. 95).

Os argumentos trazidos pelo autor nesse artigo vão no mesmo do debate exposto por Porto-Gonçalves (2006). Mas recentemente no seu livro *A globalização da natureza e a natureza da globalização* (2006) irá designar o debate ecológico sem a introdução de um debate político sério de transformação social de ingênuo – é o ecologismo ingênuo. Nesse mesmo rumo é que Horieste traz as discussões ambientais. Ou seja, não se pode falar de desenvolvimento sustentável enquanto o modo de produção realiza tamanha pressão sobre a natureza.

Destaca que há três visões bem distintas com relação ao debate ecológico. A primeira chama de utópica, onde a solução desses problemas está na consciência das pessoas é uma postura de solução individual. A segunda é a idealista, que se limita a cobrar soluções perante ao Estado. A terceira ele chama de realista, aquelas que se pautam na luta de classes e tem uma visão mais ampla que apenas o debate ecológico, acreditam os seguidores dessa visão que o debate político também reverbera na questão ambiental.

Fica claro que se sustenta no método que escolheu para argumentar sobre o tema. Parte, no fim do texto para uma aproximação

da geografia com o assunto. De acordo com o exposto não se pode ter uma separação da geografia para se realizar uma análise geográfica da natureza, pois a natureza não se separa do homem. “É necessário que a nossa categoria supera a visão dicotômica da geografia, pois, assim procedendo é que teremos condições efetivas de dominar a amplitude interdependente do complexo homem-natureza. (GOMES, 1987, p. 110)

Nessa mesma linha, Horieste Gomes escreve em 1990 *Capitalismo x proteção ambiental*. Ele volta a algumas questões já tratadas no artigo de 1987 e lança novas ideias. Enfatiza, da mesma forma como anteriormente, que a abordagem ambiental necessariamente passa pela abordagem de classe. Por isso deve-se pensar em um enfrentamento político tanto da burguesia rural quanto da urbana. Mas é um enfrentamento complicado, pois a classe burguesa controla, além dos meios de produção, a consciência social, faz uma alusão ao conceito marxista de ideologia.

Quando lança o debate para o campo geográfico reafirma aquilo que já foi dito. Ou seja, não se pode, no seu entendimento, trabalhar separadas as questões físicas e humanas, pois a natureza é uma e o homem faz parte dela. Reassegura a concepção trazida já no artigo de 1987 quando da ingenuidade de um tipo de ecologismo em que a culpa da degradação da natureza é posta no indivíduo. “Como indivíduos, não podemos ter a mesma responsabilidade dos possuidores dos meios de produção e do Estado, em razão da questão ambiental passar pela questão da propriedade dos meios de produção e posse do poder político” (1990, p. 137)

De novidade traz o debate acerca da “revolução verde” e seu caráter conservador e populista. Culpa as políticas ligadas a essa ideologia de ser responsável por profundas transformações sociais causadas no espaço rural brasileiro como, por exemplo, o êxodo rural. Identifica o discurso de acabar com fome como nada mais do que uma propaganda de marketing e que tal discurso é encoberto pelo governo brasileiro que se apropria de tal prática em favorecimento as elites governistas.

Em *América: desenvolvimento ou exploração colonial e neocolonial* de 1994, retoma o debate exposto no texto “Geografia e subdesenvolvimento” de 1988. A colonização, o elemento que antecede o subdesenvolvimento, é visto como um processo de saque imposto pelas metrópoles às colônias. Nesse processo de dominação de um país (metrópole) sobre um território (colônia) há inúmeros eventos. Mesmo aqueles territórios que conseguiram a independência ainda continuam sobre a tutela dos países centrais. A ditadura militar é um exemplo em que se acentua a penetração do capital financeiro internacional.

A entrega das terras aos povos colonizados não é nada mais que uma mudança na forma de exploração: sai a exploração explícita das riquezas para a exploração de capitais. “Na verdade, quando saímos do colonialismo ficamos subordinados a sua nova roupagem: o neocolonialismo. Isso significa dizer que a sua essência exploradora permanece a mesma.” (1994p. 29). Não entender o subdesenvolvimento nessa perspectiva é se abdicar de encarar os fatos reais e se transformar em um ideólogo. Tais pesquisadores com esse pensamento querem nos convencer que o atraso social e econômico por que passa a América Latina é uma questão histórica e só com o tempo é que esses países podem “evoluir”. O relatório Pearson vai nessa linha ideológica e tinha como missão elaborar uma nova estratégia de dominação colonial em dois aspectos. O primeiro era impedir o apogeu dos movimentos de libertação nacional dos diversos países. O segundo era criar uma harmonia cooperativa entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento em favor dos primeiros. Lembra que os geógrafos e suas pesquisas se enquadraram nesse grupo de ideólogos, destacando os seguintes temas: “lei de Thünen, lugares centrais, difusão espacial, descentralização industrial, polarização, etc.” (p.35)

Quanto ao método destaca que

É necessário que a juventude mergulhe mais na busca do conhecimento real dos mecanismos do modo de produção, embutido na formação socioeconômica, a fim de que possa compreender a reprodução dialética da sociedade humana (materialismo histórico) ao longo das eras históricas. (p. 35)

Fica evidente, ao longo dos trabalhos publicados no Boletim Goiano de Geografia o esforço do autor para evitar a dicotomia física/humana. Pois, na sua opção metodológica o espaço deve ser visto na sua forma total, sem separar homem e natureza.

### 4.3 Uma síntese: a Geografia marxista de Horieste Gomes

Diante da discussão que apresentamos, é possível realizar um esforço de síntese para mapearmos, por meio da obra de Horieste Gomes, como o marxismo se fez e faz presente no seu pensamento.

O livro que, no nosso entendimento, realiza de algum modo a síntese do seu pensamento com relação à posição de método na Geografia é *Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia*. Esse livro foi produzido originalmente no ano de 1991, entretanto, em 2007, o autor confeccionou uma segunda edição revisada e ampliada. Gomes (2007) também utiliza nesse livro uma larga bibliografia de autores russos leninistas, assim como nos artigos do Boletim Goiano de Geografia, analisados nesta pesquisa.

Nele, Horieste Gomes busca algumas discussões já oferecidas ao público em geral. Dois artigos, já publicados no Boletim Goiano de Geografia, *Reflexões sobre a dialética* (1983) e *Espaço/Tempo em Geografia* (1983), são retomados nesse livro. O debate acerca dessas duas publicações, já apresentadas neste trabalho, dará subsídios para que o autor desenvolva seus argumentos e defenda seu ponto de vista.

Nesse texto, o autor inicia realizando uma discussão acerca da teoria do conhecimento. Ele justifica, a partir desse tópico, a importância da ciência para, além de outras coisas, contribuir na formação de uma consciência social. Consciência essa, estritamente ligada à concepção leninista, anteriormente apresentada. Também, nesse primeiro momento do seu livro, ele enfoca, ainda que de maneira superficial, sua concepção de método e de Geografia.

Gomes (2007) inicia salientando que é pela “[...] adaptação biológica que o ser vivo conhece o seu espaço vital [...]” (GOMES, 2007, p. 16) e nossos conhecimentos dependem de fatores objetivos e subjetivos, na medida que os primeiros avançam, a partir principalmente do desenvolvimento científico, os segundos vão sendo eliminados.

O conhecimento está em movimento. Afinal, é pela dialética materialista que podemos entender os fenômenos captados pelos nossos órgãos sensoriais. Não há, portanto, como separarmos os fenômenos sociais dos naturais quando nos referimos ao desenvolvimento do conhecimento científico, pois, é a partir da relação entre ambos que há produção de conhecimento. Mas, apenas perceber, mediante os órgãos sensoriais, o mundo ao nosso redor não é suficiente para que haja, de fato, uma consciência social. É preciso que a etapa do conhecimento sensorial avance para um outro conhecimento: o conceitual.

Nesse momento, o indivíduo tem uma ampliação na sua percepção de mundo. A ciência, pela dialética materialista, contribui para que isso ocorra. Segundo Horieste Gomes (2007, p. 17), “A etapa conceitual exprime um salto qualitativo rumo a sistematização dos conhecimentos em leis”, como ele demonstra na figura 15. que ilustra seu livro.

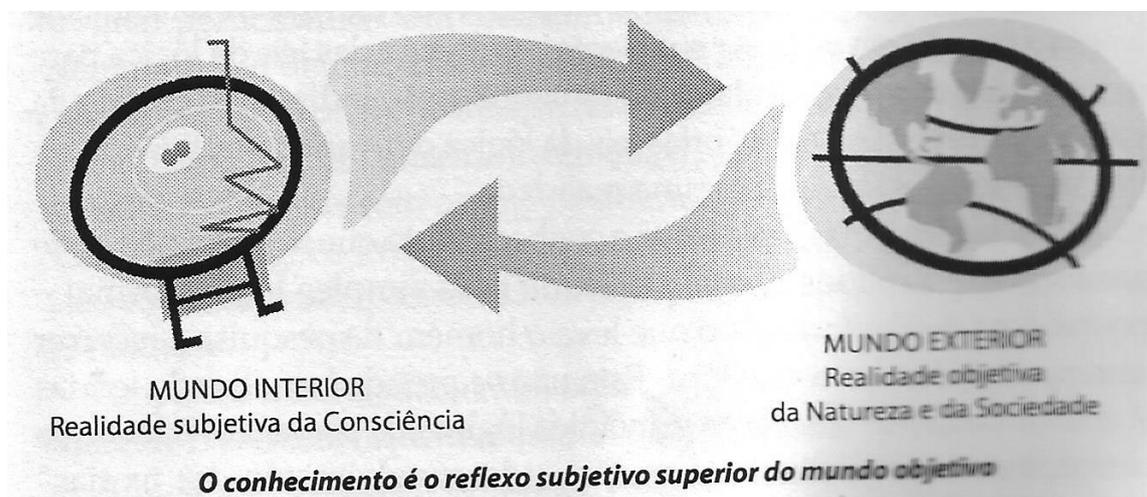


Figura 15 – Sistema de Conhecimento  
Fonte: Gomes, 2007

É bastante didática a figura. Ela resume bem aquilo que o autor expôs nesse primeiro momento. Também fica nítido que o contato com o mundo se dá pela prática, e não apenas pela teoria.

É pela prática produtiva diária que o homem amplia as suas possibilidades de conhecer o mundo objetivo que o rodeia e que existe fora de sua consciência. É pela prática que o homem corrige as deformações, os erros acumulados e tidos como verdadeiro (GOMES, 2007, p. 18).

Horieste não reduz o conhecimento à prática, pelo contrário, é por ela que reconhece-se as leis gerais e, é também a partir dela que é possível detectar o real/verdade. Afinal, a prática pode gerar um tipo de conhecimento que seja apenas aparente. É preciso ir além, enxergar a essência dos fenômenos. A ciência, nesse caso, tem um papel fundamental. Ela contribui para que os fenômenos sejam desvendados em sua essência, desde que o pesquisador envolvido na realização de determinada pesquisa possua uma posição crítica. Por isso, é importante que o cientista, seja ele de qual área do conhecimento for, tenha uma postura de engajamento com as demandas da classe oprimida da sociedade. Nesse caso, não é possível separar política de ciência, já que a ciência pode ser, em possibilidade, uma arma de conscientização política.

Nesse sentido, a neutralidade científica inexistente. Quebrando um longo processo de produção de conhecimento que tinha como característica a isenção, separando o sujeito do objeto, ou seja, a ciência não poderia se envolver com a demanda política. A Geografia seguiu essa tendência copiosamente por um longo período. Até mesmo renomados geógrafos entendiam que devia-se separar ciência de política.

Em entrevista, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2013), quando perguntado acerca do Movimento de Renovação da Geografia e epistemologia de Geografia, dá o seguinte depoimento:

A minha visão da geografia brasileira é uma visão um pouco pessimista, não tenho medo de dizer isso. Eu acho que a geografia brasileira e, por conseguinte boa parte da geografia mundial, se recusou sempre em fazer o diálogo com a filosofia, ela se afastou da filosofia. Esse é um traço que a geografia carregou, então na realidade, é a geração da década de 1970 que vai fazer esse retorno a filosofia. Esse é um problema delicado, pois na nossa formação não foi proporcionado esse encontro. Eu ainda tive a possibilidade de ter um professor que tinha essa

formação, o professor Nelson de La Corte nos levou essa possibilidade, mas isso não é uma regra na geografia da USP. A gente ia para as aulas do professor Aziz Ab'Saber, as aulas eram positivismo clássico – eu só posso ensinar e falar se eu for lá ver com meus próprios olhos. Aliás eu tive a sorte, de com ele, conhecer a baixada santista num trabalho de campo maravilhoso, porque fui com ele, ele explicava pedaço por pedaço para a gente, mais era um positivismo clássico em que o objeto se sobrepõe ao sujeito, onde o sujeito pesquisador não pode colocar sua opinião. Aziz foi militante, enquanto jovem, do partido socialista, mas as aulas dele era positivismo clássico. A geografia da minha geração é uma geografia que carregou essa contradição. Na participação política podia-se conhecer o marxismo, mas isso não se misturava com a ciência. O próprio professor Orlando Valverde, que foi um dos meus grandes mestres na Geografia agrária, deixou isso escrito no prefácio do livro dele *Estudos de Geografia agrária brasileira* [1985], está lá escrito “eu me entusiasmo com as massas [as ligas camponesas] mas quando eu vou fazer ciência não posso misturar as duas coisas”. Embora o Valverde tenha tido o mérito de pela primeira vez trazer, já no início dos anos 1960 a possibilidade de que a Geografia agrária tinha que dar conta dos modos de produção. Ele traz essa discussão, mas evidentemente, ele não traz a obra de Marx e tudo mais como referência. Mas já estava preocupado que era preciso caminhar em outra direção. Coisa que pessoalmente ele pode falar para a gente, porque convivi bastante com ele.

Ressaltamos nessa fala do professor Ariovaldo um grande impasse: ou o indivíduo faz ciência, ou faz política, não sendo possível realizar as duas coisas ao mesmo tempo. Isso, na Geografia, se dá por alguns motivos, o principal era a falta de um rico referencial teórico que podia dar subsídios ao casamento entre ciência e política. Esse arcabouço teórico somente mais adiante, no processo histórico, incorporar-se-ia à Geografia, isto é: pelo marxismo.

Entretanto, assim como Orlando Valverde, outros geógrafos deram um salto qualitativo ao tratar da abordagem. Horieste Gomes cita Pierre Monbeig como um geógrafo que conseguia ir além dos fatos aparentes.

Monbeig foi um geógrafo preocupado em captar a verdade absoluta inserida no corpo do complexo geográfico, assim se manifestou: “o estudo da paisagem constitui a essência da pesquisa geográfica. Mas é absolutamente indispensável que o geógrafo não se limite à análise do cenário, à apreensão do concreto. A paisagem não exterioriza todos os elementos constituintes do complexo.” (GOMES, 2007, p.21).

Para tanto, é preciso que se empregue o método dialético nas pesquisas, seja no saber geográfico ou não. Já que tal método consegue entender tanto os fenômenos da natureza, quanto os da sociedade “A dialética deve ser entendida como método de pesquisa dos fenômenos contidos na natureza e na sociedade” (GOMES, 2007, p. 23).

Apesar desses autores, Valverde e Monbeig, não terem o suporte de método adequado para produzir uma ciência crítica, eles muito contribuíram para que o debate fosse fomentado. Horieste, quanto trata no capítulo IV do seu livro *Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia (2007)*, ele argumenta justamente no sentido de justificar qual o papel da ciência no geral e em específico o da Geografia na tarefa de transformar a sociedade, ou seja, como casar teoria e prática, ciência e política, etc. Nesse sentido, a Geografia poderia ser um instrumento para formar uma consciência social revolucionária, como também para organizar uma sociedade já revolucionária, com o Ordenamento Territorial.

Horieste (2007) retoma, portanto, um pouco o debate já exposto sobre o papel da ciência na fomentação de uma consciência social, colocando, a partir de citação de Konstantinov (1977), que a ciência é um sistema objetivamente verdadeiro. Divide-se, desse modo, o conhecimento consciente em dois: o filosófico e o científico.

O primeiro carrega uma gama de leis e categorias universais que podem variar de um indivíduo para outro, mas que acompanha a vida de cada um e é responsável pelas decisões tomadas no campo da moral, da ética, etc. Isso não significa dizer que é um tipo de conhecimento adquirido sem nenhuma intervenção social ou política, já que esses preceitos são influenciados decisivamente pela organização social (modo de produção). Afinal, como já relatado pelo autor, o conhecimento se dá pelo mundo real. A filosofia, portanto, deve ser partidária de uma classe social.

O segundo tipo mencionado é a estrutura científica, e divide-se em três: os conhecimentos empíricos, a ciência e a filosofia, sendo que se

relaciona com uma postura de classe. “A ciência revela ser, de acordo com a opção de encaminhamentos das formulações que atendam os interesses desta ou daquela classe ou grupo social, uma forma de ‘consciência social’”. Gomes (2007) continua com seu argumento, expondo que “[...] qualquer encaminhamento deste ou daquele cientista/pesquisador social estará sempre revestido de uma posição de classe no interior de uma sociedade classista” (GOMES, 2007, p. 85).

Portanto, Horieste entende a ciência como um saber que não é neutro, podendo, em possibilidade, ser uma consciência social revolucionária, dependendo da postura do pesquisador. Isto é, no interior de cada campo do saber existe uma postura política, pois não há isenção. Ele também compreende que a ciência não pode estar estática, afinal, a dialética entende os fenômenos a partir do movimento e, pensar em uma ciência parada é ir de encontro a essa concepção, logo, não poderia ser uma postura de Horieste Gomes.

Nesse sentido, ele entende que a ciência contribui para a transformação das relações sociais em diferentes níveis, um deles é pelo desenvolvimento tecnológico denominado, por ele, de Revolução Científica e Tecnológica (RCT). Para tanto, ele parte de uma leitura dos modos de produção que coloca as transformações ocorridas no nível da tecnologia, podendo contribuir para que a sociedade seja mais justa.

O autor introduz sua argumentação com relação ao papel da Geografia nesse contexto, especificamente a função da Geografia Crítica. Para tanto, irá discutir o conceito de espaço geográfico, tido por ele, como o conceito que define o corpo de dessa ciência. Para isso, estabelece que o espaço geográfico:

1. Deve ser visto como realidade objetiva de interdependência entre natureza e sociedade nas dimensões da aparência e da essência;
2. É a materialidade do processo do trabalho humano;
3. É compreendido como produção espacial/temporal;

4. É uma dimensão social;
5. Deve ser entendido no contexto da Revolução Científica e Tecnológica;
6. É diferente nos modos de produção. No Capitalismo está na relação contraditória do Capital x Trabalho, já no Socialismo o espaço geográfico deve ser ordenado socialmente para melhor servir a sociedade.

Esse é um dos pontos, no nosso entendimento, de maior relevância no trabalho de Horieste Gomes com relação ao Movimento de Renovação da Geografia. Demonstrando convictas argumentações, ele, baseado em autores de vários países, notadamente aqueles ligados ao Partido Comunista, irá sintetizar de forma clara, objetiva e didática sua concepção de espaço geografia, entendendo esse conceito como pilar para uma proposta de uma Geografia Nova que estava se constituindo. Gomes (2007) também demonstra que estava atendo aos mais significativos debates ocorridos na Geografia brasileira com relação a esse tema. Na segunda edição desse livro, revista e ampliada, que analisamos, Horieste faz referência até aos debates mais recentes sobre o tema. Isso indica uma consciência científica e social que condiz com sua história pessoal e profissional.

Quando Gomes (2007) estipula que o espaço geográfico é uma realidade objetiva, ele sinaliza que o espaço é aquilo que percebemos pelos nossos sentidos. Isto é, possuidor de aspectos naturais – rios, árvores, solo, clima, etc. – como também de aspectos sociais – prédios, ruas, carros, etc. Por isso, o autor esclarece que

Como realidade objetiva, o espaço deve ser entendido no sentido do geral, isto é, da natureza que existe objetivamente, desde que o mundo é mundo, e da sociedade como realidade também objetiva, que independe da consciência do homem, sendo fruto do processo histórico que a confirma como real e evolutiva. Ao mesmo tempo, são interdependentes, isto é, possuem autonomia e dependência recíproca (interação mútua) (GOMES, 2007, p. 96).

Isso, apesar de ser apenas uma dimensão do espaço, ainda estritamente vinculada à aparência do fenômeno, é importante para a

Geografia, uma vez que na medida em que o fenômeno é estudado, a aparência será apenas o ponto inicial.

Quando Gomes (2007) discute o trabalho e o espaço geográfico, ele defende a ideia de que o trabalho humano liga o homem à natureza. Ao tratar o trabalho com esses princípios, notamos a influência de Engels nas suas concepções. Segundo Horieste, é pelo trabalho que se adquire a consciência social, mas é pelo partido que essa consciência passa a ser revolucionária. “É pela ação do seu trabalho social realizado sobre o mundo da natureza e da sociedade que o ser humano vem formando a sua consciência, aperfeiçoando-a continuamente” (GOMES, 2007, p. 100).

O espaço geográfico tem, portanto, nesse ponto de vista, uma dimensão social, já que o trabalho humano sobre a natureza a modifica e lhe dá características socializadas. A Geografia deve compreender esse processo, sabendo que há uma interdependência mútua, na melhor organização do espaço geográfico, conhecendo que é preciso preservar os recursos naturais, bem como ordenar o espaço para que todos possam usufruí-lo da mesma forma, por isso, também é necessário entender e criticar o modo de produção Capitalista.

A ciência geográfica, tendo como objeto central de estudo o espaço produtivo-social do homem, e como preocupação fundamental a sua ordenação correta, passa a questionar, sob o capitalismo este modelo de reprodução social (GOMES, 2007, p. 101).

Ao tratar o espaço geográfico como tempo histórico, o estudioso justifica a utilização do materialismo histórico e dialético nas pesquisas geográficas. Seus argumentos baseiam-se na exposição de que não pode haver entendimento do espaço geográfico sem recorrermos aos aspectos temporais. Tal proposição é correta, no nosso entendimento. Desse modo, “A caracterização nítida do meio geográfico – natureza e sociedade em interdependência – em suas dimensões espaço-temporais, passa a ser a tônica de nosso inquérito geográfico” (GOMES, 2007, p. 104).

Quando Gomes (2007) se refere ao espaço geográfico como categoria social há um nítido embasamento na concepção leninista, pois é a partir da discussão de sociedade e, no caso, de sociedade socialista que o autor expõe suas ideias.

O homem é um ser social, produtor de espaço (pela sua relação com a natureza pelo trabalho). Logo, o espaço também é social. Desse modo, essa é uma construção que é, sobretudo, política. Por isso, a ciência deve se posicionar ideologicamente com relação aos fenômenos estudados para que, em última instância, possa produzir conhecimento para a classe proletária da sociedade. Nesse sentido, as concepções científicas elas devem ser guiadas pelos princípios do socialismo que, neste caso, é o marxismo-leninismo mediante o centralismo democrático, como salienta:

A ciência, como forma de consciência social (no nosso exemplo, a geografia), passa a refletir o mundo da natureza, da sociedade e do pensamento, em formas de ordenações sistêmicas, cujos fenômenos acham-se regidos pelas leis científicas do desenvolvimento (GOMES, 2007, p. 105)

A Geografia, em específico, é importante para que essa consciência seja formada, mas, também, posteriormente para o ordenamento territorial de uma sociedade nova. “A ciência geográfica deve fornecer a sua contribuição no sentido de apresentar o melhor ordenamento do espaço- definido como produtivo social [...]” (GOMES, 2007, p. 107).

Portanto, um saber que não esteja comprometido com uma ruptura social deve ser superado. É o caso da Geografia Quantitativa, que na opinião de Horieste Gomes serve apenas para a reprodução do capital no sistema capitalista e as questões políticas e ideológicas passam ao largo dessa concepção de Geografia. Por isso, o único saber comprometido com a questão social, e que deve ser desenvolvido e aplicado é aquele de concepções críticas, no caso a Geografia influenciada pelo marxismo, ou pelo marxismo-leninismo.

Nos últimos pontos, em particular, ele irá tratar do espaço geográfico no capitalismo e no socialismo. Segundo ele, os sistemas econômicos determinam as ordenações espaciais, logo, o papel da Geografia muda de um sistema para outro.

No capitalismo, o espaço é o resultado da contradição entre capital x trabalho: de um lado, os possuidores, de outro, os despossuídos. “Sob o capitalismo, o espaço geográfico passa a ser orientado em função do peso do capital investido em cada ordenação espacial no processo da reprodução do próprio capital” (GOMES, 2007, p. 112). Nesse sentido, “No capitalismo, o espaço geográfico passa a ser uma mercadoria revestida de valor de troca, portanto destinada a capitalizar em benefício dos investidores capitalistas” (GOMES, 2007, p. 113). Como exemplo dessa apropriação do espaço pelo capital, Horieste vai colocar a expansão urbana, já que o capital imobiliário comanda a política de crescimento das cidades.

No Socialismo, há uma grande diferença, pois esse regime é totalmente oposto ao anterior.

O Socialismo deve ser entendido como um processo contínuo de aprimoramento ético do homem, na medida em que ele, como trabalhador social, constrói por meio do seu trabalho e sua práxis comunitária, sua consciência individual e coletiva em prol de si e do bem como (GOMES, 2007, p. 116).

Essa concepção, pautada no marxismo-leninismo, “[...] é de fundamental importância avançar o nível de consciência socialista, via ideologia do marxismo-leninismo em contínuo processo de aprimoramento, e em todos os setores da vida política, econômica, social e cultural da sociedade” (GOMES, 2007, p. 118), já que se transporta também para o entendimento da ciência e a sua função nessa nova sociedade. Uma vez que o socialismo tem como “[...] base teórica filosófica e ideológica o marxismo-leninismo [...]” (GOMES, 2007, p. 119). O partido, nesse caso, será o guardião dos interesses do proletariado e deverá exercer a verdadeira democracia, ou seja, o “centralismo democrático”.

Nesse sentido, cabe a Geografia organizar esse espaço tendo toda essa nova estrutura social estabelecida.

Valendo-se da investigação das leis científicas naturais e sociais, e considerando os objetivos pragmáticos do desenvolvimento socialista, serão estabelecidas as empresas de produção industrial e agroindustriais. Montam-se a planificação setorial e regional, integrada à nacional. No plano regional, por exemplo, o espaço geográfico inferido num contexto de uma região deverá se constituir numa parcela da economia nacional. Em termos de sua organização interna, levar-se-á em conta o peso específico dos fatores naturais e culturais; dos mecanismos produtivos existentes, para que a planificação possa criar regiões sob o controle das comunidades. O espaço geográfico adquire, deste modo os contornos, a estrutura de base e de funcionamento no processo da produção e reprodução socialista, de acordo com o planejamento regional/nacional e vice-versa (GOMES, 2007, p. 119 – 120).

Revela-se, portanto, uma aproximação do conceito que outros autores, também, do Movimento de Renovação trabalharam: existe um mundo material físico que é apropriado pelo homem e, nesse processo, ele o socializa e o transforma por meio do trabalho, gerando nisso uma consciência social. Logo, a Geografia é um saber social, pois os seus estudos devem se pautar nesse conceito. Mas, além disso, a ciência deve ser um saber que fomente uma consciência revolucionária, sabendo que, em última análise, essa consciência só será possível pelo intermédio do partido e de sua ideologia marxista-leninista. Ou seja, Horieste trata o conceito de espaço com a mesma complexidade e importância com que autores, como Milton Santos e Ruy Moreira, trataram-no. Só que vai além, ele afirma com todas as palavras que mediante a Geografia é possível e necessário que se nutra uma consciência social transformadora. Expressar isso não é uma tarefa simples, pois, como já apresentamos a Geografia não lidou bem com as teorias marxistas.

De início, ele concorda com a exposição já relatada nesta pesquisa com relação à filiação da Geografia numa corrente ligada a Kant-Humboldt, deixando de lado a corrente Ritter-Hegel. Essa é uma afirmação de Silva (1989), que também foi apresentada por França Filho (2009). Na seguinte passagem é possível reconhecer isso:

Nos tempos presente, é notório o reconhecimento por profissionais da Geografia, da significativa contribuição de Humboldt (Alexandre von) e Ritter (Carl) como os sistematizadores da Geografia Moderna – unidade entre o geográfico e o histórico – principalmente no campo da Geografia Física e da Geografia Geral Comparada, e que muito contribuíram com as suas formulações para o desenvolvimento posterior da Geografia. Todavia, o fato de nós no Brasil termos permanecido, consciente ou inconscientemente, na linha da tradição Kant-Humboldt centrada nos “princípios da unidade e causalidade terrestre”, sendo a Geografia vista como uma ciência de relações e conexões de fenômenos naturais e culturais; de ser uma ciência do entendimento dos lugares, portanto, das individualidades locais; de ter relação com a História apenas no sentido do passado estar presente no estudo da paisagem; do homem- não o homem histórico – ser reconhecido como agente ativo responsável pela transformação da paisagem; de ter um método de observação dos fenômenos da paisagem e sua descrição, como o princípio de todo o processo cognitivo etc. E, o fato de não termos caminhado na linha da tradição geográfico-filosófica/metodológica Ritter-Hegel, em que a Terra é considerada como um sistema complexo de fenômenos naturais e culturais, sendo a Geografia regida pelo “princípio de totalidade”, e a investigação geográfica conduzida a partir de observação em observação, passando da análise dos fatos simples para os complexos, para se chegar ao conhecimento da causalidade terrestre; o mesmo se pode dizer quanto à valorização antropocêntrica da natureza da geografia centrada na relação Homem/Natureza (H/N), colocando o homem como sujeito/agente responsável pela transformação do meio natural e da sociedade; quanto ao significado da análise histórica na pesquisa geográfica, portanto, à análise dos fatos geográficos dentro do contexto histórico; quando à geografia comparada calcada no princípio de analogia etc., infelizmente, à “descoberta” de Marx pelos geógrafos brasileiros ocorreu, tardiamente, no final da década de [19]70, basicamente nas obras de Yves Lacoste, de Milton Santos, de Ruy Moreira, e de alguns outros produtores do saber geográfico (GOMES, 2007, p. 128 - 129).

Essa citação, ainda que longa, confirma aquilo que colocamos nas páginas anteriores. Ou seja, a filiação teórica a Kant-Humboldt “impediu” que a Geografia se encontrasse com a dialética de Hegel e, por isso, não foi possível se encontrar com o marxismo. Esse encontro ocorre somente no terceiro quartel do século XX. Além da descoberta do marxismo tardiamente, ela não se fez a contento, como sinaliza Horieste Gomes (2007).

Ele reconhece que há mais de uma forma de marxismo, sendo eles: o clássico de Marx e Engels, o marxismo-leninismo, o marxismo

gramsciano, o marxismo revisionista – dentre aqueles que criticam Lênin –, os críticos do socialismo real e os neomarxistas – principalmente a Escola de Frankfurt. Percebemos por esse mapeamento que Horieste Gomes reconhece que o marxismo é amplo e complexo. Talvez, por isso, nós não conhecemos verdadeiramente o marxismo. Mas, o autor aponta outras razões:

1. Tivemos uma educação deficitária desde a colonização do Brasil;
2. Só recentemente, se comparado com outros países, instituiu-se uma tradição universitária;
3. Foi-nos transmitida, na maioria das vezes, uma filosofia idealista e positivista, só em raros casos uma filosofia materialista;
4. As instituições, como partidos e sindicatos, onde poderia se propagar uma leitura marxista do mundo, foram duramente repreendidas em vários momentos da história do país, um deles foi o período da ditadura militar.
5. Especificamente na Geografia tem a ver com a tradição de ficarmos “[...] presos ao naturalismo e ao historicismo da ‘escola histórica alemã’” (GOMES, 2007, p. 133). Por isso, ocorreu um reducionismo da dialética, “[...] a interpretação dos fenômenos geográficos ficou reduzida às leis naturais (determinismo ratzeliano)” (GOMES, 2007, p. 133). Com relação aos fenômenos sociais, eles “[...] foram reduzidos à lei da contingência (possibilismo/determinismo lablacheano)” (GOMES, 2007, p. 133).

Soma-se a isso os poucos trabalhos escritos verdadeiramente por Marx que chegaram ao Brasil no começo do século XX, quase nenhum, conforme expomos anteriormente, utilizando os argumentos de Konder (2009). Como já salientamos, o marxismo que chega ao Brasil está estritamente relacionado ao movimento partidário – Partido Comunista

Brasileiro. A vitória dos bolcheviques na URSS trouxe esperança para os outros países e monopolizou as ideias marxistas.

O marxismo não foi estudado e difundido apenas na Geografia. Vários foram os pensadores que contribuíram para que o pensamento de Marx fosse incorporado nas ciências no Brasil. Tantos foram que não houve uma unidade de pensamento e as diversas tendências, algumas até antagônicas foram adentrando ao corpo epistemológico de determinadas ciências. Mas, em muitos casos, o não definitivo envolvimento e comprometimento com essa teoria provocou análises limitadas e, muitas vezes, retrógradas, pois “[...] as contribuições dos teóricos do marxismo não foram assumidas, na proporção necessária, por nossos militantes [...]” (GOMES, 2007, p. 135). Muitos, no ímpeto de renovar as pesquisas ligadas à Geografia, fizeram discussões capengas. “Em muitas de nossas produções utilizamos princípios, postulados e teses do marxismo, de maneira simplistas, mecânica e dogmática, na vã tentativa de interpretar o espaço geográfico” (GOMES, 2007, p. 135).

O fato é que, atualmente, já se fala em crise da Geografia Crítica, como no debate apresentado entre Diniz Filho (2002) e Carlos (2007). No discurso da crise do marxismo na Geografia também ecoa a crise da própria ciência. O que Horieste Gomes irá refutar.

Entre os geógrafos, tivemos os que, erroneamente, atribuíram ao marxismo em crise, segundo eles, a condição de principal responsável pela crise da Geografia, inclusive no Brasil. No nosso país, as repercussões se fizeram sentir principalmente na política e nas ciências sociais, inclusive na geografia brasileira, a ponto de existirem geógrafos radicais oponentes à inserção do marxismo na abordagem geográfica. Nos tempos atuais, há ainda os opositores de muitas matizes, que persistem nessa mesma lógica de raciocínio, ignorando ou fechando os olhos ante a situação de crise político-institucional do Estado Nacional no contexto do capitalismo neoliberal, esquecendo-se de que “as mudanças do modo de pensar a geografia são produto direto das transformações econômicas, políticas e sociais” (FANI, 2002, p. 163), sendo estas as principais responsáveis pelas condições existenciais da produção brasileira no presente (GOMES, 2007, p. 137).

Gomes (2007) esclarece, portanto, que não se pode resumir a dita crise da Geografia por conta da incorporação do marxismo. Mesmo por que essa incorporação se deu, segundo Horieste, de forma apenas parcial e forçada em alguns casos. Um dos problemas para que houvesse a plena inclusão do marxismo na Geografia era resolver a questão da natureza. Horieste a resolve de uma forma bastante clara.

Para ele, o homem transforma a natureza pelo trabalho, bem como realizado por Marx e Engels na Ideologia Alemã. Para isso, ele utiliza os argumentos principalmente de Engels, quando escreve a dialética da natureza. “Engels, em *Dialética da Natureza*, incorpora à dialética a essência da natureza como ciência exata e natural, sendo esta regida por leis deterministas da própria natureza” (GOMES, 2007, p. 140) e avança um pouco mais,

Marx vai além, ao historicizar a natureza pelo trabalho, acrescentando a ela a dimensão cultural do homem, traduzida em conhecimento, ciência e tecnologia, muito embora ele não tenha incorporado diretamente a dialética à natureza. Lenin dá um avanço substancial ao marxismo, ao incorporar a dialética dos fatores objetivos e subjetivos à teoria marxista-leninista da revolução socialista. Em Lenin, a práxis social, unidade entre teoria e a prática, conduzida por uma vanguarda revolucionária organizada, o partido político, é determinante no processo revolucionário, sendo a principal responsável pela transformação política e social de determinada não, além, de se constituir no principal critério de elucidação da verdade. A teoria, como base epistemológica-gnosiológica, abastece o conhecimento empírico/pragmático dos homens e faz avança a prática social, no contexto de determinada sociedade (GOMES, 2007, p. 140).

Por isso, “Na compreensão marxista, o materialismo histórico é a chave do conhecimento, tanto da sociedade quanto da natureza” (GOMES, 2007, p. 141). Assim, Horieste não entra na polêmica de Engels na *Dialética da Natureza*, “O que o marxismo define com segurança é que as leis da natureza se aplicam à natureza e não à vida social, sendo esta regida por leis históricas e sociais, e não ao contrário” (GOMES, 2007, p. 142).

O autor ainda, faz uma rápida avaliação do Movimento de Renovação da Geografia elencando os principais protagonistas desse período, bem como apresenta os debates atuais com relação ao tema.

A primeira questão a ser levantada é de que o Movimento de Renovação da Geografia, apesar de ser entendido como expressão de uma época em que o debate político estava na pauta dos vários segmentos da sociedade é, também, uma tendência, que as correntes clássicas e quantitativas não mais conseguiam dar respostas às transformações que ocorriam na sociedade. Tanto a Geografia tradicional, que tinha como objeto de pesquisa uma sociedade que vivia predominantemente no espaço agrário, quanto a Geografia teórica, que se afastou demais dos fenômenos espaciais a partir das condições tecnológicas. Ambas não conseguiam dar respostas aos problemas enfrentados pela sociedade naquele momento. Uma renovação era imprescindível e essencial para o futuro da própria ciência.

Portanto, é preciso reconhecer que o Movimento de Renovação da Geografia abriu as portas para que essa ciência pudesse ter novas abordagens, dialogar com outros autores de outras ciências, pensar em uma totalidade, ter um engajamento político, etc.

[...] se hoje temos uma melhor reflexão e compreensão da Geografia como ciência; se temos a capacidade de detectar melhor os males que afetam tanto a natureza quanto a sociedade brasileira; se temos um melhor domínio do sujeito e do objeto de estudo da ciência geográfica; se demos os primeiros passos na interpretação da unidade espaço/temporal; se hoje temos múltiplas linhas de investigação e interpretação geográfica, em função de múltiplas filosofias e metodologias científicas adotadas. Se temos uma geografia viva, dinâmica, em construção em muitos dos Estados da federação brasileira, mesmo que as abordagens venham “contaminadas” por uma carga negativa de “marxismo vulgar”, podemos afirmar com segurança que o estágio de desenvolvimento científico cultural que a nossa categoria alcançou na presente realidade do Brasil contemporâneo, devemos, em grande parte, ao nosso compromisso assumido pelos nossos geógrafos críticos (marxista e não marxistas) de renovar a geografia brasileira, muito embora a renovação esteja “inconclusa”, como bem acentuou Ruy Moreira (GOMES, 2007, p. 157).

No livro *A produção do espaço geográfico no capitalismo, com primeira edição em 1990* o autor apresenta aquilo que também será discutido no livro *Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia*. Gomes (1990) introduz a discussão, com a problemática da chamada primeira e segunda natureza que, para ele, será o meio geográfico e o espaço geográfico. Conforme o estudioso, a preocupação da Geografia deve ser com o espaço, ou seja, uma primeira natureza – meio geográfico – transformada pelo trabalho humano. O ser humano tem

[...] no seu caminhar interdependente no espaço/tempo geográfico, produzido pelo seu trabalho social, o tem conduzido, na maioria das vezes, a um patamar superior na proporção em que transforma as duas categorias (física e social) numa *única natureza* (podendo denominá-la de “transformada”). Esta, por sua vez passa a ser o objeto central de análise do inquérito geográfico (GOMES, 1990, p. 09 – destaques no original).

A interação entre natureza e sociedade se dá por dois componentes: a autonomia e a dependência. Tanto a natureza, quanto a sociedade são autônomas, ou seja, existem por si. Mas, também são dependentes a partir de sua interação mútua que forma historicamente duas naturezas. Caso a espécie humana desaparecesse do planeta, a dimensão histórica da natureza se perderia, pois é o homem, com a socialização da natureza, que lhe dá essa característica, por conseguinte, também não haveria uma Geografia.

A historicidade e a socialização que o autor se refere se dá pelo contato direto do homem sobre a natureza pelo seu labor. “Por intermédio do seu trabalho de cunho produtivo e social, o homem historiciza a natureza, isto é, repassa a ela o desenvolvimento civilizatório (econômico/social, científico/tecnológico, artístico) na proporção de sua capacidade de transformá-la e de senti-la dotada de superior dimensão social” (GOMES, 1990, p. 14).

Nesse caso, socializar não significa utilizar a natureza apenas enquanto recurso, mas utilizá-la de forma consciente. E uma das dimensões da naturalização do homem é justamente o contato dele com

ela. Todavia, tal contato, no modelo econômico atual, se dá apenas para uma pequena parcela da população, pois os espaços são privatizados e tornam-se mercadorias propagadas pelo turismo, por isso, a dimensão natural de contemplação passa a ser um privilégio de classe.

Enfoca-se, portanto, que nesse sentido há uma luta de classe. Essa disputa pode ser levada para os partidarismos. Isto é, não apenas se filiar a um determinado Partido Político, mas tomar posição com relação a alguns fatos, inclusive a do autor. “Assim, a posição ideológica que assumimos neste livro está apoiada na concepção de um espaço geográfico como totalidade, produto da luta dos contrários” (GOMES, 1990, p. 17).

Quando trata das dimensões do espaço produzido, Horieste elenca algumas, mas ressalta que pode existir várias formas materiais do espaço. Esse tema será novamente discutido no livro *Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia (1991)* de forma ainda mais ampliada.

A primeira dimensão diz respeito à produção do espaço, afirmado que “Só há espaço geográfico produzido [...]” (GOMES, 1990, p. 20). É pelo trabalho que se produz espaço e o transforma, criando uma nova realidade. É nessa interação homem/natureza, intermediada pelo trabalho, que se forma a consciência. “A consciência nada mais é do que o reflexo subjetivo (de sujeito) da realidade objetiva (objeto exterior ao sujeito). Entre os dois mundos – o material que é o mundo objetivo e o ideal que é o mundo da consciência – há uma unidade dialética de contrários” (GOMES, 1990, p. 22).

Desse modo, se a consciência é formada a partir dessa interação, então é a partir do mundo material que o sujeito conhece o mundo, reconhecendo-se enquanto agente transformador do espaço. Logo, as contradições materiais “[...] propiciam o desenvolvimento espiritual (as emoções, os sentimentos, os estados d’alma humana, etc.)” (GOMES, 1990, p. 22). Assim, o materialismo histórico e dialético, enquanto método, é capaz de analisar e entender os fenômenos da subjetividade

humana, ao contrário do que pregam, principalmente, aqueles pesquisadores ligados aos trabalhos da linha cultural.

Na dimensão histórica, Horieste vai justificar a importância da compreensão histórica dos fenômenos e, dessa maneira, o emprego do termo histórico no materialismo histórico e dialético na Geografia. No entendimento do autor, o tempo é material, já que a história se faz pela materialidade humana, pois o “[...] processo das contradições dialéticas entre as classes sociais antagônicas transforma o tempo histórico em realidade material” (GOMES, 1990, p. 23). Nesse momento, o estudioso defende a organização social do ser humano em associações e partidos para uma aquisição de uma maior consciência.

Como a vida do homem é uma prática constante (espontânea ou organizada em partidos políticos, sindicatos, associações de classes, comunitárias, etc.) na dimensão em que ele adquire maior consciência política, também adquire maior consciência de classe, e está o conduz a uma maior consciência política (GOMES, 1990, p. 26).

Quanto à dimensão social afirma que o espaço produzido é por natureza social, já que na interação entre homem é natureza há uma socialização o espaço. “A materialidade social, entendida como o caráter social que todo fato geográfico possui, constitui a razão de ser da ciência geográfica [...]” (GOMES, 1990, p. 27).

Nesse processo se cria novas formas e abordagens, seja na socialização da natureza ou na naturalização do homem. O velho é negado, porque não consegue mais satisfazer os anseios da sociedade. É nesse sentido que é preciso uma nova forma de abordar o espaço Geografia, pois as velhas formas – Geografia Tradicional e Quantitativa – não mais conseguem. Mesmo a corrente teórica, que se pauta, principalmente, por princípios modernos e tecnológicos, não consegue mais satisfazer as demandas apresentadas. “[...] a geografia quantitativa com os seus sistemas e modelos matemáticos, estatísticos, digitais, etc. não vem mais conseguindo acompanhar as transformações na proporção desejada pelo capital financeiro” (GOMES, 1990, p. 29).

É importante ressaltar a centralidade da categoria trabalho nas análises de Horieste Gomes, o que ele chama de trabalho produtivo social. Há uma influência bem razoável de Engels nessa definição. Inclusive Gomes (1990) cita-se claramente a passagem do texto de Engels, em que ele aborda a transformação do macaco em homem pelo trabalho. Horieste explica que o macaco que Engels se refere não é o macaco que conhecemos atualmente, mas o homem primitivo. Desse modo, “A história do ser humano é, portanto, a história do dispêndio de sua força de trabalho, utilizando ferramentas (instrumentos de trabalho) na elaboração dos produtos (objetos) a que denominamos de ‘bens sociais de uso e de troca’” (GOMES, 1990, p. 31).

É também relevante destacar, quando Horieste discute o aspecto político do geógrafo e a importância do espaço geográfico na disputa de classe, ele retoma o que já havia exposto sobre consciência e a sua produção a partir da interação mútua homem/natureza, acrescentando que tal consciência se diferencia dependendo do modo de produção. O capitalismo tem características distintas do socialismo, pois o trabalho se difere nesses dois modelos.

É importante pensar o espaço geográfico como objeto de luta política por parte dos geógrafos, destacando os seguintes pontos:

- 1- *O suporte teórico-metodológico da Geografia.* É preciso discutir com profundidade tal suporte para uma melhor organização social do espaço, pois não se pode ficar apenas na aparência dos fenômenos, e sim, haver uma inserção na essência deles. Isso não é uma tarefa fácil, pois há uma fraqueza entre os geógrafos com relação à teoria e ao método, isso devido a um pouco da nossa formação desde o ensino básico e também do interesse de cada um em aprofundar-se no assunto. Essa defasagem é levada para a sala de aula e alimenta uma Geografia descritiva, que não contribui em nada para se pensar uma transformação social. Neste ponto, é importante levantar

uma questão: se apenas recentemente os professores de Geografia do ensino fundamental e médio passaram a levar para a sala de aula um olhar mais crítico, por qual motivo existem discursos para abortar a ideia, dizendo que essa Geografia não deu conta da realidade? Essa pergunta ainda fica sem resposta. Por fim, Para Horieste, é preciso uma ruptura com a geografia tradicional e quantitativa, pois essas duas abordagens estão do lado oposto na luta de classes.

2- *A práxis geográfica.* É necessário socializar o espaço geográfico, mas isso não é possível no sistema capitalista, por isso, é importante lutar contra tal sistema. Um dos mecanismos é a inserção dos geógrafos nos movimentos organizados, tanto de categoria quanto de trabalhadores no geral, como, por exemplo, os partidos políticos. “É pelo critério da prática social que o homem amplia as suas possibilidades de conhecer o mundo objetivo que o rodeia e que existe fora de sua consciência. É pela prática que o homem corrige as deformações, os erros acumulados e tidos como verdadeiros. É pela prática que estabelecemos a nossa união concreta com o mundo exterior” (GOMES, 1990, p. 61). Mas, o autor ressalta que não se pode cair na ilusão de pensar que a Geografia irá fazer a revolução, afinal, essa é obra da classe trabalhadora, todavia, a Geografia pode contribuir, na medida em que ela pode fomentar uma consciência. Uma verdadeira consciência ligada à essência dos fenômenos do espaço geográfico.

3- *Do posicionamento de categoria ao de classe.* Como salientado, a Geografia por si só não realiza as transformações sociais para o trabalhador. Mas, ela deve contribuir se posicionando do lado da classe trabalhadora, para isso é necessário ter competência nos embates e, portanto, uma boa formação. Nesse sentido, o geógrafo deve ser partidário, não apenas a filiação ou uma

agremiação política, mas deve tomar partido de uma situação, ou seja, cai aí a intocada neutralidade científica.

- 4- *O que fazer e como.* Neste item, o autor irá elencar algumas posições que julga necessário para o engajamento político do geógrafo e a consequente defesa de um espaço geográfico de cunho político. Desse modo, coloca que: a natureza é uma. É preciso dotar a categoria (os geógrafos) de um maior domínio filosófico/científico do marxismo; localizar o inimigo; questionar o modelo econômico; travar uma luta contra a Geografia Tradicional e Quantitativa; encarar a luta política.

Horieste constrói, a partir do materialismo histórico e dialético, intermediado pelo marxismo-leninismo uma postura acadêmica combativa. A sua análise indissociável do homem e da natureza lhe conferiu um lugar de destaque no pensamento geográfico de cunho marxista. Todavia, a sua visão maior, ou seja, de transformar a sociedade o leva a pensar do ponto de vista da organização partidária, entendida por ele como indispensável para o processo revolucionário.

## **CONCLUSÃO**

O pensamento de Horieste Gomes é *sui generis*. Apesar de podermos, grosso modo, enquadrá-lo como participante do Movimento de Renovação da Geografia, obedecendo princípios gerais, como a incorporação do marxismo nessa disciplina, ele o faz de modo próprio. A maneira como constrói o seu pensamento ao longo dos anos tem a sua marca. Marca essa construída por influências diversas no percurso histórico de sua caminhada para o encontro com a Geografia. Portanto, além de partícipe de um momento tão importante para a reconstrução do saber geográfico, ele é um legítimo protagonista. Todavia, por não estar presente no centro do debate da Geografia, ou seja, no sudeste brasileiro, seu discurso não ecoou da mesma maneira que outros geógrafos, apesar de ter publicado uma extensa obra, inclusive livros de circulação nacional. Mas, isso não foi um obstáculo limitador para que ele desenvolvesse um pensar crítico/marxista à sua maneira.

A vida de Horieste tem o mesmo contexto de formação, consolidação e difusão do conhecimento geográfico no nível acadêmico. Tanto ele, quanto a Geografia nascem na década de 1930. Ela, trazida pelos franceses, que fincaram, primeiramente, seus pés em São Paulo, e depois, no Rio de Janeiro, instituindo um saber que se casou com o projeto político modernizante encabeçado por Vargas. Já Horieste veio do interior de São Paulo e edifica sua vida na recém-criada cidade de Goiânia, cuja construção se insere no novo modelo político modernizante, que tem em Goiás a figura de Pedro Ludovico Teixeira como referência. Modelo esse que utiliza na sua forma discursiva argumentos geográficos para a sua implementação.

Mas o contexto das décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950, os influenciam de forma diferente. Para Horieste, esse período serviu como inspiração para posteriormente desenvolver um pensamento crítico/marxista na Geografia. Os elementos que impulsionam sua trajetória são: a família e a sua formação humana; a militância no Partido Comunista Brasileiro, em que teve contato com a teoria marxista-leninista; e a graduação, com destaque para o curso de História, cuja

discussão política, para o período poderia ser considerada avançada. Já para a Geografia não se reconhece grandes mudanças nesse período, a não ser autores isolados que tentavam produzir uma Geografia mais totalizante, mas, ainda longe de incorporar o materialismo histórico e dialético nos seus trabalhos. Ou seja, comprovamos a partir desses apontamentos que a ideia de que somente o contexto histórico não pode ser responsável pelo desenvolvimento de uma ciência, apesar de entendermos ser esse aspecto fundamental. Os condicionantes internos que dão a base teórico-metodológica para que as transformações ocorram, devem estar em consonância com determinado contexto.

Por essas argumentações, podemos concluir que apesar do período relatado ser parcialmente propício para uma nova postura das ciências, isso não ocorreu, sobretudo, na Geografia. Mesmo havendo uma série de posturas políticas condizentes com novas maneiras de se produzir as pesquisas científicas. Uma vez que o marxismo e, por consequência, o materialismo histórico e dialético só é conhecido plenamente no Brasil na segunda metade do século XX. Um exemplo é Caio Prado Júnior, que apesar de ter sido um militante, foi, também, dirigente do Partido Comunista Brasileiro, tendo uma proximidade com Moscou e um dos fundadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros, não conseguiu levar esse engajamento para o seio do pensar geográfico. Apesar de realizar alguns estudos com caráter menos descritivo, como já sinalizado, ele não fundamenta ou ao menos dá diretrizes para que fosse constituída uma nova maneira de se fazer Geografia.

O encaixe entre os fatores internos e externos só será realizado momentos depois, nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Forçadamente, podemos afirmar que a primeira década foi o momento de gestação, com acúmulo também de anos anteriores; a segunda, o momento de amadurecimento e ruptura; já 1980 foi o auge desse encontro. Por isso, é tão relevante compreender que há nesse período um contexto político, social e político ímpar na história. É nessa época em que o conflito EUA x URSS estava no seu apogeu, que várias guerras pelo mundo foram

desencadeadas, tendo como pano de fundo a luta entre essas duas potências e, que alguns países do continente africano se libertaram do processo de colonização, entre outros. Na escala nacional, lutava-se contra a ditadura militar e as posições políticas críticas se consolidavam cada dia mais. Isso reverbera para a Geografia, fundando num novo modo de enxergar as pesquisas em Geografia.

O maior desafio desse período era incorporar o marxismo na ciência geográfica. Entretanto, na realização dessa empreitada deparou-se com várias interpretações de Marx, ou seja, havia linhas distintas e até mesmo antagônica que se intitulavam e, ainda hoje, intitulam-se marxistas. Outro fator é que apesar dessa tendência ser predominante, nesse período ela não estava só. Correntes, como a Geografia Humanística também se consolidaram nesse momento, por isso, entendemos que esse movimento era plural.

Horieste também se apoia no contexto histórico e nos textos sobre o marxismo que a cada dia era mais presente no Brasil. Como muitos dos protagonistas do Movimento de Renovação esse contato não se dá pelas vias acadêmicas e sim pelo engajamento político. Como militante do PCB, o encontro dele com a teoria marxista aconteceu predominantemente pela via partidária, ou seja, ele entende que a melhor forma de compreender e aplicar o marxismo é pelos escritos leninista, portanto, a sua Geografia tem esse caráter, o marxismo-leninismo.

Com esse arcabouço teórico-metodológico, ele produz uma ciência que possui características comuns com os seus pares, mas, também, tem posições singulares. Do geral está a sua inserção no Movimento de Renovação com o propósito de refundar essa ciência com novas posições e olhares, bem como tentavam realizar essa tarefa várias outras pessoas pelo país. O particular é a maneira pela qual ele constrói o seu percurso, isso o diferencia, certa medida, de algumas outras posições.

A forma pela qual ele incorpora o marxismo tem muito a ver com a sua militância. Ao entender que a consciência revolucionária, bem

como exposta por Lenin, deve ser mediada pelo partido, Horieste posiciona a Geografia como um instrumento fomentador dessa consciência. Nesse sentido, as velhas formas de se fazer Geografia são ideologias que servem a classe dominante. Diante disso, precisa-se reformular essa ciência para que ela tome partido do lado mais fraco, ou seja, do trabalhador. Assim, a ciência e a política devem caminhar lado a lado, pois ela pode ser caminho para o despertar da política, e, por conseguinte, a consciência social.

Suas publicações vão nesse rumo. Ele se posiciona e defende que o pesquisador deve se posicionar, pois a neutralidade já é por si um posicionamento do lado dominante. Temas, como dialética, espaço e tempo, Geografia e planejamento e tantos outros, são por ele analisados, tendo como perspectiva a transformação social.

Ao se deparar com as questões metodológicas da Geografia, principalmente sobre a sua dicotomia, logo, ele as resolve. Primeiro, porque ele não produz uma ciência física ou uma ciência humana, e sim, faz Geografia. Na sua concepção não há como separar esses dois elementos, pois ambos estão intimamente ligados. A natureza se socializa com a intervenção do homem, bem como o homem também se naturaliza em contato com a natureza. Essa mediação se dá pelo processo do trabalho, ele a historiciza.

A relação, mediada pelo trabalho, pode ocorrer de duas formas: a primeira, pelo nível de exploração, ou seja, o ser humano utiliza a natureza enquanto recurso e; a segunda, pela preservação.

Esta tese prova que o pensamento de Horieste Gomes surge e contribui em um momento muito rico da Geografia Brasileira. Ao introduzir o materialismo histórico e dialético na Geografia, o seu discurso se soma a outros protagonistas na crítica ao pensamento tradicional e teórico, além de contribuir para a construção de uma ciência pautada nas questões sociais. Se podemos destacar uma parte de seu pensamento, esta parte - é a indissociável compreensão do homem e

da natureza. Horieste não compactua, portanto, com a dicotomia: Geografia Física e Geografia Humana.

O caminho que ele segue, desde os primeiros escritos até as publicações mais recentes, demonstra um aperfeiçoamento e um amadurecimento de seu pensar. Nos primeiros artigos, por exemplo, é possível identificar um posicionamento ainda ligado ao positivismo com um ponto de vista da Geografia Tradicional. Entretanto, com o passar dos anos, Horieste incorpora aos seus estudos a perspectiva marxista mediada pelo partido.

De fato, a vivência pessoal foi relevante para o desenvolvimento de um pensamento crítico/marxista. Mas, essa concepção não se restringe apenas à sua produção acadêmica. O que ele escreve também é o que ele vive. Nas entrevistas realizadas e em conversas informais, que também nos inspiraram escrever sobre Horieste Gomes, os depoimentos sempre relataram uma pessoa muito íntegra e coerente, em que suas práticas não destoavam daquilo que falava e escrevia. Tais depoimentos comprovam o fato dele ser uma pessoa muito ética e comprometida, seja com a construção de uma Geografia Crítica/Marxista, ou na transformação da sociedade.

Esperamos que esta tese possa contribuir para que o seu pensamento seja difundido para toda a comunidade geográfica, com a intenção de valorizá-lo. Este trabalho também deve se juntar a uma série de vozes, cada vez mais diminutas na Geografia brasileira, que bradam para uma efetiva ciência de cunho marxista. As tentativas de incorporação do materialismo histórico e dialético, apesar de fundamentais, devem ser aprofundadas e, não abandonadas. Por isso, a geração que se segue deve tomar conhecimento das discussões sobre o tema e, esta pesquisa pode ser um dos caminhos para isso.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **O ISEB e o desenvolvimentismo**. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>> acesso em 26 de nov. 2012.

ACURSS (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA UNIÃO SOVIÉTICA). **Manual de marxismo-leninismo**. México: Grijalbo, 1960.

ALEGRE, Marcos. Os setenta anos da AGB 1934 – 2004. **Revista Terra Livre**. Associação dos Geógrafos Brasileiros: ano 20, v.1, n. 22, 2004.

ANTUNES, Charlles da França. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, ideias e transformações**: notas de uma história. Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense. Tese (doutorado), 2008.

BARBOSA, Altair Sales. **O humilde pensador**. Goiânia, 17 jun. 2008. Disponível em: <<http://altairsalesbarbosa.blogspot.com.br/2008/06/o-humilde-pensador.html>> acesso em: 17/08/2012.

BATAILLON, Claude. Six géographes en quête d'engagement: du communisme à l'aménagement du territoire. Essai sur une generation. **Cybergeo**: European Journal of Geography. Disponível em <<http://cybergeo.revues.org/1739>> acesso em 28 de jan. 2013.

BERDOULAY, Vincent [1981]. A abordagem contextual. **Espaço e Cultura**, n. 16, Rio de Janeiro, jul/dez, 2003, p. 47-56.

CAPEL, Horácio. **Geografia Humana y Ciencias Sociales**: una perspectiva histórica. Barcelona: Montesinos, 1987.

CAPEL, Horácio. **Geografia, ciência e filosofia**. Introdução ao pensamento geográfico. Jorge Guerra Villalobos (org.). Volume 1. Maringá/PR: Editora Massoni, 2007.

CAPEL, Horacio; URTEGA, Luis. **Las nuevas geografias**. Barcelona: Aula Abierta Salvat, 1984.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A "Geografia Crítica" e a crítica da Geografia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (03). Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24503.htm>> acesso em 18 mar. 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Contra o produtivismo: um protesto solitário. In: **Territorial** – Caderno Eletrônico de Textos, vol. 2, n. 3, 20 de agosto de 2012.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas: Papirus, 1994.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-go – Brasil. **Élisée**, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012

CASTRO, João Alves de. [22 de setembro de 2011]. Goiânia: **Entrevista** concedida a Weder David de Freitas. No prelo.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CHAUL, NARS. **A Construção de Goiânia e a transferência da Capital**. Goiânia: Editora UFG, 1988.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Os desafios teóricos da Geografia brasileira**: rumos e desdobramentos. Goiânia: 2012. (no prelo)

CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio. In. KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CPDOC (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL). **A era Vargas**: dos anos 20 a 1945. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/IBGE>>. Acesso em 23 ago 2012.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. Certa má herança marxista. In.: MENDONÇA, Franciso; KOZEL, Salette. **Elementos de Epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes. **A Geografia viúva da revolução**. Curitiba: UFPR, 2011.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Bauru/SP: EDUSC, 2007.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. **Presidentes e governadores de Goiás**. Coleção documentos goianos, n. 05, Goiânia: Editora UFG: 1980.

FRANÇA FILHO. Astrogildo Luiz de. A presença (ou ausência) do pensamento marxista na Geografia moderna. **Revista Tamoios**. Jan/jun. ano V, n. 1, Rio de Janeiro, 2009.

FRANÇA FILHO. Astrogildo Luiz de. Considerações sobre a renovação crítica da Geografia brasileira. **Revista Geografia em Questão**. V 05. N. 01, 2012.

GEIGER, Pedro Pichas. Industrialização e urbanização no Brasil, conhecimento e atuação da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 50 (número especial), t. 2, p. 59 – 84.

GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; KAYSER, Bernad; LACOSTE, Yves. **A Geografia Ativa**. 5 ed. Tradução de Gil Toletto, Manuel Seabra, Nelson de La Corte e Vincenzo Bochicchio. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

GICOVATE, Moisés. **Manual de Geografia Humana**. 2 ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1952.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOMES, Paulo César da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. IN: MENDONÇA, Francisco; LOWENSAHR. Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba/PR: ADEMADAN, 2009.

GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial**. Sao Paulo: Atica, 1985.

GORTER, Herman.; KORSCH. Karl; PANNEKOEK, Anton. **La izquierda comunista germano-holandesa contra Lenin**. Paris, França: Ediciones Espartaco internacional, 2004. Disponível em <[www.edicionesespartaco.com/libros/ContraLenin.pdf](http://www.edicionesespartaco.com/libros/ContraLenin.pdf)> acesso em 27 jan. 2013.

GRIMM, Flávia Christina Andrade. **Trajetória Epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e a cidadania como práxis**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Tese (doutorado), 2011.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e Natureza da Geografia**. 2 ed. Trad. Thomaz Newlands Neto. São Paulo: Hucitec, 1978.

- HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo.** Tradução: João Alexander Peschanski. São Paulo: Boi Tempo, 2011.
- HOWBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX : 1914-1991.** Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IUMATTI; SEABRA; HEIDEMANN. **Caio Prado JR. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros.** São Paulo: Edusp, 2008.
- KONDER, Leandro. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. **Nossos Clássicos.** Uma epistemologia em construção: diálogos entre a Geografia e a Sociologia em Paul Vidal de la Blache. Revista Geographia. Rio de Janeiro, Ano IX - No 18 – 2007.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1988.
- LACOSTE, YVES. Geografia. In: CHATELET, François. **História da Filosofia: de 1860 aos nossos dias.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- LACOSTE, YVES. **Le bon plaisir do geógrafo yves Lacoste** – parte I. tradução e adaptação: Florence Baltz Zanotelli e Cláudio Luiz Zanotelli. Revista Geografares. Vitória, no 2, jun. 2001.
- LACOSTE, YVES. **Le bon plaisir do geógrafo yves Lacoste** – parte II. tradução e adaptação: Florence Baltz Zanotelli e Cláudio Luiz Zanotelli. Revista Geografares. Vitória, no 3, jun. 2002.
- LACOSTE, YVES. **Le bon plaisir do geógrafo yves Lacoste** – parte III. tradução e adaptação: Florence Baltz Zanotelli e Cláudio Luiz Zanotelli. Revista Geografares. Vitória, v. 1, no 1, jun. 2000.
- LENIN, Vladimir. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo.** Disponível em <<http://pcb.org.br/portal/docs/esquerdismo.pdf>> acesso em 11 de jun. 2013.
- MACHADO, Lia Osório. História do pensamento geográfico no Brasil. **Terra Brasilis** [Online]. Vol. 1, 2000. Disponível em <<http://terrabrasilis.revues.org/295>> acesso em: 28 de maio de 2011.
- MACHADO, Mônica Sampaio. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. **Revista Geographia.** Niterói/RJ, Ano. II – No 3 – 2000.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura a nova república (1974 - 1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MAIA, Lucas. **Comunismo de Conselho e Autogestão Social**. Pará de Minas: Virtual Books, 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia – Pequena História Crítica**. São Paulo, Editora Hucitec: 1981.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia, História e História da Geografia **Terra Brasilis** [Online]. Vol. 2, 2000. Disponível em: < <http://terrabrasilis.revues.org/319> > acesso em: 28 de maio de 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e Práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Ruy. **Geografia: Teoria e Crítica**. O Saber posto em questão. Petrópolis, Editora Vozes: 1978.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras. Volume 3. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. Volume 1. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto: 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **É possível uma “Geografia Libertadora”?** In Geografia e Sociedade – Os Novos Rumos do Pensamento Geográfico. Petrópolis, Vozes: 1980. p 13 -18.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A evolução dos estudos sobre o integralismo. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 36, n. 1, p. 118-138, jan./jun. 2010.

ORTEGA Y CASSET, José. **Em torno a Galileu**: esquema das crises. Trad. Luiz Felipe Alves Esteves. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.

PANNEKOEK, Anton. **O novo blanquismo**. 1920. Disponível em <<http://www.reocities.com/comunistasdeconselhos/blanquismo.htm>> acesso em em 27 jan. 2013.

PEREIRA, Sergio Nunes. Histórias do pensamento geográfico. **Terra Brasilis** [Online]. Vol. 2, 2000. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/316>> acesso em 28 de maio de 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 101-120, junho 2005. Disponível em <[http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a\\_pdf/anita\\_leocadia\\_70\\_anos\\_anl.pdf](http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/anita_leocadia_70_anos_anl.pdf)> Acesso em 08 jun. 2011.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas brasileiros: (1945-1956/58)** – Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESTES, Anita Leocádia. **Uma epopeia brasileira** – A coluna Prestes. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. **Histórico**. Goiânia. Disponível em <<http://projetos.extras.ufg.br/posgeo/index.php/historico/>> acesso em: 02 de mar. 2012.

QUAINI, Maximo. **Marxismo e Geografia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REGO, Luiz Flores de Moraes. A expansão econômica de São Paulo e a Associação dos Geógrafos Brasileiros. **Jornal Estado de São Paulo**, 1935.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. **Decreto n. 1527**, v. 1, n. 1, 1937.

REVISTA TERRA LIVRE. **Apresentação**. São Paulo. Associação dos Geógrafos Brasileiros: ano 20, v. 1, n. 22.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência**: o pensamento científico e a ciência no século XIX. 2. Ed. Vol. II. Tomo II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

RUHLE, Otho. **A Luta Contra o Fascismo Começa Pela Luta Contra o Bolchevismo**. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/ruhle/1939/09/fascismo.htm>> acesso em 27 jan. 2013.

SALGADO, Plínio. **Manifesto de 7 de outubro de 1932**. Ação Integralista Brasileira. Disponível <<http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2>> acesso em 27 jan. 2013.

SANTOS, Milton (org). **Novos rumos da Geografia brasileira**. 4. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6. Ed. 1 reimp. São Paulo: Edusp, 2008.

SCARIM, Paulo Cesar. **Coetâneos da Crítica**: Uma Contribuição ao estudo do Movimento de Renovação Crítica da Geografia Brasileira. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000. 268 p. (Dissertação, Mestrado em Ciências: Geografia Humana) 248 p.

SILVA, Armando Corrêa da. A Renovação Geográfica no Brasil – 1976-1983: As Geografias Radical e Crítica na Perspectiva Teorética, in: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 60, AGB-São Paulo, 1983, p. 73-140.

SILVA, José Borzachiello da. **França e escola brasileira de Geografia**: verso e reverso. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

SILVA, Armando Correa da. **De quem é o pedaço**: espaço e cultura. São Paulo: Hucitec, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964 - 1985). 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 - 1964). São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes**: análise e depoimento. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. **A História da Geografia no Brasil**. Palestra promovida pela Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Niterói. São Gonçalo/RJ, 2002.

SOUZA, Dalva Maria Borges de Lima Dias de. **1964 em Goiás: o ovo da serpente (militares e proprietários de terras na gestação da Ditadura)**. Dissertação de Mestrado, UFG, 1990.

STALIN, Josef. **Em marcha para o socialismo**. Rio de Janeiro: Quilombo, 1980.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. A expansão da pós-graduação em geografia e a Anpege. **Revista da ANPEGE** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, v. 1, n. 1 p. 17 – 34, 2003.

TELES, José Mendonça. **A Coluna Prestes em Goiás**. Goiânia: Kelps, 2008.

TRINDADE, Hélio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1974.

UNWIN, Tim. **El lugar de la Geografía**. Madrid: Cátedra, 1995.

VALVERDE, Orlando. **Carta Aberta de Orlando a Orlando**, in: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB-São Paulo, nº 60. 1983. P. 5-20.

VASCONCELOS, Gilberto. **Ideologia Curupira: análise do discurso integralista**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VESENTINI, José William. **O que é Geografia Crítica**. Disponível <<http://www.geocritica.com.br/geocritica.htm>> acesso em: 19/08/2012.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

VESENTINI, José William. **A Geografia Crítica no Brasil: uma interpretação depoente**. 2001 Disponível em <<http://www.geocritica.com.br/texto07.htm>> acesso em 12 jul. 2012.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. **A Marcha para o Oeste: A epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZUSMAN, Perla Brígida. La geografía y el proyecto territorial de la élite ilustrada paulista. La asociación de geógrafos brasileiros (1934-1945) **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona 7, 1 de septiembre de 1997.

### **Referências Bibliográficas da obra de Horieste Gomes**

- GOMES, Horieste. Geografia e Planejamento. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 1, n. 1, 1981.
- GOMES, Horieste. A pesquisa Geográfica. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 1, n. 2, 1981.
- GOMES, Horieste. A interação homem-natureza e a questão ecológica. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 2, n. 1, 1982
- GOMES, Horieste et al. Subsídios a política de meio ambiente em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 2, n. 2, 1982.
- GOMES, Horieste. Espaço e tempo em Geografia. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 3, n. 1-2, 1983.
- GOMES, Horieste. Reflexões sobre a dialética. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 3, n. 1-2, 1983.
- GOMES, Horieste et al. Dois estudos sobre Picos. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 4/5/6, n. 1-2, 1984/85/86.
- GOMES, Horieste. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 7/8, n. 1-2, 1987/88.
- GOMES, Horieste. Geografia e Subdesenvolvimento. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 7/8, n. 1-2, 1987/88.
- GOMES, Horieste. Capitalismo x proteção ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 8/9, n. 1-2, 1989/90.
- GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1990.
- GOMES, Horieste. Ciência, Geografia e tecnologia. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 11, n. 1, 1991.
- GOMES, Horieste. América: desenvolvimento ou exploração colonial e neocolonial. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 14, n. 1, 1994
- GOMES, Horieste. Modelo teórico de pesquisa integrada. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v. 14, n. 1, 1994.
- GOMES, Horieste. **A produção geográfica em Goiás**. Goiânia: 1999.

GOMES, Horieste. **Lembranças da Terrinha** (Campininha). Goiânia: Editora do Autor, 2002.

GOMES, Horieste. Associação dos Geógrafos Brasileiros (Seção Goiânia). **Revista Terra Livre**. São Paulo. Associação dos Geógrafos Brasileiros: ano 20, v. 1, n. 22, 2004.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. 2. Ed. revisada e ampliada. Editora da UCG/Editora Vieira: Goiânia, 2007.

GOMES, Horieste; Francisco Montenegro. **A Coluna Miguel Costa/Prestes**. Goiânia: Editora do Autor, 2010.

GOMES, Horieste. **Caminhos para a (re)construção do homem: vivências e reflexões de vida**. 2. Ed. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2011.

GOMES, Horieste. **Cela 14: militância prisão e liberdade**. Goiânia: Editora do autor, 2011.

GOMES, Horieste. [31 de outubro de 2011]. Goiânia: **Entrevista** concedida a Weder David de Freitas. No prelo.

## **ENTREVISTAS**

## **ENTREVISTA PROF. RUY MOREIRA**

**Weder:** Olá professor Ruy Moreira. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecê-lo por se disponibilizar em participar, com uma fala, dessa pesquisa. Para que você entenda, esse trabalho quer compreender como se deu a participação do professor Horieste Gomes no Movimento de Renovação da Geografia. Tem alguns temas que gostaria de tratar, mas a nossa conversa é livre, sem perguntas pré-estabelecidas. Pelas minhas leituras identifiquei que ocorre nas décadas de 1960, 1970 e 1980 a inserção do marxismo na Geografia, entretanto, há um problema epistemológico para que o encontro entre a Geografia e o marxismo ocorra, e nossa intenção é entender justamente como Horieste Gomes consegue fazer esse casamento. Para começarmos, gostaria que falasse um pouco sobre a sua trajetória e o seu encontro com a Geografia.

**Ruy Moreira:** Eu fiz geografia na época das grandes movimentações de 1968. Eu entrei em [19]66 e terminei o curso em 1970. As grandes movimentações se deram no meio do meu período universitário, e também numa época, que por conta da conjuntura, o Brasil recém saía da ditadura, o mundo também recém saía de um engessamento do marxismo e, de certo, o marxismo se tornou um movimento sindical, organizado da juventude, etc. A minha geração foi muito chamada para ser mobilizada e embora não fosse a maioria dos estudantes que se envolvesse com a militância, um número muito significativo de estudantes se envolveu na militância, não necessariamente partidária, boa parte sim, mas além disso no plano mundial está conjuntura interna se casando com uma fase em que a militância marxista não se confundia mais com o stalinismo, porém não se confundia ainda contra o trotskismo. Isso nos permitiu ter um contato amplo com todo espectro da literatura marxista e dos pensadores marxistas. Era um período em que nós liamos o Stalin, mas também o Lenin, íamos ao original e não aos resumos dos textos de Marx ou de Lenin. O grosso da geração anterior a minha teve um contato direto com os originais seja do próprio Stalin, seja

do Lenin mas sobretudo do próprio Marx, do Engels, nós fomos a literatura deles e fomos a literatura original de Marx e de Engels como também fomos a literatura de Rosa Luxemburgo, fomos a literatura de Trotsky. Isso deu a minha geração, no momento em que ela se decidia se definir pelo campo do marxismo, ter sem nenhuma dificuldade a liberdade também pela opção dentro do campo do marxismo. Eu, por exemplo, tive o contato com esse espectro da literatura marxista, dos marxistas, dos pensadores marxistas e a minha identidade foi com Rosa Luxemburgo.

**Weder:** Você teve esse contato onde? Na academia ou você militou em algum movimento?

**Ruy Moreira:** Tive um contato antes disso. Aos quatorze anos de idade eu saí da Escola Interna Pública aonde eu estivera desde os oito ou nove anos. Fui levado pela minha mãe que era uma operária têxtil para trabalhar como *office boy*, como se chamava na época, no escritório que ficava nucleando um conjunto de cinco fábricas, uma das quais trabalhava minha mãe, fábrica de tecidos, uma outra era de biscoito, uma outra era do farelo, etc. e eu garoto levava correspondência de uma fábrica para outra. Tudo passava pelo escritório central desse conjunto, desse complexo fabril que genericamente se chamava Moinho Inglês. E fiquei ali dos quatorze aos dezoito anos até ir servir o exército. Quatro anos em que eu tive contato com todas as fábricas, com os operários e operárias de todas essas fábricas, amigos e conhecidos de minha mãe, e por conseguinte da luta operária. Tive contato com sindicalistas têxteis, sindicalistas de outros sindicatos. O espectro de sindicalistas dos diferentes ramos de indústrias desse complexo fabril, e através desse contato com sindicalistas eu tenho contato com a literatura de esquerda não necessariamente ainda os clássicos do marxismo.

**Weder:** Nem havia chegado a universidade?

**Ruy Moreira:** Não, eu nem tinha completado a minha formação do ginásio. Naquela época você fazia o primário que ia até a 4ª série depois você ingressava no ginásio. Havia um 5º ano que fazia a transição do

primário para o ginásio podia completar ainda como parte do primário ou você poderia fazer em um período curto que chamava-se admissão ao ginásio sem levar um ano inteiro de seriação. Eu tinha ido até a 5ª série nessa escola interna, ainda não tinha ingressado no ginásio. Eu ainda tive depois que terminei o exército que completar essa formação escolar, ai eu fui fazer o ginásio, já adulto, fui fazer o segundo grau e ter condição de ingressar numa universidade. Eu ingressei na universidade quando já tinha uns vinte anos. Eu fui fazer o ginásio e o segundo grau em um formato que praticamente não existe mais hoje, que era a madureza, tinha um modo diferente, corresponde hoje o que ao supletivo mas em forma um pouco diferente. Você estudava em casa. Eu estudava num cursinho e fazia as provas de todas as disciplinas do ginásio ou uma sequência de provas que você escolhia. Preparava-se para fazer história e geografia primeiro, fazia a prova e passava, depois você estudava para línguas e português, você passava, e assim fechava o ginásio. Da mesma maneira o segundo grau, então em dois anos eu completei uma formação que no regular levava-se quatro anos no ginásio e três anos no segundo grau. Nesse momento eu já tinha condição de chegar até a literatura de esquerda. Fui levado até ela através do meu contato com sindicalistas. No meio dessa literatura de esquerda tive contato com a literatura marxista, então, vou ao manifesto do partido comunista de Marx e Engels e assim sucessivamente. Quando então eu termino o exército e vou fazer a complementação da minha formação escolar eu já tenho toda uma formação e já tenho um movimento de militância tudo isso trazido a mim pelo meu convívio com o ambiente fabril. Então, essa minha opção pelo marxismo se deveu por essa minha condição de raiz operária.

**Weder:** Sem se filiar a nenhum partido?

**Ruy Moreira:** Eu não cheguei a me filiar propriamente, eu tinha contato direto, fazia parte da militância, me envolvia já com movimento secundarista sem ser de uma escola regular, mas, eu tinha um contato dado ao que era o aspecto de relação de marxismo e moderação uma liberdade muito grande de me envolver, eu já via os organismos marxistas

partidários - trotskistas, stalinistas, luxemburguistas -, eu fui tendo um contato com esses organismos todos sem me vincular diretamente, e foi isso que me facilitou a encontrar a identidade com quem eu iria me vincular efetivamente. Então, tem uma militância marxista desde o tempo de secundarista, mas muito confusa, não era propriamente uma militância estudantil embora já o fosse, mas, muito confundida com o ambiente operário embora eu não fosse sindicalizado, era uma coisa assim meio mista. Eu só vou ser militante estudantil efetivamente quando depois do exército, fazendo esse intensivo, tinha carteirinha de estudante. Me filio a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários, depois na universidade eu me associo ao movimento do centro acadêmico, DCE, UNE, e assim sucessivamente. Mas eu sempre tive um cruzamento de militância estudantil e de militância operária não propriamente sindical por conta da minha relação familiar, família de operários (operária), meu pai já tinha morrido, o operário em casa era a minha mãe e ela era a chefe da família. Foi por conta das relações que no ambiente da fábrica eu acabei tendo com muitos operários, nem todos eles envolvidos na militância, mas vivendo um mundo operário, uma visão operaria.

**Weder:** Há um choque quando entra no curso de Geografia? Visto que você já possuía uma bagagem intelectual e a Geografia ainda era um conhecimento muito descritivo?

**Ruy Moreira:** Não. Na verdade pensei em fazer economia, porque dado a minha militância, já foi se formando a ideia de que para mim a ciência tinha uma função de compreender e transformar o mundo, um aprendizado básico de qualquer marxista. Mas, isso se formata em mim em uma ideia de que eu fazendo economia, as armas da economia me permitiriam entender o mundo em termos marxistas de uma forma mais profunda, embora não tivesse rigorosamente uma visão mecanicista, economicista das coisas, a minha visão de materialismo histórico passava muito pela leitura do econômico e acabou ficando muito restrita no fundo do limite no final das contas ao econômico. Foi quando eu tendo aula de

geografia no preparatório e, por coincidência, naquela época começam a explodir as guerras do oriente médio com mais força, quando meu professor geografia entra em sala e aproveita o ambiente da aula, passou a dar aula sobre aquilo em um momento que estava ocorrendo a guerra, pela maneira que explicou eu senti que ali estava uma explicação a um tempo econômica, também política e ideológica, ele era um professor de Geografia. Formou-se em mim essa visão de Geografia que não é uma coisa econômica mas que passa pelo econômico. Passa pelo econômico para ter uma compreensão política dos processos com uma clareza muito grande a respeito do que é ideológico e do que não é ideológico no sentido conceitual da ideologia como um falso conceito. Não tinha ainda uma noção clara de que ideologia e representação são duas coisas que eu deveria ver de um outro modo. Então abandonei a ideia de fazer economia e resolvi fazer Geografia. Já partindo dessa visão de Geografia que eu tive antes de entrar no curso, que é a visão que eu fui sedimentando ao longo do curso universitário, da minha prática de professor, na minha militância de estudante de geografia e que eu trago até os dias de hoje.

**Weder:** Havia algum professor que contemplava essa sua visão?

**Ruy Moreira:** Não, porque eu tenho uma visão muito politizada, digamos assim da Geografia. Embora eu vivesse em uma conjuntura de politização de todo os grandes movimentos de [19]68, etc., os meus professores não tinham uma visão assim. A política aparecia nos comentários dos professores em aula, por exemplo, de Geografia agrária falava do problema agrário, quando falava da Geografia da indústria citavam a classe operária, a classe trabalhadora, mas não iam em frente, não aprofundavam a leitura do agrária a partir dessa visão política, com uma leitura de um problema agrário, de uma questão agrária para abrir um debate de um problema agrário no Brasil, para a superação de um agrário existente através de uma reforma agrária, de uma revolução agrária, etc. Da mesma forma para todos os outros ramos que eu tinha aula de Geografia com os meus professores. Então eu não tive prontamente uma influência, na minha trajetória de ser influenciado pela Geografia de

nenhum dos meus professores, no meu modo de entender a Geografia. Tive influência sim mas nesses campos muitos especificados. Sobretudo, do ponto de vista do domínio científico por exemplo, da geomorfologia, a professora com quem eu tive geomorfologia me chamou a atenção para importância disso, quem me deu Geografia urbana me chamou a atenção para a importância disso e assim sucessivamente. Se os professores que tive não me passavam a visão que queria, eu ia procurar fora das aulas o complemento. Não só complemento mas a profundidade da compreensão que era a que queria, mas que não que estava sendo passado para mim pelos professores que eu tive e que foram bons professores, no ponto de vista acadêmico. Eu já trazia um contato com a literatura geográfica desse período secundarista, já tinha um contato com a literatura de Pierre George, de Yves Lacoste e já tinha a observação de Jean Brunhes, de Max Sorre. Já tinha alguma informação de Jean Tricart, e já tinha a observação do Marx, de Engels, dos clássicos, de que para se ter uma compreensão materialista do mundo era preciso fazer um mergulho mínimo, com o mínimo de profundidade no conhecimento científico, no caso o conhecimento da natureza. Eu tinha uma formação matemática muito boa, eu me interessava muito pela química e pela física. A biologia de Darwin me surpreendeu muito, me entusiasmou muito e, quando eu entro na Geografia e começo a perceber uma coisa de Geografia humana, Geografia física que não me agrada essas coisas separadas, se o professor não me dava a visão que eu tinha na sala eu ia busca-la porque era ela que eu queria. Nessa literatura que já era do meu conhecimento, mas que embora sendo do meu conhecimento não tinha feito uma imersão nela do jeito como, agora universitariamente, eu podia fazer. Então fui a George, agora para entender a coisa geográfica de um ponto de vista política de esquerda e George era muito apropriado para isso e nele a Geografia sempre me era apontado como um discurso de relação do homem com a natureza, mas a relação do homem com a natureza já organizado em termos de organização espacial, então natureza, espaço, homem essas coisas se cruzando. Foi no discurso de

George que eu completava acrescentando mais detalhadamente a presença do discurso da natureza em linguagem científica através dos textos que eu conseguia de Jean Tricart, então, eu tive como que dois cursos universitários de Geografia paralelos. Um o formal, necessário, para que o outro um tanto autodidata que eu pudesse desenvolver, completei uma coisa com a outra.

**Weder:** Ruy, você cita que seu contato com a literatura francesa foi de extrema importância para poder pensar em uma outra visão que não fosse aquela da Geografia Tradicional. Qual é a importância, por exemplo, desses autores franceses na gênese de uma outra visão de Geografia e se houve uma grande influência desses autores na Geografia brasileira para que ocorresse o Movimento de Renovação?

**Ruy Moreira:** Uma relação que eu vejo semelhante é da Filosofia francesa tem com a Filosofia alemã. A Filosofia francesa não é francesa, é alemã afrancesada, isso que eu percebi de imediato no caso da Filosofia. Portanto, se eu quisesse entender os franceses tinha que entender os alemães. Não tive, de imediato, essa compreensão da Geografia durante muito tempo, embora eu soubesse que a Geografia tinha nascido na Alemanha, não necessitava fazer o vínculo da Geografia francesa com a alemã, até porque esses geógrafos franceses que eu citei me satisfaziam. Foi deles a primeira experiência de tentativa de uma versão marxista de Geografia, George é o criador da geografia Ativa e Tricart da Geografia Aplicada. Há algumas diferenças no discurso e no debate entre George e Tricart, entre uma Geografia da ação que é George e uma geografia aplicada que é Tricart, mas é o marxismo em ação como forma de ação, e o marxismo como forma de *práxis* aplicada. Eu lia nesses termos e conseguia juntar os dois, só mais tarde é que compreendi que a relação que a Filosofia francesa tem com a Filosofia alemã é a mesma que Geografia francesa tem com a alemã. Tardamente eu fui para os alemães e via Tricart, que tem um pé através da geomorfologia com a Geografia alemã, uma Geografia das paisagens alemã que engendra uma geomorfologia como perfil da geomorfologia alemã e um outro pé na

geomorfologia norte americana já francesa que é da geomorfologia de raízes geológicas. Tricart vai juntar essa Geografia da paisagem que depois vai se chamar Geografia no campo da geomorfologia de morfologia climática, vincular-se em função com geomorfologia estrutural, só que ele vai levar essa relação para dentro da pedologia russa, não da Geografia soviética propriamente. Isso vai me dar então um link da Geografia Francesa com a Geografia alemã e me liberta de certo modo de uma dependência de Geografia francesa. Eu não sinto-me, na minha formação geográfica, um geógrafo de formação francesa, e depois eu entendi o motivo. Porque a rigor a Geografia brasileira não é de origem francesa ela é de origem franco-germânica, a fonte de raiz da Geografia brasileira não é Vidal através de seus conceitos e sim de Brunhes através de seus conceitos. A Geografia brasileira é fundada por três franceses e um alemão Pierre Monbeig, que vem de um vínculo com Vidal, Pierre Deffontaines que vem com um vínculo com Jean Brunhes, François Ruellan que vem da geomorfologia, uma geomorfologia que nesse momento, ainda é uma geomorfologia no trânsito do que vai ser amanhã a fusão da geomorfologia norte americana e alemã por Tricart e um Geógrafo alemão chamado Leo Waibel. Quem mais influi na evolução da Geografia brasileira acadêmica é Deffontaines, o que significa dizer que é ele que traz pra nós Brunhes, que é de fato a nossa referência. Nós não tínhamos percebido isso ou eu particularmente não tinha tido essa percepção, se pouco mais recentemente para nós a geografia era francesa mas, para nós os uspianos e não para nós ibegeanos e não pra nós cariocas. A geografia carioca é de deffontaniana e por isso é brunhiana. A Geografia paulista da USP vem de Monbeig, ai sim tem um percurso vidaliano. Já a geografia do IBGE vem de uma relação com um geógrafo norte americano que de início é vidalino e depois teve influência dos alemães, que é o Hartshorne.

**Weder:** Certo. Gostaria de saber, na sua opinião, como foi feita no Movimento de Renovação da Geografia a incorporação do marxismo na Geografia? Como se deu esse processo?

**Ruy Moreira:** Primeiro nós estávamos na clandestinidade, desejando encontrar uma forma de Geografia que já nascesse politizada no sentido das lutas de classes, e essa combinação nunca se estabelecia. Embora eu trabalhasse com o discurso pierregeorgeano não era propriamente uma leitura marxista da Geografia que estava ali, o mesmo acontecia com a bibliografia de Lacoste. Tricart me colocava muito num patamar de geomorfologia integrada com a biogeografia, com a climatologia, mas não vinculava ainda naquele contexto de tempo com uma visão mais do materialismo histórico como se natureza e materialismo histórico fossem coisas incompatíveis, do mesmo jeito uma Geografia como ciência e o marxismo como uma forma de leitura transformadora do mundo também fossem duas coisas incompatíveis. Eu creio que o que eu acabei de dizer a cerca de mim valem para falar de todos os que semelhante a mim atuavam buscando essas fusões ou a superação dessas separações nos trabalhos de professor de Geografia, não na universidade, mas na escola e na sua militância dentro da sociedade, etc., nesse contexto de tempo. Quando nós entramos na década de [19]70 e temos o contato com essa literatura que vem de Harvey, do novo Lacoste – não o Lacoste da *Geografia do subdesenvolvimento*, mas o Lacoste da *A Geografia, isso serve antes de mais nada para fazer a Guerra* –, de Milton *Por uma Geografia Nova*. Ai nos damos conta que Quaini, vem depois, que era possível, associar homem e natureza sem nenhum problema epistemológico de realização e mesmo ontológico de realização como também de ciência e militância política de uma Geografia como ciência que ao mesmo tempo fosse uma arma de luta política. Porque essas junções foi justamente o que nós encontramos nos discursos que nos aparece na década de [19]70 como os formuladores de uma proposta de uma renovação de Geografia. A partir daí vai se abrindo um leque de literatura mais ampliado que nós mesmo vamos produzindo aqui dentro. Também vem coisas novas desses mesmo geógrafos de fora que fomos descobrindo e trazendo para cá, como Neil Smith etc., se juntando na nossa movimentação de encontrar natureza com homem e dentro de uma

fusão praxiológica de estudar ciência geográfica com a leitura política da militância da ciência.

**Weder:** O encontro marxista com a geografia privilegia a categoria trabalho.

**Ruy Moreira:** Não necessariamente. Vamos pegar os exemplos que eu citei. O que traz para a renovação da Geografia, David Harvey as categoria da economia política marxista, renda, valor, mais valia, então ela nos propõe fazer uma leitura do urbano através da intervenção da renda fundiária urbana na forma dos arranjos do espaço urbano, uma economia do espaço urbano então, o trabalho está ai presente mas não explicitamente. O que nos propõe Milton? Interpretarmos a sociedade a luz da categoria do materialismo histórico, vendo a sociedade a partir do seu formato espacial, numa fusão de sociedade espaço que nos levasse a ver tudo isso com uma formação espacial. A sociedade como uma formação espacial numa tradução geográfica da categoria chave do materialismo histórico, então considerado que era o conceito de formação social, de formação econômico social. E Lacoste? A proposta dele de vermos espaço como sendo uma forma de exercício e execução do poder, “aprender a ler espaço, para saber se organizar e nele combater”. Peguei três exemplos importantes nesse momento de geógrafos que nos influenciaram e da literatura deles que teve essa influência toda sobre nós, nos envolvendo também, nos trazendo pra dentro desse movimento da renovação e nos tornando também sujeitos no Brasil desse processo de renovação. Então, veja bem, não há trabalho em nenhum dos três, não há classes sociais em nenhum dos três, não há lutas de classes em nenhum dos três. O que há nos três são certas categorias básicas do marxismo, o Estado, o processo de produção, a importância do processo de produção na montagem da subestrutura, envolvendo as instituições entre elas o Estado. E tudo isso visto como sendo uma forma de através da Geografia ter-se do mundo aquela visão crítica sem a qual transformar esse mundo seria impossível, mas não essas categorias mais estruturantes, não só do discurso marxista mas das fusões possíveis de

natureza e homem, de ciência e prática política, como são as categorias do trabalho, das classes sociais, das lutas de classes e assim sucessivamente. Nós tivemos que colocarmos essas categorias dentro desse discurso, promovendo então a fusão de Harvey com essas coisas próximo do materialismo histórico de Marx e de Milton Santos e essa coisa próxima da ação política, da militância política, do marxismo de Lacoste. Nós tivemos que juntar nesses discursos em um único e arrumarmos o resultado dessa fusão a luz dessas outras categorias, tanto quanto deixados de lado pelos três como o trabalho, as relações de classes, o espaço com estrutura de classes e assim revelador das configurações de classes. Através dele lermos a sociedade e usarmos dessa leitura, então da luta por um espaço diferente da cidade e no campo com a transformação da sociedade. Criar uma relação sociedade espaço capitalista na forma de outra relação sociedade espaço dessa vez socialista. E entra então meu contato, no meu exemplo, com os demais colegas brasileiros que vivem exatamente essa mesma necessidade de atitude minha. Daí é que então vem o meu contato que até então não tivera com o Armando Correia da Silva seguindo o mesmo propósito meu e o Horieste Gomes. Então, percebo que pessoalmente já estava um pouco atrasado nesse propósito que o Armando já vinha com essa ideia antes de mim e que já vinha avançado bastante de um jeito, e o Horieste Gomes do outro jeito. Esse meu contato com esses geógrafos brasileiros, uma vez tendo tido contato com esses geógrafos estrangeiros incluindo o Milton daí é que veio o impulso que eu sofri, é bom deixar isso claro, porque esse movimento que nós chamamos de renovação tem essa característica, de ter tido essa história individual comum a todos nós, a história que eu tive pessoal, no meu envolvimento, no meu trânsito e circulação e as equações e soluções teóricas e marxológica que eu encontrei fazem parte da mesma parte da história de vida do Horieste, e de história de vida do Armando e história de vida do Ariovaldo. Cada um de nós individualmente chegamos as mesmas conclusões de necessidades e complementações, e cada um de nós acrescentando

coisas diferentes e quando nós nos encontramos daí deu-se os demais encontros agora epistemológicos.

**Weder:** Sabendo que o marxismo tem uma grande pluralidade de concepções, como foi o encontro desses geógrafos, incluindo a sua participação? Houve a preocupação de aparar as arestas e produzir uma ciência mais homogenia, do ponto de vista do método?

**Ruy Moreira:** Eu teria uma certa dificuldade de fazer o mapeamento. Mas alguns exemplos bem conhecidos: eu venho de uma raiz luxemburguista; Ariovaldo vêm de uma raiz maoísta; Armando vem de uma raiz stalinista com trânsito com o leninismo redescoberto – ele era dirigente do Partido Comunista. Se não me falhe a memória ou se não estou enganado, é possível checar isso, o Ari (Ariovaldo) era filiado ao Partido Comunista do Brasil. Eu tinha as minhas ligações com uma organização luxemburguista que foi importante naquele contexto de tempo, no meu tempo estudantil a POLOP (Política Operária) e que eu creio que não exista mais. Essas linhas todas acabaram se encontrando e se fundindo dentro do PT. Eu creio que o Horieste tem uma trajetória do ponto de vista partidário e de filiação de corrente de dentro do marxismo de Armando, a mesma trajetória de Armando. Horieste foi dirigente partidário em Goiás, assim como Armando Correa foi dirigente partidário em São Paulo. Mas eu não sei se em 1970 cada um de nós se encontra muito preso a essas raízes fixas, eu creio que já estávamos em trânsito fluído, bem fluído, entre esses campos do marxismo. Eu ainda hoje mantenho minhas raízes luxemburguista, etc. Eu creio que o Ari (Ariovaldo) não tem mais essas raízes maoístas, mas o fato do Ari trabalhar com a geografia agrária muito voltada para o campesinato é a derivação, penso eu, dessa origem de raiz, mesmo que o Ari não tenha mais nenhum vínculo com o PCdoB. O Ari vai participar do PT, se não me engano, bem como o Armando quando a crise do stalinismo se torna mais definitiva, esse pessoal todo vai busca outras alternativas sem ser no marxismo, como é o caso do Armando, ele se torna meio flutuante ao tocar nessas correntes. Esse também é o mesmo caso do Horieste e de

outros que a gente poderia ir citando aqui, mas não vamos citar para não abrir um leque muito grande de pessoas. E quando a gente não tem muita certeza das pessoas é melhor não citar. Mas não se limita aos geógrafos marxistas brasileiros a estes três ou quatro que eu citei, me incluindo.

**Weder:** Como foi, e ainda é, a sua relação com a Geografia e os geógrafos goianos? E o seu contato com Horieste Gomes?

**Ruy Moreira:** O vetor foi a AGB. Em 1980 eu fui eleito presidente nacional da AGB e passei a transitar pelas várias seções locais. Porque nessa gestão que vai de [19]80 a [19]82 reestruturamos a entidade organizando o seu topo, o que ainda hoje se chama RGC – uma gestão coletiva das seções locais sobre a AGB em conjunto com a executiva nacional. Essa gestão coletiva era exercida por esse conjunto de seções locais através dos rodízios de reuniões dessas seções locais de lugares que a gente escolhia de três em três meses. Eu tenho uma certa dificuldade de visualizar se a minha relação com o Horieste se estabeleceu numa dessas reuniões quando ela ocorreu em Goiânia ou se foi num dos Encontros Nacionais de Geógrafos no qual o Joãozinho (João de Castro) me pôs em contato com o Horieste. Uma dessas duas coisas aconteceram. Mas eu tive um contato com o Horieste mais permanente, não sei se antes ou depois dessa apresentação do Joãozinho e daí então a gente estabeleceu uma relação permanente que dura até hoje para a minha felicidade. Eu gosto muito do Horieste, é meu irmão, assim como o Joãozinho. O encontro foi a partir dessa Reunião de Gestão Coletiva que aconteceu em Goiânia, eu não tenho a data exata, mas você pode levantar isso com a documentação da AGB. Então o vínculo foi a AGB, as RGC's.

**Weder:** No seu livro *O Pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras*; há um tópico sobre o livro do Horieste Gomes *Reflexões sobre teoria e crítica em geografia* o colocando no rol de grandes geógrafos brasileiros que elaboraram uma teoria geral. Essa é uma das maiores

contribuições do Horieste para a Geografia? A elaboração dessa teoria geral?

**Ruy Moreira:** Eu não diria assim. Eu não saberia lhe responder na verdade. Porque quando eu montei este livro havia uma questão prática e pragmática, ou de tempo, ou de pragmatismo de tempo e eu preferi escolher os colegas a partir da contribuição que eles tinham dado a uma visão global de Brasil, partindo de uma visão integrada de Geografia. Este foi o critério da escolha daquela lista. Por isso, há uma galera enorme de colegas que são enormemente importantes na Geografia, no entanto, eu não os escolhi, naquele elenco. Acabei privilegiando os colegas que estão lá naquela lista, foi o caso do Horieste, por exemplo. Mas eu me deparei com um problema: como fazer num livro cuja o título é o pensamento Geográfico brasileiro e falar do Horieste sem falar da obra todo dele? Como que fazer isso? Eu vou encontrar a maneira de centrar a leitura e presença da produção do Horieste para o pensamento geográfico brasileiro a partir de uma obra dele, não de todas. Porque eu não tenho certeza de conhecer toda a obra do Horieste, talvez tenha muita coisa que ele não tenha publicado ou que ainda não foi publicado, as vezes um artigo que expresse melhor o pensamento dele que eu não tenha lido. Então o que eu vou fazer? Eu vou escolher o livro do Horieste do qual eu tenha contato mais constante ou que tenha servido de mediação na nossa relação constante com mais força de presença e no que eu trabalho basicamente com este livro faço referência a outras obras do Horieste tão importante quanto. E é isso que está lá o texto referente a Horieste, também referente ao Milton, também referente ao Armando. Eu informo, estou trabalhando um aspecto das obras do Armando Correa, mas a obra dele não se limita a este livro. O assunto que o Armando trata nesse livro já havia tratado naquele ou outro ou naquele texto. Eu usei desse modelo de tratamento intelectual do Armando, do Horieste, do Milton, da Bertha, do Carlos Augusto, do Aziz. Creio que são esses se não me falhe a memória. Sempre dizendo “olha você que está lendo este livro: isso é um mostruário de pensamento de um pensador brasileiro que é apenas isto”,

não é um tratamento globalizado do pensamento. Como que convidando aqueles que estivesse estimulados com esse tipo de estudo a aprofundar-se, como você está fazendo com o Horieste justamente. Você vai pegar o espectro da obra do Horieste e eu já imaginando: alguém amanhã pegará toda a obra do Horieste e aí dou meu subsídio para essa pessoa realizar essa tarefa. Como, amanhã alguém vai pegar a obra completa do Milton, que é o que está acontecendo com um colega lá de Salvador, fazendo um trabalho na Universidade Federal da Bahia. Como eu espero que amanhã alguém faça com Armando Correa. Como já está acontecendo com Bertha Becker, o Karol lá da UERJ de São Gonçalo, está fazendo sua tese de doutorado sobre o pensamento dela. Como eu espero que amanhã alguém faça com a obra do Aziz. Nesse sentido creio que é o caso dessa pessoa pegar todo o conjunto da obra deste pensador que escolheu como assunto de sua tese de doutorado

**Weder:** Caminhando para o final. Mesmo que não conheça toda a obra de Horieste Gomes, qual a contribuição do pensamento dele para o Movimento de Renovação?

**Ruy Moreira:** Ah, isso eu posso falar. Quando a renovação se inicia ela se inicia ainda um pouco dentro do quadro estrutural fragmentado de Geografia da época. Isso fez com que a contribuição de Harvey, de Milton e de Lacoste que eu citei, no fundo se situasse em campos diferentes, embora dentro do quadro geral do marxismo mas um ligado a economia política outro a filosofia da história, o materialismo histórico, outro mais no campo da prática política, se é que se pode dizer que o pensamento de Marx se divide deste jeito. Mas de uma certa maneira é assim que a esquerda tem lido o Marx, existe um Marx filósofo, existe um Marx do Capital, existe um Marx. Como se o Marx fragmentasse a obra dele e o pensamento dele, nos termos do espectro da divisão das especializações da academia. O Capital não é uma obra de economia. O manifesto do partido comunista não é uma obra de política e assim sucessivamente, está tudo ali misturado. Isto no frígido dos ovos fez com que o movimento de renovação acabasse seguindo duas grandes linhas. Não duas

correntes, duas grandes linhas de movimento. A linha em que vão se fundir o Lacoste, o Milton e o Harvey, mas no campo harveiano da economia do espaço e uma outra que vai fundir todo um conjunto de alternativas que em princípio incluiria Tricart que na época chamaria ecologia política. Eu sempre vi o Horieste como um dos raros casos que nesse contexto de tempo não se dividia nessas duas linhas. Porque diferentemente de nós, quer dizer de mim, de Ariovaldo, de Armando e do próprio Milton, citando os brasileiros, o Horieste sempre tivera um pé na questão ambiental, sempre foi um tema dele, mas sempre desdobrando a leitura ambiental no sentido da organização espacial. Então, aquilo que para alguns de nós era uma economia política do espaço, para outros uma ecologia política, para o Horieste era uma só coisa. Então eu colocaria a contribuição do Horieste, como sendo um de nós, que se antecipa ao que a gente só vai descobrir mais para frente, que pode-se tomar a economia política do espaço como a raiz estruturante da ecologia política como também pode tomar a ecologia política como uma linha estruturante da economia política, o que não pode é uma coisa estar dissociada da outra. e a possibilidade de fazer essa fusão juntando então o quadro inteiro do marxismo em termos de campos do marxismo e depois do marxismo com o quadro inteiro da geografia. Uma vez feito também, por parte da geografia, a reunião do seu quadro inteiro. Na medida que a gente traga para o interior desse conjunto, vinculando então, essas duas linhas, digamos assim, para deixar de ser duas linhas, a presença do trabalho, a inserção do trabalho segundo o conceito de Marx do trabalho que é uma troca metabólica. O Horieste não trabalha com a troca metabólica, o Armando não trabalha com a troca metabólica. Hoje nós trabalhamos nessa perspectiva da troca metabólica. É ela que vai nos permitir fundir uma leitura Geografia em termos marxista não mais separando a ecologia política da economia política até ultrapassando esse linguajar de ecologia política para poder utilizar de modo claro direto a língua correspondente de geografia, fundir natureza e homem no mesmo discurso. Porque o que se queria discutir na linha

da ecologia política era a natureza e o que se queria discutir pela linha da economia política do espaço era o espaço. O Neil Smith já tinha percebido isso, que tínhamos trocado a dicotomia geografia física e geografia humana pela dicotomia natureza e espaço, meio ambiente e espaço. Ele escreve um livro inteiro de desenvolvimento desigual, tentando mostrar que não se pode ver assim, como coisas separadas. É quando o tema do trabalho, que não está em Horieste e não está em Armando e não estivera em Harvey, em Milton e em Lacoste e que estivera em nos mas não como uma ponte de integração holista das coisas, assim surge com este perfil. Então ao invés de uma Geografia do trabalho, descobrimos que o trabalho é uma prática, uma praxiologia integradora do conjunto. É o processo do trabalho que definido como uma troca metabólica e funde o homem e natureza entre si, faz com que isso tudo se organize em termos de espaço para que se estruture em termos de repetição, o espaço organizado a relação homem e meio, oferecendo a forma organizada dele, criada como a base de continuidade, da repetição relação homem e meio, fazendo que tudo isso progrida e assim surgindo a sociedade, seja para o bem comunitário do homem, seja pelo bem individual para a acumulação do capital, seja para garantir a reprodução social do homem, seja para reproduzir a reprodução capitalista do capital. Daí então o trabalho dando lugar a outras categorias, o da reprodução social das classes sociais, das lutas de classes, os conflitos sociais etc. e tal. Integralizando o discurso tem os pedaços da Geografia e depois tem os pedaços do marxismo que foi dividido para fazer um discurso marxista de geografia. E não uma geografia marxista. O Horieste está, um tanto quanto, na antecedência disso. Há os que querem fazer uma geografia marxista e há os que querem fazer uma teoria marxista de geografia. Todos nós estamos na verdade nessa linha de queremos fazer uma teoria marxista de geografia, mas que tinha mais lucidez a esse respeito era Horieste e o Armando Correa da Silva. Tanto que a categoria central do discurso do Horieste é meio geográfico, que é um conceito que embute a conotação espacial e a conotação ambiental desse todo

estruturado que a gente chama de organização geográfica de uma sociedade.

**Weder:** Professor, mais uma vez agradecer a sua disposição em conceder essa entrevista, que em muito contribui para a minha pesquisa. Muito obrigado!

**ENTREVISTA PROF. ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA.**

**Weder:** Primeiramente gostaria de agradecê-lo por aceitar em me conceder essa entrevista. De início eu gostaria que o senhor falasse um pouco de sua formação na geografia. Quais os grandes mestres? Quais as obras fundamentais? E como isso reverbera para a sua participação no Movimento de Renovação da Geografia.

**Ariovaldo:** Bem, eu fiz minha graduação na USP de 1967 a 1970, peguei exatamente o principal momento da luta contra a ditadura militar e simultaneamente da participação intensa dos estudantes na vida política do país. Então, faço parte de uma geração que teve essa oportunidade histórica diferenciada que permitiu que pudéssemos discutir política, claro com todo o problema da restrição que a ditadura impunha, mas era um momento que o movimento estudantil desafiava o movimento militar e nesse sentido nós não tínhamos medo de estar lendo livros marxistas e coisa e tal. Medo de que fossemos pego e pudéssemos ser preso eventualmente, claro que sabíamos que isso podia acontecer, tínhamos consciência mas isso não foi impedimento para que fizéssemos nossas leituras e tivéssemos esses livros que, no meu caso, perdi quando o Segundo Exército, em dezembro de 1968 com o AI-3, no dia 17 de dezembro invadiu o conjunto residencial onde nós morávamos e uma parte desses livros perdi, eles confiscaram. Então, faço parte de uma geração que teve essa oportunidade. Eu particularmente me formei, na USP, nesta década de 1960, a maioria dos professores da geografia humana eram da escola georgeana, ou seja, da escola do Pierre George. Para minha geração o livro *Geografia Ativa* era uma espécie de bíblia que nós todos tínhamos que ler. Tivemos a sorte do livro ter sido recém-lançado a edição portuguesa pela Difusão Europeia do Livro e era leitura obrigatória de todos nós, numa obra que marca uma espécie de ruptura do grupo do Pierre George com o pensamento historicista clássico da geografia francesa, da qual eles próprio faziam parte. Eu até tenho um texto publicado numa coletânea que o Ruy lançou na Editora Vozes, que

discuto o econômico na Geografia econômica do Pierre George. Então eu venho desta escola. Não venho de nenhuma escola de participação e militância de nenhum partido político de esquerda. Vim morar em São Paulo em 1966 para fazer o cursinho e prestar o vestibular, entrando em 1967 quando comecei a cursar. O meu aprendizado na política se deu no seio da igreja católica, por conta que o padre de minha cidade tinha uma posição de opção pelos pobres, pelos trabalhadores e tudo mais, e tinha na JOC (Juventude Operária Católica), na organização da igreja que era um lugar de encontro de discussão de política com as pessoas da cidade e devido a essa origem e, pela mão do padre, acabei participando no grupo de teatro que a JOC tinha. Depois, quando mais maduro, já perto de vir embora para São Paulo a nossa participação mais direta, com ele próprio, todo domingo mais ou menos 10h, 10:30h a gente se reunia na casa dele. Lá ele tinha um corote de cachaça que era o incentivador de nós jovens irmos para lá e discutirmos um pouco de política. Então eu não tenho uma herança de formação marxista ligada a uma militância política. No meu tempo de faculdade fui paquerado por vários grupos. Cheguei a ir em várias reuniões, por exemplo eu li o livro do Paul Sweezy *O desenvolvimento do capitalismo*, no grupo que era ligado a AP (Ação Popular), mas nunca tive um vínculo com AP. Desde cedo entrei no movimento estudantil, logo no segundo ano de faculdade fui presidente do centro acadêmico, então, a minha opção era com o pensamento marxista, uma opção intelectual, não foi uma opção política primeiro.

**Weder:** Onde o senhor descobre o marxismo?

**Ariovaldo:** Eu já conhecia o marxismo das conversas que tinha com o padre lá na minha cidade.

**Weder:** O senhor já tinha acesso a obras?

**Ariovaldo:** Não. Nenhuma. Sabia da existência da obra, mas não tinha lido. Fui ler Marx aqui, no meu curso, um pouquinho no fim do curso de graduação e principalmente no começo da pós-graduação. Então foi o curso de pós-graduação que foi minha formação no pensamento

marxista. Como na época, já começo dos anos 1970, a influência do pensamento marxista no mundo acadêmico no Brasil já era forte a partir de Althusser então o meu ingresso no marxismo foi pelo Althusser, isso tá lá na minha tese de doutorado direitinho, não tenho onde me esconder. Foi pelo viés althusseriano, portanto, um estruturalismo no marxismo. Hoje eu posso falar isso, antes não falava, de que tinha essa concepção. Isso criou um dilema para mim na Geografia. Eu tinha uma formação georgeana e não encontrava na obra de George o marxismo, foi isso que me levou a escrever o texto *O econômico na Geografia econômica de Pierre George*, para entender que a escola georgeana era uma escola historicista que pudesse com palavras do pensamento marxista, mas que não tinha o conteúdo e a implicação política do marxismo. Durante o primeiro tempo da pós-graduação foi um dilema só. Eu continuava georgeano, a Geografia brasileira estava fortemente influenciada pelo empirismo lógico, a chamada quantitativa e eu fiquei nessa canoa. O meu primeiro trabalho publicado é um pequeno artigo nos anais do congresso de Geografia de Belém da AGB e que é empirista lógico na raiz. Então na realidade eu vivia essa contradição total e que depois com o amadurecimento e com a realização de cursos em que fui fazer na sociologia da USP, pude ir me encontrando com o marxismo. Primeiro lendo o Althusser e depois lendo a Marta Harnecker que também era da mesa escola e depois fui ao Marx, aí escolhi para fazer a minha tese, tinha começado a tese por um caminho e mudei no meio para a vertente marxista. A minha tese aqui na USP é o primeiro trabalho marxista na Geografia. Claro que paguei um preço por isso. Ou seja, eu vou a Marx, vou a Lênin, vou a Kautsky, vou a Rosa de Luxemburgo, a Engels, não por um viés político partidário, mas por um viés acadêmico. Por isso, não tenho problema nenhuma de dizer que o Marx errou ao afirmar que os camponeses iam acabar, eu não tenho nenhum problema em afirmar isso. Meu envolvimento com Marx, com o pensamento marxiano é acadêmico. Claro que isso me levou a encontrar os movimentos sociais mais tarde.

**Weder:** Professor Ariovaldo, como que as obras chegavam até vocês, principalmente os franceses, a Geografia Ativa, os livros do Lacoste?

**Ariovaldo:** Aqui nós tivemos a sorte de termos tido dois professores, jovens na época, que tinham feito um estágio, naquela época não se fazia pós-doc, fazia-se estágio. Eles tinham feito um estágio na França, o professor Bochicchio e o professor Nelson de La Corte, trouxeram pra cá a edição francesa da Geografia Ativa e junto com o professor Gil Sotero Toledo e Manoel Seabra fizeram a tradução do livro. Tivemos a sorte de ter tido professores que foram pra lá e conviveram com George, com Lacoste, com Gugliemo, com Kayser e que trouxeram a obra deles para cá, traduziram a obra e publicaram em português. Depois eu tive a oportunidade histórica de conhecer o Pierre George, ele veio para a USP para fazer uma série de palestras e seminários. E depois mais tarde, acabei conhecendo também o Kayser e o Gugliemo, o Lacoste eu nunca tive a oportunidade de conhecer pessoalmente. Mais uma coisa que é importante na pergunta. Então esses autores para nós, para minha geração era os autores pilares, que já era um movimento de contestação aqui dentro. Porque a Geografia ensinada pela maioria dos professores mais antigos era de uma Geografia ou positivista clássicas ou historicista. As posições mais avançadas que eu tive como professores mais antigos foi o que acabou sendo o meu próprio orientador, o prof. Pasquale Petrone, já tinha uma posição dialética avançada com conhecimento da obra de Marx e a professora Lea Goldestain que era também de Geografia Humana e também tinha uma leitura e essa formação. Eles tiveram uma certa influência. No fim, no último ano de minha graduação, fui fazer uma disciplina de orientação a pesquisa, fiz com a professora Regina Sader que já era conhecedora da obra de Marx e tinha todo um envolvimento político, tanto é que no ano seguinte ela teve que ir embora do Brasil, ela era companheira do Eder Sader que tinha uma militância na AP forte.

**Weder:** Na sua opinião o Movimento de Renovação da Geografia no Brasil tem características diferentes do francês, pensando na epistemologia da ciência?

Ariovaldo: A minha visão da Geografia brasileira é uma visão um pouco pessimista, não tenho medo de dizer isso. Eu acho que a geografia brasileira e por conseguinte boa parte da geografia mundial se recusou sempre em fazer o diálogo com a Filosofia, ela se afastou da Filosofia. Esse é um traço que a geografia carregou, então na realidade, é a geração da década de 1970 que vai fazer esse retorno a filosofia. Esse é um problema delicado, porque não permitiu que na formação que tivéssemos um pouco disso. Eu ainda tive a possibilidade de ter um professor que tinha essa formação, o professor Nelson de La Corte nos legou essa possibilidade, mas isso não é uma regra na Geografia da USP. A gente ia para as aulas do professor Aziz Ab'Saber, as aulas eram positivismo clássico – eu só posso ensinar e falar se eu for lá ver com meus próprios olhos. Aliás eu tive a sorte, de com ele, conhecer a baixada santista num trabalho de campo maravilhoso, porque vai com ele, e explicava pedaço por pedaço para a gente, mais era um positivismo clássico em que o objeto se sobrepõe ao sujeito, onde o sujeito pesquisador não pode colocar sua opinião. Aziz foi militante, enquanto jovem, do partido socialista, mas as aulas dele era positivismo clássico. A Geografia da minha geração é uma Geografia que carregou essa contradição. Podia conhecer o marxismo e tudo mais, mas isso não se misturava com a ciência. O próprio professor Orlando Valverde, que foi um dos meus grandes mestres na Geografia agrária deixou isso escrito no prefácio do livro dele *Geografia agrária do Brasil* “eu me entusiasmo com as massas [que era as ligas camponesas] mas quando eu vou fazer ciência não posso misturar as duas coisas”. Embora o Valverde tenha tido o mérito de pela primeira vez trazer, já no início dos anos 1960 a possibilidade de que a Geografia agrária tinha que dar conta dos modos de produção. Ele traz essa discursão, mas evidentemente, ele não traz a obra de Marx e tudo mais como referência. Mas já estava preocupado que era preciso

caminhar em outra direção. Coisa que pessoalmente ele pode falar para a gente, porque convivi bastante com ele.

**Weder:** Nessa caminhada, uma das preocupações do Movimento de Renovação é com a incorporação do marxismo. Como aconteceu a incorporação do marxismo na Geografia?

**Ariovaldo:** Eu acho que ela teve caminhos diferentes. Como que nós nos encontramos? É isso que é melhor começar a falar. Eu nem sei se tem algum desses que eu vou falar que já escreveu isso. Mas como que nós nos encontramos? Nós estávamos dispersos no país, num país com ditadura brava, uma parte da esquerda tinha ido embora, ou tinha saído ou foi saída, ou tinha morrido. Evidente que começou nos cursos de pós-graduação que fazíamos aqui em São Paulo e no Rio de Janeiro e que nasceu a nossa entrada no marxismo. O meu caso em São Paulo, junto comigo em São Paulo, havia um companheiro que acabou não fazendo a carreira acadêmica que era o Gusmão. Ele tinha tido uma outra origem, ele era alagoano, militou no PCdoB, tinha feito cursos na Universidade Patrice Lumumba em Moscou, portanto, tinha conhecimento da obra de Marx na perspectiva do PCdoB, claro que nós dialogávamos. Nós eramos estudantes da mesma turma e tínhamos esse diálogo, mas a minha trajetória não foi por aí, por a gente ter esse diálogo. Ao contrário, fiz a opção acadêmica pelo caminho althusseriano e daí passando pelo Lefebvre e outros pensadores e filósofos. A Marilena Chauí vai ter papel importante, era nossa professora. Todo esse quadro de referência ajudou bastante. E na pós-graduação o meu encontro com o José de Souza Martins, fazendo curso de graduação dele, nas Ciências Sociais. É daí que vem o meu ingresso no marxismo. Mas aqui o ingresso solitário, dialogava com o Gusmão, com outros colegas, mas não tinha nenhum movimento, eu começava esse caminho de trazer para a Geografia o marxismo. Eu não me conformava que não pudesse usar o marxismo dentro da geografia e para isso contei com o apoio integral do meu orientador, o professor Pasquale Petrone e do Manoel Seabra quem já conhecia *O Capital* razoavelmente e com quem eu podia discutir. Então,

na realidade foi sempre uma discussão acadêmica. Se a gente pegar o Ruy e o Carlos Walter no Rio, qual é o caminho? O Ruy já tinha uma militância política partidária, o Carlos Walter também diferente da do Ruy, mas ele vinha de uma militância política e ele já dialogava a possibilidade de trazer o marxismo para dentro da Geografia no Rio de Janeiro. Daí como se dá o encontro? O artífice foi o Armem Armagonian, que conhecia nós todos e que dava aula em Presidente Prudente e bolou com os estudantes um encontro da Upege (União Paulista de Estudantes de Geografia), onde nós atuávamos. Foi nesse encontro que eu conheci o Ruy, que conheci o Carlos Walter e que eles me conheceram, o Armem já nos conhecia e é daí que nasce o nosso contato. Depois eu não fui para o encontro de Fortaleza em 1978, mas o Carlos Walter foi, o Ruy eu não tenho informação se ele foi ou não, nunca perguntei isso para ele. O Carlos Walter eu tenho certeza porque ele tem um texto que apresentou lá que é importantíssimo nessa história da renovação que é *Se a Geografia está em crise. Viva a Geografia*. Depois com a rebelião da AGB de Fortaleza redundou na marcação da assembleia de mudança de estatuto da AGB, cuja estatutariamente tinha que ser realizada em São Paulo. Eu vou participar dessa assembleia, eles também vão. Com a diretoria da AGB eleita em Fortaleza abrindo a Assembleia e renunciando coletivamente, a Assembleia indicou nós três, mais o Gusmão quatro, para formar uma comissão que levássemos a AGB até o encontro no Rio de Janeiro que deveria ter sido realizado na UFRJ e que acabou sendo realizado na PUC, porque os professores de Geografia da UFRJ mais os geógrafos do IBGE tiraram o apoio do encontro e nós sem dinheiro sem nada fizemos o encontro, graças a participação política do Valverde que convenceu o bispo do Rio de Janeiro, portanto, a direção da PUC, a nos ceder gratuitamente suas instalações. A partir daí e que nós começávamos a formar um grupo. Em São Paulo, na AGB de São Paulo nós já começávamos a publicar o Boletim Paulista de Geografia um periódico com mudança de rumo. Se você consultar os números do Boletim Paulista de Geografia do início da década de 1970, se não me

engano, desde 1972 ele já traz uma virada, ele já começa a trazer um virada como vários geógrafos que já tinham formação marxista e começam a publicar textos. Também, junto com o Gusmão, por ideia dele, nós criamos uma coletânea, que se chamava Seleção de Textos, também paralela ao boletim de autores geógrafos que já estavam numa outra perspectiva.

**Weder:** As minhas pesquisas indicam que esse encontro da Geografia com o marxismo foi problemático de início. Você acha que esse encontro privilegia uma categoria, o trabalho?

**Ariovaldo:** Não. Absolutamente. A Geografia, se é que a gente pode chamar ela de marxista hoje. A Geografia que o Carlos Walter faz não tem nada a ver com a geografia marxista que o Ruy faz, para falar de dois colegas do Rio de Janeiro, que não tem nada a ver com a Geografia marxista que eu faço aqui em São Paulo. Nós não podemos fazer essa afirmação. A categoria trabalho é jovem na Geografia e o mérito de quem trouxe esse debate e é possivelmente o pai da escola do trabalho na Geografia brasileira é o professor Hanz Diter Heidmam, ele foi quem formou os primeiros grupos. Foi ele quem doutorou o Thomaz (Antônio Thomaz Júnior). O Thomaz foi meu orientando no mestrado e você vai ler o mestrado e não tem nada a ver com o doutorado, são duas Geografias diferentes e o Thomaz é que tem estimulado essa escola de geografia assentada no trabalho. Quem é que defendia essa escola: o Ruy. Ele sempre defendeu esse caminho, mas ele não formou a escola aqui em São Paulo, aqui quem formou foi o Diter e numa variante que não é a mesma do Ruy, que já é uma variante que inclusive, alguns dizem, que está fora do marxismo, mas eu acredito que o Diter lê seriamente o Marx e é marxista, as vezes ele recebe essa crítica injustamente. O Horieste entra na história como? No movimento já da AGB, nós tínhamos que fazer as reuniões da AGB e aí que eu fui conhecer ele, em Goiânia em uma reunião da AGB. O contato com o Horieste é em um momento histórico diferente. O Horieste e o Joãozinho, eram os dois de Goiânia com quem nós tínhamos contato e depois os estudantes que hoje são professores da

Federal de Goiás. E o Horieste já tinha uma outra história, você tá trabalhando o pensamento dele sabe muito bem, já tinha uma outra história que era a militância político partidária. Mas não trazida para a Geografia também, no início de suas publicações.

**Weder:** Existe uma pluralidade no marxismo, ser forçamos a barra, podemos fazer um mapeamento de uma Geografia ligada ao maoísmo, a Rosa de Luxemburgo, ao leninismo. É possível identificar esses autores?

**Ariovaldo:** Eu acho que o Ruy é genuinamente leninista, talvez o nosso mais genuíno leninista. Acho que a Geografia que ele faz tem essa matriz que é um orgulho para a Geografia brasileira. O Carlos Walter não, ele vem da heterodoxia no marxismo, ele já teve uma formação e vai atuar e participar e formar uma escola já com o pensamento heterodoxo mais presente do que o Ruy, que é genuinamente leninista. Eu, como disse, no começo fui estruturalista seguindo o Althusser, depois me aproximei do Lefebvre também meio simultaneamente, porque trabalhava num instituto de pesquisas tecnológicas aqui e nós tínhamos um grupo que discutia habitação popular e eu passei a ler o Lefebvre por conta da participação profissional. Pude, portanto, discutir um pouco o pensamento do Lefebvre sobre o urbano e tive a sorte de o primeiro livro a ler dele ser *A Revolução Urbana* que acabou me tirando do althusserianismo. Essa é a matriz que nós temos aqui. Fora isso na Geografia da USP, nós tínhamos o Armando Correa cuja a formação era em Ciências Sociais e trouxe o viés da formação marxista na sua militância do PCB, ele formou Tônico (Antônio Carlos Robert Moraes), o Wanderley e o André Martin, nessa escola. O Tônico mais tarde, publicamente se afastou do PCB, fez uma carta pública e tal. Mas se você olhar a matriz que ele traz para a Geografia é uma matriz típica classe do leninismo, só que ele se afasta de Lênin e se aproxima de Gramsci. Eu vejo mais Gramsci e Lucaks no Tônico do que Lênin. O Wanderley fica mais na dele, eu não sei se ele continua ou não sendo um militante do PCB, nunca fez nenhuma declaração pública, eu deduzo que ainda seja. Ele segue uma matriz, ele faz uma combinação, trabalhando mais o

pensamento leninista, mas trabalha mesclado com Lucaks, com Gramsci, não é tão sectário do ponto de vista leninista, até porque não teve militância política a não ser no PCB e como o partido tem uma posição que é fazer a revolução na mesa do bar, não vai ter problema nenhum. Eles formam uma parte aqui, depois nós temos a outra parte que são as colegas que militam na Geografia urbana: Odete, Ana Fani e Amélia Damiani. Odete vem de uma formação leninista e Ana Fani e a Amélia de uma formação genuinamente lefebvriana, junto com a Odete se encontram em Lefebvre e juntos formam nossa escola urbana lefebvriana. Acho que de boa qualidade teórica.

**Weder:** Professor, como foi esse contato com o Horieste, o senhor já disse que foi por meio da AGB, mas as suas ideias comungavam?

**Arioaldo:** O que nos aproximavam era o fato que todos estavam procurando em Marx a saída para a Geografia, e nesse sentido tínhamos encontro e evidentemente encontramos nossos textos, liamos e eu tive o prazer de, quando fui coordenador da coleção da Editora Contexto de Geografia, publicar o primeiro livro do Horieste, que foi uma dureza, eu nunca contei isso a ele, foi uma dureza, porque o dono da editora não queria publicar, achava um livro dogmático do marxismo. Ele não queria publicar e eu segurei a barra, fizemos algumas modificações, o Horieste atendeu umas sugestões e acabamos vencendo e publicando o livro dele. Acho que o Horieste tem importância muito grande, porque o estágio dele na Suécia foi riquíssimo ele pôde aprender um marxismo não tão sectário e pôde transitar de forma mais tranquila na Geografia. Mas eu acho a importância maior é de ter somando nesse movimento da AGB que depois se transforma nesse movimento da renovação, acho que não podemos deixar a AGB de fora, a AGB foi o lugar histórico dessa renovação, de todos nós. Foi lá que tivemos a acolhida para esse pensamento novo. As outras revista não publicava aquilo que a gente pensava, o Boletim da AGB de São Paulo passou a publicar, porque nós entramos na direção da AGB e passamos a assumir o boletim. O grupo passou a assumir o

Boletim e aí evidentemente tivemos a possibilidade de começar a publicar em outra direção.

**Weder:** nesse contato com o professor Horieste dá para definir qual a linha de Geografia dele?

**Ariovaldo:** Eu acho que o Horieste se alinha a geografia, grosso modo, com diferenças evidentemente, com a linha da geografia que o Ruy produz. Goiânia sempre foi, o grupo de Goiânia como a gente chamava, grande amigo do Ruy e sempre tiveram convívio intenso. Se eu tivesse agora de pensar na geografia brasileira ele faz parte desse movimento que o Ruy tem uma liderança, mas volto a repetir com autonomia, o Horieste nunca foi alinhado ele sempre teve o pensamento dele e não simplesmente repetiu aquilo que o Ruy pudesse estar propondo. Mas foi uma pessoa que passou a construir o pensamento geográfico muito próximo do Ruy, mas não tem a centralidade do trabalho como o Ruy tem.

**Weder:** Em entrevista com o professor Ruy Moreira ele vai dizer que o Horieste se antecipou a alguns geógrafos por não realizar uma separação da Geografia Humana da Física. O senhor concorda com essa opinião?

**Ariovaldo:** Eu nunca fiz um a leitura desse tipo nos trabalhos do Horieste, eu acho que ele tem uma etapa da vida dele que é uma etapa de transição, uma etapa que a pressão da ditadura fazia com que quase todo mundo escondesse a sua formação marxista, era uma questão de liberdade e sobrevivência. Eu entendo, perfeitamente, mais que cuja a Geografia é muito mais historicista do que qualquer elo marxista, a primeira fase da obra dele é historicista com qualidade com seriedade, competência mas já tinha lá no meio uma sacada tinha uns recados na direção do marxismo, porque no fundo era a opção dele. Mas também ele não podia expressar, imagino livremente. Diferente depois quando tem o Movimento de Renovação, aí ele passa a fazer uma Geografia marxista.

**Weder:** Por ele não estar no centro, São Paulo, Rio de Janeiro, isso influencia na sua Geografia?

**Ariovaldo:** Depois que o livro dele sai na coleção da Editora Contexto ele se tornou nacional. Mas através do Boletim Goiano, que já circulava nacionalmente por nós da AGB, também tinha essa possibilidade de veiculação. A questão que eu acho que torna o Horieste na cabeça das pessoas mais regional, mas centrado em Goiás é porque ele nunca foi de sair muito de Goiás. Nós éramos atrevidos e para onde convidássemos a gente ia. Na realidade as participações nacionais do Horieste que eu acompanhei foi sempre na AGB. Eu mesmo pago um preço por não ter trago ele para fazer uma palestra aqui na USP, isso podia ter acontecido, mas isso é a roda viva da luta política que a gente acaba não cuidando disso. Eu fiquei mais preocupado em participar fora do que dentro, pois dentro sabíamos que havia uma retaguarda, tinha uma geração nova segurando o rojão. O Armando tem um artigo muito interessante no Boletim Paulista de Geografia, se não me engano o número 60, em que ele faz uma distinção desse movimento renovador inicial entre os que ele chama de Geografia crítica e Geografia radical, já era uma sensibilidade dele de perceber que as nossas geografias marxistas não eram homogêneas. Eu fui sempre taxado de ser maoísta, mas só taxado, porque você vai ler o que eu escrevo e o que menos tem é o Mao nos meus trabalhos. É claro que eu tenho um texto que foi importante que saiu numa dessas seleções de textos que eu faço o prefácio e que eu ponho o Mao. Mas porque fiz isso as vezes sou taxado de maoísta, tenho uma admiração pela obra do Mao, li tudo o que ele escreveu, mas também li o que o Gramsci escreveu, li o que o Lenin escreveu, li o que o Marx escreveu, li o que o Kautsky escreveu, li o que o Trotsky escreveu e a minha geração, até pela contemporaneidade, sempre caminhava para ser chevarísta porque ele era nosso grande ídolo, vivo e revolucionário e bem perto do Brasil. Tive contato com toda essa obra, mas nunca me alinhei. Se tenho um alinhamento teórico ele é com Marx, Kautsky e Rosa Luxemburgo. Esse alinhamento eu tenho, mas não tive problema nenhum de incorporar uma parte das teoria que o Lênin formulou com relação ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Na realidade, como

a minha inserção é acadêmica eu não tenho esse problema de chamar a Rosa de populista e por isso eu não leio a Rosa, eu não vivi esse problema e nem o problema de quem publicou o segundo e o terceiro livro do Marx então eu não leio, ele é genuinamente um pensamento do Marx, então eu nunca tive esse problema político ideológico que normalmente vem de quem teve uma formação política.

**Weder:** O Movimento de Renovação da Geografia deixa alguma contribuição para hoje? É possível utilizar o marxismo para fazer uma leitura dos fenômenos geográficos?

**Arioaldo:** A produção do conhecimento, a vida na universidade não é diferente da vida na sociedade. A queda do muro de Berlim, o fim da URSS, marcou um impacto em todos aqueles que tinham, que caminhavam no pensamento marxista. Aqueles que tinham um convicção mais profunda não abriram mão do marxismo e continuam com seu trabalho normalmente. Mas uma parte daqueles que foram em direção ao marxismo e que o fim da URSS balançou as estruturas, uma parte deles saíram do marxismo. Na realidade, nesse sentido, diminuiu, mas a formação continua e se ela continua, não vai acabar. E de uma vez por todas, o pensamento marxista veio para a Geografia de forma definitiva, ninguém vai impedir que ele continue. Pode diminuir um período histórico, mas ele é hoje um pensamento geográfico no mundo inteiro. A ponto do Harvey, que foi um dos pais do empirismo lógico, hoje estar plenamente na Geografia marxista.

**Weder:** Professor, muito obrigado, sua fala contribuirá bastante para o meu trabalho.

## **ENTREVISTA PROF. FRANCISCO MENDONÇA**

**Weder:** Professor, em primeiro lugar gostaria de agradecê-lo por se disponibilizar a conceder essa entrevista que será muito útil na minha tese. A primeira questão é entender como se deu a sua formação, numa década que havia um sentimento de transformação social. Como era os professores, as obras, existia um forte domínio da Geografia Crítica dentro da universidade em que você se formou?

**Chico:** Eu que agradeço o convite Weder para falar sobre essa trajetória de vida e de produção acadêmica, de contribuição a ciência e a sociedade, tendo o professor Horieste Gomes e a sua obra como centro dessa reflexão. Para mim é de grande satisfação, porque além de um grande amigo, um professor, quase um pai, numa parte da minha vida foi muito importante, continua sendo, alguém que me ensinou muito, abriu e permitiu uma leitura e compreensão do mundo numa fase ainda que a juventude marcava a minha vida e estava organizado meu pensamento e minha condição de ser no mundo. Eu estudei na UFG entrei por um vestibular em 1980 e concluí em dezembro de 1983, fiz quatro anos de curso e era um momento ainda que as universidades federais brasileiras, públicas em geral, estavam ainda muito marcadas por uma ação muito direta do governo militar que havia na década anterior atuado de forma negativa, cortando ou cerceando uma análise crítica de sociedade, os resultados dos grandes documentos e políticas nacionais de [19]68, [19]69, [19]70, [19]71, e [19]72 sobre o ensino no Brasil repercutiu justamente nessa década no final dela e na universidade muito marcadamente na década de 1980 quando eu entrei. Os departamentos em geral tinham sido vitimados por cortes brutos em análise de geografia humana, sociologia e filosofia e o curso da UFG, onde cursei, não fugia dessa regra. O que acontecia naquele momento que talvez a nossa perspectiva em relação à média, a minha experiência e observação da década de 1980, sobretudo a primeira metade, é que parece começado ficar muito evidente uma ação do Estado brasileiro sobre os estudantes

em que não havia o envolvimento assim tão massivo e tão generalizante de todos os universitários em defesa de abertura democráticas, em defesa de uma sociedade mais justa e etc. Hoje a história lida de maneira muito superficial e leva a crer que aquela época todos os jovens faziam assim, na minha experiência não foi. Nós éramos poucos na universidade que organizávamos um movimento estudantil, encabeçávamos liderança e fazíamos movimento de contestação. Havia um eco que era muito interessante, que muita gente participava, muitos estudantes, mas efetivamente empunhar a luta e a bandeira e realmente tomar as ruas e os fóruns de deliberação reivindicando e lutando contra a ditadura não eram tantas pessoas assim. Eu pude trilhar um caminho nesse grupo pequeno, porque havia realmente em boa parte do que era transmitido para a gente um conhecimento muito tacanho. Era como nós estudantes já com 18, 19, 20 anos não tivéssemos nenhuma leitura de mundo e coisas extremamente banais eram ensinadas em algumas disciplinas e aquilo nos revoltava. Goiânia situa-se a aproximadamente 200 km de Brasília e os efeitos dos estados de emergência que Brasília decretava, via de regra, se abatia diretamente sobre a área de Goiânia que estava no círculo da segurança espacial. Nós jovens não podíamos ter reuniões, não podíamos andar em grupo, aquilo que era uma coisa contrária ao ideário de jovens que sempre querem estar juntos. Então, através da universidade, assim que entrei, pude ver o mundo possível de contestação. Eu vinha de condição de família muito humilde de trabalhadores e, encontrei na universidade um mundo que antes eu não pensava que as ciências humanas, no caso a Geografia, poderia organizar a reivindicação não só no que diz respeito ao meu cotidiano como pessoa como trabalhador, como pessoal humilde, no sentido sobretudo de condições de pobreza, mas que observava, via universidade que havia um contexto generalizado no país de pobreza e em muitos países no mundo que era preciso então lutar. Certamente essa foi a deixa que me fez aproximar dos grupos de esquerda e efetivamente me aproximar do professor Horieste Gomes, já no primeiro ano da universidade em 1980.

Foram anos muito interessantes, de muito aprendizado, mas talvez daqueles inúmeros professores que nós tivemos em quatro anos, talvez uns 30% deles é que efetivamente tenha nos trazidos uma compreensão de mundo, uma leitura de mundo e nos instigado a continuar a aprofundar o conhecimento e entender que independente do rótulo, geografia, história, letras, medicina, um curso superior, universitário, nos tornava capacitado, se bem feito, a entender melhor o mundo e atuar nele como profissional e cidadão. Esses 30% de professores da minha formação e vários colegas que estavam militando em partidos de esquerda propiciaram na minha formação uma leitura de mundo interessante e certamente me abriu os olhos e a perspectiva de que eu também deveria atuar, de que não era como o sistema ditatorial se colocava que o Estado fazia tudo para você e que você era uma pessoa, apenas mais um. Eu via naquele período essa condição de que as mudanças dependem sobretudo de nós, cada um de nós. Essa tomada de consciência veio no momento da universidade a despeito de uma formação disciplinar a desejar, eu diria que foi a partir do segundo ano do curso que eu comecei a ver essas possibilidades de mudanças e foi a partir efetivamente da relação, não só com o professor Horieste, mas com alguns professores na universidade, o envolvimento no Centro Acadêmico, com a esquerda e a participação no Congresso de Geógrafos de Porto Alegre em 1982 que fez um divisor na minha carreira, na minha leitura, na minha postura de vida, me fez enxergar a geografia como um instrumento de mudar o mundo.

**Weder:** Esses 30% de professores mais engajados politicamente lhes proporcionam uma leitura já com o viés crítico?

**Chico:** As obras sobre Geografia Crítica começavam a ser publicadas. Nós não tínhamos no país um movimento de Geografia Crítica consolidado e com produção bibliográfica suficiente para servir de base de leitura acadêmica. Eu me lembro que no final do ano de 1980, começo de 1981 na verdade, em uma reunião de gestão coletiva da AGB em que fui participar, rolava um livro escondido. Era uma coisa muito interessante, olhando o passado parece um filme, mas era uma dessas

reuniões de gestão coletiva e a AGB já era majoritariamente de uma direção esquerdista, ou de colegas que estavam ligados a partidos de esquerda, e eu era um estudante de segundo ano mas já estava, a convite do professor Horieste, muito próximo da AGB Goiânia. Me lembro de outros colegas que também eram estudantes: o Vicente, um colega muito querido, o Wilson, o Grego. Eram colegas que já estavam no final do curso e estavam na AGB e eu era um jovem iniciante do segundo ano que foi abraçado por eles, por termos ideias comuns e acabei indo para a AGB. Num determinado momento fui com dois colegas em uma Reunião de Gestão Coletiva, era interessante que havia um livro que todos comentavam muito silenciosamente. E naquele momento que o xerox era uma coisa mais difícil, havia um xerox desse livro que vinha de Portugal e tivemos acesso e talvez tenha sido a primeira obra que eu tenha lido sobre Geografia Crítica. Não a geografia crítica como movimento, mas uma obra que deu base a Geografia Crítica que é o livro do professor Yves Lacoste *A geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*, havia uma tradução em Portugal, proibida de vir ao Brasil óbvio, era ditadura, mas ela veio clandestina e nessa reunião foi o primeiro contato, eu pude acessar uma cópia, escondido, pude ler essa obra e talvez tenha sido o primeiro momento, mas ainda começávamos, você veja bem que os livros mais marcantes dessa fase para a graduação, *Pequena história crítica*, do Tônico e *O que é Geografia?* da coleção primeiros passos do Ruy, são produzidos aí, há todavia outros textos. Havia uma divisão dentro da USP, uma organização chamada Centro de Estudos Geográficos que produziam textos em brochuras muito baratinhas e que distribuía e como participava de reunião em São Paulo, Rio, como estudante membro da AGB ou organização da AGB tinha acesso a essas obras que não circulavam em Goiás, mas indo ao Rio, São Paulo, comprávamos. Essas primeiras leituras, um ou outro texto do Milton que foi marcante na época, outro do Ruy, Carlos Walter, essas obras estando ali, esses pequenos textos, estando no cotidiano, nós enquanto estudante indo para essas reuniões estávamos com esses autores, ou seja, eles

empunharam a bandeira da mudança da AGB, eram jovens também, 30 e poucos anos, eu tinha 19 anos. Havia como eu mais alguns e a gente muito curioso, muito participante do movimento, estava com eles, a gente lia e debatia com eles as ideias. Era uma construção coletiva que se fazia. Era o movimento crítico que se iniciava a li mesmo.

**Weder:** Como era o contato com o professor Horieste nas aulas? Ele defendia uma militância ele escolhia textos sempre nessa linha?

**Chico:** o professor Horieste tinha acabado de retornar, talvez tenhamos chegado no mesmo lugar por caminhos distintos mas no mesmo tempo. Eu cheguei por um vestibular na graduação em 1980 e era um momento que ele chegava de um exílio na Suécia. Eu fui conhecê-lo efetivamente no segundo ano, no primeiro eu não o conhecia. Aqueles anos eram anos muitos difíceis, o movimento pelas diretas no Brasil começava no centro-sul, a anistia que tivera sido promulgada, ou pública no ano anterior já dava vazão a ares assim “é possível que a democracia retorne ao Brasil, é preciso lutar por ela”. Não era apenas o ato oficial dos militares que garantia a volta da democracia era preciso organizar a ação da sociedade para garantir a volta. Isso porque a anistia e a redemocratização do país não partem no Brasil, na minha leitura, de movimento fortes na sociedade brasileira contra a ditadura de uma organização extremamente forte capaz de enfrentar a ditadura, ou que eu pude observar e sobre tudo fui compreender depois e noutros estudos é que a organização militar que sustentava a ditadura no estado brasileiro na presidência não se articulava suficientemente para garantir a organização administrativa do país. Havia uma hierarquia totalmente distinta entre o exército na sua hierarquia e o estado civil pela presidência incompatível, isso fez com que os militares mais inteligentes vissem a incapacidade e a impossibilidade de continuar aquele projeto. Claro que esse enfraquecimento dentro dos próprios militares tem eco nas reivindicações da sociedade que não eram assim tão importantes, mas eram presentes e no apelo internacional também, para o momento de queda das ditaduras. Enfim, o professor Horieste volta para a UFG depois do exílio e ao encontra-lo no segundo

ano eu tive a felicidade de tê-lo como professor, ele já estava a um ano e meio, dois no Brasil, mas o professor Horieste era de uma ética invejável, ou seja, somente se você fosse extremamente esperto para identificar que nas aulas dele havia uma forte tendência a levar você a militar na esquerda ou ser articulado com a esquerda, até porque ele voltava de um exílio. Então, ele era muito cuidadoso, extremamente ético, ele não trazia para sala as leituras de cunho conservador ou da direita, a base da Geografia humana que ele nos dava naquele momento. Ele foi professor na cadeira de Geografia Humana para mim, era uma leitura que nos permitiam compreender o Brasil e o mundo, a relação sociedade-espaco a partir da dessa perspectiva deixava sempre em evidencia essas mazelas da concentração do poder, da concentração da riqueza, da exclusão e da justiça social, mas com termos muito apropriado a época e com referências internacionais muito importantes. Ou seja, quando no segundo ano ele foi nosso professor fez uma diferença brutal entre aqueles que tiveram sido nossos professores no primeiro ano e grande parte do segundo, no sentido que ele não só trazia leitura com bibliografia internacional, mas ele nos levava a questionar o fato de que a produção do espaço não advém de condições estritamente naturais ou somente determinadas por uma organização social, como se ela fosse uma condição natural. Ele mostrava exatamente as contradições que faziam com que o espaço fosse um objeto contraditório e à medida que a gente conseguia entender essa contradição da produção do espaço a gente poderia entender a sociedade. Portanto, para produzir espaços menos contraditórios e mais justo a sociedade deveria ser repensada, isso fez uma diferença fundamental. Ele, nas suas aulas, era extremamente profundo tanto que a minha turma brincávamos com a maneira dele dar aula, porque ele tinha a mania, acho que até hoje nunca deixou ela, percebo até hoje, quando ele começa a desenvolver um pensamento analítico sobre determinado problema ele tem a mania de falar com os olhos fechados, parece que o pensamento toma conta do corpo e não é mais ele Horieste que fala, senão as ideias que tomam da própria mente

dele, e para nós estudantes daquele Goiás, um tanto distante dos centros da modernidade brasileira, soava muito diferente essa postura, não só do falar e do fechar os olhos, mas também quando o conteúdo do que se falava, uma intelectualidade extremamente evidente com a análise interessante. Mas extremamente clara que nos permitiam dar passos no sentido de compreender que os espaço não se produz sendo desigual como é, sendo contraditório, como processo de justiça social e ele apelava trazendo os textos para entender o sistema produtor, o sistema econômico e político produtor dessas diferenças. Olha, foi um divisor de águas e naquele momento para o ano seguinte que estávamos na direção do centro acadêmico essas aulas nos serviram como esteio para entender a ação social, havia o fato também de que era um momento de extrema tensão entre o sistema de educação no país, especialmente porque o governo federal de então era, se não me engano, o ministro Jarbas Passarinho e os cortes dos orçamentos para a educação, sempre eram paulatinos, ou seja, o país desejava investir em qualquer outra coisa e se não tinha recurso, retirava de onde? Da educação, na primeira estância. A educação chegou num dado ano em 1982 a um orçamento de apenas 1,7 % do PIB quando a instituição já pregava em torno de 7%. Ora, nós estudantes que víamos esse aviltamento do processo de financiamento de educação pública e os casos muito claros do empobrecimento da educação superior já que o ensino médio e fundamental já estava fortemente debilitado com forte abertura para as empresas privadas que lucram com o ensino da população. O público nessa dimensão do ensino estava muito debilitado, o que testava a nós era alguma consciência, era começar a nos organizar e fazer as grandes lutas em defesa de mais verba para a educação e democratização dos processos de escolhas de professores, de processos de deliberações nas instituições universitárias. Claro que estávamos na rua sempre, fazendo as passeadas, as greves, fazendo os enterros simbólicos, queimando a figura dos ministros, do presidente. Na rua éramos perseguidos, obvio, seja na nossa condição devida em casa com mensagens estranhas com pessoas que a gente não

conhecia mas estava no nosso entorno e que vez por outra sabíamos que havia delações na própria universidade nossos passos eram fortemente perseguidos. Mas havia paralelamente a tudo isso, cada vez mais intensa a formação de entender a relação entre a sociedade e o estado quando ditatorial que vai retirar aqueles que conseguem enxergar essa tirania, nessa condição ditatorial. Era tenso, mais era a tensão o motor da ação, durante os quatro anos de minha graduação, sobretudo os últimos três anos houveram momentos muitos difíceis, e muitas vezes de medo, de que a gente não conseguisse superar determinadas ações que a gente organizava e fazia, o medo do exílio da prisão, da tortura, que já nessa época não acontecia, pelo menos a história não nos deixou conhecer muito. O mais duro da ditadura militar brasileira tivera sido no começo da década de 1970, é o que a gente conhece com documento e dato hoje. Da minha época, o general Figueiredo já era presidente e havia um sinal de transição apontada pelos intelectuais da ditadura, especial o general Geisel e o general Golbery que tentavam articular um processo ditatorial, como pelo menos em depoimento, que não fosse tão impactante na vida do cidadão, que fosse apenas de organização, mas a história foi para outro lado e a história realmente anunciava em obras que haveria uma transição pós-abertura com a anistia. Então, mesmo havendo esse período de transição havia um forte poder do estado militar que tentava limitar as ações dos indivíduos, especialmente ainda contra os movimentos de esquerda, esses quatro anos, a partir desse conhecimento da organização da esquerda, dos partidos de esquerda e que a geografia também poderia estar alinhada a esses movimentos, a gente pode ter essa atuação. O professor Horieste teve muito presente nessa fase conosco. Era realmente um professor realmente querido e é ainda, mas naquela fase éramos muitos jovens ele aparecia como um líder intelectual, que da geografia nos auxiliava a fazer uma ponte com a sociedade, atuar em defesa de justiça social.

**Weder:** Pensando na epistemologia e o senhor como professor dessa disciplina e conhecedor da área. Nós poderíamos tentar, mesmo que

grosso modo, fazer um mapeamento do marxismo dentro da geografia crítica brasileira, pensando em autores que seguiam determinadas linhas e qual seria a linha do professor Horieste Gomes?

**Chico:** A Geografia crítica no Brasil constituiu depois de 1980 um movimento muito importante, efetivamente por mais de uma década e meia, quase duas, tornou-se um movimento hegemônico. Quando se fala desse período que deve ter o seu início por volta de 1980 e que vai até o final dos anos 90 como um movimento hegemônico, o movimento chamado de Geografia Crítica não significa dizer que havia apenas uma organização e uma conduta. Esse movimento, entendemos, que tiveram subgrupos que tiveram aproximações mais ou menos fortes com a teoria marxista. Grosso modo, o que a gente pode ver é havia um grupo que na literatura é conhecido como mais radical e que empunhou a teoria marxista no seu anúncio geral a partir da relação da luta de classe, da questão dominador/dominado, concentração de meios e de bens de produção para uma pequena parcela da sociedade e injustiça para o resto. Toda essa base, grosso modo, falando do marxismo trouxe para a geografia uma possibilidade de leitura da produção do espaço a partir dessa lógica das classes sociais, a partir dessa relação estabelecida no sistema capitalista de produção. O marxismo foi certamente a principal teoria do movimento da geografia crítica, alguns foram além da teoria e usaram também o método, o materialismo histórico e dialético, ligaram a teoria e o método com a análise da produção do espaço aos movimentos sociais reivindicatórios de justiça social e fizeram uma aliança nem sempre tão presente enquanto ação explícita, mas a essência estava aliada que era uma geografia, ou um grupo dentro da geografia, que ligava o movimento social a teoria e a academia. Eu entendo que nós tínhamos um grupo que alguns chamaram de geografia radical, a geografia não é apenas um conhecimento científico e técnico, mas também é um instrumento de mudança. Um outro grupo que pode ser delineado dentro desse movimento e um grupo que também bebeu dos conhecimentos ou da teoria marxista e do método materialismo histórico e dialético, mas

que não aliou essas duas condições aos movimentos e a mudança social, teve uma ação mais intra-academia, ou seja, de uma certa cientificidade e intelectualidade feita nas academias e que entendiam que na academia formaria geógrafos ou professores de geografia que mais conscientes e que na sua atuação como profissionais fariam também mudanças sociais. Desse ponto de vista a geografia não era instrumento de mudança social, era sim uma ciência e, enquanto ciência gera conhecimento, aprofundando através do marxismo fazia uma leitura de realidade que não necessariamente precisaria empunhar armas ou está lá no movimento social. E um outro grupo menos radical que deu sim também, dentro do marxismo, mais que aliou o marxismo com outras teorias também críticas e temos que ser sempre repetitivos e dizer que a criticidade não é uma prerrogativa do marxismo, a criticidade é uma prerrogativa filosófica e todo aquele que coloca uma questão a priori para avançar no conhecimento está tomando uma postura crítica. Então, houve aí, dentro dessa geografia crítica no amplo sentido, um grupo que ao ler Marx também leram outros autores e também fizeram criticidade, portanto, produziram Geografia crítica. A ação do professor Horieste Gomes nos anos [19]80 e começo de [19]90, que pude acompanhar, situava dentro do primeiro grupo. Entendi claramente, vi com ele, a importância de um conhecimento científico, a análise espacial associada a uma teoria e uma metodologia inovadora enquanto uma nova compreensão da sociedade, digo nova enquanto aplicação no Brasil, não que o marxismo fosse novo, já tinha um século aí. Mas trazido para Geografia brasileira era inovador. Então, ligava-se uma nova postura científica, metodológica, teórico-metodológica marxista com o conhecimento geográfico que já tinha uma historicidade e uma ação de transformação social que passava via partido político ou movimentos políticos, movimento sociais que via universidade ou trabalhadores também tinham ação social, então, não eram conhecimentos geográficos nesse grupo dissociado de movimentos sociais. O conhecimento geográfico era produzido com o movimento social e era também um esteio

para a ação do movimento social, era uma geografia extremamente comprometida. Essa "radicalidade" estava aí de que a geografia era a ciência, era o esteio da *práxis*, ou seja, dessa prerrogativa marxista de que o conhecimento não se faz distante ou estaque de uma dada realidade. Esse grupo, então, foi bastante coerente nesse sentido, de uma geografia ação. Tal é o fato que muitos de nós naquele momento por proximidade com o próprio professor Horieste Gomes, mas outros também que estavam no movimento político de abertura brasileira foram convidados a fazer um curso de filosofia marxista, filosofia e economia marxista que durava dois anos. Era um curso paralelo, era ofertado pelo CEFEG (Centro de Estudos Econômicos e Filosóficos do Estado de Goiás) e durante dois anos nós fazíamos esse curso, nas tardes do sábado e as vezes também prolongava o domingo, onde a gente lia toda uma condição e debatia toda uma condição teórica que a universidade nem de longe tinha condição de fazer. Condição não só porque havia a ação forte militar que estava perseguindo esses conhecimentos, mas o quadro docente da universidade brasileira tinha sido fortemente alijado de pessoas que pudessem, com qualidade, desenvolver esse tipo de conhecimento lá dentro. Éramos em torno de 50 estudantes, em cada ano tinha uma turma, era uma certa especialização da análise social a partir do marxismo. E ali vinha alunos da geografia, ou estudantes que tinham militância política na geografia, na física, na engenharia, no jornalismo, medicina, formando um grupo quase que interdisciplinar mais com foco no marxismo, estudante do marxismo.

**Weder:** Foi o professor Horieste que o levou para o CEFEG?

**Chico:** Ele foi quem nos convidou dada a militância que a gente já estava desenvolvendo no centro acadêmico e também começando no Partido Comunista Brasileiro. Ele que convidou junto com colegas outros que estavam lá também e que acham necessário dado ao nosso engajamento, nosso envolvimento ter uma maior formação para ter uma ação mais consciente na mudança social. Foram dois anos maravilhosos de formação intelectual raramente visto.

**Weder:** Pelo que eu percebo, houve no início do Movimento de Renovação um problema central da Geografia, uma questão epistemológica que é: como incorporar o marxismo numa ciência que tem como objeto uma relação homem/natureza? Nessa perspectiva a categoria trabalho, por ser ela a que melhor poderia fazer esse laço entre natureza e homem foi privilegiada?

**Chico:** Eu não vejo dessa forma. Não vejo que a categoria trabalho tenha sido devidamente ou profundamente explorada pelos geógrafos na análise entre sociedade e natureza. Eu observo que ela foi explorada na geografia mais não muito recorrente, mas sobretudo para analisar a produção social do espaço, não a produção do espaço pela relação sociedade natureza. Apareceram, é óbvio, algumas obras e grupos, mas de maneira subliminar, tênue e apressada, até porque os próprios marxistas que desenvolvem análises da produção social do espaço centram suas reflexões sobre a relação social e não sobre a relação social e o espaço físico. Essa condição sempre foi um conflito na geografia, tanto é que nos anos mais importantes da geografia crítica muitos entendiam que era um corte abrupto na geografia expulsando dela a sua base físico-natural. Eu entendo que foi um engano de quem leu assim, não só eu mas uma série de colegas que eram muitos na verdade que trabalharam sempre com o dito físico da geografia. A diferença talvez seja entre nós que mesmo dentro da geografia crítica fizemos geografia física, não tinha sentido para nós trabalhar com uma realidade tão distante ou estanque de uma sociedade. Afinal de contas o que serve o conhecimento das formas do relevo, da distribuição da vegetação, das condições climáticas? Senão dentro de uma lógica, no século XX sobretudo, de apropriação por grupos que transformam essas bases materiais da vida em recursos e, portanto, em mercadorias; aplicam valor de uso e troca, geram mais valia, apropriam-se. É claro que seria muito difícil para os geógrafos físicos dito de geografia física básica fundamental fazer a relação desse conhecimento básico com a apropriação dele pela sociedade se eles não tivessem tido efetivamente uma formação ou envolvimento que lhes

dessem condição da análise. Então, houve-se um certo distanciamento. Agora, houve até uma separação: geógrafos físicos que foram fundar um outro e que não tiveram junto do movimento crítico, fazendo apelo a uma geografia clássica que efetivamente tem essa duplicidade na sua constituição, tem tanto a base natural e a análise da distribuição diferencia dos elementos naturais na superfície da terra e o outro lado que é o lado social. Ora, o século XX sobretudo, foi mostrando que essa apropriação indevida pela natureza ou pelo menos despreocupada da natureza pela sociedade foi gerando muito problema, nos anos [19]80 isso era nítido. Fica muito forte, por exemplo, nos anos [19]80 no Brasil, e a geografia vai ser importante, a expansão que se faz ou que o modo de produção agrícola do *agrobussines* brasileiro desenvolve sobre o Centro Oeste e a Amazônia brasileira e os grandes projetos: Carajás, Jaica, Jairi, etc. vão mostrando que a fronteira agrícola brasileira se expande fundamentalmente em área de equilíbrio natural complicado que é preciso cuidar, mas o desgaste e a degradação vão se acentuando. Enfim, como fazer essa ponte? Na geografia o professor Horieste foi um dos exemplares geógrafos brasileiros que trouxe importantes contribuições para o debate e para a análise dessa dimensão. Nos anos [19]80 ele organizou, via AGB nacional, um dos volumes da Revista Terra Livre chamada *A questão ambiental na geografia*, ele mesmo é autor de um dos mais importantes textos dessa revista e trouxe outros autores que foram mostrar essa lógica de que a geografia tem uma grande contribuição no conhecimento da distribuição da natureza na superfície da Terra e que uma vez mapeada e conhecida essa própria diversidade e riqueza é de interesse fundamental da sociedade que diferenciadamente se apropria dessas riquezas e faz a produção dela de maneira diferenciada gerando injustiças muito fortes. Ou seja, como geógrafo ele não era um especialista na climatologia, na geomorfologia, mas ao entender essa distribuição desses elementos na superfície da Terra traz isso para a lógica da apropriação, para a lógica da degradação e para a necessidade que os geógrafos tinham grande condição de trabalhar com esses dois

elementos, físicos e humanos. Dá, portanto, um salto maior, que era que a questão ambiental. Já naquela década, no Brasil a questão ambiental mostrava a sua enorme importância, e os geógrafos estavam perdendo com isso. Ainda havia uma hegemonia, uma produção da geografia brasileira física do estilo predominante martoniano ou davisiano, que o geógrafo físico tinha como meta para compreender os processos, a sua espacialização da natureza que é muito importante, mas a degradação ambiental não se fazia apenas por aí, os conflitos ambientais que colocavam em cheque a vida humana na Terra, ou pelo menos ilustravam o cheque da vida humana na Terra, não tinham grande desenvolvimento se trabalhado somente na lógica o clima pelo clima ou o solo pelo solo. A questão ambiental vai trazer nos anos [19]80 esse desafio de que é importante integrar um conhecimento da natureza a um conhecimento da sociedade e as duas dinâmicas que se interagem. Ele certamente foi um pioneiro nessa seara de trazer luz sobretudo a partir da apropriação dos recursos e da degradação da natureza.

**Weder:** Para terminar. Resumindo, qual seria a contribuição do pensamento de Horieste Gomes para o movimento de renovação da Geografia?

**Chico:** O professor Horieste Gomes teve uma atuação brilhante. A história dele é uma história ímpar, ele teve uma atuação brilhante em vários aspectos, um deles foi que mesmo fazendo uma Geografia no sentido radical, mas radical ligando o marxismo como teoria e metodologia à Geografia como conhecimento do espaço, dinamizando esse conhecimento e ligando aos movimentos sociais e ao partido político via movimento social. Ele não teve uma postura político intelectual como boa parte, ou a maioria dos geógrafos ditos radicais. Ou seja, que postura é essa que ele teve de diferente? Horieste sempre foi de muito diálogo, sempre foi uma pessoa muito calma, uma pessoa extremamente humilde no seu conhecimento. Tanto é que ele nunca foi de fazer propaganda de suas obras, ele tem vários livros publicados, trabalhos de qualidade exemplar reconhecido em várias instituições, mas ele nunca foi uma

pessoa que se auto se propagandiava, ou que trazia para si os louros de uma construção dele mesmo, isso fez dele uma pessoa muito diferente. Fazendo parte desse movimento de geografia crítica radical em que era comum o discurso veemente, contestador, o discurso que aplacava dos geógrafos sobre os demais, o Horieste nunca fez isso, foi um homem do diálogo, é um homem do diálogo até hoje e na sua época ele já era um homem do diálogo e ele não impunha aos outros sua forma de pensar. Através do diálogo ele conseguia trazer pessoas para próximo de si e de seu pensamento, mas dialogando e interagindo, sem colocar uma camisa de força no outro para conquistar ele, essa talvez tenha sido a sua mais bela estratégia de ação, consciente ou não, mas ela se efetivou assim. Isso fez dele uma pessoa diferente no movimento. Um outro destaque para a sua obra do movimento da geografia crítica como um todo, talvez seja ele um dos pilares disso, é essa busca de compreender o espaço e a produção dele como o envolvimento de sociedade e natureza. Você não vai encontrar na obra de Horieste um trabalho específico sobre clima especificamente ou, sobre a cidade especificamente. A obra dele, do que eu pude acompanhar e ver, teve uma preocupação com o todo, ele entendeu o espaço como uma totalidade, algo muito caro a geografia crítica a ideia de totalidade do espaço. Ele foi um produtor de conhecimento, alguém que publicou muitos textos e livros, com essa ideia aplicada você vai encontrar na obra dele a abordagem de uma dada localidade de um dado espaço, a maior parte da produção dele é sobre Goiás. Mas você vai entender a produção do espaço no estado de Goiás, no Brasil Central vendo os detalhes da natureza, os detalhes da colonização, da ocupação da economia, da política e como esses elementos interagem uns com os outros na produção do espaço. Essa ideia de totalidade, eu vejo, que a obra dele foi umas das mais explícitas de aplicar a ideia de totalidade. Uma totalidade que não é a totalidade do período anterior de uma geografia monográfica francesa em que você tinha as partes que se conectavam. Não, a totalidade que ele vai buscar tem um motor e esse motor e a relação social é apropriação da riqueza, a

concentração dela, a injustiça, que vai apropriar da água, do ar, da vegetação, que vai criar casas e indústrias e vai fazer toda uma dinâmica que produz o espaço. Nesse sentido, na leitura que eu tenho de sua obra, não há uma postura fechada, uma postura disciplinar demais, ele dialoga com outros conhecimentos, a filosofia sobretudo, a sociologia está presente na obra dele, conhecimentos da natureza, da geologia e tudo. Então, no seu particular a gente pode ver sim uma geografia plural delineada, ou uma geografia como totalidade mesmo. Aquele pressuposto máximo que os grandes pensadores da geografia de meados do século 19 já tinham. Eles não tinham uma geografia separatista ou em caixinha, a geografia do final do século 19 não tinha isso, ela vira isso, torna-se um corolário de caixinhas no século 20. Somente os geógrafos de visão mais ampla, mais preocupados com a totalidade e que foram realmente nessa direção de fazer geografia. Horieste fez uma geografia muito rica, muito ampla, uma geografia com caráter de totalidade. Acho que para mim na geografia crítica ele realmente tem sua identidade muito particular. Por que no movimento poucos fizeram geografia com caráter de totalidade.

**Weder:** Professor, mais uma vez, obrigado! Estou muito contente em reencontrá-lo e especialmente nesse momento que estou produzindo um trabalho sobre pensamento de Horieste Gomes.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
GPT/BC/UFG**

F866g Freitas, Weder David de  
Geografia, militância e marxismo [manuscrito]: a trajetória de Horieste Gomes e sua participação no Movimento de Renovação da Geografia Brasileira / Weder David de Freitas. - 2014.  
349 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás,  
Instituto de Estudos Socioambientais, 2014.  
Bibliografia.

1. Geografia histórica - Brasil 2. Geografia política 3.  
Gomes, Horieste. I. Título.

CDU 911.3:94(81).08

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1 **1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

1  
2 **2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Autor (a):	Weder David de Freitas		
E-mail:	wederfreitas@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Instituto Federal de Goiás		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	Brasil	UF:	GO
		CNPJ:	
Título:	Geografia, militância e marxismo: a trajetória de Horieste Gomes e sua participação no Movimento de Renovação da Geografia Brasileira.		
Palavras-chave:	Horieste Gomes, Movimento de Renovação da Geografia, Geografia Crítica, Geografia e marxismo.		
Título em outra língua:	Geography, activism and marxismo: the course of Horieste Gomes and his participation in the Brazilian Geography Renewal Movement		
Palavras-chave em outra língua:	Horieste Gomes, Geography Renewal Movement, Critical Geography, Geography and Marxism		
Área de concentração:	Dinâmica Socioespacial		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	29/09/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-graduação em Geografia		
Orientador (a):	Eguimar Felício Chaveiro		
E-mail:	eguimar@hotmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.